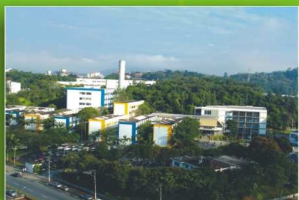
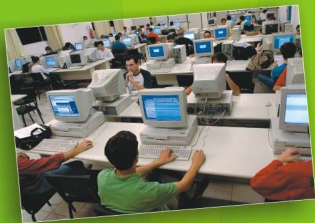


Relatório de Avaliação Institucional da

Universidade Regional de Blumenau



Autoavaliação



www.furb.br

Reitor

Prof. Dr. Eduardo Deschamps

Vice-Reitor

Prof. Romero Fenili

Pró-Reitor de Administração

Prof. Edesio Luiz Simionatto

Pró-Reitora de Ensino e Graduação

Prof. Sônia Regina de Andrade

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

Prof. Clodoaldo Machado

Membros da CPA - Comissão Própria de Avaliação**Docentes:**

Prof. Mauro Rogério da Silva – Coordenador/CCEN

Prof. Dilson Tomio - CCSA

Prof. Djalma José Patrício - CCHC

Prof. Erwin Hugo Ressel Filho - CCT

Prof. George Ernesto da Silva - CCS

Prof. Sheila Luzia Madalozzo - CCE

Prof. Valdevino Pedro da Silva - CCJ

Servidores Técnico-Administrativos:

Alex Lawrence Blankenburg Junior

Heidi Dittrich Zimmermann

Diretório Central dos Estudantes:

Edmar Padilha Júnior

Jeferson Thiago Schwerz

Representantes da Comunidade Externa:

Júlio Pablo da Rocha

Maurílio Schmitt

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores:

Rúbia Carla Ribeiro

Thomas da Rosa

Organizadores:

Prof. Mauro Rogério da Silva

Gisele Luciani Schaefer

Revisores:

Prof. Sheila Luzia Madalozzo

Digitação:

Alex Lawrence Blankenburg Junior

Prof. Dilson Tomio

Prof. Djalma José Patrício

Prof. Erwin Hugo Ressel Filho

Prof. George Ernesto da Silva

Gisele Luciani Schaefer

Prof. Mauro Rogério da Silva

Prof. Sheila Luzia Madalozzo

Prof. Valdevino Pedro da Silva

Capa:

Marketing FURB

Distribuição:

CPA – Comissão Própria de Avaliação

Rua Antônio da Veiga, 140, Bloco M, Sala 106

CEP: 89012-900

Blumenau – SC

E-mail: cpa@furb.br

Fone: (47) 3321-0374

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Quantidade de grupo de pesquisa por área em 2008..... | 53 |
| Gráfico 2 – Atribuição de Carga Horária | 56 |
| Gráfico 3 - Quantidade de bolsas de Iniciação Científica no período 2006/2008..... | 57 |
| Gráfico 4 – Atribuição de Carga Horária de Apoio à Iniciação Científica | 59 |
| Gráfico 5 – Resumos publicados em eventos científicos e culturais..... | 60 |
| Gráfico 6 – Integração das atividades de extensão com as de ensino e pesquisa ... | 71 |
| Gráfico 7 – Alunos nos cursos de especialização | 80 |
| Gráfico 8 – Alunos nos cursos de mestrado..... | 81 |
| Gráfico 9 – Mestrado em Administração | 82 |
| Gráfico 10 – Mestrado em Educação | 84 |
| Gráfico 11 – Mestrado em Engenharia Ambiental..... | 85 |
| Gráfico 12 – Mestrado em Ciências Contábeis | 86 |
| Gráfico 13 – Mestrado em Desenvolvimento Regional | 88 |
| Gráfico 14 – Mestrado em Química..... | 89 |
| Gráfico 15 – Mestrado em Engenharia Química | 90 |
| Gráfico 16 – Mestrado em Engenharia Elétrica..... | 91 |
| Gráfico 17 – Eventos Promovidos pelos Programas de Mestrado | 96 |
| Gráfico 18 – O grau de conhecimento das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento sócio-ambiental. | 107 |
| Gráfico 19 – Impacto das atividades de responsabilidade social da FURB no ambiente interno..... | 109 |
| Gráfico 20 – Impacto das atividades de responsabilidade social da FURB no ambiente externo..... | 110 |
| Gráfico 21 – Envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão..... | 135 |
| Gráfico 22 – Evolução de Servidores Técnico-Administrativos | 137 |
| Gráfico 23 – Evolução da titulação docente | 139 |
| Gráfico 24 – Satisfação dos servidores em relação ao seu desenvolvimento profissional e qualidade de vida | 141 |
| Gráfico 25 – Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho | 141 |
| Gráfico 26 – Atribuição de Carga Horária | 166 |

| | |
|---|-----|
| Gráfico 27 – Atribuição de Carga Horária | 166 |
| Gráfico 28 – Projetos Eventuais de Extensão Tramitados de 2005 até 2007 | 167 |
| Gráfico 29 – Evolução na adequação da infraestrutura de informática | 173 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Objetivos estratégicos e metas de resultados do Planejamento Estratégico. | 26 |
| Quadro 2 – Projetos estratégicos, Planos e ações e acompanhamento do Planejamento estratégico. | 35 |
| Quadro 3 – Participação docente, discente, de técnico-administrativo e da comunidade externa em programas de extensão. FURB. 2006 e 2008..... | 72 |
| Quadro 4 - Público atendido nos programas de extensão | 104 |
| Quadro 5 – Número de projetos eventuais no período..... | 104 |
| Quadro 6 - Programas, serviços e programas permanentes..... | 105 |
| Quadro 7 - Oferta de cursos para o atendimento às necessidades sociais em 2006 e 2007 | 108 |
| Quadro 8 - Presença dos professores e ou técnico-administrativos em órgãos colegiados externos como representantes da FURB | 110 |
| Quadro 9 - Programas de apoio financeiro gerenciados pela Coordenadoria de Apoio ao Estudante CAE..... | 113 |
| Quadro 10 – Alunos beneficiados com financiamentos e estágios | 114 |
| Quadro 11 – Atendimentos realizados pela equipe técnica (Orientação Psicossocial, Trabalhos em Grupo e Oficinas). | 115 |
| Quadro 12 - Existência de informações em meios digitais..... | 124 |
| Quadro 13 – Meios de comunicação entre centros acadêmicos e alunos | 125 |
| Quadro 14 - Docentes da FURB de acordo com os diferentes regimes de trabalho entre 2005-2008 | 132 |
| Quadro 15 - Titulação do Corpo Docente da FURB entre 2005-2008..... | 132 |
| Quadro 16 - Progressão dos docentes no Plano de Carreira da FURB entre 2005-2008. | 133 |
| Quadro 17 - Quadro de Professores por categoria funcional período 2005-2008... | 136 |
| Quadro 18 – Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da FURB (2005 – 2008) | 136 |
| Quadro 19 - Organograma Geral da FURB 2006-2010..... | 149 |
| Quadro 20 - Evolução da área construída (em m ²) | 164 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 21 – Número de alunos regularmente matriculados na graduação e a relação Alunos/Docente e Alunos/Tec.Adm..... | 164 |
| Quadro 22 – Número de alunos regularmente matriculados na pós-graduação e a relação e Alunos/Tec.Adm. | 165 |
| Quadro 23 - Número de projetos aprovados em editais externos no período de 2005 a 2008 e respectivos valores arrecadados para fomento..... | 165 |
| Quadro 24 – Metas do Planejamento Estratégico | 190 |
| Quadro 25 - Média por centros do número de candidatos por vaga nos anos de 2006, 2007 e 2008. | 208 |
| Quadro 26 - Programas de apoio financeiro gerenciados pela CAE | 210 |
| Quadro 27 - atendimentos realizados pela equipe técnica (Orientação Psicossocial, Trabalhos em Grupo e Oficinas) | 211 |
| Quadro 28 - Tendência da mobilização dos alunos em intercâmbios | 213 |
| Quadro 29 – Despesas: Orçamento realizado / Orçamento projetado..... | 222 |
| Quadro 30 – Orçamentos projetados para Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. | 223 |
| Quadro 31 – Fontes de captação de recursos. | 224 |
| Quadro 32 - Nº médio de alunos matriculados na graduação | 225 |
| Quadro 33 - Despesas realizadas por natureza | 226 |
| Quadro 34 - Gastos com aquisição de material bibliográfico | 226 |
| Quadro 35 - Execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão e gestão | 227 |
| Quadro 36 - Gastos com obras e instalações | 230 |
| Quadro 37 - Multas trabalhistas / Total da folha..... | 231 |
| Quadro 38 - Dias de atraso do pagamento salarial / 5º dia útil | 232 |
| Quadro 39 - Despesas com pessoal / Receitas correntes | 232 |
| Quadro 40 – Nº de alunos/ Nº de técnico-administrativos..... | 233 |
| Quadro 41 - Nº de alunos / Nº de professores | 234 |
| Quadro 42 - Nº técnico-administrativos / Nº professores | 234 |

LISTA DE PLANILHAS AVALIATIVAS

| | |
|--|-----|
| Planilha Avaliativa 1 - Dimensão 1 | 36 |
| Planilha Avaliativa 2 – Dimensão 2.1 | 48 |
| Planilha Avaliativa 3 - Dimensão 2.2 | 65 |
| Planilha Avaliativa 4 – Dimensão 2.3 | 74 |
| Planilha Avaliativa 5 – Dimensão 2.4 | 98 |
| Planilha Avaliativa 6 - Dimensão 3 | 118 |
| Planilha Avaliativa 7 - Dimensão 4 | 129 |
| Planilha Avaliativa 8 – Dimensão 5 | 143 |
| Planilha Avaliativa 9 – Dimensão 6 | 158 |
| Planilha Avaliativa 10 - Dimensão 7 | 178 |
| Planilha Avaliativa 11 - Dimensão 8 | 203 |
| Planilha Avaliativa 12 – Dimensão 9 | 217 |
| Planilha Avaliativa 13 – Dimensão 10 | 236 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| APRESENTAÇÃO | 12 |
| INTRODUÇÃO | 13 |
| A UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU | 13 |
| A AUTOAVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB | 16 |
| CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E METODOLOGIA..... | 16 |
| Indicadores e parâmetros para qualificação da instituição | 20 |
| CAPÍTULO 1 - MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL ... | 23 |
| 1.1 MISSÃO | 23 |
| 1.2 OBJETIVOS/FINALIDADES..... | 24 |
| 1.3 DIRETRIZES | 25 |
| 1.4 COMPROMISSOS DA FURB..... | 25 |
| 1.5 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO REGIONAL..... | 28 |
| 1.6 DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO PPI..... | 29 |
| 1.7 PERFIL DO INGRESSANTE..... | 30 |
| 1.8 PERFIL DO EGRESSO..... | 30 |
| 1.9 APROPRIAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – PPI PELA COMUNIDADE..... | 31 |
| 1.10 PROJETOS, PROGRAMAS E REGULAMENTOS EM DESENVOLVIMENTO | 32 |
| CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO | 39 |
| 2.1 A POLÍTICA PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO E SEQÜENCIAIS..... | 39 |
| 2.1.1 Projeto Político Pedagógico da Graduação e PPP dos Cursos de Graduação | 39 |
| 2.1.2 Projeto Pedagógico dos Cursos Seqüenciais..... | 45 |
| 2.1.3 Práticas institucionais de avaliação do processo ensino-aprendizagem | 45 |
| 2.2 A POLÍTICA PARA A PESQUISA | 52 |
| 2.2.1 Política institucional de pesquisa e formas de sua operacionalização | 53 |
| 2.2.2 Política institucional de Iniciação Científica e formas de sua operacionalização | 57 |
| 2.2.3 Envolvimento e participação dos professores | 59 |
| 2.2.4 Envolvimento e participação dos alunos | 61 |
| 2.2.5 Fontes de fomento | 61 |
| 2.3 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO | 70 |

| | |
|---|------------|
| 2.3.1 Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização..... | 70 |
| 2.3.2 Relevância das atividades de extensão na comunidade | 73 |
| 2.4 POLÍTICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO..... | 78 |
| 2.4.1 Políticas institucionais de pós-graduação..... | 92 |
| 2.4.2 Integração entre graduação e pós-graduação..... | 96 |
| CAPÍTULO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL..... | 103 |
| 3.1 POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA FURB COM O SETOR PÚBLICO, MERCADO DE TRABALHO, INSTITUIÇÕES CULTURAIS E EDUCATIVAS DE TODOS OS NÍVEIS E MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS | 103 |
| 3.2 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL | 111 |
| 3.3 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL..... | 112 |
| 3.4 POLÍTICA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E MEMÓRIA CULTURAL..... | 115 |
| CAPÍTULO 4 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE | 122 |
| 4.1 SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DA FURB COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA..... | 123 |
| 4.2. IMAGEM PÚBLICA | 126 |
| CAPÍTULO 5 - POLÍTICAS DE PESSOAL, CARREIRA DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO | 131 |
| 5.1 PLANO DE CARREIRA DOS PROFESSORES..... | 131 |
| 5.2 PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS..... | 136 |
| 5.3. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL | 139 |
| 5.4. CLIMA INSTITUCIONAL | 140 |
| CAPÍTULO 6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FURB, FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS..... | 146 |
| 6.1 PLANOS DE GESTÃO, OBJETIVOS E METAS | 150 |
| 6.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS..... | 155 |
| 6.3 GESTÃO ESTRATÉGICA..... | 157 |
| CAPÍTULO 7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA | 162 |
| 7.1 POLÍTICAS DE AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DO ESPAÇO FÍSICO..... | 162 |
| 7.2 POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SEGURANÇA DE EQUIPAMENTOS..... | 170 |
| 7.3 POLÍTICAS DE INFORMATIZAÇÃO..... | 172 |

| | |
|---|------------|
| 7.4 BIBLIOTECAS..... | 174 |
| 7.5 LABORATÓRIOS | 174 |
| 7.6 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS..... | 175 |
| 7.7 ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS. | 175 |
| CAPÍTULO 8 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO..... | 182 |
| 8.1. PLANEJAMENTO GERAL | 187 |
| 8.2 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO GERAL. | 201 |
| CAPÍTULO 9 - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS | 206 |
| 9.1 POLÍTICA DE ACESSO (FORMAS DE INGRESSO, ÍNDICES DE MATRÍCULA, REINGRESSO, TRANSFERÊNCIAS EXTERNAS) | 206 |
| 9.2 POLÍTICA DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA FURB: FINANCIAMENTO E BOLSAS DE ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL E PEDAGÓGICO E DE REORIENTAÇÃO PROFISSIONAL..... | 208 |
| 9.3 PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS (EVENTOS, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INTERCÂMBIOS, EXTENSÃO E ÓRGÃOS COLEGIADOS) | 212 |
| 9.4 ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS..... | 214 |
| 9.5 POLÍTICA DE ACESSO DOS ESTUDANTES AOS DADOS, ÀS INFORMAÇÕES E AOS REGISTROS ACADÊMICOS: GUIAS, AGENDAS, EDITAIS, CONVÊNIOS, E-MAIL, SITES, ALOJAMENTOS, LEGISLAÇÃO ACADÊMICA, ETC | 214 |
| CAPÍTULO 10 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA..... | 221 |
| 10.1. POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA | 221 |
| 10.2. POLÍTICA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS..... | 223 |
| 10.3. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS..... | 227 |
| 10.4. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS: DESENVOLVIMENTO, CAPACITAÇÃO, SALÁRIOS, CARREIRA, BENEFÍCIOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS | 231 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 238 |
| REFERÊNCIAS..... | 241 |

APRESENTAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da FURB disponibiliza à comunidade interna e externa o Relatório do segundo processo de Autoavaliação Institucional relativo ao período 2006-2008. Este documento vem dar continuidade a todo um processo de caráter reflexivo e de compreensão de dados acerca da realidade institucional. O presente Relatório oferece uma visão global da FURB, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, e pretende auxiliar na construção de uma universidade melhor e mais forte. A publicação deste documento demonstra os esforços realizados pela Instituição, na figura de sua CPA, para trazer a discussão junto à comunidade, dos seus acertos e fragilidades, demonstrando maturidade e entendimento de que a prática da autoavaliação é um instrumento de gestão. Dessa forma fica evidenciado o merecido reconhecimento por esse documento, que visa promover a emancipação da Instituição, na busca por soluções de suas dificuldades.

Muitas das questões levantadas pelo relatório anterior de autoavaliação (2001-2005) foram tratadas desde então, nas metas do Planejamento Estratégico, e no dia a dia da instituição, como por exemplo, as condições de acessibilidade, previstas na infraestrutura. Isto demonstra que a Universidade tem feito bom uso das recomendações feitas pela sua Comissão Própria de Avaliação.

Nos textos, quadros e gráficos que seguem, a CPA procurou confrontar (i) as informações obtidas no último processo de autoavaliação (2001-2005); (ii) o Balanço Crítico, realizado no ano de 2008, documento que traz os resultados alcançados pela instituição, listados pelos gestores e; (iii) os novos resultados obtidos no processo de desenvolvimento da atual avaliação.

A Comissão entende que se pudermos retratar a instituição que temos, teremos condições de trabalhar a universidade que queremos.

Mauro Rogério da Silva
Coordenador da CPA

INTRODUÇÃO

A CPA considerou importante que, no presente Relatório (2006-2008), constassem todas as informações referentes ao seu histórico, as concepções, princípios e metodologia do seu processo de autoavaliação e os indicadores e parâmetros que foram usados para qualificação da instituição. Desta forma, as informações encontradas nesta introdução, em relação ao relatório anterior, sofreram apenas modificações ou atualizações que se fizeram necessárias.

A UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

A Universidade Regional de Blumenau, situada no Vale do Itajaí, em Blumenau, Estado de Santa Catarina, é fruto de um movimento comunitário iniciado em 1953 que resultou na criação, em 1964, através de lei municipal, da Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau.

Essa iniciativa, pioneira no Estado, além de contribuir para o desenvolvimento da região, romperia com a monopolização do ensino superior exercido pela Capital do Estado, criando mais uma alternativa para a formação do capital humano.

Com muito esforço coletivo, a FURB foi se consolidando na região como referência para a educação superior e assim, no dia 14 de fevereiro de 1985 ocorreu a publicação no Diário Oficial da União, da Portaria Ministerial que deferiu o seu reconhecimento como Universidade. Conforme o dizer do então Ministro da Educação, Dr. Marco Maciel, “isto aconteceu não por um querer do Governo, mas antes brotou de um querer coletivo, de uma tomada de consciência da comunidade”.

Atualmente a Universidade Regional de Blumenau é mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, instituída pela Lei Municipal n. 1557, de 14 de dezembro de 1968, e consolidada, pela Lei Complementar Municipal n. 80, de 21 de março de 1995, com sede e foro na cidade de Blumenau, onde funciona à Rua Antônio da Veiga n. 140.

Esta Fundação é uma entidade de fins não lucrativos, pessoa jurídica de direito público, incluída como órgão autônomo na estrutura administrativa do Poder

Executivo Municipal, sendo mantenedora, além da Universidade Regional de Blumenau, também da Escola Técnica do Vale do Itajaí (ETEVl) e do Núcleo de Rádio e Televisão Educativa Vale do Itajaí (NRTV).

A Universidade Regional de Blumenau é uma instituição de ensino superior que, fundamentada no princípio inalienável da liberdade de pensamento e de crítica, está integrada com a comunidade, agente de transformações sociais, tendo por **missão** básica a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural, com vistas ao bem-estar e à valorização do homem. Visando alcançar suas finalidades, a Universidade se propõe a ministrar o ensino para a formação de pessoas; promover e estimular a pesquisa científica e tecnológica e o desenvolvimento de atividades em todos os campos do saber; estender à comunidade, sob a forma de cursos, serviços e outras atividades, a sabedoria, a ciência, a técnica, a cultura e o resultado de suas pesquisas; estudar os problemas socioeconômicos regionais, nacionais e internacionais, com o propósito de servir e buscar soluções.

A Escola Técnica do Vale do Itajaí (ETEVl) tem como objetivo o ensino de nível médio, visando atender às necessidades de formação básica, observando-se a legislação vigente.

O Núcleo de Rádio e Televisão Educativa Vale do Itajaí (NRTV) propõe-se a executar serviços de radiodifusão educativa, a produzir e veicular programas educativos, culturais, esportivos, científicos de televisão e rádio, sendo retransmissor da TV Educativa no Vale do Itajaí.

Sendo uma instituição pública comunitária, a FURB segue princípios democráticos de gestão. Está baseada em uma estrutura colegiada constituída por unidades organizadas de acordo com as diferentes áreas de conhecimento e tem como instâncias deliberativas, normativas e consultivas superiores o Conselho de Administração – CONSAD, Conselho Universitário – CONSUNI e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE.

Passadas quatro décadas, a Universidade é atualmente um referencial na área de educação. É reconhecida por toda a sociedade, tendo graduado aproximadamente 30 mil profissionais em diversas áreas do saber. Oferece à comunidade 39 Cursos de Graduação, 9 Mestrados, 1 doutorado e dezenas de cursos *Lato Sensu*. Em termos de infraestrutura dispõe de uma área total de 645,8 mil m², distribuídos em 7 campi com aproximadamente 240 salas de aula e 150

salas ambientes e laboratórios, totalizando 102.701 mil m² de área construída. Conta com uma ampla Biblioteca Central, com 6.900m² de área útil e mais de 500 mil volumes, colocando a FURB em condições de igualdade com as melhores universidades do país. Tem oferecido à comunidade local vários eventos, como o Festival Universitário de Teatro e Promoções Culturais, entre outros, pois possui, através da sua Divisão de Promoções Culturais, cinco Grupos Estáveis de Produção Artística: Orquestra, Coro, Grupo Folclórico, Grupo Teatral Phoenix e Camerata de Violões. Oferece aos seus estudantes Programas de apoio psicológico, de reorientação e qualificação profissional, além da oferta de um Programa de Educação Permanente – PROAP.

Mantém atendimento junto à comunidade nas áreas de Serviço Social e Saúde (Direito, Medicina, Odontologia, Fisioterapia e Psicologia). A assessoria judiciária é prestada através do Núcleo de Prática Jurídica e de convênios firmados junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, oferecendo assistência compartilhada de atendimentos nas áreas de Direito, Serviço Social e Psicologia. O ambulatório da FURB é uma unidade de referência de especialidade junto ao Sistema Municipal de Saúde de Blumenau. Esses serviços revelam a integração de Ensino e Extensão por meio da Graduação ou Pós-Graduação.

Os serviços de Rádio e Televisão Educativa também contribuem para a inserção da FURB na comunidade. São também desenvolvidas atividades relacionadas à investigação ambiental, social e tecnológica através de seus Institutos de Pesquisa (IPA, IPS, IPTB). Abriga, ainda, uma Editora - EDIFURB que trabalha com diversas linhas editoriais, facilitando a socialização dos conhecimentos produzidos na Universidade e na Comunidade.

Em 2002, a Resolução CEE/SC Nº. 147, de 09/04/2002 renova o Credenciamento da Universidade Regional de Blumenau – FURB, mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, pelo prazo de 05 (cinco) anos. O D.O.E./SC, no dia 06/08/2002, publica o Decreto Estadual Nº 5.494, de renovação do credenciamento da Universidade Regional de Blumenau.

A AUTOAVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB

CONCEPÇÃO, PRINCÍPIOS E METODOLOGIA

O processo formal de autoavaliação institucional da FURB, iniciado em 1995, gerou importantes substratos para o redimensionamento de várias ações na instituição. Em fevereiro de 2003, em decorrência da nova gestão que iniciava seus trabalhos na Instituição e em função das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, foi promovido pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação um Seminário de Avaliação Institucional. O seminário teve por objetivo iniciar um debate sobre a necessidade e a importância de redimensionar o processo de Avaliação Institucional dentro da Universidade. Na ocasião, as comunidades, interna e externa, tiveram a oportunidade de analisar a caminhada e os resultados produzidos pelo processo de avaliação até então em vigor na Instituição, conduzido pela COMAVI, bem como acompanhar palestras de especialistas, tanto no tema quanto na nova proposta de avaliação da educação superior a ser implantada pelo MEC.

A partir dessas discussões, considerou-se que as experiências vividas até então na FURB foram importantes para a implantação da cultura da avaliação institucional e também serviram de base para repensar o programa, a fim de adequá-lo ao papel da Universidade na comunidade que, conforme aponta o cenário nacional, deverá voltar-se fortemente para o aspecto social. Dessa forma, entendeu-se que a busca da qualidade deve estar presente em todas as funções exercidas pela Universidade e, para tanto, julgou-se necessário a implantação de um processo de avaliação mais amplo e participativo.

Como resultado deste repensar provocado e promovido pelo Seminário e pelas políticas públicas de avaliação institucional, a plenária nomeou um Grupo de Estudos em Avaliação, a fim de dar continuidade à discussão do assunto. Esse grupo formado por alunos, funcionários e docentes de diversas áreas da Instituição, após vários encontros, definiu as concepções e princípios norteadores do Programa de Avaliação Institucional da FURB.

Assim a FURB assume, a partir de então, como Avaliação Institucional o processo de atribuição de significados, por toda a comunidade universitária e

membros da comunidade externa, a um conjunto de dados/informações, coletados de forma sistemática e ampla, sobre os aspectos que determinam a finalidade de existência da instituição.

O processo deverá ser de caráter contínuo de análise e compreensão de dados sobre a realidade da Instituição e pretende fornecer uma visão global da mesma, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, facilitando o redimensionamento da política e dos projetos para a Universidade.

Os aspectos apontados aqui indicam, então, a necessidade da conjugação da autoavaliação com processos de avaliação externa, envolvendo tanto a sociedade civil quanto os órgãos governamentais, pois, como se sabe, a autoavaliação sozinha é vista como uma metodologia corporativa que limita o conhecimento da Instituição.

Essas decisões conduziram a Instituição a integrar-se ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação, proposto pelo Ministério da Educação e Cultura, conforme Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, pois percebeu-se que há consonância quanto à concepção e objetivos do processo de autoavaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

Como a FURB é uma instituição vinculada ao Sistema Estadual de Educação, encontrou respaldo para esta sua decisão no acordo de cooperação técnica firmado entre a CONAES e o CEE/SC, em abril de 2005 (**ANEXO A**) e na Resolução Nº. 088/CEE-SC/2005, que fixa normas para a avaliação das Instituições de Educação Superior no Sistema Estadual de Educação.

O processo de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau, ora implantado, tem como objetivos:

– buscar informações que permitam uma visão global dos processos sociais, pedagógicos e científicos envolvidos nas atividades acadêmicas, de modo a identificar os problemas e suas causas, as possibilidades e as potencialidades da Instituição no cumprimento de sua missão social, melhorando suas condições de atuação e fortalecendo-a;

- sensibilizar e mobilizar a Comunidade Universitária para a necessidade de criar uma cultura de busca da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão;

- envolver a Comunidade Universitária, a sociedade e os ex-alunos em uma permanente reflexão, autocrítica e participação no desenvolvimento institucional e social.

Com vistas ao alcance dos referidos objetivos, as comunidades interna e externa foram mobilizadas, conforme cronograma **(ANEXO B)**, através de várias estratégias, em três etapas distintas:

1ª. Etapa: Preparação

Esta etapa envolveu principalmente a comunidade interna, inclusive os gestores. Dessa fase resultou a Constituição da CPA – Portaria Nº. 415/2004, que teve como primeira tarefa a elaboração e o encaminhamento ao Conselho Universitário – CONSUNI, para análise e aprovação, do projeto de regulamento da condução da avaliação institucional da FURB, o qual resultou na Resolução 14/2005, alterada pela Resolução 20/2005. Outra ação de grande importância dessa etapa foi a sensibilização da comunidade interna quanto à nova proposta de autoavaliação integrada aos princípios do SINAES. Tendo em vista a adesão da Instituição ao SINAES, partiu-se do princípio de que para alcançar-se o pleno sucesso nessa iniciativa, toda a comunidade universitária deveria conhecer os pressupostos do referido sistema de avaliação. Inicialmente, todos os membros da CPA participaram de estudos internos e de eventos promovidos em âmbito regional e nacional. Os estudos internos, inclusive com toda a comunidade universitária, foram realizados em seminários específicos, nas palestras durante as semanas acadêmicas e nas reuniões dos conselhos, dos colegiados e dos departamentos. Após esta fase de estudos, a CPA coordenou a elaboração da proposta de autoavaliação.

A CPA, ao organizar a proposta de autoavaliação, com base nos pressupostos do SINAES, procurou envolver todas as pessoas que direta ou indiretamente integram a instituição, comunidade interna e externa. Esta participação ocorreu nos seminários organizados com tal finalidade **(ANEXO B)**, e também nas reuniões dos órgãos e colegiados constituídos.

É oportuno destacar que a integração da FURB ao Sistema ACADEMIA foi fundamental neste momento, pois o desafio proposto pelo SINAES motivou a troca de experiências entre as IES do Sistema ACADEMIA com propósito de adotarem procedimentos comuns. Por conseguinte, a Câmara de Graduação instituiu um

grupo de trabalho (GT) com o objetivo de sistematizar a metodologia de autoavaliação proposta pela legislação. Este GT, composto por especialistas e técnicos em Avaliação Institucional em atividade nas IES do Sistema ACADE, realizou reuniões no período de abril a novembro de 2005, elaborando coletivamente as planilhas e os roteiros para a autoavaliação institucional. Em função disso, os procedimentos e alguns instrumentos adotados pela FURB são similares aos de outras IES do Sistema ACADE, pois a FURB integrou este GT cujo trabalho final encontra-se publicado no documento: *Avaliação Institucional para as IES do Sistema ACADE*.

2ª. Etapa: Desenvolvimento

Esta etapa consistiu na operacionalização da proposta definida pela comunidade acadêmica. Foi o momento em que foram efetivadas as seguintes atividades:

1) Levantamento de dados e informações pela CPA, do período 2006 – 2008, mediante análise de relatórios, de documentos oficiais, consulta à comunidade interna e visita “*in loco*”.

2) Preenchimento de tabelas com dados quantitativos (**ANEXO C**), para fundamentar a avaliação das várias dimensões. Esta atividade envolveu todos os membros da CPA, chefias, docentes e servidores técnico-administrativos.

3) Coleta de pareceres avaliativos na comunidade interna do período 2006 – 2008: diferentes segmentos da comunidade universitária participaram da autoavaliação institucional, respondendo questionários (**ANEXO D**), ou se manifestando nos seminários avaliativos (**ANEXO B**). A pesquisa através de questionários foi realizada *on-line*, envolvendo gestores, coordenadores de curso, docentes, técnico-administrativos e discentes. O índice de respostas foi considerado satisfatório, pois obteve-se: 83,78% de gestores respondentes; 43,50% de docentes; 40,80% de servidores técnico-administrativos; 81,58% de Coordenadores de Curso e 15,63% de discentes.

3ª. Etapa: Consolidação

Este relatório, ora apresentado a toda a comunidade, e de responsabilidade da CPA, está pautado em uma série de relatórios e documentos produzidos na instituição, especificados nas planilhas avaliativas, bem como nos resultados dos questionários preenchidos pelos discentes, docentes, técnico-administrativos, coordenadores e gestores. A CPA tem clareza que o processo de autoavaliação não se encerra com a finalização deste relatório. Para a consolidação de todo o processo haverá a publicação dos resultados de forma ampla e participativa. Todos os espaços e meios disponíveis na Instituição serão utilizados, como: seminários, reuniões por departamentos e ou colegiados, e boletins impressos e eletrônicos. Posteriormente, passado o primeiro ano, da divulgação dos resultados deste relatório, será feita uma reflexão sobre o processo avaliativo desenvolvido, das estratégias utilizadas e das dificuldades e dos avanços que se apresentaram durante a caminhada em busca desse autoconhecimento institucional. Neste momento também são levantadas informações, junto aos gestores da Instituição, sobre os andamentos das recomendações feitas por esta comissão, referentes às dez dimensões, definidas no relatório de autoavaliação. O documento, gerado a partir destas reflexões, é chamado pela CPA de “Balanço Crítico” e permite a consolidação de todo o processo.

Indicadores e parâmetros para qualificação da instituição

A proposta de autoavaliação da FURB concebeu como indicadores, evidências concretas de uma determinada categoria que caracteriza a realidade de cada uma das dez dimensões institucionais. Devem possibilitar a apreciação do nível ou qualidade da ação desenvolvida, de acordo com os padrões avaliativos estabelecidos.

Durante a avaliação dos indicadores, a comunidade avaliadora e a CPA analisaram a articulação, coerência, consonância, adequação, integração, intensidade, consistência, congruência, pertinência, consolidação, direcionamento, difusão, compartilhamento, construção coletiva e institucionalização do conjunto de projetos e práticas constitutivas da identidade da Universidade Regional de

Blumenau. Foi considerado também o nível de apropriação - pelas comunidades interna e externa - das políticas e de seus resultados.

Tendo em vista a estreita articulação que deverá ocorrer entre a avaliação interna e a externa e considerando que o relatório da autoavaliação servirá como principal fonte de informação para a avaliação externa, optou-se no Sistema ACAFE, referendado pela comunidade interna, por estabelecer nas planilhas avaliativas a mesma escala numérica adotada pelos avaliadores externos e prevista no parágrafo 3º. do Art. 3º. da Lei 10.861/04. Esta escala compõe-se de cinco níveis, que nesta proposta da FURB seguiu o seguinte padrão avaliativo:

Níveis 1 e 2 – Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3 - Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Níveis 4 e 5 – Evidência completa: situação ou desempenho forte.

A escala contempla, também, a condição Não se Aplica. Ao assinalar esta condição a CPA deverá justificar as razões da escolha tendo como referência os documentos da instituição.

Ainda, para garantir a melhor articulação entre as avaliações interna e a externa, os seguintes critérios¹, também estabelecidos para os avaliadores externos, serão observados para a identificação dos níveis nos indicadores a serem avaliados durante o autoconhecimento da instituição:

1 – indicador pouco perceptível, insuficiente ou em situação fragmentada; conexão/vínculo inexistente ou muito precário com as características da instituição e seu entorno; inadequado ou pouco pertinente às práticas institucionais; incoerente com objetivos enunciados nos documentos e/ou com as condições de funcionamento da instituição; não regulamentado.

2 – indicador com evidência eventual/acidental; quando aparece, não decorre de processo intencional/direcionado por políticas previamente formuladas e/ou por ações de gestores, nem resulta de práticas institucionais definidas e divulgadas; pouco freqüente/pouco intenso; inconstante; baixa conexão/vínculo com atores acadêmicos e com o entorno; pouco adequado/pertinente com práticas institucionais; reflete apenas em parte objetivos enunciados nos documentos e/ou as

¹ Critérios: são os padrões que servem de base para comparação, julgamento ou apreciação de um indicador.

condições de funcionamento da instituição; regulamentação precária ou em elaboração; poucos canais de difusão de informação.

3 – indicador que denota programas e ações adequados aos objetivos propostos pela IES; coerente com as normas e com algumas práticas institucionais; resulta e/ou expressa, ainda que de forma incipiente, uma diretriz de ação; acessível ao conhecimento da comunidade interna; práticas em via de institucionalização ou, então, políticas institucionais presentes em processo de implantação.

4 – indicador que revela coerência, pertinência e congruência entre objetivos/normas e a maioria das práticas institucionais; ou expressa uma diretriz clara e definida para a ação dos atores acadêmicos; as normas e ou diretrizes são de conhecimento da comunidade interna; apresenta práticas institucionalizadas e difundidas.

5 – indicador que apresenta políticas/objetivos explícitos em documentos e traduzidos em práticas consolidadas e institucionalizadas; há indicativos claros de organização e gestão com visão de futuro, ação direcionada; consistência nas práticas; política institucional assumida pelos atores internos e visível para a comunidade externa, conferindo identidade à instituição.

É o resultado da avaliação das dez dimensões, com suas respectivas categorias e indicadores, de forma contextualizada, que se está apresentando ao longo dos dez capítulos deste relatório.

CAPÍTULO 1 - MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Universidade Regional de Blumenau - FURB tem como documentos norteadores de suas metas e ações o Planejamento Estratégico **(ANEXO E)**, o Estatuto da Universidade como dispositivo orientador de suas finalidades e estrutura organizacional e o PPP da graduação **(ANEXO F)** como definidor das diretrizes pedagógicas. Aparentemente a forma fragmentada com que os documentos norteadores da Instituição aparecem não tem impedido a Universidade de se desenvolver. Os Resultados obtidos no Balanço Crítico do período 2001 -2005 **(ANEXO G)**, realizado no ano de 2008, demonstram que a instituição ainda não tem num só documento todo esse universo. Porém em decorrência de recomendações feita por esta comissão (CPA) o primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da Universidade Regional de Blumenau foi iniciado neste mesmo ano de 2008.

1.1 MISSÃO

A FURB, atualmente, tem pautado suas atividades com base no Planejamento Estratégico 2006-2010. Neste documento os gestores definiram seis objetivos estratégicos que estabelecem os critérios que a instituição usará para balizar seu progresso. São eles: Desenvolvimento Socioeconômico, Econômico financeiro, Mercado e Imagem, Qualidade para o Cliente, Tecnologia e Processos, Patrimônio Humano. A partir dos seis objetivos estratégicos foram definidas 15 metas, cujo andamento é medido por diversos indicadores. Com o objetivo de viabilizar as metas institucionais foram propostos 18 projetos estratégicos que atuam de forma transversal sobre as metas. A metodologia prevê o envolvimento do grupo gestor em todo o processo, acompanhamento mensal dos resultados com base nos indicadores de desempenho e definição clara da estrutura organizacional e responsável por todas as metas contratadas.

O Planejamento Estratégico apresenta a seguinte missão: “Promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável integrando o ensino, a pesquisa e a extensão, com intensa inserção comunitária”.

De conformidade com a Resolução Nº. 17/2001, Estatuto da Universidade Regional de Blumenau, o artigo 2º dispõe sobre as finalidades da instituição:

Art. 2º A Universidade Regional de Blumenau, inspirada na universalidade do saber e nos ideais democráticos de solidariedade humana, é uma instituição integrada à comunidade, agente de transformações sociais, e tem por finalidades:

I - promover as atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de serviços, de forma permanente e abrangente, em todos os níveis;

II – propiciar o desenvolvimento da cidadania, incrementar propostas e realizações, pesquisa institucional, visando o desenvolvimento regional e global, científico, tecnológico, cultural, com vista ao bem-estar e à valorização do ser humano;

III - promover a divulgação científica, tecnológica e artístico-cultural, visando colocar o conhecimento sistematizado para o desenvolvimento e transformação da Sociedade.

Comparando-se os objetivos, normas e finalidades institucionais previstos no estatuto da universidade com a missão da instituição prevista no seu Planejamento Estratégico observa-se que existe **coerência entre a missão e os objetivos/finalidades institucionais**. A CPA considerou a pontuação 5 para esse indicador.

1.2 OBJETIVOS/FINALIDADES.

A comunidade universitária entende que há **clareza dos objetivos institucionais**, pois os mesmos são nitidamente definidos no Planejamento Estratégico. A atual gestão tem demonstrado preocupação em divulgar os objetivos do Planejamento Estratégico. Foi criado um informe interno chamado Ação Estratégica. No entanto, essa comunicação ainda se mostra insuficiente, razão pela qual o indicador recebeu o valor 4.

Quanto à **tradução dos/as objetivos/finalidades em ações na realidade institucional**, a comunidade acadêmica e a CPA reunidas no seminário avaliativo concluíram que este indicador deva ser manter no valor 4 atribuído anteriormente. A atual administração superior tem pautado suas ações no que está definido no Planejamento Estratégico, porém, entende-se que os

objetivos/finalidades devam nortear também as ações da administração setorial, o que não é realizado atualmente.

1.3 DIRETRIZES

As diretrizes institucionais estão inseridas no Planejamento Estratégico e compreendem a missão e os objetivos estratégicos já mencionados acima. Assim sendo, o indicador que trata da **sintonia das diretrizes institucionais do Planejamento Estratégico com o PPP da Graduação**, sofreu recuo no entender da comunidade presente no seminário de autoavaliação, passando o indicador do valor 4 para 3. Para essa conclusão contribuíram os questionários respondidos por gestores e professores (**ANEXO D**) que trazem dados que comprovam esta baixa sintonia. A análise dos questionários respondidos pelos gestores comprova que apenas 29% deles consideram boa esta sintonia. Entre os professores, os índices bom e ótimo, são ligeiramente superiores a 37%. Mesmo assim, percebe-se que quase 55% dos gestores consideram essa sintonia regular, ruim ou péssima. Entre os professores são mais de 38%. Igualmente relevante foi o percentual de respondentes que dizem não conhecer sintonia entre Planejamento Estratégico e o PPP da Graduação. O próprio fato de desconhecer essa relação indica fragilidades no processo, pois significa que tais documentos não são de apropriação de grande parte dos atores da instituição, 16% de gestores e 24% de professores. A CPA concorda com o valor estabelecido para o indicador.

1.4 COMPROMISSOS DA FURB

A fim de atingir seus objetivos, e levando em conta a realidade apontada na análise dos diferentes cenários, conforme consta no Planejamento Estratégico, a Universidade assumiu os seguintes objetivos estratégicos (QUADRO 1):

| Área de DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO | | Metas de Resultados |
|--|-----------|---|
| Atender demandas e intervir proativamente no ambiente externo por meio da ampliação do relacionamento, da representatividade e da inserção comunitária. | 1 | Aumentar a inserção comunitária |
| | 2 | Ampliar a representatividade e o relacionamento externo |
| Área do ECONÔMICO-FINANCEIRO | | Metas de Resultados |
| Attingir a auto-sustentabilidade, através do crescimento da receita, da diversificação de suas fontes e da melhoria dos resultados operacionais. | 3 | Crescimento e diversificação da receita |
| | 4 | Melhoria dos resultados operacionais |
| Área de MERCADO e IMAGEM | | Metas de Resultados |
| Aumentar as vendas e a margem de contribuição, por meio oferta de novos produtos, ampliação da abrangência geográfica e em novos segmentos, da melhoria da eficiência comercial e da imagem institucional. | 5 | Volume de vendas e margem de contribuição |
| | 6 | Abrangência geográfica |
| | 7 | Eficiência comercial |
| | 8 | Imagem Institucional |
| Área de QUALIDADE para o CLIENTE | | Metas de Resultados |
| Ofertar produtos inovadores e de qualidade que proporcionem crescimento profissional, experiência internacional, integração à vida acadêmica e elevada satisfação do cliente. | 9 | Inovação em produtos |
| | 10 | Qualificação de produtos |
| | 11 | Qualificar a infra-estrutura acadêmica |
| Área de TECNOLOGIA e PROCESSOS | | Metas de Resultados |
| Melhorar a eficiência operacional e a agilidade dos processos, por meio de sistemas de tecnologia de informação e comunicação adequados. | 12 | Agilização e eficiência dos processos |
| | 13 | Qualificar a infra-estrutura de TIC |
| Área de PATRIMÔNIO HUMANO | | Metas de Resultados |
| Aumentar o grau de comprometimento com a instituição, por meio da valorização e do desenvolvimento das pessoas. | 14 | Aumentar o grau de comprometimento com a instituição |
| | 15 | Promover a valorização e o desenvolvimento das pessoas |

Quadro 1 – Objetivos estratégicos e metas de resultados do Planejamento Estratégico.

Fonte: COPLAN

Quanto ao **alcance das metas definidas no Planejamento Estratégico**, durante o processo avaliativo a comunidade manifestou que há programas e ações adequadas, e que, diferentemente do passado, quando estavam apenas em vias de implantação, hoje já se encontram institucionalizadas e difundidas. No entanto, os questionários aplicados pela CPA a quase toda a comunidade acadêmica trazem estatísticas que contrariam a argumentação apresentada durante o seminário avaliativo. Embora os gestores tenham avaliado bem esta questão (64,52% responderam bom e ótimo), entre os coordenadores que avaliaram 57,14% consideraram ruim ou regular, professores que avaliaram 48,93% consideraram regular, ruim e péssimo e entre os técnico-administrativos que avaliaram 60,54% consideraram regular, ruim e péssimo. Sendo assim, a CPA entende que o indicador deva permanecer com o valor 3 porque as metas não estão quantificadas e não possuem prazos, comprometendo a mensuração e a avaliação deste indicador.

No tocante ao indicador **comprometimento dos dirigentes da instituição na construção do Planejamento Estratégico**, conforme questionário aplicado pela CPA junto aos gestores, 80,65% destes consideraram ótimo ou bom. A CPA e os participantes do seminário de autoavaliação optaram por manter o valor 4 para este indicador, face de que nem todos os dirigentes da instituição participaram desta construção.

Quanto ao indicador **comprometimento dos dirigentes na implementação e revisão periódica do Planejamento Estratégico**, observou-se que existem reuniões de monitoramento e planejamento – AGM (Acompanhamento de Gerenciamento Mensal). Como ponto positivo ainda observa-se que a atual gestão criou mecanismo (informativo “Ação Estratégica”) para prestar contas e divulgar junto da comunidade as ações em andamento e os resultados alcançados no plano. Questionários aplicados pela CPA junto aos gestores da Instituição revelaram que mais de 70% deles consideram bom ou ótimo o comprometimento com a implementação e revisão do Planejamento Estratégico. Desta forma, a CPA achou por bem majorar este indicador de 3 para 4.

1.5 CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO REGIONAL

Como contextualizado no relatório anterior a FURB está amplamente inserida no meio social e vem contribuindo para conquistas nas áreas do saber, através de seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, optando pela promoção, não só da ciência e da tecnologia, mas, também do bem-estar social, sempre com responsabilidade para não ferir a realidade da sociedade local e regional. A preocupação da FURB com o contexto regional é visível no atual documento (Planejamento Estratégico 2008-2012). Na área de desenvolvimento sócio econômico estão definidas as seguintes políticas: atender demandas e intervir proativamente no ambiente externo por meio da ampliação do relacionamento, da representatividade e da inserção comunitária. Este objetivo estratégico está contemplado em duas metas de resultados que são: aumentar a inserção comunitária e ampliar a representatividade e o relacionamento externo. Além das metas da atual gestão a universidade também participa de programas Institucionais de longo prazo. Um exemplo é o programa de desenvolvimento regional denominado “Projeto Meu Lugar” em parceria com: O PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Governo do Estado de Santa Catarina, através da SDR/Blumenau - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau, conforme já citado no relatório anterior. Outro exemplo é o Observatório do Desenvolvimento Regional, um programa de extensão da Universidade Regional de Blumenau, que busca aprofundar o conhecimento da realidade regional, de forma a orientar a atuação local, sem perder de vista o contexto externo.

Essa relação com o contexto regional, também é perceptível nos projetos de ensino de graduação de todas as áreas, principalmente nos cursos que contemplam Estágios e Práticas, de forma mais intensa nos Cursos de Licenciatura, Cursos da Área da Saúde, Serviço Social, Direito, Engenharias e Administração de Empresas. Nos projetos de pesquisa e extensão, cursos de pós-graduação e em serviços prestados, principalmente através dos institutos IPA, IPS e IPT, também está expressa a preocupação em atender as necessidades locais.

Os projetos em parceria com a AMMVI - Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí para elaboração ou revisão dos Planos Diretores das prefeituras municipais da região, também revelam esta integração.

Outro projeto que também pode ser citado é o Programa Construir (Assessoria e serviços técnicos para associações comunitárias do município de Blumenau).

Quanto ao indicador **sintonia entre as políticas da FURB e o contexto socioeconômico regional**, a FURB está contextualizada na sociedade sob a forma de representação oficial em órgãos de classe, conselhos, comissões, nas esferas municipal, regional, estadual e federal. Por outro lado existe a participação de representantes da comunidade externa nos conselhos superiores e outros órgãos da Universidade. Na pesquisa efetuada pela CPA junto aos gestores ficou comprovado que cerca de 80% deles consideram ótima ou boa a sintonia das políticas da instituição com o contexto regional.

A comunidade acadêmica reunida no seminário autoavaliativo considera, no entanto, que é necessária maior divulgação dos projetos em âmbito interno e externo, a fim de tornar as ações da FURB, com amplitude regional mais visíveis. Por essas razões a CPA opta por manter o valor 4 para esse indicador.

Em relação ao indicador **articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional**, ficou claro que a FURB atende eventuais demandas da comunidade, mas não interfere sobre essas políticas. Os presentes no seminário de autoavaliação concluíram que a Universidade realiza ações junto da comunidade quando solicitada, no entanto estas ações não são de iniciativa da instituição. Ante ao exposto manteve-se o valor 4.

1.6 DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO PPI

Em relação ao indicador **sintonia entre as políticas da FURB e os programas e projetos em desenvolvimento**, as políticas institucionais definidas pela FURB são encontradas no Planejamento Estratégico da Universidade. O atual plano contempla não apenas as políticas da FURB, agrupadas em seis grandes áreas (QUADRO 1), bem como as ações/planos/projetos. Não obstante as previsões no Planejamento Estratégico, não se vislumbrou a efetividade do desenvolvimento dos projetos. Por outro lado, os resultados dos questionários aplicados pela CPA junto aos gestores, principais responsáveis pelo PE, apontaram que 74% desses consideraram a sintonia ótima ou boa, mantendo o valor 4 a esse indicador.

1.7 PERFIL DO INGRESSANTE

No tocante ao indicador **identificação do perfil dos ingressantes pela FURB** a instituição realiza semestralmente uma Pesquisa Sócio-Econômico-Cultural com todos os Calouros pela COPLAN (Pesquisa institucional), com a finalidade de conhecer o perfil dos ingressantes e assim adequar às atividades didático-pedagógicas aos mesmos.

Fundamentado na existência destas pesquisas a CPA e a comunidade acadêmica concluíram que a FURB apresenta uma prática já consolidada na identificação do perfil dos ingressantes, atribuindo a esse indicador o valor máximo de 5.

1.8 PERFIL DO EGRESSO

A respeito do indicador **existência de uma base de dados de informações atualizadas sobre os egressos**, conforme já citado no relatório anterior, a instituição não possui um mecanismo oficial de identificação do perfil do egresso. O que se constata é a existência de uma pesquisa com os formandos realizada semestralmente pela COPLAN (Pesquisa Institucional) com a finalidade de ampliar o processo de avaliação do ensino dos cursos de graduação. A atual gestão criou a Central de Ex-Alunos.

Esta Central de Ex-alunos, que tem como objetivo catalogar dados e informações atualizadas sobre o egresso, justifica avanço nessa área, no entanto esta ação é de iniciativa do egresso. A comunidade acadêmica presente no seminário e a CPA, aumentou este indicador para 3, embora entenda-se que ainda resta muito a ser feito.

Já no que concerne ao indicador **relacionamento contínuo entre Instituição e egressos**, a Central de ex-alunos (www.furb.br/exalunos), tem também a finalidade de relacionamento e prestação de serviços aos mesmos. Mediante pagamento de meio crédito financeiro por mês, o ex-aluno tem direito a algumas vantagens como utilização da Biblioteca com possibilidade do empréstimo de até 2 livros e comunicação de assuntos interessantes aos ex-alunos, via e-mail. A decisão da comunidade no seminário de autoavaliação foi de manter o valor 2 a esse

indicador por entender que as ações nesse sentido refletem apenas em parte os objetivos enunciados nos documentos.

Quanto ao indicador **retorno do egresso da graduação para cursos de formação continuada** percebeu-se através de pesquisas realizadas pela COPLAN com os formandos que a maioria deles revelou interesse em frequentar cursos de pós-graduação. A Central de ex-alunos concede abatimento financeiro para cursos de pós-graduação, formação continuada, sequenciais e de línguas. No entanto em função da cobrança de meio crédito para cadastramento e permanência do egresso, muitos deles não se associam à Central, o que leva as Unidades Universitárias e Divisão de Pós-Graduação, de forma autônoma, a manter contato direto com o egresso para divulgação dos cursos de pós-graduação.

Apesar disto o retorno de ex-alunos para cursar cursos de pós-graduação, sequenciais e de línguas aumentou consideravelmente nos últimos anos. Assim sendo, comprovando o aumento no retorno dos egressos, a comunidade Universitária presente no Seminário de autoavaliação ampliou a nota para 4.

1.9 APROPRIAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – PPI PELA COMUNIDADE

Sobre o **grau de conhecimento e apropriação do Planejamento Estratégico pela comunidade interna** a CPA aplicou pesquisa com todos os segmentos da comunidade acadêmica (gestores, coordenadores, professores, alunos e Técnico-Administrativo) onde ficou demonstrado o grau de conhecimento e apropriação do Planejamento Estratégico. Entre os alunos que opinaram, 46,31% consideram ótimo/bom, 35,22% regular e 18,47% ruim e péssimo. Observa-se que 20% dos alunos desconhecem a existência do Plano. Entre os Funcionários Técnico-administrativos que opinaram, aproximadamente 31% consideram ótimo/bom, 43% regular e 26% ruim e péssimo. Entre os docentes que opinaram, 56,29% consideram ótimo/bom, 34,76% regular e 8,95% ruim e péssimo. Destaca-se o fato de que em torno de 13% dos mesmos não conhecem o Plano Estratégico da Instituição. Na avaliação, 100% dos gestores consideraram nível ótimo/bom enquanto entre os coordenadores, perto de 45% consideram bom e ótimo, 45% regular e 10% ruim e péssimo. Entre as ações que permitiram uma melhor

apropriação do Planejamento Estratégico estão as reuniões periódicas de acompanhamento do Planejamento Estratégico (AGM) e a divulgação do informativo Ação Estratégica a toda a comunidade acadêmica. Em função dos resultados dos questionários e das ações da atual gestão, a CPA e a comunidade acadêmica presente no Seminário definiram o valor 3 para este indicador.

1.10 PROJETOS, PROGRAMAS E REGULAMENTOS EM DESENVOLVIMENTO

Quando ao indicador **coerência entre programas/projetos em desenvolvimento e implementados e as metas traçadas no Planejamento Estratégico**, o Planejamento Estratégico de 2008-2012 traz a descrição de todas as metas da instituição. Vale observar que para cada meta há definição de um plano e/ou projeto, bem como os setores responsáveis pela execução (**ANEXO E**). Somado a isto observa-se também que a gestão da instituição mantém reuniões periódicas de Acompanhamento Gerencial Mensal (AGM) com a função de acompanhar a implementação das metas que foram definidas no Planejamento Estratégico.

O quadro abaixo mostra alguns dos planos e ações em execuções bem como os percentuais alcançados, medidos nas reuniões periódicas de AGM, demonstrando que esta coerência é uma prática consolidada na instituição. A CPA e a comunidade presente no seminário de autoavaliação decidiu elevar o indicador para o valor 4.

| | Projetos Estratégicos 2007/2008 | Planos e Ações 2009 | Acompanhamento dos Planos e Projetos |
|----------|--|---|---|
| 1 | Inovação Acadêmica | Otimização dos Custos dos Cursos de Graduação Projeto de Qualificação/reestruturação dos cursos de Graduação Presencial Ação PROESDE (100%) Plano de novos cursos Escola de Extensão (100%) | A análise dos PPPs para otimizar número de disciplinas é feito semestralmente. PPPs dos cursos estão sendo implementados. |

| | | | |
|----|-------------------------------------|--|--|
| | | | Articulação com os centros para oferecimento de nova modalidade de ensino (tecnologia). |
| 2 | FURB Digital | Plano FURB Ead | 80% |
| 3 | FURB Qualis A | Plano do lato sensu Plano stricto sensu Revisar a política dos programas Institucionais de extensão. | 80% |
| 4 | Relacionamento com o Estudante | Processo de Atendimento ao Estudante Projeto Crédito Educativo Municipal | 30% |
| 5 | Colégio Aplicação | Plano ETEVI - Resultado e Referência | 80% |
| 6 | Internacionalização da Universidade | Internacionalização da Universidade | 70% |
| 7 | Universidade Comunitária | Plano referente a Representações Externas | 20% |
| 8 | FURB Saúde | Ação no Plano de Evasão Término do Complexo Hospitalar. | Da etapa contratada, edificação ficou pronta, porém precisa da instalação dos complementares (elétrica, climatização) subestação e mobiliário. |
| 9 | Inovação Tecnológica | FURB Spin | 50% |
| 10 | Medidas Estruturais | Medidas Estruturais | 40 a 50% |
| 11 | Gestão Orçamentária | Gestão Orçamentária | 100% |
| 12 | Tecnologia da Informação | Plano PROAD/DTI - Qualificar a infraestrutura de TIC Plano PROAD/DTI - Capacitação de Pessoal em TI | 60% |
| 13 | Análise dos Cursos e Demandas | Projeto de Evasão e Reingresso | 30% |
| 14 | Marketing | FURB Empresarial (90%) | 60% |

| | | | |
|----|---------------------------------|---|---|
| | | Programa Interação FURB (100%) Projeto Loja e reestruturação da EDIFURB (95% - reeditar edital) Implantar uma política de comunicação integrada (70%) | |
| 15 | Espaço físico e Intra-estrutura | Processo Manutenção de Ambiente Aprendizagem Projeto FINEP - ambientes de aprendizagem | 60% |
| 16 | Ser Humano | Idem | 40% |
| 17 | Qualidade dos Processos | Plano Escritório de Processos Processo de Contas a receber Processo de Projetos Especiais | 70% |
| 18 | Formação Continuada | | Atividades desenvolvidas em conjunto com o projeto Ser Humano. |
| | - | Projeto FURB Federal | 20% |
| | - | Projeto Novos cursos/serviços BU | Propostas para serem implantado. |
| | - | Projeto dívida ativa (caixa d água) | 100% |
| | - | Plano de captação de recursos NRTV | 80% - foi implantada a OPEC. Também fechou contrato como produtora do canal futura. |
| | - | Plano de reorganização da programação Rádio&TV | 90% - Reformulação da grade da rádio. Na TV tem formatação nova. |
| | - | Projeto Defesa Civil – NRTV | 50% - Foi realizado o levantamento das informações e está na fase de formatação do documento. |

| | | |
|---|---|----------------------------------|
| - | Redução de gastos com atividade meio 2009 | 100% |
| | Projeto PDI e Avaliação Institucional. | Fechando o estudo da CPA - 100%. |

Quadro 2 – Projetos estratégicos, Planos e ações e acompanhamento do Planejamento Estratégico.

Fonte: COPLAN

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1.1 Missão | | | | | | |
| 1.1.1 Coerência entre a missão e os objetivos/finalidades institucionais. | | | | | | X |
| 1.2 Objetivos/Finalidades | | | | | | |
| 1.2.1 Clareza dos objetivos institucionais. | | | | | X | |
| 1.2.2 Tradução dos/as objetivos/finalidades em ações na realidade institucional. | | | | | X | |
| 1.3 Diretrizes | | | | | | |
| 1.3.1 Sintonia das diretrizes institucionais do Planejamento Estratégico com o PPP da graduação. | | | | X | | |
| 1.4 Compromissos da FURB | | | | | | |
| 1.4.1 Alcance das metas definidas no Planejamento Estratégico. | | | | X | | |
| 1.4.2 Comprometimento dos dirigentes da Instituição na construção do Planejamento Estratégico | | | | | X | |
| 1.4.3 Comprometimento dos dirigentes na implementação e revisão periódica do Planejamento Estratégico. | | | | | X | |
| 1.5 Contexto socioeconômico regional | | | | | | |
| 1.5.1 Sintonia entre as políticas definidas pela FURB e o contexto socioeconômico regional. | | | | | X | |
| 1.5.2 Articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional. | | | | | X | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 1.6 Definição das políticas institucionais no PPI | | | | | | |
| 1.6.1 Sintonia entre as políticas da FURB e os programas e projetos em desenvolvimento. | | | | | X | |
| 1.7 Perfil do ingressante | | | | | | |
| 1.7.1 Identificação do perfil dos ingressantes pela FURB. | | | | | | X |
| 1.8 Perfil do egresso | | | | | | |
| 1.8.1 Existência de uma base de dados de informações atualizadas sobre os egressos. | | | | X | | |
| 1.8.2 Relacionamento contínuo entre Instituição e egressos. | | | X | | | |
| 1.8.3 Retorno do egresso da graduação para cursos de formação continuada. | | | | | X | |
| 1.9 Apropriação do planejamento estratégico - PPI pela comunidade | | | | | | |
| 1.9.1 Grau de conhecimento e apropriação do Planejamento Estratégico pela comunidade interna. | | | | X | | |
| 1.10 Projetos, programas e regulamentos em desenvolvimento | | | | | | |
| 1.10.1 Coerência entre programas/projetos em desenvolvimento e implementados e as metas traçadas no Planejamento Estratégico. | | | | | X | |

Planilha Avaliativa 1 - Dimensão 1

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 1:

- Existência de documentos que orientam a gestão da instituição.
- Reuniões de Acompanhamento de Gerenciamento Mensal (AGM) com a finalidade de acompanhar as metas do Planejamento Estratégico.
- Divulgação das ações e resultados alcançados pela gestão (Informativos “Ação Estratégica”, “Em Dia”, e reuniões: “Fale com o Reitor”).
- Identificação do perfil do ingressante na FURB.
- Planejamentos de forma participativa (Planejamento Estratégico, PPP da Graduação, Planos Departamentais, PPP dos cursos).
- Coerência entre a missão, objetivos e finalidades institucionais.
- Coerência entre programa/projetos em desenvolvimento e as metas traçadas no Planejamento Estratégico.
- Sintonia entre as políticas definidas pela FURB e o contexto socioeconômico regional.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 1:

- As ações da administração setorial nem sempre acompanham os objetivos e finalidade definido no planejamento estratégico.
- Falta de quantificação das metas e prazo no Planejamento Estratégico.
- Inexistência, até o momento, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- Continua baixo o grau de conhecimento da missão, objetivos e finalidades da FURB e do Planejamento Estratégico, pela maioria da comunidade universitária.
- Relacionamento contínuo entre Instituição e egressos ainda incipiente.
- Base de dados de informações atualizadas sobre os egressos ainda incipiente.

Recomendações da CPA:

- Criar mecanismos de divulgação, nas unidades universitárias e divisões que permitam melhorar o acompanhamento do Planejamento Estratégico por esta parcela da administração.
- Quantificar as metas do Planejamento Estratégico e definir prazos para o seu cumprimento.
- Concluir o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).
- Fazer periodicamente (triênio) uma pesquisa externa com os egressos dos últimos 5 anos.
- Ampliar os benefícios do egresso que mantiver um relacionamento contínuo com a Instituição.
- Fortalecer/ampliar o vínculo com as políticas públicas de desenvolvimento.

COMENTÁRIOS:

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço crítico do Relatório de Autoavaliação 2001-2005.

- Iniciado, no ano de 2008, o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Criado mecanismos de divulgações das ações e resultados alcançados pela gestão (Informativos “Ação Estratégica”, “Em Dia”, e reuniões: “Fale com o Reitor”).
- O novo Planejamento Estratégico prevê Reuniões de Acompanhamento de Gerenciamento Mensal (AGM) com a finalidade de acompanhar as metas do Planejamento Estratégico.

A maioria das recomendações, encaminhada pela CPA, foram de alguma forma total ou parcialmente atendidas. Porém, observou-se que a Instituição passou, neste período, por uma reforma Estrutural (adequação da legislação interna com a legislação da Prefeitura de Blumenau, na qual está vinculada) o que dificultou algumas ações da universidade no atendimento destas recomendações.

CAPÍTULO 2 - A POLÍTICA PARA O ENSINO, A PESQUISA, A EXTENSÃO E A PÓS-GRADUAÇÃO

2.1 A POLÍTICA PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO E SEQUENCIAIS

INTRODUÇÃO

As atividades de ensino de graduação da FURB estão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEN. Submetida a esta Pró-Reitoria estão as seguintes divisões:

- Divisão de Políticas educacionais – DPE;
- Divisão de Modalidades de Ensino – DME;
- Divisão de Registro Acadêmico – DRA.

A avaliação da política para o ensino de graduação e de cursos sequenciais da FURB tem como base os dados obtidos nestes setores, questionários aplicados a comunidade universitária (**ANEXO D**), seminário de autoavaliação (**ANEXO B**) e documentos tais como: Projeto Político Pedagógico da Graduação (**ANEXO F**), o Projeto Político Pedagógico dos Cursos de Graduação, a política dos cursos sequenciais e as práticas institucionais de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

2.1.1 Projeto Político Pedagógico da Graduação e PPP dos Cursos de Graduação

Segundo o PPP da graduação, a concepção de currículo não se restringe ao conjunto de matrizes curriculares, mas envolve a articulação entre diversas ações de ensino-aprendizagem, práticas avaliativas emancipatórias, práticas de formação docente, assim como as condições de organização, tempo e espaços da prática pedagógica. Ainda, todas essas ações devem objetivar a formação crítica do sujeito e atentar para suas necessidades sociais.

O PPP do Ensino de Graduação define diretrizes para a organização dos currículos que vem servindo de parâmetro na elaboração dos PPPs dos cursos. A esse respeito, o PPP da Graduação propõe a organização curricular em forma de

eixos, visando contemplar as Diretrizes Curriculares Nacionais, com o objetivo de superar a fragmentação e isolamento dos cursos, das áreas, dos sujeitos, das disciplinas e dos espaços de ensino-aprendizagem.

Conforme já descrito no relatório de autoavaliação 2001-2005 a organização por eixos é obrigatória aos Cursos de Graduação. São três os Eixos previstos no PPP da Graduação: (i) Eixo Geral, (ii) Eixo de Articulação, (iii) Eixo Específico.

- (i): O Eixo Geral é composto por 252h/a, sendo 144 h/a destinadas a duas disciplinas obrigatórias: Universidade, Ciência e Pesquisa e Desafios Sociais Contemporâneos. 72 h/a deverão ser aproveitadas com uma das disciplinas optativas definidas no PPP (Linguagem Científica, Dilemas Éticos e Cidadania, Comunicação e Sociedade) e 36 h/a válidas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.
- (ii) O Eixo de Articulação, obrigatório em todos os cursos, será composto de uma carga horária mínima de 180h/a. Visa promover atividades interdisciplinares com vistas à articulação dos cursos em torno de projetos comuns de ensino, pesquisa e extensão. Essa articulação, a critério dos cursos, poderá ser organizada por centro, por área de conhecimento ou por temáticas, especificadas no PPP de cada Curso. Todas as disciplinas do Eixo Geral, em função de sua natureza e com vistas à integração dos alunos, deverão ser distribuídas entre a segunda e a quarta fase dos cursos. Cabe aos cursos especificar em seus PPPs a forma e as atividades de articulação curricular, justificando as escolhas e explicitando seus objetivos.
- (iii) O Eixo Específico é composto por 144 h/a de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais - AACCs. A organização curricular deste eixo deve ser estruturada por módulos, projetos ou disciplinas. Cada curso deve organizar seu Eixo Específico tendo em vista os conceitos específicos da atividade profissional. O PPP do Ensino da Graduação prevê, também, que esses conceitos sejam trabalhados de forma integrada, horizontal ou verticalmente, considerando que a construção do conhecimento ocorre de forma

contínua, porém não linear e gradeada. Horizontalmente, trabalha-se com a integração de saberes em um mesmo semestre. Verticalmente, a articulação se dá de forma contínua, ou seja, ao longo do curso.

Em 2008 dos 39 cursos da instituição, apenas 3 não apresentam PPPs, 2 o estão construindo e 4 encontram-se em fase de trâmite, sendo que 30 cursos já concluíram seus PPPs. Ao compararem-se esses dados com os de 2002, quando 20 dos 34 cursos de graduação já haviam apresentado um Projeto Político Pedagógico inicial e todos os outros estavam em processo de discussão e elaboração, pode-se perceber que houve uma significativa progressão.

Esses dados comprovam uma forte relação entre os PPPs dos cursos e as diretrizes internas da instituição (Planejamento Estratégico e PPP da Graduação). Entendendo que essa relação ainda pode ser melhorada, a comunidade universitária e a CPA decidiram manter o valor 4 ao indicador que trata da **coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos, o Planejamento Estratégico e o PPP da Graduação**, o mesmo ocorrendo com o indicador seguinte, que aborda a **coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos e a missão da Instituição**. No seminário de autoavaliação os presentes entenderam que o processo está institucionalizado e difundido, mas que ainda pode ser consolidado. Por outro lado, a semelhança dos dois indicadores pressupõe igualmente uma similaridade de notação, visto que na FURB, a missão da Instituição, termo citado na segunda questão, está em sintonia com o Planejamento Estratégico e o PPP da Graduação, abordados na primeira questão.

Ao indicador **coerência entre o PPP dos Cursos e as diretrizes curriculares definidas pelo MEC** foi novamente conferido o valor 5, tendo em vista que a PROEN orienta todas as reformulações dos cursos garantindo assim essa concordância, a qual pode ser igualmente atestada pelos contínuos processos de renovação de reconhecimento dos Cursos.

No entender da comunidade presente ao seminário de autoavaliação, no que se refere às **concepções de currículo, aprendizagem, ensino e avaliação da graduação coerentes com as finalidades da FURB** permanece o valor 4 ao indicador. Entende-se assim que essas práticas podem ser reforçadas de maneira a conferir uma maior identidade à instituição.

O Planejamento Estratégico 2008 – 2012 (**ANEXO E**) prevê metas e objetivos para o ensino de graduação. Durante o seminário de autoavaliação a comunidade e a CPA entenderam que **planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo para o ensino de graduação** é uma prática institucionalizada e difundida, atribuindo o valor 4 a esse indicador. Problemas como a ausência de Planos Departamentais, impossibilitaram que a esse indicador fosse atribuído o valor máximo.

Em relação à **existência de processos de flexibilidade curricular (seminários, atividades complementares, intercâmbios, percursos diferenciados na integralização curricular, etc.)**, foi mantido o valor 4, por entender-se que a inserção das AACCs nos currículos, já a partir de 2004 prevista no PPP do Ensino da Graduação, tem permitido aos acadêmicos a ampliação das possibilidades de sua formação, pois possibilita autonomia na construção de seu percurso sem perder de vista que tais atividades devem respeitar o perfil profissional pretendido pelo PPP dos Cursos. Ainda, os cursos seqüenciais, a educação à distância e a modalidade semipresencial também constituem agentes flexibilizadores do plano de estudos do aluno, na medida em que atendem interesses específicos de sua área de formação ou para além dos saberes desta área.

A modalidade de ensino semipresencial na FURB prevê, entre outros objetivos, criar a cultura de utilização das tecnologias da informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem. Na FURB estas tecnologias, já de domínio da grande maioria dos jovens estudantes, permitem uma maior flexibilização do tempo e espaço dos processos pedagógicos.

Os cursos que elaboraram os seus PPPs e a organização curricular, que são maioria, têm como referência os objetivos e perfil do egresso. No entanto ainda existem cursos cujos PPPs não estão concluídos. Por esta razão a CPA manteve para o indicador **coerência entre a organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso** o valor 4.

Quanto aos **mecanismos de atualização e revisão sistemática dos currículos**, desde 2001, a PROEN, através de suas divisões orientou e sistematizou grande número de projetos de reforma curricular a fim de atender as definições da Política das Licenciaturas, o PPP do Ensino da Graduação, as Diretrizes Curriculares Nacionais, políticas e demandas da sociedade em geral.

Atualmente, muitos cursos ainda se encontram em fase de estudos para adequação de seus currículos. Entre estes, 9 Cursos de Licenciatura que atualmente aguardam a reformulação da Política das Licenciaturas para poderem efetuar suas próprias reformas e flexibilização curriculares. Questionários aplicados à comunidade mostram que 54,84% dos coordenadores e 41,67% dos professores respondentes consideram bom ou ótimo esses mecanismos. Assim sendo a CPA e a comunidade presente no seminário de autoavaliação decidiram aumentar o valor deste indicador para 4.

Quanto à **indicação de ações inovadoras futuras e ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias**, segundo a Divisão de Modalidades de Ensino – DME, a infra-estrutura da instituição, em meados de 2008 contava com 25% de espaço dotado de material audiovisual (compreendendo salas de aula, auditórios, Laboratórios de Informática) e com previsão de investimento para atingir 50% de espaços em 2009. Outro avanço apontado se refere à formação de professores para atuar na Educação à Distância – EAD. Ressalta-se a necessidade dessa estrutura ser pautada por uma política específica e mediante reflexão permanente dos Colegiados de Curso. Tendo em vista que essa prática já se encontrava institucionalizada em anos anteriores e se encontra hoje amplamente difundida e coerente com as normas e políticas institucionais, demonstrando efetiva evolução, concluiu-se que esse indicador passaria de 3 para 4.

Em relação à **existência de ambiente virtual de apoio ao ensino presencial**, a FURB disponibiliza a toda comunidade acadêmica o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. As novas tecnologias de informação e comunicação já são empregadas por mais de 80% da comunidade acadêmica (professores e alunos) e principalmente em cursos das áreas Tecnológica e Exatas. Diante da excelência comprovada, esse indicador manteve-se em 5.

No que tange as **práticas didático-pedagógicas coerentes com a concepção de ensino e avaliação do PPP do curso**, a análise desse indicador foi pautada na discussão durante o seminário de autoavaliação por não ser ter informações gerais a respeito destas práticas. Isto exigiria um estudo de cada curso em particular. A ausência de coordenadores de cursos no seminário também dificultou a reflexão sobre esse item. As argumentações apresentadas tiveram por base apenas as informações fornecidas pelo representante da PROEN. Não tendo

sido detectados avanços significativos, em relação à última autoavaliação a CPA manteve o valor 3 para este indicador.

Quanto à **participação dos professores na elaboração do PPP dos Cursos**, questionários aplicados a comunidade universitário mostraram que em média 55% dos Coordenadores dos Cursos respondentes consideraram ser boa ou ótima, pouco mais de 25% a consideraram regular, enquanto cerca de 20% a consideraram ruim ou péssima. Apesar de esses índices serem ligeiramente superiores aos observados no relatório anterior, a comunidade universitária presente no seminário de autoavaliação considerou que essa participação ainda não é uma prática consolidada nos Cursos. Sendo assim a CPA manteve o valor 4 a esse indicador.

Para o indicador **participação dos alunos na elaboração do PPP do curso** também se utilizou questionário aplicado aos Coordenadores de Curso. Os resultados mostraram que aproximadamente 23% consideraram ótimo ou bom esta participação, por outro lado mais de mais de 77% deles consideraram regular, ruim ou péssima. Em consequência desses dados a CPA e a comunidade presente no seminário de autoavaliação mantiveram o valor 3, para este indicador, por considerarem ainda uma prática incipiente.

No que se refere à **apropriação do PPP do Curso pelos professores** o indicador passou de 3 para 4, tendo em vista o alto percentual, entre professores e coordenadores, que assim se manifestaram em questionário específico. Quanto aos professores, mais de 70% consideram sua apropriação do PPP ótima ou boa, enquanto mais de 48% dos coordenadores compartilham a mesma opinião.

Para a análise do indicador **apropriação do PPP do Curso pelos alunos**, foi utilizado questionários aplicados aos coordenadores de curso e aos alunos. Na visão do primeiro, 22% apenas consideraram ótimo ou boa e 51,61 consideraram regular. Quanto aos alunos 35,67% consideram ótima ou boa e 30,80% considerou regular. A CPA entende que não se trata de uma prática já institucionalizada e definiu que o valor 3 para este indicador é o mais adequado.

2.1.2 Projeto Pedagógico dos Cursos Seqüenciais

Conforme já apresentado no relatório de autoavaliação 2001–2005 a FURB possui cursos seqüenciais. O programa foi normatizado pela Resolução Nº. 54/2005, mostrando ser uma prática já institucionalizada e reconhecida na comunidade. No atual Planejamento Estratégico uma das metas consiste em obter resultados com cursos seqüenciais e formação continuada, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria do Ensino – PROEN. Porém, estas metas são relacionadas à quantidade de cursos seqüenciais e não em relação ao Projeto Político Pedagógico dos mesmos. Desta forma, no tocante ao indicador **Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo em cursos seqüenciais**, a CPA entende que a nota permaneça em 3.

2.1.3 Práticas institucionais de avaliação do processo ensino-aprendizagem

Conforme já citado no relatório de autoavaliação 2001–2005 as práticas Institucionais de avaliação do processo de ensino aprendizagem podem ser abordados em âmbito interno e externo. Nesta avaliação a CPA entendeu que estas práticas referem-se ao que a FURB está realizando em seu processo de avaliação ensino-aprendizagem, já que a externa não é de responsabilidade da instituição.

De acordo com o PPP do Ensino da Graduação da FURB, a avaliação educacional deve acompanhar as atividades de ensino-aprendizagem assumindo função de diagnóstico, regulação e projeção dos processos curriculares. Não se limita, portanto, à simples coleta e classificação de dados, mas deve constituir-se em um dos processos que a Instituição dispõe para analisar, planejar e repensar ações para aperfeiçoar as atividades didático-pedagógicas. A Instituição tem realizado continuamente a avaliação do processo de ensino-aprendizagem de todos os Cursos de Graduação envolvendo os acadêmicos, desde 1995, com a implantação do PAIURB – Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau, coordenado pela COMAVI - Comissão de Avaliação Institucional, e regulamentado pela Resolução Nº. 116/2001.

Outro instrumento no processo sistemático de avaliação do ensino de graduação consiste em avaliações realizadas PROEN, com alunos e professores,

visando às disciplinas do eixo articulador dos cursos das Licenciaturas e das disciplinas com 20% da carga horária à distância.

Questionários aplicados pela CPA, referentes ao processo de avaliação dos aspectos didáticos – pedagógicos e de infraestrutura da graduação, mostram que na percepção de mais de 55% dos alunos o processo sistemático de avaliação do ensino em seu curso é bom ou ótimo. No questionário aplicado aos coordenadores, quanto ao processo sistemático do ensino na universidade, quase 55% percebem esta questão como bom ou ótimo, o que justifica a permanência do valor 4 ao indicador **processo sistemático de avaliação do ensino (aspectos didático-pedagógicos, infraestrutura...)**.

No que tange o **uso dos resultados de avaliação para o planejamento das atividades do ensino**, o indicador sofreu recuo de 4 para 3. Conforme consta no texto da última avaliação, os relatórios são elaborados pelo Setor de Avaliação e enviados à PROEN e a outros órgãos da administração superior, como a Reitoria, mas somente quando solicitados são encaminhados aos respectivos Coordenadores de Curso. Este procedimento sugere que os responsáveis identifiquem em quais disciplinas estão presentes as maiores insatisfações, já que os dados apontados são valores médios de todas as disciplinas, a fim de, coletivamente, planejar ações para melhorar o grau de satisfação do ensino oferecido aos acadêmicos. No entanto, durante o debate no seminário constatou-se a inocuidade dos mecanismos de avaliação, que embora sejam de conhecimento interno, pouco repercutem na melhoria do ensino efetivamente. Os Colegiados se mostram mais consultivos que deliberativos e pouco podem fazer diante dos resultados da avaliação, impotentes em face de questões contratuais que muitas vezes limitam a sua ação. Dessa forma, a avaliação se restringe ao diagnóstico, não repercutindo em ações de superação de problemas. Sendo assim, a comunidade acadêmica e a CPA, durante o seminário, atribuíram o valor 3 para esse indicador.

Outro indicador que recuou foi o que trata da **Divulgação dos resultados de avaliação para a comunidade acadêmica**, passando de 3 para 2. Apesar dos esforços da COMAVI e da reformulação dos instrumentos avaliativos, há muito a fazer, pois essa divulgação ocorre de forma restrita ao professor da disciplina, coordenador de curso e Diretor de Centro. A comunidade presente no seminário entendeu que ainda há muito a fazer para que essas práticas se tornem de fato totalmente difundidas e de conhecimento interno.

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2.1.1 Projeto Pedagógico dos cursos de graduação | | | | | | |
| 2.1.1.1 Coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos, o Planejamento Estratégico e o PPP da graduação. | | | | | X | |
| 2.1.1.2 Coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos e a missão da Instituição. | | | | | X | |
| 2.1.1.3 Coerência entre o Projeto Pedagógico dos Cursos e as diretrizes curriculares definidas pelo MEC. | | | | | | X |
| 2.1.1.4 Concepções de currículo, aprendizagem, ensino e avaliação da graduação coerentes com as finalidades da FURB. | | | | | X | |
| 2.1.1.5 Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo no ensino de graduação. | | | | | X | |
| 2.1.1.6 Existência de processos de flexibilidade curricular (seminários, atividades complementares, intercâmbios, percursos diferenciados na integralização curricular, etc.). | | | | | X | |
| 2.1.1.7 Coerência entre a organização curricular, os objetivos, e o perfil do egresso. | | | | | X | |
| 2.1.1.8 Mecanismos de atualização e revisão sistemática dos currículos. | | | | | X | |
| 2.1.1.9 Indicação de ações inovadoras futuras e/ou em desenvolvimento na área do ensino com uso de novas tecnologias. | | | | | X | |
| 2.1.1.10 Existência de ambiente virtual de apoio ao ensino presencial. | | | | | | X |
| 2.1.1.11 Práticas didático-pedagógicas | | | | X | | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| coerentes com a concepção de ensino e avaliação do PPP do curso. | | | | | | |
| 2.1.1.12 Participação dos professores na elaboração do PPP do curso. | | | | | X | |
| 2.1.1.13 Participação dos alunos na elaboração do PPP do curso. | | | | X | | |
| 2.1.1.14 Apropriação do PPP do curso pelos professores. | | | | | X | |
| 2.1.1.15 Apropriação do PPP do curso pelos alunos. | | | | X | | |
| 2.1.2 Projeto Pedagógico dos cursos seqüenciais | | | | | | |
| 2.1.2.1 Planejamento de metas a serem alcançadas em curto e médio prazo em cursos seqüenciais. | | | | X | | |
| 2.1.3 Práticas institucionais de avaliação do processo ensino-aprendizagem | | | | | | |
| 2.1.3.1 Processo sistemático de avaliação do ensino (aspectos didático-pedagógico, infraestrutura...). | | | | | X | |
| 2.1.3.2 Uso dos resultados de avaliação para o planejamento das atividades do ensino. | | | | X | | |
| 2.1.3.3 Divulgação dos resultados de avaliação para a comunidade acadêmica. | | | X | | | |

Planilha Avaliativa 2 – Dimensão 2.1

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.1:

- Coerência dos projetos da área da educação com a missão e finalidades da FURB bem como as diretrizes curriculares previstas pelo MEC.
- Existência de PPP da Graduação.
- Flexibilização curricular.
- Existência de espaços e modalidades de formação continuada aos docentes e apoio de Assessoria Pedagógica na PROEN.
- Existência de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para apoio ao ensino e o desenvolvimento, na área do ensino presencial, de processos envolvendo novas tecnologias de informação e de comunicação.
- Processo sistemático de avaliação do ensino (aspectos didático-pedagógico, infra-estrutura...).
- Existência do Sistema de Plano de Ensino-Aprendizagem On-line.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.1:

- Pouca participação dos representantes discentes na elaboração dos PPPs dos cursos.
- Práticas didático-pedagógicas pouco coerentes com a concepção de ensino e avaliação do PPP do curso.
- Ausência de planejamento de metas para cursos sequenciais.
- Pouco uso dos resultados de avaliação para o planejamento das atividades de ensino.
- Pouca divulgação dos resultados de avaliação para a comunidade acadêmica.
- Existência de cursos ainda sem PPP.

Recomendações da CPA:

- Incentivar a elaboração de Planos Departamentais em todos os Departamentos.
- Criar mecanismos que incentive a participação dos representantes discentes na elaboração dos PPPs dos cursos.
- Reforçar o uso dos resultados da avaliação para planejamento de ensino.
- Definir regras para divulgação de resultados da avaliação do ensino (aspectos didático-pedagógico, infra-estrutura...) para a comunidade acadêmica.
- Incentivar a elaboração dos Projetos-Políticos-Pedagógicos em todos os cursos.

COMENTÁRIOS:

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço Crítico do Relatório de Autoavaliação 2001-2005.

- As metas definidas no Planejamento Estratégico Institucional aprovado em 2007, preveem o fomento à discussão e implementação das políticas nacionais de avaliação do ensino de graduação. Construção de estratégias pedagógicas a partir da análise dos diferentes processos de avaliação: ENADE, CPC, IGC, avaliação docente, autoavaliação, etc.
- Quanto à flexibilização dos horários de discussão do PPP dos cursos a PROEN tem assessorado e instrumentalizado os colegiados de curso em questões didático-pedagógica, como a elaboração e implementação dos PPPs dos cursos. Neste assessoramento é levantado demandas, identificado problemas e construído soluções.

- Existe um processo de agilização de adequação dos PPPs dos cursos ao PPP da Graduação. Até o término desta avaliação (2008) 16 cursos já haviam se adequado.
- Em 2008 a instituição, após obter credenciamento, inicia 11 cursos de EAD distribuídos nas áreas de educação e administração, demonstrando a existência de uma política para os cursos de EAD.

A maioria das recomendações encaminhadas pela CPA foi de alguma forma, total ou parcialmente, atendidas. As não atendidas e que persistem nesta autoavaliação, além das novas que foram listadas, são as seguintes:

- Estudo do impacto financeiro nas implantações das reformas curriculares.
- Definição de metas e ausência de cronograma dos cursos sequenciais.
- Flexibilização limitada diante da rigidez do sistema organizacional (turno, fase, currículo, limitações de oferta).

2.2 A POLÍTICA PARA A PESQUISA

Atualmente as atividades de pesquisa na FURB estão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão – PROPEX. Submetida a esta Pró-Reitoria está a Divisão de Apoio a Pesquisa – DAP, que tem por função coordenar, acompanhar e orientar os pesquisadores nas suas atividades, conforme previsto na Resolução Nº. 22/2003, alterada pela Resolução Nº. 59/2006. Todos os projetos desta área são desenvolvidos nos 29 departamentos da Instituição, nos 3 Institutos de Pesquisa e nos 9 programas de mestrado.

Conforme citado no relatório anterior, as atividades de pesquisa internamente são cadastradas no Sistema Integrado de Pesquisa e Extensão – SIPEX - que consiste num banco de dados sobre projetos de pesquisa. As informações do SIPEX referentes a dados do projeto, carga horária e orçamento são alimentadas pelos pesquisadores e atualmente a manutenção do mesmo é de responsabilidade da DAP.

Atualmente a FURB possui cadastrados e ativos 80 grupos de pesquisa junto ao CNPq distribuídos nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências Agrárias 03, Ciências Biológicas 12, Ciências da Saúde 10, Ciências Exatas e da Terra 08, Ciências Humanas 15, Ciências Sociais Aplicadas 17, Engenharias 14 e Lingüística Letras e Artes 01. Observa-se também que mais de 70% dos docentes da instituição são mestres e/ou doutores.

As diretrizes prioritárias da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão para o incremento e consolidação das atividades de pesquisa, no período 2001/2005, definidas pelos seus gestores, foi:

- A) ampliar os cursos de pós-graduação “*stricto sensu*”, coordenados por grupos de pesquisa com produtividade reconhecida.
- B) manter o edital interno para apoio a atividades de pesquisa e participação em eventos.
- C) buscar maior interação entre a iniciação científica e os cursos de mestrado.

- D) dar suporte aos grupos de pesquisa, com produtividade, para ampliação de suas atividades.
- E) manter os programas internos de iniciação científica e as taxas de bancada para estes projetos.

2.2.1 Política institucional de pesquisa e formas de sua operacionalização

Durante o triênio avaliado percebeu-se que a instituição teve um decréscimo de 95 para 80 grupos de pesquisa, assim distribuída:

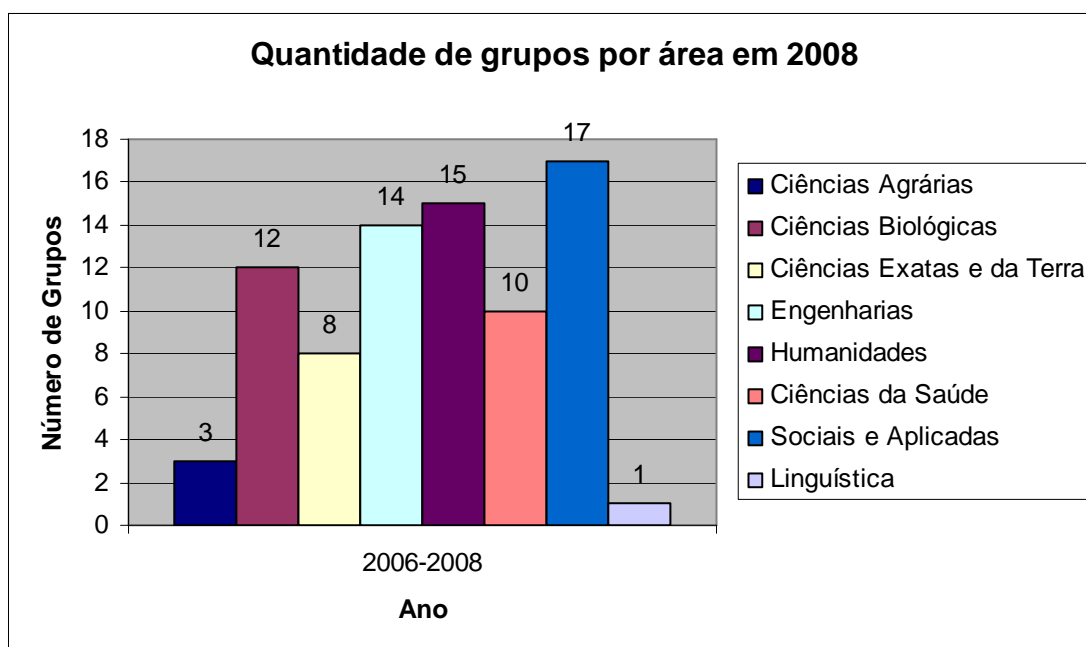


Gráfico 1 – Quantidade de grupo de pesquisa por área em 2008

Fonte: PROPEX

Esta diminuição não caracterizou uma desqualificação dos grupos, pelo contrário, consolidou os grupos efetivamente ativos. Desta forma, a CPA juntamente com a comunidade universitária presente no seminário de autoavaliação entendeu que deve ser mantido o valor 4 ao indicador **cadastro dos grupos de pesquisa no CNPq**.

As linhas de pesquisa na FURB são definidas e desenvolvidas pelos departamentos e estão contempladas nos seus Planos Departamentais. Apesar de nem todos os departamentos possuírem planos departamentais atualizados, a definição das linhas de pesquisas é uma prática institucionalizada. Assim, constata-

se que **há eixos e linhas de pesquisa institucionalmente definidos** justificando a manutenção do valor 4 atribuído na planilha de avaliação.

Constata-se também a presença de **mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica da FURB** coordenados pela PROPEX/SIPEX, em geral, para fins de pontuação visando ascensão no Plano de Carreira Docente, regulamentar a participação dos pesquisadores em novos editais de pesquisa e manutenção de projetos em andamento. A partir do momento em que a FURB incorpora os mecanismos da CAPES, padronizando este procedimento, considera-se que houve um avanço significativo neste indicador atribuindo-se o valor 4 a este parâmetro.

Quanto à **existência de eventos de difusão da produção científica e tecnológica reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica**, a nova análise realizada continua demonstrando que os projetos de pesquisa têm gerado resultados importantes para a comunidade científica e para a comunidade em geral. Além dos eventos citados no relatório anterior (seminários organizados pelos programas de pós-graduação, as semanas acadêmicas dos cursos, congressos realizados pela FURB em parceria com outras IES bem como outros eventos) a MIPE – Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão é mais um instrumento de difusão da produção científica dos pesquisadores. Apesar de a política estar institucionalizada dentro da instituição, ela ainda ocorre de forma regionalizada. Além dos eventos citados, a FURB conta com publicações de revistas científicas e com a veiculação via FURBTV, através do programa Universo Pesquisa, veiculado pelo TV Brasil, que divulga pesquisas e trabalhos realizados pela instituição. Esses canais de comunicações garantem uma visibilidade regional para a pesquisa na Instituição. Por isso a CPA entende que o valor 4 está pertinente para este indicador. Em relação ao indicador **existência de formas de divulgação de produção acadêmica científica e tecnológica**, durante o seminário de autoavaliação foi indicado acréscimo neste indicador, passando de 4 para 5, porém esta comissão entende que deve ser mantido o valor 4, por compreender que as formas de divulgação dos resultados das pesquisas feita pela FURB ainda é pouco visível a nível nacional necessitando maior qualificação.

Com relação ao critério **existência de formas de apoio à divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica**, conforme descrito no relatório anterior a FURB mantém formas de apoio à divulgação de sua produção acadêmico-

científica e tecnológica. Além dos recursos financeiros, traduzidos em materiais de consumo e permanentes, que os departamentos repassam aos seus professores, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão instituiu no ano de 2004 um edital interno para apoiar projetos de pesquisa e também, a participação de seus professores na apresentação de trabalhos científicos. O valor destinado ao Edital é de aproximadamente R\$ 100.000,00 anuais e cada professor pode aprovar um teto de R\$ 5.000,00. Os programas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq e PIBIC/FURB que distribuem 40 bolsas cada, contam com uma taxa de bancada de R\$ 1.000,00 para cada projeto. Esses valores também podem ser utilizados para a apresentação de trabalhos em eventos científicos pelos bolsistas. Este procedimento tem melhorado substancialmente a prática da pesquisa, além de institucionalizar estes procedimentos, porém no triênio 2006–2008 não se percebeu avanço significativo neste indicador. Por esta razão a CPA concorda em manter o valor 3 definido no seminário de autoavaliação para este indicador.

Ao analisar o indicador que trata da **promoção de intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES e instituições de pesquisa reconhecidas nacional e/ou internacionalmente** verificou-se a existência de práticas nesta direção (central de intercâmbio, FURB internacional, exigências em editais externos de fomento à pesquisa, liberações para cursar pós-graduação...), porém ainda incipiente. Assim, a CPA e a comunidade universitária presente ao seminário de autoavaliação, entendendo que houve avanço, decidiu aumentar o valor para 3 a este aspecto.

Em relação ao **apoio aos professores qualificados para a Pesquisa Científica**, com a concessão de carga horária, os relatórios apontam que, houve diminuição, conforme gráfico abaixo, de aproximadamente 10.000 horas. Deste modo, esta comissão entende que o valor 3 deve ser o mais adequado para este indicador havendo deste modo um retrocesso desde a última avaliação.

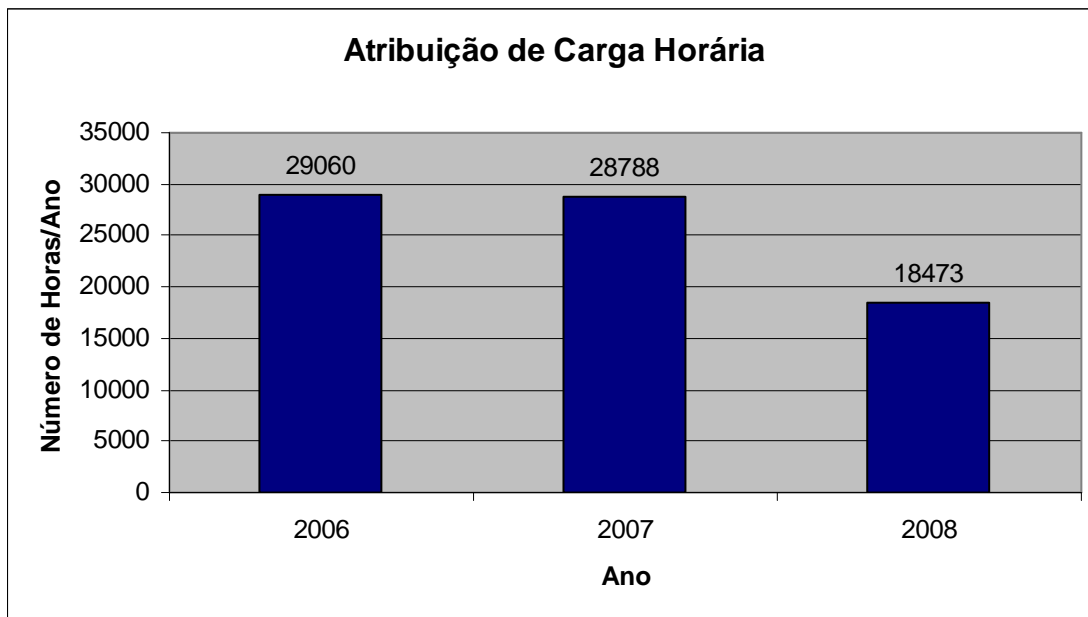


Gráfico 2 – Atribuição de Carga Horária
 Fonte: PROPEX

Outro aspecto já consolidado na instituição é o tratamento ético na condução das atividades de pesquisa. As que têm como objeto de estudo seres humanos e animais são, em primeira instância, analisadas pelos Comitês de Ética respectivos, regulamentados pelas Resoluções Nº. 35/2002 e 52/2002, e aquelas que trabalham com organismos geneticamente modificados são analisadas pelo Comitê de Biossegurança. A existência e a atuação desses comitês refletem a **presença da dimensão ética nas práticas de pesquisa** (seres humanos, animais e meio ambiente), atribuindo-se o valor 5 na avaliação deste indicador.

Conforme já descrito no relatório anterior, os projetos de pesquisa submetidos à apreciação interna continuam sendo avaliados pela Comissão de Avaliação de Projetos e Relatórios de Pesquisa – CAP, regulamentada pela Resolução Nº. 46/2003. As unidades base de lotação dos pesquisadores (departamentos, institutos) possuem um colegiado departamental onde é feita a primeira análise das propostas de pesquisa. Nesta avaliação, concordasse que este procedimento é uma prática institucionalizada, porém observasse que muitos departamentos/cursos ainda não constituem grupos efetivos e atuantes no que tange a pesquisa e isso deve ser privilegiado por ações que visam fortalecer estas unidades em futuras ações e políticas da instituição.

Desta forma a CPA, em conjunto com a comunidade acadêmica durante o seminário de autoavaliação atribuiu valor 4 ao indicador **produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos departamentos**.

2.2.2 Política institucional de Iniciação Científica e formas de sua operacionalização

Os programas de bolsa de Iniciação Científica da Universidade, PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB e PIPE/Artigo 170 distribuíram no triênio 2006 a 2008 a seguinte quantidade de bolsas de iniciação científica: 182 em 2006, 175 em 2007 e 176 em 2008.

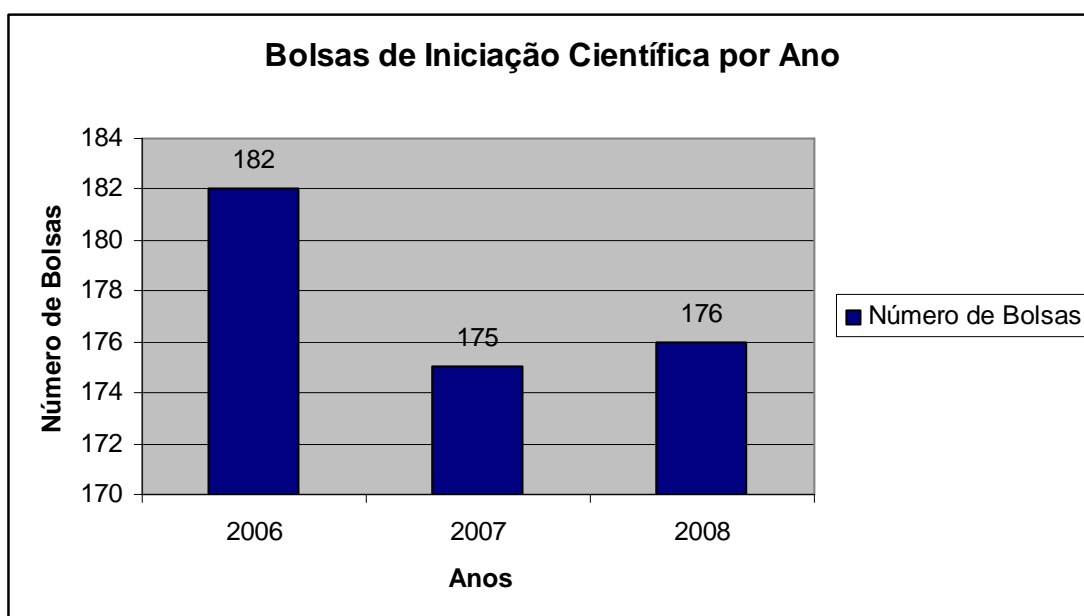


Gráfico 3 - Quantidade de bolsas de Iniciação Científica no período 2006/2008
Fonte: PROPEX

Devido às necessidades por horas dos professores e ainda a forma como as bolsas de iniciação científica são atribuídas quem realmente participa da elaboração dos processos seletivos às bolsas de estudo são os professores. Os acadêmicos participam apenas em uma segunda etapa, quando as propostas já estão aprovadas, sendo seus executores. Como não há mecanismos claros de incentivo à participação, exceto pelo aspecto financeiro, esta comissão entende que o valor correto para o indicador **mecanismos de incentivo à participação dos alunos na elaboração e execução de projetos de pesquisa (Bolsas: PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB, PIPE/Art. 170 e outros)** deve ser 3, promovendo desta

maneira, uma revisão do atual modelo de incentivo a participação de alunos na elaboração de projetos de pesquisa pela FURB.

Os três programas que distribuem as bolsas através de editais públicos são divulgados com antecedência, elaborados conforme as instruções normativas estabelecidas pelo CNPq, com critérios claros para o professor e o aluno, o que garantiu o valor 5 ao indicador **critérios definidos para seleção de alunos e concessão de bolsas para a iniciação científica.**

Em decorrência da necessária vinculação dos projetos de pesquisa às linhas de pesquisa definidas nos Departamentos, e considerando a missão da Instituição, a comunidade avaliativa entende que as práticas institucionais estão caminhando na direção de garantir a **coerência das linhas/eixos das pesquisas de Iniciação Científica com o ensino e as atividades de extensão, definidas no PPP dos cursos.** Entretanto, dados obtidos dos questionários aplicados aos docentes mostram que 46,3% consideraram ótimo ou bom esta coerência e 15,8% desconhecem esta coerência, provavelmente por não trabalhar com pesquisa na instituição. Sendo assim, este indicador, durante os trabalhos de autoavaliação, recebeu o valor 4 na escala avaliativa.

O **apoio a professores qualificados para Iniciação Científica** se dá pela atribuição de carga horária para orientar o aluno bolsista. Neste indicador, as normas e ou diretrizes são claras, definidas em resolução, porém a oferta de bolsas tem diminuído, conforme pode ser vislumbrado no gráfico abaixo. Desta forma a CPA entende que o valor deve ser mantido no nível 4 e não sofrer nenhuma alteração.

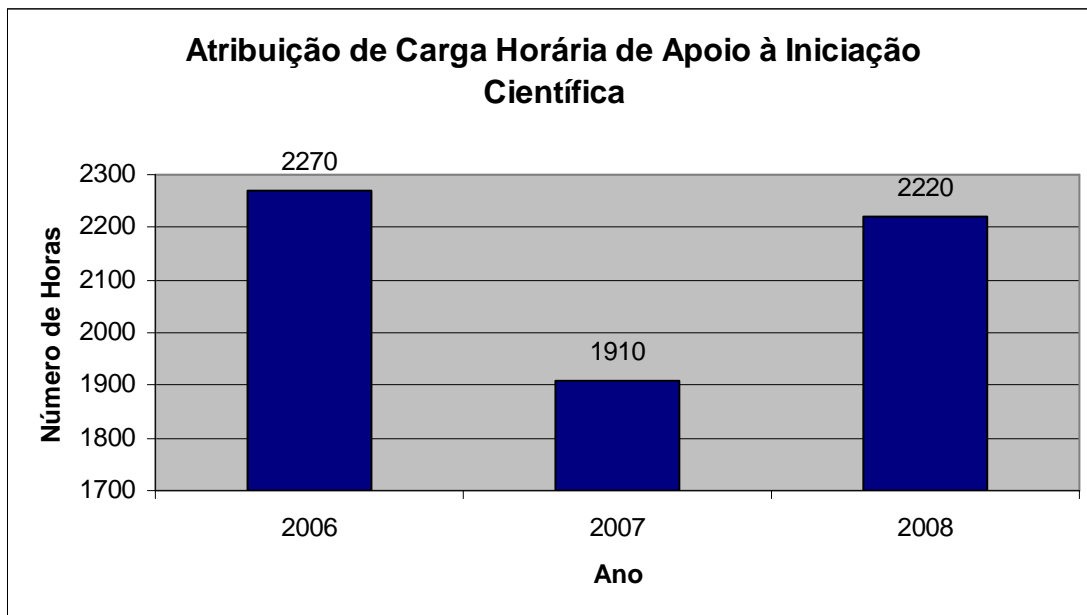


Gráfico 4 – Atribuição de Carga Horária de Apoio à Iniciação Científica
 Fonte: PROPEX

2.2.3 Envolvimento e participação dos professores

Considerando os dados fornecidos pela instituição referente ao Balanço Social 2007/2008 (**ANEXO H**), observa-se, conforme o gráfico abaixo, que existe envolvimento e participação pelos professores em eventos científicos. Apesar de ser uma prática já consolidada na instituição, conforme citado no relatório anterior, observa-se ainda que a maioria dos trabalhos deveriam ser publicados em eventos mais qualificados. Em vista disso, a CPA entende que o indicador **apresentação pelos professores de resultados em eventos científicos** deva ser 4.

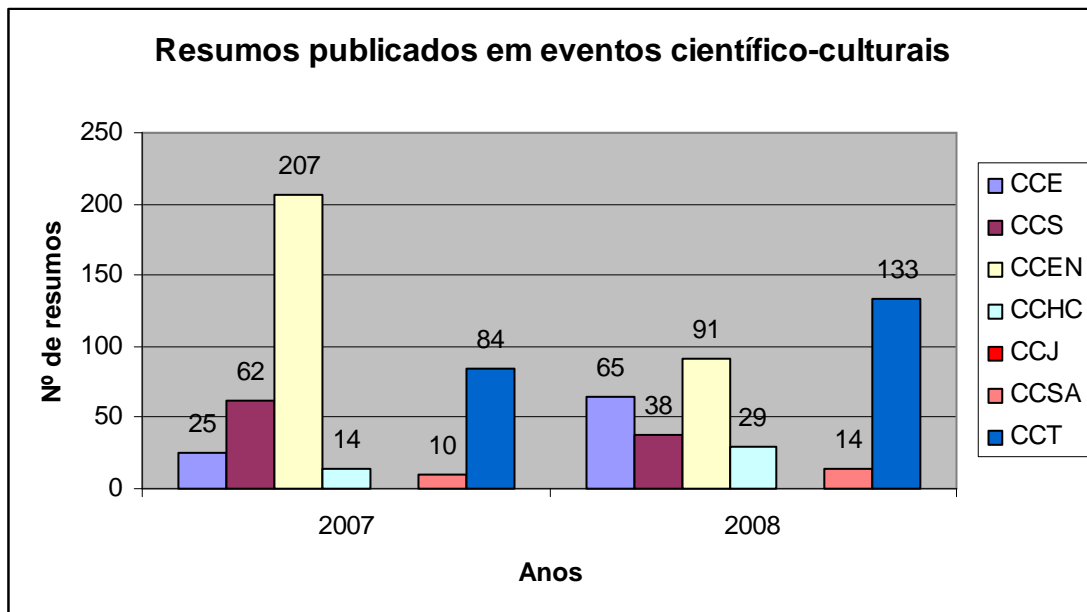


Gráfico 5 – Resumos publicados em eventos científicos e culturais
 Fonte: Balanço Social FURB 2008

Em relação à divulgação de resultados de pesquisa em periódicos indexados observa-se que no período 2007 houve 109 artigos publicados em periódicos internacionais e 325 em periódicos nacionais indexados. Em 2008 estes dados tem se mantido próximos a esses valores, mais precisamente 82 artigos publicados em periódicos indexados internacionais e 373 em periódicos nacionais indexados. O valor 3 conferido ao indicador **apresentação pelos professores de resultados de pesquisa em periódicos indexados** é compatível com os resultados alcançados pelos pesquisadores da FURB.

Quanto ao indicador **captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa**, constatou-se através de dados obtidos junto à PROPEX, que em média no triênio 2006/2008 foram captados R\$2,75 milhões/ano em recursos externos, e que apesar de pequeno, esta participação vem aumentando gradualmente razão pela qual conferiu-se o valor 3 a este indicador. As dificuldades para participação em editais externos baseiam-se na concorrência, baixo apoio institucional e ainda pela falta de uma política que estimule o comprometimento docente com a pesquisa.

2.2.4 Envolvimento e participação dos alunos

Para análise do indicador **bolsas para alunos de projetos de pesquisa financiados por entidade de natureza diversa (empresas, fundações...)** a CPA baseou-se no resultado dos questionários aplicados aos professores e coordenadores (**ANEXO D**) em decorrência de não se ter dados quantitativos. Segundo a pesquisa os resultados mostram que existem projetos com financiamento externo. Porém a mesma pesquisa evidencia que esta parceria ainda é incipiente. Considerando estes aspectos o valor 2 deve ser mantido.

Assim como o indicador anterior, neste caso a CPA também baseou-se nos resultados dos questionários aplicados aos professores em decorrência de não se ter dados quantitativos absolutos. Segundo a pesquisa os resultados demonstram que apenas 26,9% dos que avaliaram consideram ótima ou boa esta participação. Em vista disso, a CPA concorda com a comunidade universitária presente ao seminário de autoavaliação que manteve o valor 2 para a **participação voluntária de alunos em projetos de pesquisa**.

No que se refere à **apresentação pelos alunos de resultados em eventos da comunidade científica**, o único evento que tem participação efetiva dos acadêmicos é a MIPE – Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão. Sendo assim a CPA entende que manter o valor 3, é o mais adequado uma vez que não se verifica apoio institucional que possibilite a apresentação de resultados em eventos externos por parte dos estudantes.

2.2.5 Fontes de fomento

O balanço financeiro da instituição demonstra que houve no triênio 2006/2008 recursos específicos para manutenção da pesquisa. O valor médio disponibilizado foi de R\$ 350.000 por ano (Fonte: PROPEX), sem levar em consideração as horas pagas aos professores. Dessa forma é visível a destinação de **recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica**. Os relatórios analisados evidenciam que isto é uma prática presente, porém a comunidade universitária presente no seminário de autoavaliação entende

que os recursos ainda não são suficientes para a Universidade cumprir adequadamente com todos os seus objetivos na área da pesquisa, atribuindo-se assim o valor 3 a este indicador.

Foi mantido, pela comunidade acadêmica durante o seminário de autoavaliação, para o indicador **apresentação pelos professores, de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada**, o valor 3.

A comunidade universitária ao avaliar o indicador **apoio e gestão da FURB em relação à divulgação e motivação para captação de recursos nas agências de fomento**, manifestou que existe o respectivo apoio, como por exemplo, a divulgação de editais de externos. Desta forma a CPA corrobora com o valor definido no seminário de autoavaliação que foi 4.

Com relação ao indicador **captação de recursos pela Instituição para viabilizar a execução de projetos de pesquisa** vários projetos estabelecidos pela instituição e entidades externas evidenciam esta relação. Como exemplos pode-se citar Processo de Consolidação da economia Solidária – ITCP/FURB, Urbanização e regularização fundiária, Biotério Central da FURB, entre outros. Assim sendo, a CPA concorda com o seminário de autoavaliação que definiu o valor 4 para este indicador.

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2.2.1 Política institucional de pesquisa e formas de sua operacionalização | | | | | | |
| 2.2.1.1 Cadastramento dos Grupos de pesquisa no CNPq. | | | | | X | |
| 2.2.1.2 Há eixos e linhas de pesquisa institucionalmente definidos? | | | | | X | |
| 2.2.1.3 Mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica da FURB. | | | | | X | |
| 2.2.1.4 Existência de eventos de difusão da produção científica e tecnológica reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica. | | | | | X | |
| 2.2.1.5 Existência de formas de divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica. | | | | | X | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2.2.1.6. Existência de formas de apoio à divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica. | | | | X | | |
| 2.2.1.7 Promoção de intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES e instituições de pesquisa reconhecidas nacional e/ou internacionalmente. | | | | X | | |
| 2.2.1.8 Apoio a professores qualificados para a Pesquisa Científica (atribuição de carga horária). | | | | X | | |
| 2.2.1.9 Dimensão ética nas práticas de pesquisa (seres humanos, animais e meio ambiente). | | | | | | X |
| 2.2.1.10 Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos departamentos (planos departamentais). | | | | | X | |
| 2.2.2 Política Institucional de iniciação científica e formas de sua operacionalização | | | | | | |
| 2.2.2.1 Mecanismos de incentivo à participação dos alunos na elaboração e execução de projetos de pesquisa (Bolsas: PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB, PIPE/Art. 170 e outros). | | | | X | | |
| 2.2.2.2 Critérios definidos para seleção de alunos e concessão de bolsas para a iniciação científica. | | | | | | X |
| 2.2.2.3 Coerência das linhas/eixos das pesquisas de Iniciação Científica com o ensino e as atividades de extensão, definidas no PPP dos cursos. | | | | | X | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2.2.2.4 Apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica (atribuição de carga horária). | | | | | X | |
| 2.2.3 Envolvimento e participação dos professores | | | | | | |
| 2.2.3.1 Apresentação pelos professores de resultados em eventos científicos. | | | | | X | |
| 2.2.3.2 Apresentação pelos professores de resultados de pesquisa em periódicos indexados. | | | | X | | |
| 2.2.3.3 Captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa. | | | | X | | |
| 2.2.4 Envolvimento e participação dos alunos | | | | | | |
| 2.2.4.1. Bolsas para alunos de projetos de pesquisa financiados por entidade de natureza diversa (empresas, fundações...). | | | X | | | |
| 2.2.4.2 Participação voluntária de alunos em projetos de pesquisa. | | | X | | | |
| 2.2.4.3 Apresentação pelos alunos de resultados em eventos da comunidade científica. | | | | X | | |
| 2.2.5 Fontes de fomento | | | | | | |
| 2.2.5.1 Recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica. | | | | X | | |
| 2.2.5.2 Apresentação pelos professores, de projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada. | | | | X | | |
| 2.2.5.3 Apoio e gestão da FURB em relação à divulgação e motivação para captação de recursos nas agências de fomento. | | | | | X | |
| 2.2.5.4 Captação de recursos pela Instituição | | | | | X | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| para viabilizar a execução de projetos de pesquisa. | | | | | | |

Planilha Avaliativa 3 - Dimensão 2.2

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.2:

- O grande número de Grupos de pesquisa ativos cadastrados no CNPq.
- Existência de eixos e linhas de pesquisa institucionalmente definidos.
- A presença de mecanismos de avaliação da produção científica e tecnológica na política institucional da FURB.
- A existência de eventos de difusão da produção científica e tecnológica reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica.
- A existência de formas de divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica.
- Presença da dimensão ética nas práticas de pesquisa (seres humanos, animais e meio ambiente).
- Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos departamentos.
- Existência de critérios bem definidos para seleção de alunos e concessão de bolsas para a iniciação científica.
- Coerência das linhas/eixos das pesquisas de Iniciação Científica com o ensino e as atividades de extensão, definidas no PPP dos cursos.
- Apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica.
- Apresentação pelos professores de resultados em eventos científicos.
- Apoio e gestão da FURB em relação à divulgação e motivação para captação de recursos nas agências de fomento.
- Captação de recursos pela Instituição para viabilizar a execução de projetos de pesquisa.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.2:

- Poucas formas de apoio à divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica.
- Baixa promoção de intercâmbio científico e tecnológico de professores e alunos da FURB com outras IES e instituições de pesquisa reconhecidas nacional e/ou internacionalmente.
- Falta de apoio a professores qualificados para a Pesquisa Científica (somente atribuição de carga horária).
- Inexistência de mecanismos de incentivo à participação dos alunos na elaboração de projetos de pesquisa (Bolsas: PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB, PIPE/Art. 170 e outros).
- Pequena apresentação pelos professores de resultados de pesquisa em periódicos indexados.
- Falta de apoio institucional para captação de recursos pelos professores para viabilizar a execução de seus projetos de pesquisa.
- Pequeno número de bolsas para alunos de projetos de pesquisa financiados por entidade de natureza diversa (empresas, fundações...).
- Baixa participação voluntária de alunos em projetos de pesquisa.
- Baixos índices de apresentação pelos alunos de resultados em eventos da comunidade científica.
- Poucos recursos da entidade mantenedora para a pesquisa, através de rubrica específica.
- Fraca atuação docente no sentido de apresentar projetos para as agências de fomento, de natureza pública ou privada.
- Inexistência de pesquisa em alguns cursos de graduação.
- Inadequação de alguns espaços físicos existentes às necessidades dos novos projetos aprovados.
- Existência de restrição nos critérios para a participação docente em programas e projetos de pesquisa (Resolução Nº. 47/04 só disponibiliza horas de pesquisa a docentes enquadrados em TI 40h ou TP 20h).

Recomendações da CPA

- Tornar mais eficiente a divulgação da produção acadêmico-científica e tecnológica da FURB.
- Investir no aumento do intercâmbio científico e tecnológico docente e discente.
- Buscar outras formas de apoio aos docentes que se dedicam à pesquisa.
- Promover maior envolvimento dos alunos na elaboração dos projetos de pesquisa, bem como na apresentação dos resultados.
- Fomentar a apresentação dos resultados das pesquisas em periódicos indexados.
- Apoiar os docentes de forma mais efetiva, a fim de se buscar recursos externos à pesquisa.
- Aumentar os recursos financeiros destinados à pesquisa na FURB.

COMENTÁRIOS:

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço Crítico do Relatório de Autoavaliação 2001-2005.

- Aumentou a divulgação de editais internos e externos.
- A instituição estimula a participação em eventos de iniciação científica, porém não disponibiliza recursos suficientes.
- Existe maior pontuação para a produção científica, mas a nova tabela Qualis da CAPES ainda não está sendo aplicada.
- A Resolução Nº. 47/04 foi revista permitindo a participação de professores horistas desde que exista captação de recursos externos.

A maioria das recomendações, encaminhada pela CPA, foram parcialmente atendidas. As não atendidas e que persistem nesta autoavaliação, além das novas que foram listadas, são as seguintes:

- Verificar e publicar (divulgar) o resultado da participação de docentes e acadêmicos em eventos.

- Poucos alunos trabalhando de forma voluntária nos projetos de pesquisas.
- Divulgar os resultados das pesquisas científicas nas semanas acadêmicas.
- Continuar a incentivar os docentes qualificados a encaminhar o maior número de projetos possíveis nos editais externos.

2.3 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO

Conforme descrito no relatório anterior, a Política de Extensão é reconhecida como atividade acadêmica e está implícito como um processo de interação entre Universidade e Sociedade, indissociada do ensino e da pesquisa, visando o sustentável desenvolvimento social, econômico e ambiental, por meio do intercâmbio científico, cultural e tecnológico, com uma perspectiva crítica e transformadora.

Voltado para essas premissas a extensão da FURB se consolidou a partir da Resolução Nº. 24/2004. Atualmente estas políticas estão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (PROPEX). Esta norma definiu como grandes Áreas Temáticas para os programas e projetos a comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho.

2.3.1 Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização

Quanto aos **mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão**, corroborando com o atribuído pela comunidade universitária durante o seminário de autoavaliação, a CPA manteve o valor 3 por considerar que não houve avanços significativos nestes mecanismos. Sabidamente o principal mecanismo são as horas/aula aos professores. Não obstante, os estímulos não se devem pautar somente sob este aspecto, mas também em uma conscientização para o trabalho altruísta voltado ao efetivo desiderato da extensão.

Quanto ao indicador, **envolvimento da comunidade externa no processo de construção, execução e avaliação das ações de extensão**, observa-se que existem registros de uma grande participação da comunidade externa na execução dos projetos de extensão, porém com relação à construção e avaliação não há participação da comunidade externa. Desta forma os presentes ao seminário de autoavaliação juntamente com a CPA mantiveram o valor 2, indicando, portanto, que esta prática continua não sendo muito presente nas atividades extensionistas.

Dados extraídos dos relatórios de atividades dos anos de 2006 e 2007 permitem afirmar que a Instituição organiza eventos culturais, esportivos, educacionais e presta serviço através de seus institutos. Outras informações quantitativas obtidas a partir dos questionários aplicados aos docentes (**ANEXO D**) mostram que mais de 60% consideraram ótimo ou bom a prestação de serviços. Desta forma, a comunidade universitária presente ao seminário de autoavaliação, juntamente com a CPA, manteve o valor 4 para o indicador, **realização de eventos e prestação de serviços coerentes com as necessidades e demandas da área de abrangência da FURB.**

A respeito do indicador, **integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa**, através do questionário aplicado internamente obteve-se o seguinte resultado:

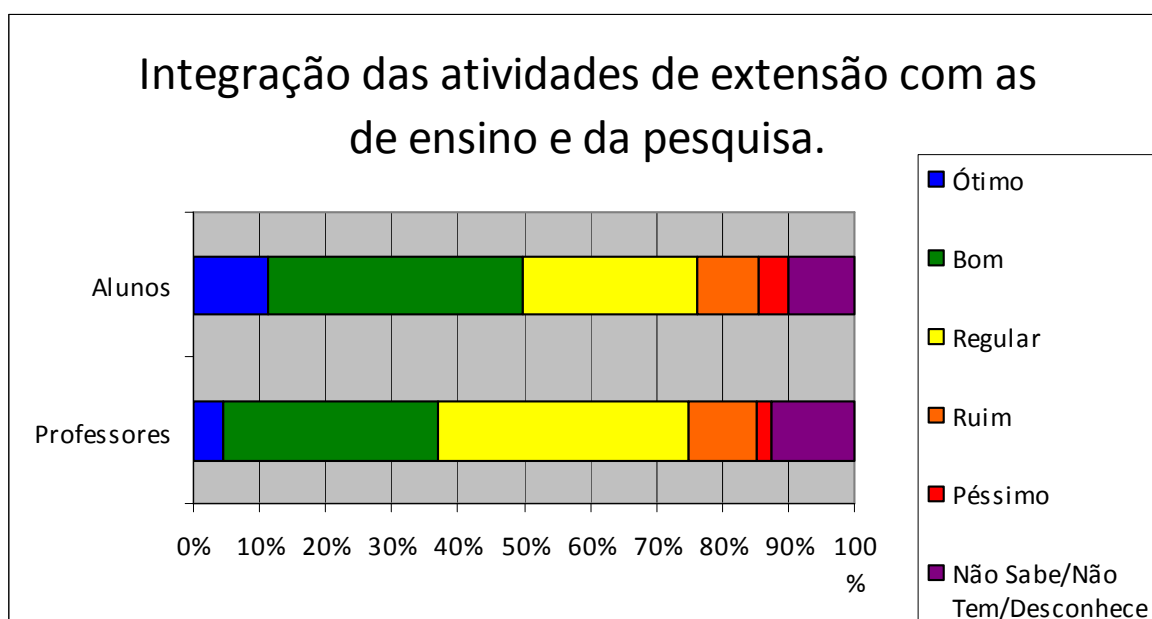


Gráfico 6 – Integração das atividades de extensão com as de ensino e pesquisa
 Fonte: Pesquisa da CPA com os diversos segmentos

Comparando-se os dados atuais com os obtidos na avaliação 2001–2005, observou-se, sob a ótica docente e discente, uma melhora com relação a este indicador. Porém a comunidade durante o seminário de autoavaliação entendeu que deveria ser mantido valor 3 por compreender que essa integração continua muito aquém do desejado.

A participação de docentes, técnico-administrativos e discentes, exclusivamente em programas e projetos de extensão, no período 2006 a 2008 é demonstrada no quadro 3.

| Resumo Programas de Extensão | 2006 | 2007 | 2008 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| Público atendido | 2.017.061 | 6.693.444 | 2.602.402 |
| Diretamente | 104.749 | 98.227 | 91.215 |
| Indiretamente | 1.912.312 | 6.595.217 | 2.511.187 |
| Pessoas envolvidas na execução | 433 | 23.060 | 559 |
| Professores | 95 | 137 | 128 |
| Estudantes de graduação remunerados | 71 | 62 | 55 |
| Estudantes de graduação não remunerados | 193 | 525 | 199 |
| Estudantes de pós-graduação remunerados | 7 | 24 | 1 |
| Técnicos-Administrativos | 6 | 47 | 24 |
| Comunidade externa | 61 | 22.265 | 152 |

Quadro 3 – Participação docente, discente, de técnico-administrativo e da comunidade externa em programas de extensão. FURB. 2006 e 2008

Fonte: PROPEX.

Considerando as informações contidas no balanço social da FURB **(ANEXO H)** em 2008, a universidade em 2006 contava com 843 docentes, dos quais apenas 95 efetivamente participaram de atividades de extensão. Já em 2008 os docentes totalizavam 829, sendo que 128 atuaram em projetos de extensão evidenciando um aumento de aproximadamente 30% de participação. Com relação aos técnicos administrativos, os dados indicam que a participação aumentou em quatro vezes, passando de 6 (ano 2006) para 24 em 2008. Apesar do acréscimo a comunidade acadêmica presente no seminário de autoavaliação juntamente com a CPA, entendeu que a participação ainda é pequena considerando o número total de docentes e servidores técnico administrativos. Em decorrência disto, o indicador **envolvimento de professores e/ou técnicos administrativos nas atividades de extensão**, foi mantido no valor 3.

Com relação ao indicador **envolvimento dos alunos nas atividades de extensão** observou-se que de 2006 a 2008 a universidade possuía em média 14.000 alunos de graduação e pós-graduação. Dados do balanço social neste período mostram que a efetiva participação discente oscilou de 271 acadêmicos em 2006 para 255 em 2008. Dessa forma, a CPA em consonância com os presentes no seminário de autoavaliação, decidiu manter o valor 3, demonstrando também um pequeno envolvimento discente neste indicador.

Já ao indicador, **divulgação das ações de extensão para a comunidade na qual está inserida a FURB**, foi atribuído o valor 4. Durante os seminários e na análise documental, ficou visível que a FURB faz uso de diversos mecanismos para esta divulgação como: programa de extensão da FURB TV, MIPE, Seminário de extensão da ACAFE, FURB Visita, dentre outros.

2.3.2 Relevância das atividades de extensão na comunidade

Com relação ao indicador **projetos de extensão que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população, para o desenvolvimento sustentável e para a geração de emprego e renda** observa-se como referência que a FURB possuía no ano de 2007, 28 programas e 83 projetos de extensão que atenderam um total de 98.230 pessoas diretas (Relatório de Atividades 2007). Assim sendo, a CPA com base em dados quantitativos obtidos e em conformidade com os resultados do seminário de autoavaliação decidiu manter o valor 4.

Já, para o indicador **projetos de extensão que propiciaram a melhoria e inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa**, verifica-se que a instituição mantém projetos com esta finalidade (Relatório de Atividades 2007). Em questionário aplicado aos docentes pela CPA (principais envolvidos nos projetos) 47% dos que avaliaram consideraram como ótimo ou bom, o que justifica o valor 4 a este indicador.

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2.3.1 Políticas institucionais de extensão e formas de sua operacionalização | | | | | | |
| 2.3.1.1 Mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão. | | | | X | | |
| 2.3.1.2 Envolvimento da comunidade externa no processo de construção, execução e avaliação das ações de extensão. | | | X | | | |
| 2.3.1.3 Realização de eventos e prestação de serviços coerentes com as necessidades e demandas da área de abrangência da FURB. | | | | | X | |
| 2.3.1.4 Integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa. | | | | X | | |
| 2.3.1.5 Envolvimento de professores e/ou técnicos administrativos nas atividades de extensão. | | | | X | | |
| 2.3.1.6 Envolvimento de alunos nas atividades de extensão. | | | | X | | |
| 2.3.1.7 Divulgação das ações de extensão para a comunidade na qual está inserida a FURB. | | | | | X | |
| 2.3.2 Relevância das atividades de extensão na comunidade | | | | | | |
| 2.3.2.1 Projetos de extensão que contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população, para o desenvolvimento sustentável e para a geração de emprego e renda. | | | | | X | |
| 2.3.2.2 Projetos de extensão que propiciaram a melhoria e inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa. | | | | | X | |

Planilha Avaliativa 4 – Dimensão 2.3

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte.

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.3:

- Realização de eventos e prestação de serviços de acordo com as necessidades e demandas da área de abrangência da FURB.
- Divulgação das ações de extensão para a comunidade na qual está inserida a FURB.
- Projetos de extensão contribuíram para a melhoria da qualidade de vida da população, para o desenvolvimento sustentável e para a geração de emprego e renda.
- Projetos de extensão que propiciaram a melhoria e inovação nos conteúdos e metodologias de ensino na comunidade interna e externa.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.3:

- Poucos mecanismos de estímulo à realização de programas e projetos de extensão.
- Pequeno envolvimento da comunidade externa no processo de construção, execução e avaliação das ações de extensão.
- Pouca integração das atividades de extensão com as de ensino e da pesquisa.
- Baixo envolvimento de professores e/ou técnicos administrativos nas atividades de extensão.
- Baixo envolvimento de alunos nas atividades de extensão.

Recomendações da CPA:

- Melhorar os mecanismos de incentivo à elaboração de projetos extensionistas.
- Buscar um maior envolvimento da comunidade externa nas ações de extensão universitária.
- Integrar, de forma mais eficiente, as atividades de extensão com o

ensino e a pesquisa.

- Envolver o maior número de servidores docentes e técnico-administrativos nas atividades de extensão.
- Buscar o maior envolvimento discente nas atividades de extensão.

COMENTÁRIOS

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço Crítico do Relatório de Autoavaliação 2001-2005.

- Desenvolvimento de atividade na formação docente sobre conceito de extensão e formas de indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão.
- Criação do Portal Eletrônico de Pesquisa e Extensão com divulgação dos projetos, equipes e grupos de trabalho, criando um ambiente de comunicação para pesquisadores, extensionistas e comunidade externa.
- Criação de uma mostra integrada de ensino, pesquisa e extensão.
- Projeto do planejamento estratégico para a melhoria dos processos administrativos: “Convergência de Processos Administrativos e de Comunicação”. Maior interação entre Departamentos, CCM, NUPEX e PROPEX.
- Divulgação de editais externos para a comunidade interna, apoio da equipe da DAEX para a submissão de projetos.
- Ampliação do apoio à extensão através de edital com recursos da Fundação Fritz Muller.
- Reformulação do formulário de relatório de extensão com campo específico para relato de experiências de indissociabilidade.
- Mesa sobre o tema da indissociabilidade na MIPE.

As recomendações da CPA não atendidas e que persistem nesta autoavaliação são as seguintes:

- Captação de recursos via PROSAÚDE e PET SAÚDE (em fase de elaboração).

- Ausência de pesquisas a respeito de efetividade de programas ou ações de extensão para a comunidade.
- Revisar os critérios definidos nos editais para a admissão de projetos de extensão, sem excluir atividades já consolidadas internamente.

2.4 POLÍTICAS PARA A PÓS-GRADUAÇÃO

Conforme já discutido no relatório de autoavaliação 2001-2005, a Universidade já vem oferecendo cursos pós-graduação ao nível de especialização há mais de 30 anos. Universidade Regional de Blumenau iniciou com a oferta de cursos de Especialização (*lato sensu*) em várias áreas do conhecimento, há cerca de 30 anos.

Mais concretamente, desde 1991, a FURB passou a oferecer cursos de pós-graduação de Mestrado (*stricto sensu*), e recentemente, em 2008, seu primeiro Doutorado em Ciências Contábeis e Administração.

Antes os cursos eram regulados somente por decisões Colegiadas. Mais adiante, em 1993, a Resolução N.º. 07/1993 trouxe regras claras a respeito da oferta de cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado. Depois veio a Resolução N.º. 06/1995, a tratar do mesmo tema. Sobreveio a Resolução N.º. 22/1998. Finalmente, a Resolução N.º. 06/2005 normatizou os cursos de Especializações, revogando em parte a Resolução N.º. 22/1998, que tratava das regras para Mestrados e Doutorados. A Resolução N.º. 52/2008 disciplinou regras para o apoio institucional para formação de docentes do quadro da FURB.

A PROPEX – Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão, órgão ligado diretamente à Reitoria, administra os cursos de Pós-Graduação na Universidade Regional de Blumenau. Outro órgão ligado à PROPEX, o DPG – Departamento de Pós-Graduação - cuida especificamente dos cursos de Especialização, ficando os Mestrados e Doutorados sob a administração direta da PROPEX.

Os projetos de curso de especialização devem ser propostos e aprovados nos Departamentos, em conformidade com o modelo adotado pela Divisão de Pós-Graduação – DPG. Nesta ordem, eles são aprovados pela DPG, pelo Conselho de Centro ao qual está vinculado o Departamento de origem do curso e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE. Os Mestrados e o Doutorado, além de seguirem os mesmos trâmites, devem ter a aprovação dos órgãos governamentais, como determina a legislação pertinente.

Pelas normas mencionadas, os cursos em nível de especialização também são aprovados pelas instâncias superiores antes de serem ofertados à comunidade.

No tocante aos cursos de especialização, a FURB iniciou uma sistemática de oferecimento destes cursos denominados “Flex”. O conceito “Flex” consiste em composições curriculares que permitam a interação dinâmica entre os cursos, bem como o ingresso de alunos a qualquer tempo, possibilitando a realização do curso total ou parcial (módulos), favorecendo a formação continuada.

A fim de atingir os objetivos, a FURB mantém contrato com outras Instituições e/ou Fundações. Para ensino à distância firmou contrato com a UNIFORENSES e SAPIENCE. Para ensino na modalidade presencial firmou contrato com: GENE, IEDUCORP, INPG, FUNDASC e HSC, ou convênio, como o caso da FUNDAÇÃO FRITZ MULLER.

Na autoavaliação de 2001-2005, existiam 20 cursos de Especialização. Já nesta avaliação, eles subiram para 39 (em 2006), permaneceram 39 em 2007 e em 2008 voltaram a subir para 69. A média (2006-2008) foi de 48,3 cursos. Na média desta autoavaliação, houve um acréscimo de cerca de 141,5%, conforme mostra o gráfico 7, em relação à autoavaliação de 2001-2005. O CCSA - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas participou nesta média com 39,3%, o CCE - Centro de Ciências da Educação com 15,8%, o CCS – Centro de Ciências Sociais com 15,1%, o CCHC - Centro de Ciências Humanas e Comunicação com 8,9%, o CCT – Centro de Ciências Tecnológicas com 8,9%, o CCJ - Centro de Ciências Jurídicas com 6,9% e o CCEN – Centro de Ciências Exatas e Naturais com 5,5%.

A quantidade de alunos nos diversos cursos de especialização também mudou consideravelmente, como se vislumbra pelo gráfico 7:

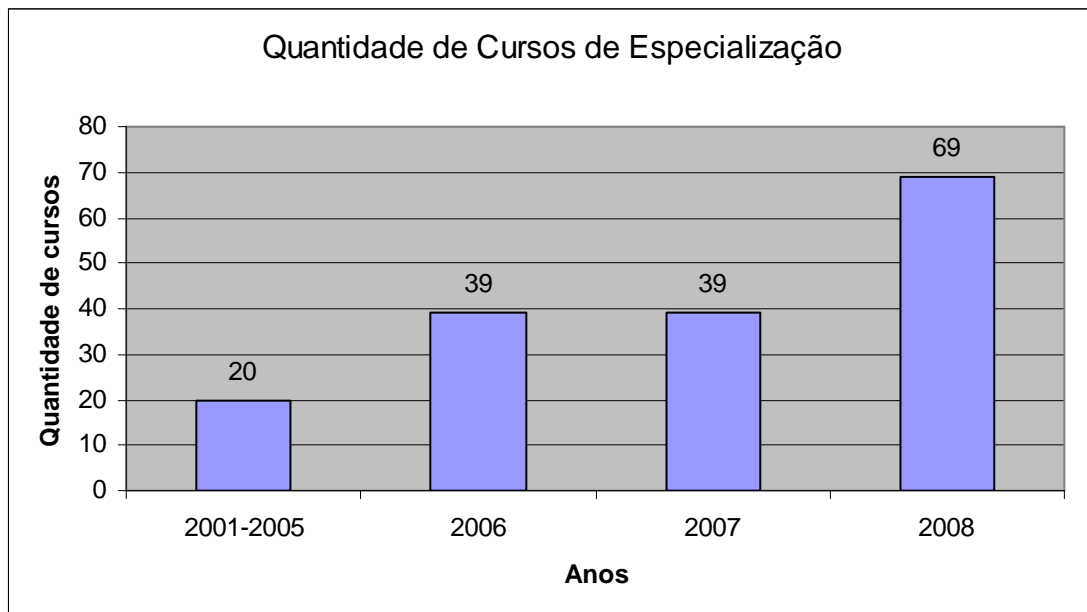


Gráfico 7 – Alunos nos cursos de especialização
 Fonte: DPG

No tocante aos cursos de pós-graduação (*stricto sensu*), até o final de 2008, período deste relatório de autoavaliação, são os seguinte os cursos oferecidos pela FURB: 1) Mestrado em Administração; 2) Mestrado em Educação; 3) Mestrado em Engenharia Ambiental; 4) Mestrado em Química; 5) Mestrado em Desenvolvimento Regional; 6) Mestrado em Ciências Contábeis; 7) Mestrado em Engenharia Química; 8) Mestrado em Engenharia Elétrica; 9) Mestrado em Ciências Naturais e Matemática e 10) Doutorado em Ciências Contábeis e Administração. Houve um incremento de 3 mestrados e um doutorado num intervalo dos três anos da última autoavaliação (2001-2005), sendo que naquela oportunidade havia 6 (seis) programas de mestrados.

Na média, o número de alunos dos programas de mestrado aumentou em relação à autoavaliação anterior, como se observa no gráfico 8.

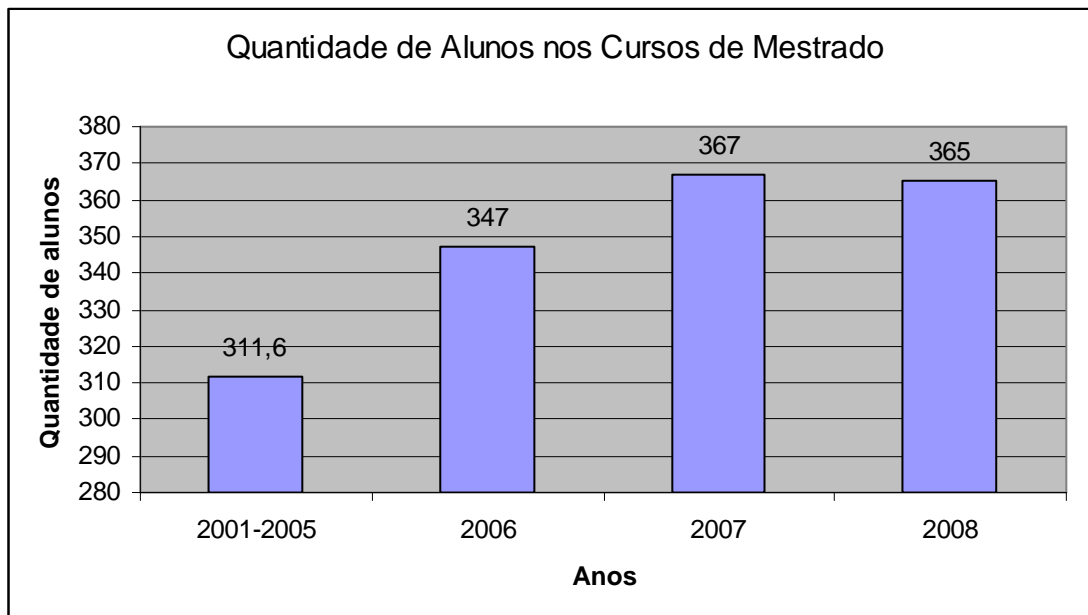


Gráfico 8 – Alunos nos cursos de mestrado
 Fonte: COPLAN

O Doutorado em Ciências Contábeis e Administração iniciou em 15/09/08, cuja análise do número de alunos só será possível a partir do ano de 2009.

A seguir far-se-á uma análise a respeito de cada programa.

Mestrado em Administração

O Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGAD foi implantado em 1997 e recomendado pela CAPES desde 2000, com o conceito 3 de 2001 a 2005. A partir da avaliação do triênio 2004-2006 o PPGAD elevou o conceito para 4 (quatro) junto a CAPES, permanecendo a mesma qualificação em 2008. O curso tem por objetivo desenvolver e disseminar conhecimentos de gestão empresarial e estratégias competitivas de organizações que fortaleçam a utilização de procedimentos inovadores, além de formar professores para desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em gestão empreendedora de organizações. A sua área de concentração é *Gestão de Organizações* e desenvolve duas linhas de pesquisa: *Empreendedorismo* e *Estratégia*.

O corpo docente é constituído por 16 doutores, sendo 14 do quadro permanente da FURB. No período de 2001-2005 este mestrado produziu 107 dissertações e, no período de 2006-2008, até a data da elaboração deste relatório,

43 dissertações, um decréscimo em torno de 60%. Os trabalhos com participação de alunos apresentados em eventos científicos foram de 122 contra 82 da autoavaliação anterior. Os artigos com participação de alunos publicados em periódicos científicos aumentaram de 25 para 26. Somente foi promovido 1 evento, integrado com a graduação. O número de bolsas neste triênio foi de 18, superior as 4 de 2001-2005. É importante observar que o período da autoavaliação anterior foi de cinco anos e o atual de três anos.

Em termos de defesas de dissertação, trabalhos com participação de alunos apresentados em eventos científicos, artigos com participação de alunos publicados em periódicos científicos e eventos promovidos, o desempenho do mestrado pode ser visualizado no gráfico 9, onde se considera as duas autoavaliações. Foi observado que em 2006 a instituição ofereceu este curso na modalidade mestrado interinstitucional na cidade de Medianeira (PR). O curso teve a participação de 9 alunos. Destes 7 apresentaram dissertação.

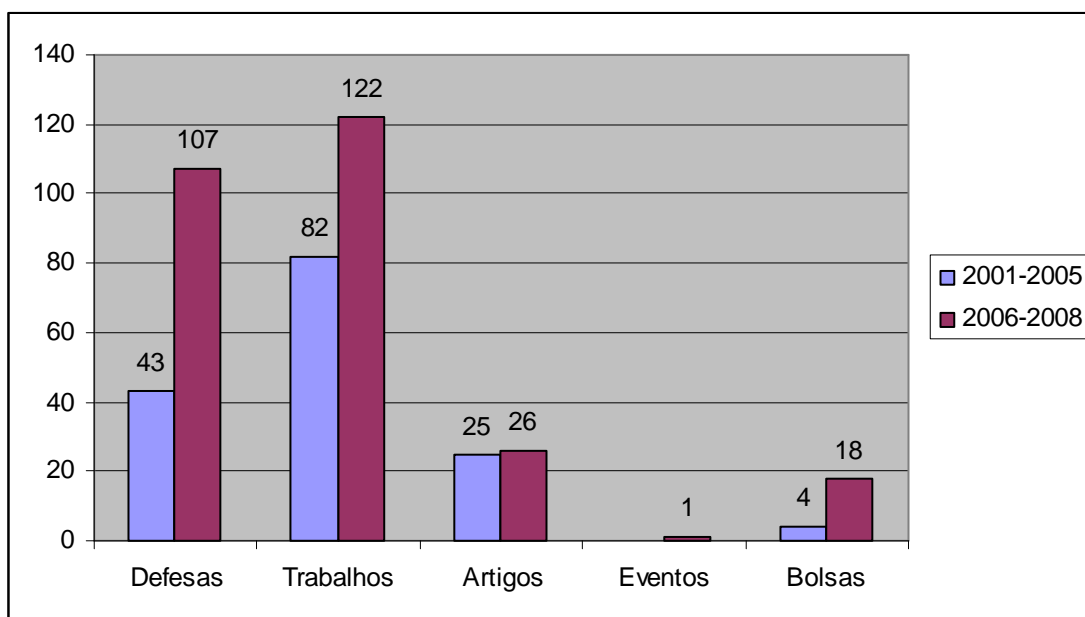


Gráfico 9 – Mestrado em Administração
 Fonte: Programa de Pós-Graduação em Administração

Mestrado em Educação

Na última avaliação (2001-2005), este mestrado tinha a recomendação da CAPES com o conceito 3, permanecendo até 2008 com o mesmo conceito. O

mestrado iniciou na Universidade Regional de Blumenau em 1991, com uma área de concentração em *Ensino Superior*. A partir de 1997 até 2003, a ênfase se dá no *Educador Pesquisador*. De 2003 em diante, o pesquisador em *Educação* se tornou o foco do programa. O Programa inicia com a maioria de seus professores provenientes de outras instituições. Eram professores visitantes, "pesquisadores seniors", em sua maioria. Atualmente, o PPGE conta com 15 professores, todos concursados, mediante normas da Instituição, e pertencem ao quadro de professores.

A área de concentração e suas linhas de pesquisas são: a) Educação e Conhecimento agregam estudos e pesquisas direcionados à compreensão dos processos de ensinar e aprender, tanto na dimensão do desenvolvimento cognitivo quanto dos métodos e procedimentos avaliativos utilizados na educação escolar. Inclui análises de práticas pedagógicas de reação às diferentes dimensões da exclusão social, assim como investigações epistemológicas em educação e estudos da ciência e da tecnologia. É dada ênfase aos desafios éticos da contemporaneidade postos pela ecopedagogia, assim como à atualidade da discussão acerca da identidade planetária; b) Educação, Cultura e Sociedade abrange estudos dirigidos à compreensão das relações entre a educação e o contexto sócio-histórico na qual se concretiza. Detecta e analisa o caráter histórico e cultural da prática social da Educação, em suas estruturas, funcionamento, políticas e gestão, assim como a inscrição histórica como expressão e impulso da cultura humana. A produção acadêmica deste eixo temático situa-se no cruzamento de três questões:

- 1) atuação do Estado e a construção da cidadania no âmbito das políticas públicas, assim como as formas de participação na gestão do sistema e unidades de ensino;
- 2) as relações entre educação, linguagem e práticas discursivas;
- 3) as relações entre educação, produção cultural e mecanismos de dominação simbólica.

Atualmente o corpo docente é constituído por 15 doutores, todos do quadro permanente da FURB.

No período de 2001-2005 este mestrado produziu 147 dissertações e, no período de (2006-2008), 68 dissertações. Os trabalhos com participação de alunos apresentados em eventos científicos foram de 95 contra 134 da autoavaliação

anterior. Os artigos com participação de alunos publicados em periódicos científicos foram de 25 a 175 anteriores. Eventos promovidos (todos integrados com a graduação) foram 5 e em 2001-2005 foram 51. Bolsas ofertadas foram de 30 contra 19 do período anterior. O gráfico 10, ilustra a situação:

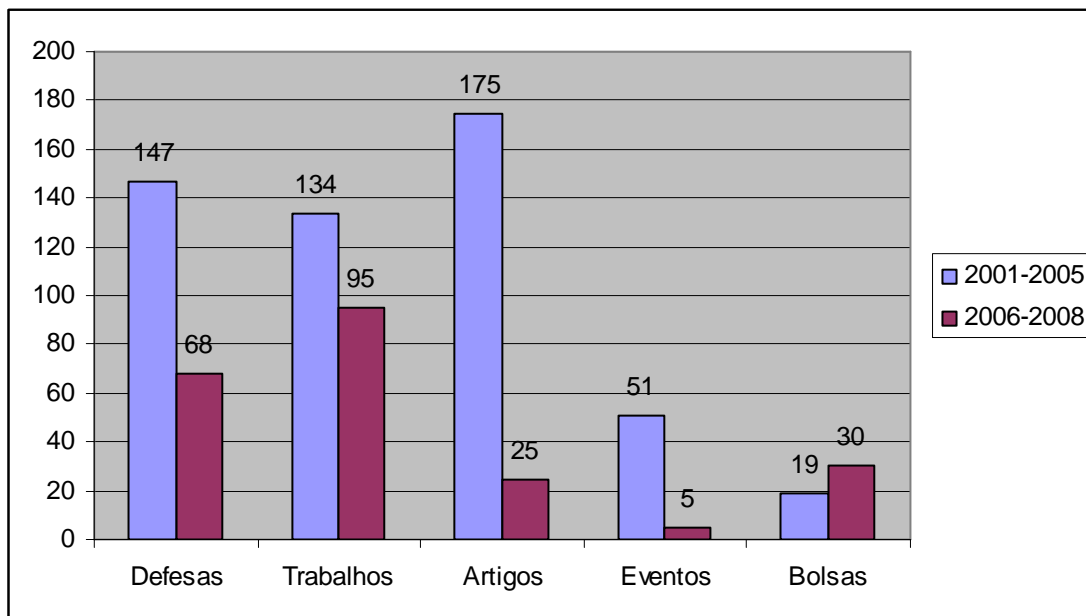


Gráfico 10 – Mestrado em Educação
 Fonte: Programa de Pós-Graduação em Educação

Mestrado em Engenharia Ambiental

O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, nível mestrado, foi implantado em 1998 e é reconhecido pela CAPES com o conceito 3 (2001-2005), permanecendo com o mesmo conceito. O Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental oferece bolsas de estudo do CNPq, CAPES e FURB.

A área de concentração e suas linhas de pesquisas são: a) **Tecnologias de Minimização, Reciclagem, Valoração e Tratamento de Resíduos:** Desenvolvimento de processos e de tecnologias visando reduzir os impactos negativos sobre os recursos naturais dos resíduos produzidos pelas atividades humanas; b) **Processos de Poluição:** Desenvolvimento de estudos visando à compreensão do comportamento e dispersão dos poluentes lançados no ambiente, tais como invasões biológicas, qualidade das águas, do solo e do ar; c)

Recuperação Ambiental: Desenvolvimento de técnicas e procedimentos para recuperação de áreas degradadas minimização dos passivos ambientais; d) **Recursos Hídricos e Florestais:** Desenvolvimento de procedimentos e mecanismos de apoio ao uso sustentável dos recursos hídricos e florestais, incluindo-se instrumentos de gestão das águas, inventário e monitoramento da cobertura florestal. O corpo docente conta com 16 professores doutores, todos integrantes do quadro da FURB.

No período de 2001-2005 produziu-se 112 dissertações e, no período de 2006-2008, 54. Os trabalhos com participação de alunos apresentados em eventos científicos foram de 53 e 81 na autoavaliação anterior. Os artigos com participação de alunos publicados em periódicos científicos foram 23 e 21 anteriormente. Em 2006–2008 foi promovido apenas 1 evento, e em 2001-2005, 4. Bolsas ofertadas foram de 39 contra 43 do período anterior. O resumo se vislumbra no gráfico 11:

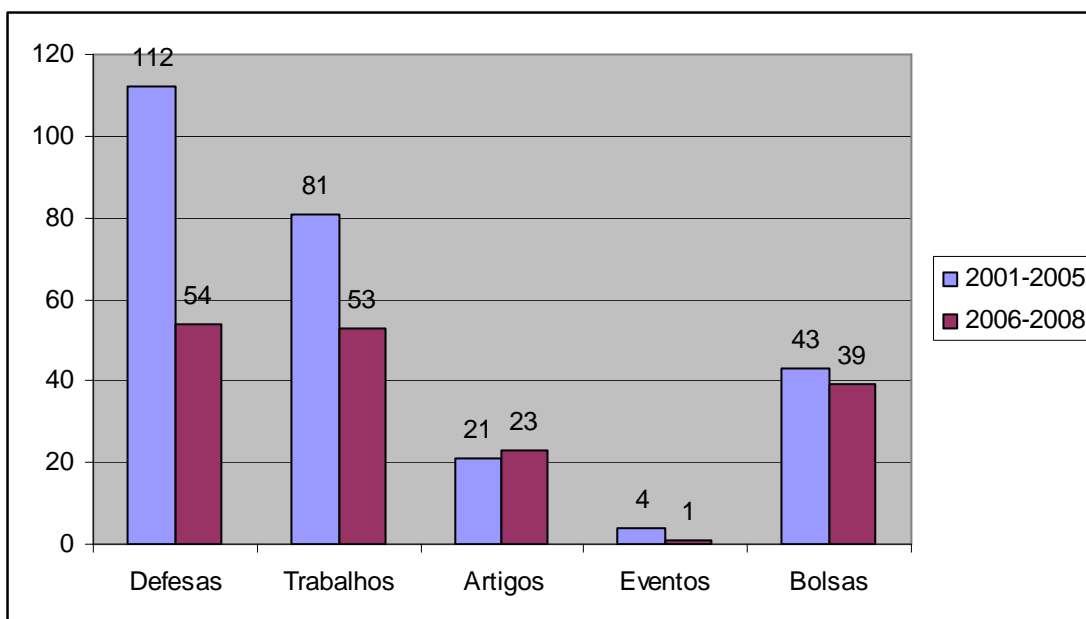


Gráfico 11 – Mestrado em Engenharia Ambiental
 Fonte: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental

Mestrado em Ciências Contábeis

O mestrado em Ciências Contábeis foi reconhecido pelo CEE/SC - Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, conforme Resolução Nº. 38/2004. Também foi recomendado pela CAPES, em 24 de maio 2005. A área de concentração é Controladoria. As linhas de pesquisa são Controle de Gestão e

Contabilidade Financeira. Na autoavaliação de 2001-2005 tinha conceito 3, permanecendo com o mesmo conceito nesta data. **A Área de Concentração** é em Controladoria e suas linhas de pesquisas são: a) **Controle de Gestão**: Compreende o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre aspectos da contabilidade relacionados ao suporte no processo de gestão. Esta linha de pesquisa abarca: Contabilidade de Custos, Custos para Decisões, Contabilidade Decisória, Controladoria, Sistemas de Informações, Controles Estratégicos e Operacionais de Gestão, Métodos Quantitativos Aplicados à Contabilidade Gerencial; b) **Contabilidade**: Envolve estudos e pesquisas relacionados à identificação, mensuração e evidenciação de fatos contábeis nas organizações. Esta linha de pesquisa abrange: Teoria da Contabilidade, Contabilidade Societária, Contabilidade Internacional, Contabilidade para ONGs, Instrumentos Contábeis de Evidenciação da Responsabilidade das Empresas, Auditoria, Finanças Corporativas, Planejamento e Controle Empresarial. O corpo docente conta com 14 professores doutores.

Na avaliação anterior foram produzidas 52 dissertações e, no período de 2006-2008, 38. Os trabalhos com participação de alunos apresentados em eventos científicos foram de 165 e 60 na autoavaliação anterior. Os artigos com participação de alunos publicados em periódicos científicos foram de 46 e 17 anteriormente. Eventos promovidos foram 11 e 1 no período de 2001-2005. Bolsas ofertadas foram de 11 e nenhuma no período anterior. Vide gráfico 12:

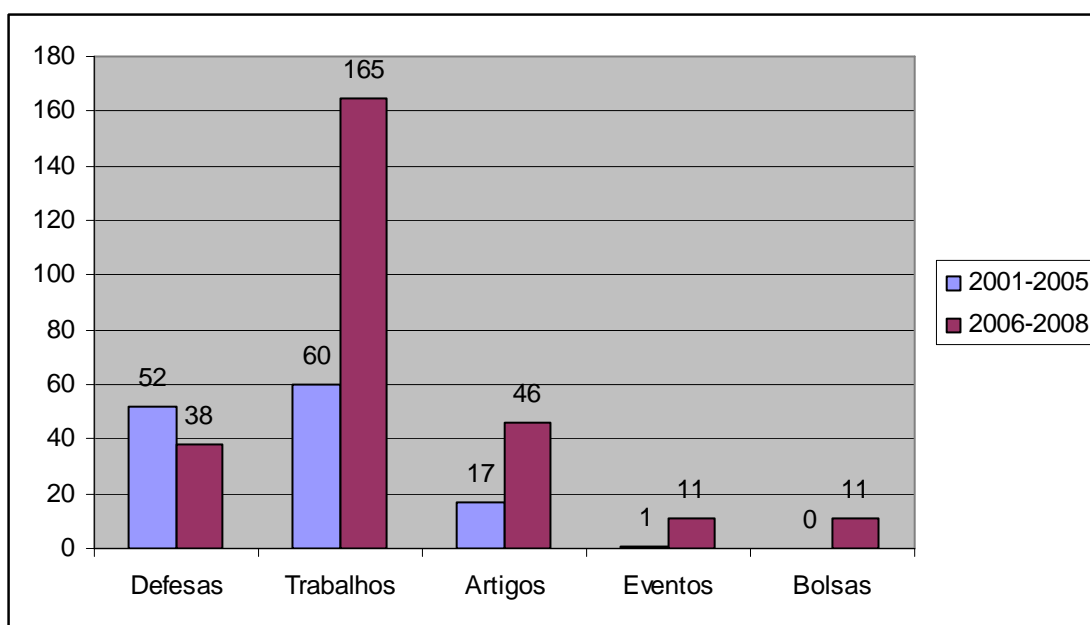


Gráfico 12 – Mestrado em Ciências Contábeis
 Fonte: Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

Mestrado em Desenvolvimento Regional

O curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional iniciou em 2000 e foi reconhecido pela CAPES no ano de 2004. O conceito era 3 e permanece atualmente. O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional tem por objetivo a criação de instrumentos institucionais que possibilitem a formulação e circulação de uma nova visão do desenvolvimento, considerando as especificidades regionais. Neste sentido, o programa do curso organiza conteúdos disciplinares que permitem o aprofundamento da análise da realidade regional, orientando a atuação local numa compreensão global do desenvolvimento.

A área de concentração é no Desenvolvimento Regional Sustentável e suas linhas de pesquisas são: a) **Estado, Sociedade e Desenvolvimento Regional**: Esta linha de pesquisa abrange um conjunto de temas relacionados à compreensão da diversidade histórico-cultural do território aos impactos sócio-ambientais do desenvolvimento e à gestão e análise de políticas públicas, inclusive problemáticas específicas como poder local, planejamento urbano e regional e turismo; b) **Dinâmicas Socioeconômicas no Território**: Esta linha de pesquisa abarca a distribuição espacial e setorial da atividade produtiva, passando pela emergência da economia solidária e desembocando na análise da contribuição da ciência e tecnologia para o desenvolvimento, inclusive questões específicas como arranjos produtivos locais, processos de clusterização e redes de cooperação. Atualmente o corpo docente é composto de 11 doutores do quadro da FURB.

Em 2001-2005 foram produzidas 34 dissertações e, no período de 2006-2008 foram 22. Os trabalhos com participação de alunos apresentados em eventos científicos neste triênio foram de 28 e 15 na autoavaliação anterior. Os artigos com participação de alunos publicados em periódicos científicos foram de 8 e 10 anteriormente. Eventos promovidos foram 30 e 19 em 2001-2005. Bolsas ofertadas foram de 19 e 4 no período anterior, como demonstrado no gráfico 13:

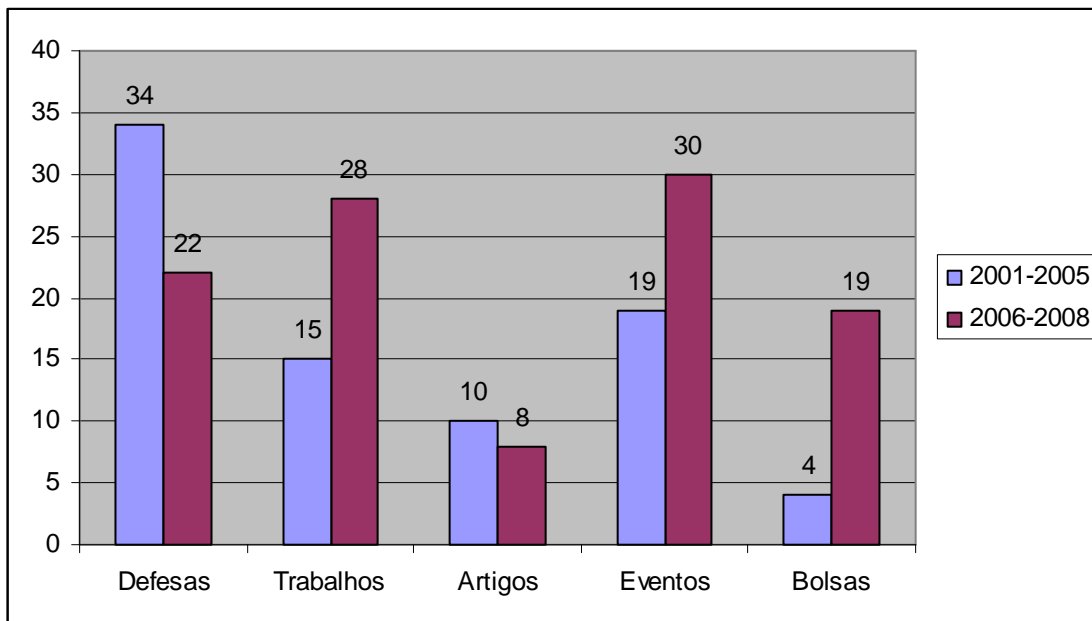


Gráfico 13 – Mestrado em Desenvolvimento Regional
 Fonte: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

Mestrado em Química

O mestrado iniciou-se no ano de 2002 e foi reconhecido pela CAPES em 2003, atualmente com o conceito 3, igualmente ao da autoavaliação anterior. Tem como objetivo ampliar os instrumentos institucionais de formação de Recursos Humanos e promover o desenvolvimento científico-tecnológico, principalmente da região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Para tanto, suas ações visam à capacitação e qualificação de pessoal nas áreas acadêmica e profissional, permitindo a reprodução e propagação do conhecimento, com reflexos na educação em geral e no setor produtivo.

As áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisas são: **a) Físico-Química:** Aplicações de Compostos Solvatocrômicos; Desenvolvimento de Sensores Cromogênicos e Fluorogênicos; Eletroquímica Aplicada; Estudo dos Fenômenos de Adsorção em Diferentes Materiais; Processos Químicos e Interações nas Esferas Ambientais; Tratamento e Reutilização de Resíduos; **b) Química Orgânica:** Aplicação de Biocatalisadores em Processos Têxteis; Biotransformação e Catálise Enzimática; Novas Alternativas de Modificação e Acabamento de Materiais Têxteis; Processos de Oxidação Avançados; Síntese e Propriedades de Compostos

Bioativos e de Coordenação; Síntese e Propriedades de Novos Materiais. O corpo docente é composto de 11 doutores, todos do quadro da FURB.

Na autoavaliação anterior foram produzidas 39 dissertações e, no atual período (2006-2008) foram 11. Os trabalhos com participação de alunos apresentados em eventos científicos foram de 101 e 99 na anterior. Os artigos com participação de alunos publicados em periódicos científicos foram de 7 e 2 anteriormente. Eventos promovidos foram 5 e em 2001-2005, 1. Bolsas ofertadas foram de 12 e 17 no período anterior, como demonstrado no gráfico 14:

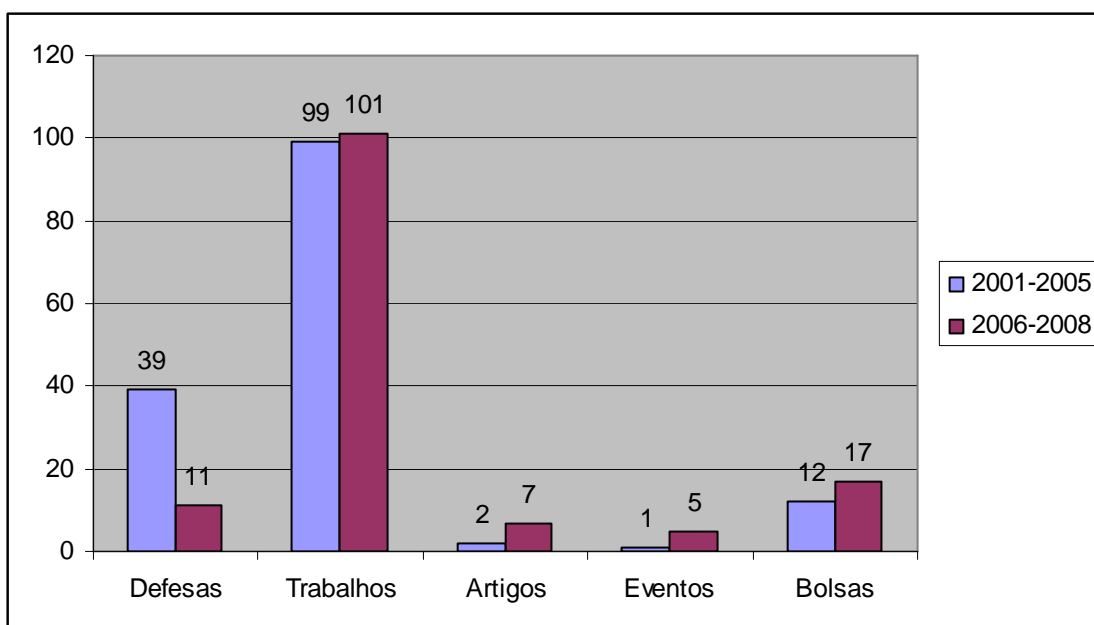


Gráfico 14 – Mestrado em Química
Fonte: Programa de Pós-Graduação em Química

Mestrado em Engenharia Química

O mestrado foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação através da PORTARIA MEC Nº. 458 de DOU 11 de abril de 2008. O conceito atribuído pela CAPES é 3. A primeira turma começou no ano de 2008, não tendo, portanto, nenhuma dissertação neste período. A área de concentração e suas linhas de pesquisas são: Desenvolvimento de processos físicos, químicos e biológicos, com contextualização especialmente regional e conta com três linhas mestras de atuação: modelagem, simulação, controle e otimização de processos; processos da indústria de petróleo, gás e combustíveis alternativos; e processos da engenharia bioquímica e de alimentos. O programa de pós-graduação em Engenharia Química

busca desenvolver a investigação científica para contribuir na melhoria das tecnologias nos diversos níveis de produtividade em todos os setores da economia, num cenário que demanda o uso intensivo da ciência e da tecnologia, requerendo, para tal, profissionais qualificados e sensíveis a mudanças. Por outro lado, ao buscar a máxima eficiência dos processos, há uma grande exigência da sociedade pela busca de soluções que visem a contribuir efetivamente para o atendimento das suas necessidades e que devem promover o bem-estar do ser humano, sem perder de vista as preocupações ambientais.

O corpo docente é composto de 10 doutores, todos do quadro da FURB. Nesta avaliação verificou-se 2 eventos promovidos (1 simples e 1 integrado com a graduação). O número de bolsas ofertadas neste período foi de 6, conforme gráfico 15:

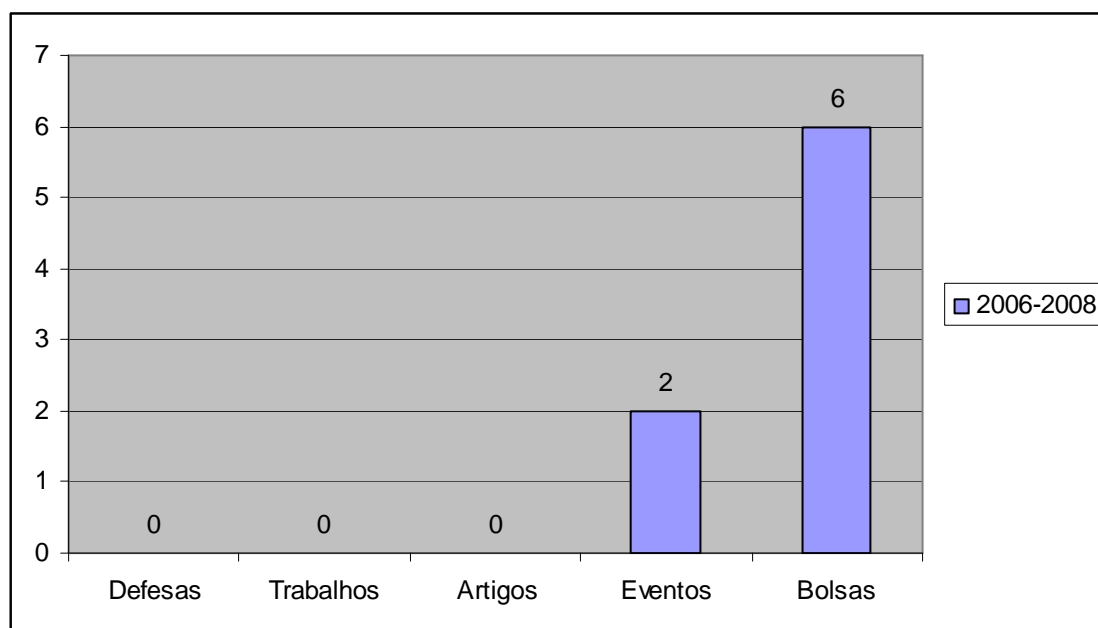


Gráfico 15 – Mestrado em Engenharia Química
Fonte: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química

Mestrado em Engenharia Elétrica

O mestrado foi encaminhado, recomendado e aprovado em 2005. A primeira turma começou em 2006. Tem conceito 3 pela CAPES. O Mestrado em Engenharia Elétrica visa subsidiar e fomentar o aumento do volume de estudos avançados, de pesquisa, de publicações especializadas em periódicos e de formação de profissionais altamente capacitados e, como consequência,

participação mais ativa no desenvolvimento regional do setor eletro-eletrônico e de telecomunicações. As áreas de concentração e suas linhas de pesquisas são: a) Eletromagnetismo Aplicado – EA; b) Eletrônica Industrial – EI; d) Sistemas Elétricos de Potência – SEP. Corpo docente conta com 11 doutores do quadro da FURB.

Não teve nenhuma dissertação no decorrer desta autoavaliação. Verificou-se 1 artigo com participação de alunos, publicado em periódicos científicos. Eventos promovidos foram 5 (1 simples e 4 integrados com a graduação). O número de bolsas ofertadas foi de 11, conforme gráfico 16:

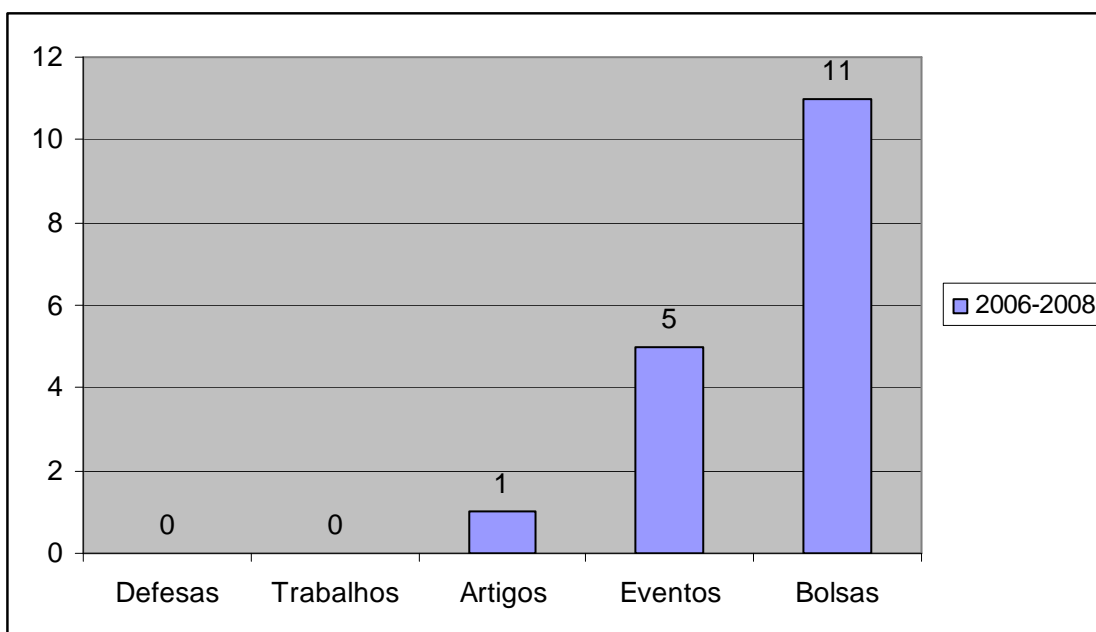


Gráfico 16 – Mestrado em Engenharia Elétrica
Fonte: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica

Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática

O Curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática foi implantado na FURB e recomendado pela CAPES no ano de 2008. O conceito atribuído foi 3. Atualmente espera o seu reconhecimento para 2009, com previsão para junho. A primeira turma iniciará em 2009, depois da aprovação do curso.

A Área de Concentração é o Ensino e Aprendizagem de Ciências e Matemática. São duas as linhas de pesquisa: a) Didática das Ciências Naturais e Matemática: Investigação de processos e métodos direcionados para o Ensino de

Ciências Naturais e Matemática e instrumentação dos professores com vistas ao aprimoramento da ação docente para o ensino do conhecimento científico na educação básica; b) História e Fundamentos Filosóficos das Ciências Naturais e da Educação Matemática: Estudo das inter-relações entre a história e a filosofia das ciências naturais e da educação matemática, focando os conteúdos que se encontram no currículo da escola básica, objetivando um melhor entendimento dos conceitos científicos e evidenciando as relações entre as áreas do saber. O corpo docente é composto por 10 doutores, todos do quadro da FURB.

Doutorado em Ciências Contábeis e Administração

O Doutorado em Ciências Contábeis e Administração da Universidade Regional de Blumenau foi recomendado pela CAPES em 17 de abril de 2008, com conceito 4. As áreas de concentração são: a) Controladoria; b) Gestão das Organizações. As linhas de pesquisa estão assim estruturadas: a) Contabilidade Gerencial: Controladoria e Sistemas de Informações, Controle Gerencial; b) Estratégia de Competitividade: Estratégia e Competitividade de Organizações, Pesquisas em Gestão Universitária e Ensino Superior; c) Planejamento e Controle Organizacional: Técnicas de Análise Contábil e Gerencial, Cultura Organizacional e Inter-relacionamento com seus Atores. Ao todo são 13 doutores e destes, 4 são visitantes e os outros 9 do quadro da FURB. Nenhuma atividade foi verificada nesta autoavaliação.

2.4.1 Políticas institucionais de pós-graduação

O documento do Planejamento Estratégico define como objetivos para estas áreas, a ampliação da pós-graduação *lato sensu*, integrando-a à graduação, bem como a ampliação da pós-graduação *stricto sensu*.

Na autoavaliação de 2001-2005, a FURB tinha 06 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecidos e credenciados pelos órgãos competentes. Agora conta com 09 mestrados e 01 doutorado, todos autorizados e reconhecidos pela CAPES.

Quanto ao indicador **coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação com as metas do Planejamento Estratégico (*Stricto Sensu*)**, nota-se que houve avanço neste sentido, pois uma das metas do Planejamento Estratégico é o número de cursos com conceito 4 na CAPES e número de cursos de doutorado. Como visto anteriormente o número de cursos de mestrados aumentou e foi criado um doutorado. Baseado nesta expansão do número de cursos de mestrados e doutorados a CPA em conformidade com o seminário de autoavaliação aumentou o valor deste indicador de 3 para 4.

No tocante ao indicador **coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação com as metas do Planejamento Estratégico (*Lato Sensu*)**, da leitura dos dados apresentados, os Cursos de Especialização *lato sensu* estão bastante harmônicos em relação ao alcance das metas propostas no planejamento estratégico. Para atingir o desiderato foram estipuladas duas metas, chamadas de **“Inovação em Produtos”** e **“Volume de Vendas e Margem de Contribuição”**.

Para a meta de **“Inovação em Produtos”** foi criado um projeto piloto de flexibilização em parceria com o INPG, parceiro na oferta de cursos de especialização. No que tange aos demais cursos, houve avanço com o regramento institucional e a FURB está operando no sentido de conferir algum grau de flexibilização a todo projeto pedagógico de curso ora vigente. Neste sentido, por exemplo, em todos os cursos as disciplinas já são tomadas pela DPG como módulos que podem ser tanto oferecidos por parceiros, como cursados avulsamente por interessados, como módulo de extensão. Os módulos que alcançam mais que 180h ou mais que 360h, respectivamente, quando contemplados por um projeto pedagógico são certificados como aperfeiçoamento ou especialização. Observa-se também a implantação e aumento da oferta de cursos de especialização na modalidade à distancia.

Além disso, houve avanço no acompanhamento da qualidade dos cursos com a implementação de uma política de supervisão e auditoria das parcerias. Todos os cursos foram institucionalizados e este processo se aprofunda. A modernização do *lato sensu* implica nas bases para a criação de um sistema de ensino *lato sensu* da FURB, com produção de material didático pedagógico em parceria com a EDIFURB, com a participação de docentes de renome nestas edições, na elaboração de projetos político pedagógicos por área do saber, e na

estruturação de um fórum de representantes de área nomeados pelos diretores de centro e pela PROPEX, análogo ao que temos no *stricto sensu*.

Quanto à meta de “**Volume de Vendas e Margem de Contribuição**”, as metas serão alcançadas em 2009 ou até 2010, segundo informações da DPG.

Da análise dos dados nota-se um aumento considerável do número de cursos *lato sensu* e de inovação dos cursos. Assim sendo, a comunidade universitária presente no seminário de autoavaliação elevou o valor deste indicador de 3 para 4, com o que concorda a CPA.

O indicador **reconhecimento e credenciamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* pelos órgãos competentes (CAPES)**: observou-se que a FURB autoriza o início de um curso de pós-graduação *stricto sensu* somente após o projeto de o curso ter sido recomendado pela CAPES. Além disto, a PROPEX, no período da autoavaliação, encaminhou ao Conselho Estadual de Educação documentação para aprovação de todos os seus cursos de mestrado e do curso de doutorado. Segundo atestou a PROPEX, todos os cursos de *stricto sensu* estão aprovados no CEE. Desta forma, justifica a manutenção do indicador 5.

Em análise ao indicador **produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos programas (*Stricto Sensu*)**, a FURB, através da PROPEX, tem empregado uma política de incentivo, através de editais, ao aumento da produção científica qualificada, ou seja, produção científica de alta relevância perante a comunidade científica e vinculada as linhas de pesquisas. Nas discussões no seminário de autoavaliação concluiu-se que a produção dos programas vem crescendo e cada vez mais com vinculação às linhas de pesquisa aprovadas pelos programas junto a CAPES, porém os índices ainda são inferiores aos desejáveis para que a FURB sirva de referência na área da pesquisa na região. O seminário manteve o valor 4 a este indicador e a CPA acompanha.

No indicador **mecanismos de divulgação da produção científica**, a FURB possui um Portal de Periódicos que conta atualmente com 08 revistas eletrônicas, voltadas a divulgação da produção científica, tanto interna quanto de outras IES e de pesquisa. Além disto, o edital interno de apoio à pesquisa e a extensão disponibiliza recursos para a participação dos docentes em eventos científicos com a apresentação de trabalhos, além de da FURB possui uma editora para publicação de livros. Também há os eventos científicos organizados pela

FURB. Não obstante, considerando ainda não sendo o ideal, o seminário manteve a nota como na última autoavaliação, ou seja, valor 4.

Quanto ao indicador **participação dos professores em eventos científicos**, a FURB, através da PROPEX, apóia a participação através de edital interno. Este edital tem periodicidade anual e a comunidade em geral se beneficia do mesmo para viabilizar sua participação nos eventos. Além disto, os próprios programas *stricto sensu* têm mecanismos de apoio à participação dos docentes em eventos. Também é possível destinar recursos dos editais dos programas de bolsa PIBIC à participação em eventos científicos. Entretanto observou-se pouca mudança em relação à autoavaliação anterior, devendo permanecer no mesmo valor, isto é, 4.

No tocante ao indicador **publicação de resultados de pesquisa em periódicos indexados**, apurou-se que anualmente a PROPEX realiza levantamento, em consonância com o indicador do planejamento estratégico “número de artigos Qualis produzidos pelos doutores da FURB”. O resultado do ano de 2007 foi de 124 artigos e, em 2008, 128 artigos. Estes resultados representam a totalidade das publicações da Universidade, não estando discriminados os específicos da pós-graduação em função da falta destes dados. Nesta perspectiva, em função do número de doutores e programas de pós-graduação, a comunidade Universitária presente no seminário de autoavaliação considerou incipiente a quantidade de artigos publicados, não justificando a modificação da escala da autoavaliação anterior de 3, devendo assim permanecer.

Sobre o indicador **promoção de eventos científicos**, de acordo com o gráfico 17 observa-se que a pós-graduação tem realizado eventos, demonstrando que existem ações específicas para esta finalidade, porém ainda em número insuficiente. Além disso, houve significativa diminuição dos eventos no ano de 2008, o que levou a CPA a manter a este indicador o valor 3.

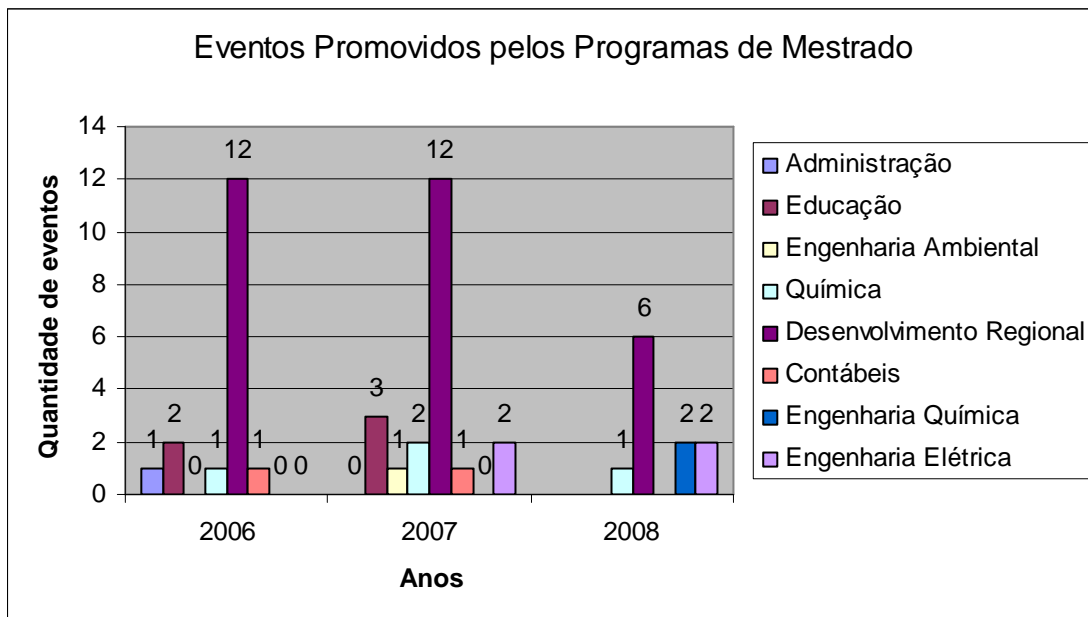


Gráfico 17 – Eventos Promovidos pelos Programas de Mestrado
 Fonte: Programas de Mestrado

2.4.2 Integração entre graduação e pós-graduação.

Da análise do indicador **atuação dos professores da pós-graduação no ensino de graduação**, se pode observar que a maioria dos professores da pós-graduação *stricto sensu* atuam em disciplinas da graduação ao longo do ano. Segundo a PROPEX a média da dedicação ao ensino de graduação pelos docentes vinculados a programas *stricto sensu* é de 11 horas-aula. Desta forma o seminário de autoavaliação e a CPA entendem que o valor deste indicador deva permanecer em 4.

No concernente ao indicador **realização de atividades integradas entre pós-graduação e graduação**, notou-se que estas atividades se desenvolvem no âmbito de cada laboratório, em que o pesquisador possui projetos de pesquisa e conta com alunos de graduação e da pós-graduação trabalhando em conjunto. Estas ações não decorrem de práticas institucionais definidas e divulgadas e, por esta razão, a CPA conclui que o valor deste indicador deva permanecer em 2.

Finalmente, no tocante ao indicador **integração dos projetos de iniciação científica com as linhas de pesquisa da pós-graduação**, observou-se que nos últimos 3 anos, um dos itens de avaliação dos editais lançados pela PROPEX (Edital Interno e Iniciação Científica) é a relação entre o projeto proposto e

as linhas de pesquisa dos programas *stricto sensu*. Os projetos que apresentam esta integração recebem uma pontuação diferenciada, facilitando sua aprovação. Atualmente, mais de 85% das propostas de pesquisa de Iniciação Científica em execução possuem vínculo com as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação, justificando a alteração do conceito de 3 para 4.

Na discussão no seminário realizado concluiu-se que a avaliação resumida acima evidencia os pontos fortes e fracos listados a seguir:

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2.4.1 Políticas institucionais de pós-graduação | | | | | | |
| 2.4.1.1 Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação com as metas do Planejamento Estratégico (<i>Stricto Sensu</i>). | | | | | X | |
| 2.4.1.2 Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação com as metas do Planejamento Estratégico (<i>Lato Sensu</i>). | | | | | X | |
| 2.4.1.3 Reconhecimento e credenciamento dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> pelos órgãos competentes (CAPES). | | | | | | X |
| 2.4.1.4 Produção científica compatível com os objetivos e linhas de pesquisa dos programas (<i>Stricto Sensu</i>). | | | | | X | |
| 2.4.1.5 Mecanismos de divulgação da produção científica. | | | | | X | |
| 2.4.1.6 Participação dos professores em eventos científicos. | | | | | X | |
| 2.4.1.7 Publicação de resultados de pesquisa em periódicos indexados. | | | | X | | |
| 2.4.1.8 Promoção de eventos científicos. | | | | X | | |
| 2.4.2 Integração entre graduação e pós-graduação | | | | | | |
| 2.4.2.1 Atuação dos professores da pós-graduação no ensino de graduação. | | | | | X | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2.4.2.2 Realização de atividades integradas entre pós-graduação e graduação. | | | X | | | |
| 2.4.2.3 Integração dos projetos de iniciação científica com as linhas de pesquisa da pós-graduação. | | | | | X | |

Planilha Avaliativa 5 – Dimensão 2.4

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte.

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 2.4:

- Coerência entre a criação e a expansão da pós-graduação com as metas do Planejamento Estratégico (tanto *Stricto Sensu* quanto *Lato Sensu*).
- Reconhecimento e credenciamento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* pelos órgãos competentes (CAPES).
- Produção científica, mecanismos de divulgação da produção científica e participação dos professores em eventos científicos compatíveis com as pesquisas dos programas da pós-graduação.
- Atuação dos professores da pós-graduação no ensino de graduação.
- Integração dos projetos de iniciação científica com as linhas de pesquisa da pós-graduação.
- Foi implantado o Programa de Doutorado em Ciências Contábeis e Administração.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 2.4:

- A DPG não mantém sob sua responsabilidade o controle dos cursos *stricto sensu*, apenas os *lato sensu*.
- Pouca atividade realizada com vinculação entre pós-graduação e graduação.
- Não há circulação de revistas científicas internas.
- Pouca indexação de periódicos internos.
- Pouca publicação de resultados de pesquisa em periódicos indexados.
- Pouca promoção de eventos científicos.
- Não existem dados para aferir, com precisão, se a produção científica produzida tem compatibilidade com os objetivos das linhas de pesquisa dos programas *Stricto Sensu*.

Recomendações da CPA:

- Apesar do aumento dos números de mestrados e a criação de um doutorado, recomenda-se que os cursos se empenhem na melhoria dos índices de publicação para elevar o conceito atribuído pela CAPES, viabilizando a implantação de novos cursos de Doutorado.
- Estimular os cursos antigos a implantarem seus mestrados, quer sejam com professores do quadro ou mescla, com professores do quadro e convidados/contratados.
- De igual forma, estimular a criação de novos doutorados.
- Criar um sistema de informação de dados, a fim de aferir o número de artigos publicados por doutores da pós-graduação, dos não vinculados aos diversos programas.
- Criar sistema de informação para aferir se a produção científica produzida tem compatibilidade com os objetivos das linhas de pesquisa dos programas *stricto sensu*.
- Definir uma política institucional entre pós-graduação e graduação.
- Vincular a expedição de diplomas de mestrado à aceitação de pelo menos um artigo científico para publicação em periódicos indexados.
- Aumentar a indexação dos periódicos internos publicados pela FURB.
- Propiciar subsídios para consolidar as atividades do DPG.
- Centralizar as informações dos cursos *stricto sensu* e *lato sensu*, para efeitos administrativos, em um mesmo sistema.

COMENTÁRIOS:

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço Crítico do Relatório de Autoavaliação 2001-2005.

- Quanto à regulamentação de uma política institucional de pós-graduação, foi deflagrado um processo coletivo de elaboração de uma nova resolução, todas as ações possíveis e necessárias.
- As metas do Planejamento Estratégico da FURB estão sendo referenciadas em todas as ações capitaneadas pelo projeto Qualis A. As metas foram

disponibilizadas nos respectivos setores, transformando-se em painéis de bordo, que estão sendo alimentados e averiguados sistematicamente.

- Todo o processo de revisão das políticas de pesquisa e pós-graduação sinaliza para um processo de pactuação e transformação deste consenso em novas regras voltadas a resolver o problema da não observância das linhas de pesquisa por alguns programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- A plataforma utilizada pelas revistas eletrônicas permite uma melhor e maior divulgação da mesma, permitindo o aumento da submissão de artigos, o que tem melhorado a indexação dos periódicos internos publicados pela FURB.
- Foi aprovado o primeiro programa de doutorado, em Ciências Contábeis e Administração da FURB.
- A PROPEX estimulou a criação de uma secretaria de *stricto sensu* por Unidade Universitária, e a adequação e unificação das sistemáticas de secretaria. Todo o processo de implantação de novos programas está sendo incubado pela PROPEX sob a supervisão e orientação coletiva do Fórum de *Stricto Sensu*.
- A PROPEX propôs uma nova política de formação docente, que resultou na aprovação de uma nova regulamentação e a construção do Plano Institucional de Formação Docente, voltado a atender, entre outros, um índice mais elevado de mestres e doutores.
- Com vistas a consolidar e expandir a política de pós-graduação foram criados:
 - Fórum permanente dos Coordenadores dos Cursos *Stricto Sensu* (para discussão e encaminhamento de propostas de melhoria dos mestrados e doutorados).
 - Fórum permanente das Secretarias dos Mestrados (ação coordenada visando melhorar e agilizar os procedimentos administrativos das secretarias da pós-graduação).
 - Melhoria da pós-graduação *lato sensu* referente aos seguintes aspectos:
 - a. Implantação de um novo espaço físico para a secretaria geral da DPG.

- b. Redistribuição das tarefas e redefinição do grupo de trabalho da DPG.
- c. Implantação de nova política de comercialização dos cursos através das parceiras.

As recomendações da CPA não atendidas e que persistem nesta autoavaliação são as seguintes:

- Elevar o índice de professores mestres e doutores para mais de 75%, e que pelo menos metade destes sejam doutores.
- Vincular a expedição de diplomas de mestrado à aceitação de pelo menos um artigo científico para publicação em periódicos indexados. A previsão de implantação é para o ano de 2009.

CAPÍTULO 3 – RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Universidade Regional de Blumenau é uma instituição pública e sua inserção na comunidade regional tem sido comprovada através de vários projetos, parcerias e atividades relacionadas às suas funções de ensino, pesquisa e extensão o que torna visível a sua responsabilidade social.

Conforme bem descrito no relatório de autoavaliação 2001-2005, a instituição relaciona-se com a comunidade interna e externa. A relação interna se expressa nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como, nos diversos serviços prestados aos acadêmicos e nos benefícios sociais e na melhoria das condições de trabalho dos seus servidores. A relação externa se dá pelas parcerias com diversos setores da sociedade, tanto públicos, quanto privados e também com movimentos sociais e comunitários, visando o bem estar e o desenvolvimento sócio-econômico regional.

A avaliação desta dimensão baseou-se nos Balanços Sociais de 2007 e 2008 (**ANEXO H**) que, apresentou o rol de projetos coordenados pela FURB nas diversas áreas como, saúde, inclusão social, educação, cultura, lazer, meio ambiente, urbanismo, e economia, dentre outras. Também foi considerada a manifestação da comunidade universitária presente nos seminários avaliativos, análise dos relatórios de atividades do período e dos questionários aplicados aos acadêmicos, técnico-administrativos, coordenadores, docentes e gestores.

3.1 POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO DA FURB COM O SETOR PÚBLICO, MERCADO DE TRABALHO, INSTITUIÇÕES CULTURAIS E EDUCATIVAS DE TODOS OS NÍVEIS E MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

Analisando-se, com referência, os relatórios de atividade da Instituição do período avaliado e o Relatório do Balanço Social do ano de 2008 observa-se, que a FURB tem mantido anualmente em torno de 27 atividades de extensão de forma contínua (atendimentos diretos e indiretos), nas diversas áreas como, saúde, inclusão social, educação, cultura, lazer, meio ambiente, urbanismo, e economia, dentre outras. O universo de pessoas atendidas por estes programas/projetos pode

ser observado também no quadro 4. Outros projetos de atividades eventuais (Jornadas, cursos, encontros, atividades clínicas, espaços de reflexões, seminários, oficinas, colóquios e outros) também ocorreram neste período, conforme o listado no quadro 5.

| Resumo Programas de Extensão | 2006 | 2007 | 2008 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Público Atendido Diretamente | 104.749 | 98.227 | 91.215 |
| Público Atendido Indiretamente | 1.912.312 | 6.595.217 | 2.511.187 |
| Total | 2.017.061 | 6.693.444 | 2.602.402 |

Quadro 4 - Público atendido nos programas de extensão

Fonte: COPLAN

| Ano | Projetos eventuais tramitados |
|------------|--------------------------------------|
| 2006 | 90 |
| 2007 | 101 |

Quadro 5 – Número de projetos eventuais no período

Fonte: COPLAN

Estas informações deixam claro que a instituição mantém **programas e projetos de extensão para o desenvolvimento social da comunidade** e que é uma prática já institucionalizada. A comunidade universitária presente ao seminário de autoavaliação junto com a CPA manteve o valor 4 para este indicador.

Quanto aos **programas e projetos de pesquisa para o desenvolvimento social da comunidade** e os **programas e projetos de ensino para o desenvolvimento social da comunidade** muito deles são complementares aos projetos de extensão, como por exemplo: Formação continuadas de profissionais de educação, educação matemática, feiras de matemática, educação em saúde, Diagnóstico da região de Blumenau, indicadores de rendimento físico de atletas e outros. Muitas das informações referentes a programas e projetos de ensino e pesquisa já foram discutidas nas dimensões 2.1 e 2.2. Em função dessa visibilidade e prática intensa de projetos nessas áreas, foi mantido o valor 4 para esse indicador.

A prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão é encontrada nas várias atividades desenvolvidas pela instituição. Na tabela abaixo está selecionado alguns programas desenvolvido

no ultimo triênio. Porém a execução de programas de pesquisas, extensão e prestação de serviços também estão sob a responsabilidade dos institutos de Pesquisas que auxiliam a universidade com estas atividades. São eles: Instituto de Pesquisas Ambientais que é um órgão destinado a coordenar e/ou execução de programas de pesquisas, extensão e prestação de serviço para subsidiar processos de desenvolvimento sustentável. O instituto de Pesquisa Sociais que trabalha com projetos voltados para o setor governamental, organizações de sociedade civil, e institutos sociais. Por último existe o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau que realiza análise e ensaios laboratoriais para várias empresas e instituições. Informações mais aprofundadas podem ser obtidas nos relatórios de atividades da instituição 2006 e 2007. Por apresentar uma forte evidência de uma prática já institucionalizada o indicador recebeu o valor 5.

| Programas | | 2006 | 2007 | 2008 |
|------------------------------------|----------------------|-------|-------|-------|
| Ambulatório | Pacientes | 62766 | 65920 | 64195 |
| Serviço Judiciário | Atendimentos | 14763 | 14900 | 13298 |
| Clínica de Psicologia | Pacientes | 3571 | | |
| Clínica de Fisioterapia | Pacientes | 15391 | 12632 | |
| Programa Atualização Permanente | Vagas preenchidas | 250 | 210 | ***** |
| Div. de Promoções Culturais | Eventos | 190 | 164 | 138 |
| **** sem informação | | | | |

Quadro 6 - Programas, serviços e programas permanentes

Fonte: COPLAN

Como neste novo triênio a comissão de autoavaliação não encontrou dados quantitativos que comprovem à **prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades dos centros acadêmicos**, os presentes no seminário de autoavaliação em conjunto com a CPA decidiram atribuir o valor 2 a este indicador.

A **existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social** é visível através da atuação dos institutos da FURB. No ano de 2007, por exemplo, o Instituto de Pesquisas Ambientais entre outros convênios, realizou:

- 1 – Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, visando o desenvolvimento do planejamento, execução e recuperação ambiental nas áreas de macadames nos municípios consorciados.
- 2 – Monitoramento das condições Hidroclimatológicas (consórcio Empresarial Salto Pilão e FURB),
- 3 – Plano Municipal de Redução de Riscos. Contrato de Prestação de Riscos entre Prefeitura de Blumenau e a FURB.

No caso do Instituto de Pesquisas Sociais pode-se citar:

- 1 – Avaliação das ações e serviços públicos Municipais - ISSP – Prefeituras de Balneário Comburui e de Brusque,
- 2 – Consolidação da imagem institucional e prospecção de mercado – LEARDINI Pescados (Navegantes),
- 3 – Diagnóstico da mão de obra no município de Blumenau – ACIB.

No caso do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau podemos citar:

- 1 – Programa de monitoramento e controle da qualidade da água da usina do Salto Pilão,
- 2 – Inspeções realizadas pelo Laboratório de Engenharia Elétrica em vários clientes,
- 3 – Programa de monitoramento de combustíveis através do laboratório de combustíveis do Departamento de Engenharia Química.

Outros convênios poderão ser também conferidos nos relatórios de atividades de 2006 e 2007. Diante do exposto a CPA entende que o indicador deva ser mantido no valor 4, pois trata-se de uma prática já institucionalizada.

A coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais e a missão e finalidades da FURB, continua bem retratado na dimensão 1, onde é demonstrada a coerência entre a missão e os objetivos/ finalidades institucionais e a coerência entre programas/ projetos em desenvolvimento e as metas traçadas no

Planejamento Estratégico. Estas observações já tinham sido feitas no relatório de autoavaliação 2001 – 2005. A CPA manteve este indicador no valor máximo, 5.

A comunidade presente no seminário de autoavaliação, na qual discutiu o grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento sócio-ambiental, considerou insuficientes as informações disponíveis, naquele momento para dar um juízo de valor a este indicador. Os dados levantados, presente no gráfico 18, foram respondidos apenas pelos segmentos da comunidade interna, não havendo nenhuma respondente da comunidade externa. Apesar da falta de informações os dados coletados internamente foram considerados bons e a CPA manteve o indicador no valor 4.

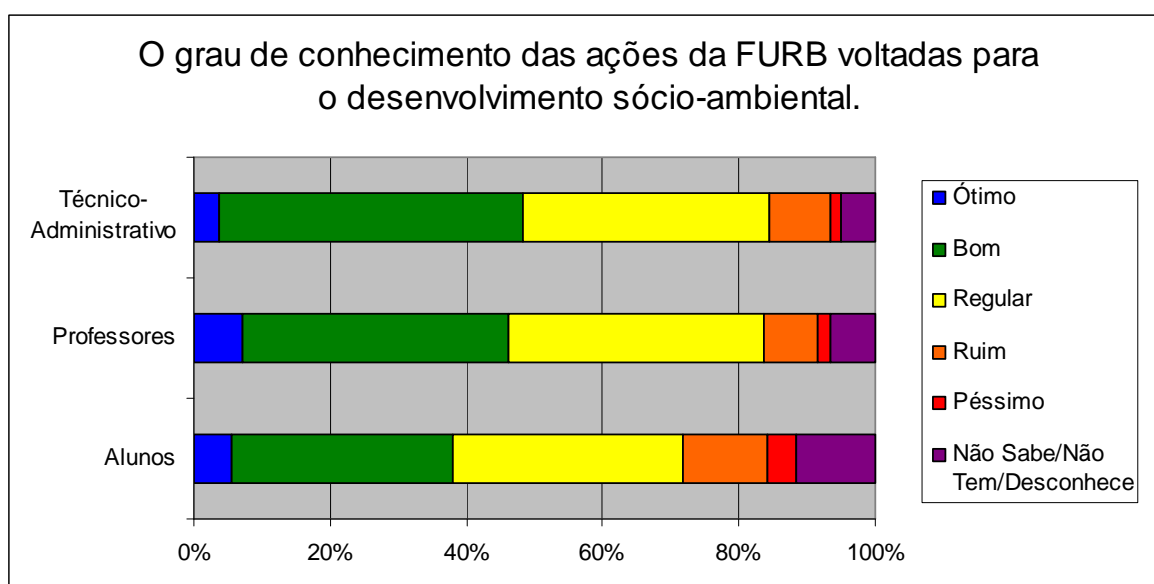


Gráfico 18 – O grau de conhecimento das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento sócio-ambiental.

Fonte: Pesquisa com os diversos segmentos (CPA)

Quanto à oferta de cursos para o atendimento às necessidades sociais e desenvolvimento regional, a análise dos relatórios de atividades de 2006 e 2007, conforme o quadro 7, mostra que a instituição tem uma atuação forte na elaboração de cursos e projetos que atendem as necessidades sociais da região. Esta preocupação está presente, tanto nos cursos de graduação quanto nos de pós-graduação. Dados do relatório de atividades de 2008 não foram acrescentados por não estarem disponíveis. A CPA e a comunidade universitária presente no seminário de autoavaliação conferiu o valor 5 a este indicador.

| Ofertas/cursos | 2006 | 2007 |
|---|-----------------------------|-----------------------------|
| Atividades de Extensão contínuas (programas e projetos). (relatório de atividades) | 30 programas 86 projetos | 28 programas 83 projetos |
| Atividades de Extensão eventuais (projetos, seminários, semanas, ciclos, colóquios). (Relatório de atividades) | 89 projetos | 101 projetos |
| Laboratório de Línguas (cursos regulares) | 5 cursos | 13 cursos |

Quadro 7 - Oferta de cursos para o atendimento às necessidades sociais em 2006 e 2007

Fonte: COPLAN

Para a análise do **impacto das atividades de responsabilidade social (qualidade de vida, inclusão social, desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural) da FURB no ambiente interno, e externo**, a CPA utilizou-se também dos relatórios de atividades 2006 e 2007 e de questionários aplicados aos gestores, professores, alunos e técnicos administrativo (**ANEXO D**). Observa-se que foi criado em 2006, o Núcleo de Pesquisa e extensão (NUPEX) que é um canal de acesso do mercado e da sociedade para os conhecimentos gerados e serviços prestados pela FURB.

Através do NUPEX, a universidade se abriu para parcerias com a iniciativa privada, terceiro setor e poder público com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e a promoção da qualidade de vida. Na pesquisa o Nupex congrega três institutos: IPA – Instituto de Pesquisas Ambientais; IPS – Instituto de Pesquisas Sociais e IPTB – Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau. Na extensão ela coordena as atividades dos Programas Institucionais de extensão, grupos multidisciplinares, de natureza contínua e que tem uma atuação diferenciada junto à sociedade. Através deles promove eventos culturais, apóia programas de esportes, realiza ações sociais, ambientais, de empreendedorismo e inovação e de promoção da cidadania e saúde. Quanto aos resultados dos questionários, os gráficos 19 e 20, abaixo, demonstram as impressões da comunidade universitária com relação ao ambiente interno e externo. Segundo estes

resultados, aproximadamente 50% dos respondentes, sobre o ambiente interno, consideraram ótimo ou bom, o impacto das atividades de responsabilidade social da FURB na região e em torno de 60% dos respondentes, sobre o ambiente externo, consideraram também ótimo ou bom o impacto das atividades de responsabilidade social da FURB na região. Os dados quantitativos dos relatórios de atividades e as impressões descritas nos questionários mostram que as atividades de responsabilidade social da instituição são visíveis e podem ser consideradas como práticas institucionalizadas e difundidas. Apesar do bom desempenho a CPA e os presentes no seminário de autoavaliação resolveram que o valor 4 para o indicador seria mais adequado.

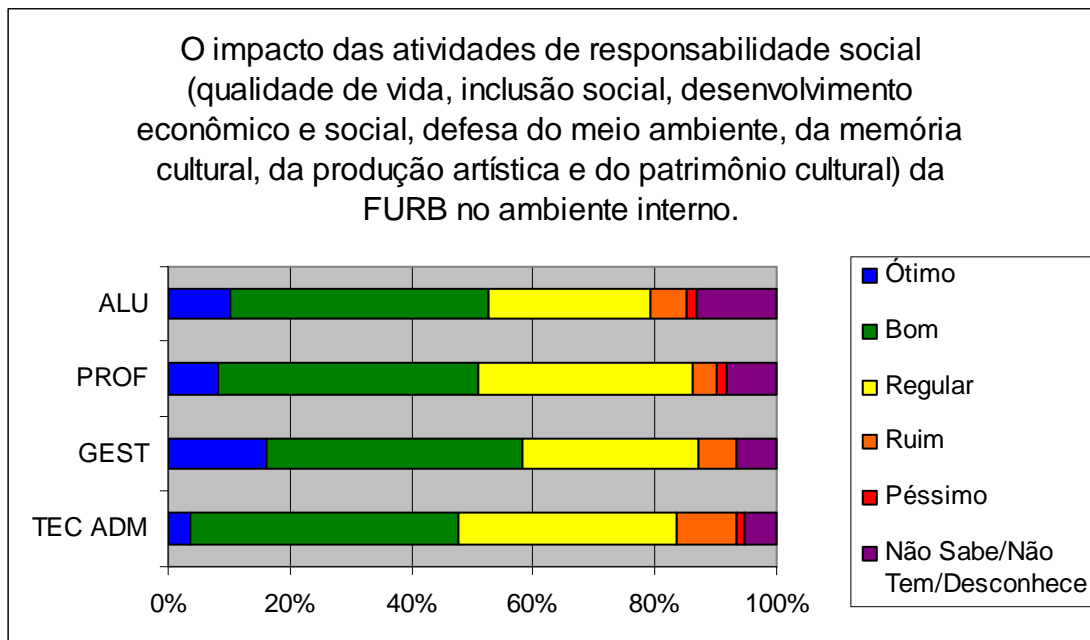


Gráfico 19 – Impacto das atividades de responsabilidade social da FURB no ambiente interno
 Fonte: Pesquisa com os diversos segmentos (CPA)

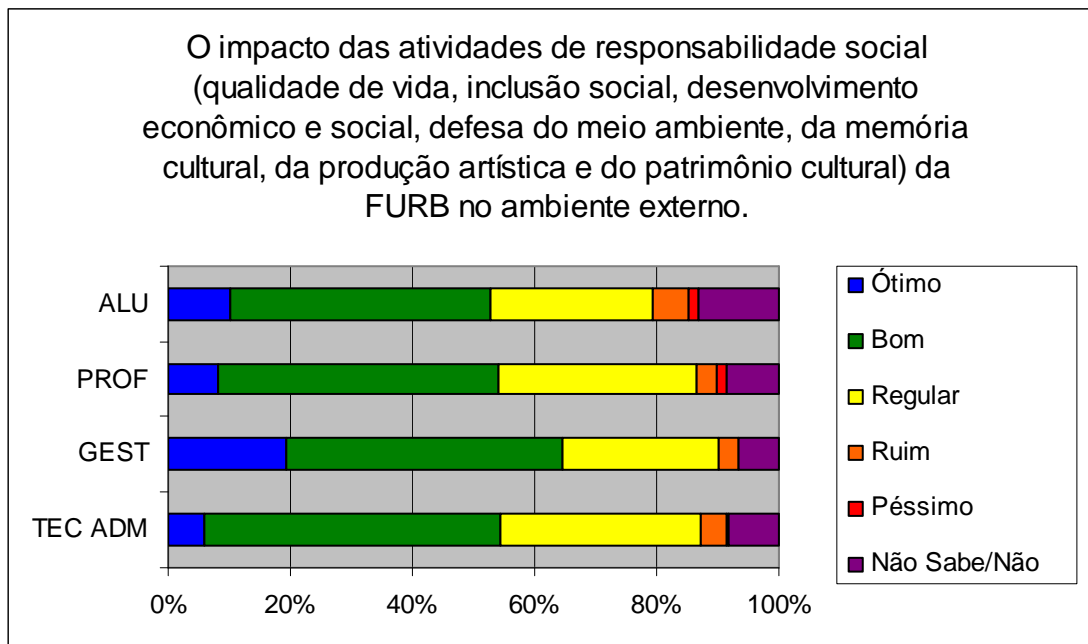


Gráfico 20 – Impacto das atividades de responsabilidade social da FURB no ambiente externo
 Fonte: Pesquisa com os diversos segmentos (CPA)

O quadro 8, mostra que a **presença dos professores e ou técnico-administrativos em órgãos colegiados externos como representantes da FURB** é uma prática já consolidada na Instituição. A este indicador foi mantido o valor 4 já previsto na última autoavaliação (2001–2005).

| Representações Externas | 2006 | 2008 |
|-------------------------|------|------|
| Municipal | 28 | 35 |
| Estadual | 13 | 25 |
| Federal | 4 | 3 |

Quadro 8 - Presença dos professores e ou técnico-administrativos em órgãos colegiados externos como representantes da FURB
 Fonte: COPLAN

Ao indicador **políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade** foi atribuído o valor 0. Os presentes, no seminário de autoavaliação, entenderam que a instituição tem sido convidada a participar de vários projetos que envolvem políticas públicas, porém a criação tem suas origens na própria administração pública.

3.2 POLÍTICA INSTITUCIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL

Conforme já citado no relatório de autoavaliação de 2001-2005 a FURB através da Divisão de Administração do Campus - DAC, vem trabalhando nos últimos anos com as legislações específicas que tratam do assunto, em especial o Plano Diretor de Blumenau e a NBR 9050 (última atualização em 2004) – Acessibilidade.

Visitas em loco, pelos integrantes da CPA observaram também que os prédios mais antigos onde o projeto arquitetônico não previu tais instalações, se fazem necessárias ainda algumas alterações ou adaptações. Os projetos recentemente elaborados já prevêm as instalações necessárias para a total acessibilidade dos seus usuários, como elevadores ou rampa para circulação vertical e sanitários dimensionados para receber cadeirantes.

Existe, vinculado à Coordenadoria de Apoio ao Estudante (CAE) ações no sentido de atender os Portadores de Necessidades Especiais (PNE). Na matrícula é identificado se o aluno pode ser considerado PNE. O setor tem por objetivo identificar e atender às necessidades especiais dos acadêmicos portadores de deficiência física permanente ou temporária, adequando os espaços e equipamentos da Universidade, qualificando seu pessoal técnico e administrativo para melhor atender, buscando oportunidades no mercado de trabalho, dentre outros. Mediante cadastro socioeconômico também há possibilidade de apoio financeiro que pode ser de até 100% de gratuidade nas mensalidades.

Em função dos aspectos apontados, o indicador **mecanismos de acesso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais** se manteve no valor 3, pois existe uma preocupação com a adequação da infraestrutura para possibilitar o acesso aos PNE, porém as ações (materiais didáticos especiais, treinamento de pessoal para o atendimento de PNE, monitores para acompanhamento) para garantir a permanência dos mesmos na Instituição.

O indicador **mecanismos de acesso e permanência dos servidores portadores de necessidades especiais** foi mantido o valor 4, pois já são bem visíveis na Instituição esses mecanismos. Quanto ao acesso podemos citar: rampas, instalações sanitárias adaptadas, vagas especiais no estacionamento, cadeiras e bancadas adaptadas, bem como a disponibilização de outros recursos específicos de acordo com a necessidade. Quanto à permanência pode-se ressaltar que os PNE

possuem os mesmos direitos legais e trabalhistas dos demais funcionários e atendimentos preferenciais da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - DGDP.

Quando se fala de **acesso físico da comunidade a biblioteca**, não existe diferença ao acesso da comunidade interna e externa. Qualquer pessoa da Universidade ou da Comunidade externa tem acesso aos livros e periódicos e pode acessar os terminais de consulta dentro da biblioteca. Desta forma o indicador revela também uma prática já consolidada e recebeu o valor máximo, 5.

3.3 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL

Conforme descrito no relatório de autoavaliação 2001-2005, a FURB tem apoiado seus estudantes através de vários programas, projetos e benefícios que podem ser acessados gratuitamente pelos acadêmicos. O acadêmico deve inscrever-se no cadastro socioeconômico, junto à Coordenadoria de Apoio ao Estudante – CAE, como condição mínima para pleitear algum benefício.

O quadro 9, mostra os vários programas de apoio financeiro gerenciados pela Coordenadoria de Apoio ao Estudante CAE. Os programas de apoio financeiro (bolsas de estudo, art. 170, bolsas de trabalho, pesquisa e de extensão), são repassados aos alunos em 10 (dez) parcelas anuais. Portanto, para se ter o número aproximado de alunos beneficiados em cada ano, deve-se dividir o número de bolsas por 10, obtendo assim, uma média anual.

| Ano | Estágios não-obrigatórios (nº de alunos) | Inscritos no cadastro sócio-econômico (nº de alunos) | Bolsas Art. 170 | Bolsas FFAE | Gratuidade | Bolsas de Extensão | Bolsas de Trabalho FURB | Bolsas de Convênio – Empresa |
|------|---|---|-----------------|-------------|------------|--------------------|-------------------------|------------------------------|
| | | | 30 a 70% | 30 a 70% | 100% | 16 a 20 créditos | 16 a 20 créditos | 16 a 20 créditos |
| 2005 | 1.974 | 3.250 | 12.000 | 5.550 | 04 | 95 | 317 | 204 |
| 2006 | 1.743 | 2.992 | 12.640 | 1.160 | 04 | 106 | 266 | 210 |
| 2007 | 1.866 | 3.110 | 12.684 | 1.140 | 05 | 47 | 344 | 150 |
| 2008 | 1.894 | 2.434 | 9.212 | 2.710 | 04 | 39 | 348 | 528 |

Quadro 9 - Programas de apoio financeiro gerenciados pela Coordenadoria de Apoio ao Estudante CAE.

Fonte: CAE

A explicação para a diminuição no número de inscritos no cadastro sócio-econômico visto no quadro 9, ocorreu pelo fato de que, na medida em que o processo foi sendo aperfeiçoado, e havendo uma maior fiscalização interna, os alunos que não se enquadravam no critério de carência econômica, deixaram de se inscrever

Atualmente há dois tipos de bolsas de estudo na FURB, destinados ao custeio de parte das mensalidades dos acadêmicos economicamente carentes:

a) FFAE - Fundo Financeiro de Assistência ao Estudante: Programa mantido pela FURB, com recursos provenientes da reserva de contingência do orçamento geral da Universidade, conforme estabelecido na Resolução Nº. 136/2001. Atualmente a inscrição é anual e o número de bolsas varia de 30% a 70% da mensalidade do estudante. Os critérios de seleção são definidos no próprio programa.

b) Art. 170: Programa gerenciado pela FURB, mantido com recursos provenientes do orçamento do Estado, conforme previsto no Artigo 170 da Constituição Estadual e Lei Complementar Nº. 281/2005 e Lei Complementar Nº. 296/2005.

Além de bolsas de estudo, a FURB também vem mantendo outros programas de apoio aos estudantes, conforme detalhamento a seguir:

c) Bonificação Semestral: Desconto automático, sobre a semestralidade para acadêmicos de determinados cursos da Universidade. De acordo com a Resolução Nº. 84/2005, os cursos beneficiados com a bonificação são: Administração, Artes, Direito, Ciências Contábeis, Ciências da Religião, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Design, Farmácia, História, Letras, Licenciatura em Ciências da Computação, Matemática, Odontologia, Pedagogia, Secretariado Executivo Bilíngüe, Serviço Social, Sistemas de Informação e Turismo e Lazer.

d) Desconto Fidelidade: Benefício concedido ao estudante da graduação ou pós-graduação que concluiu o ensino médio na ETEVI - Escola Técnica do Vale do Itajaí ou curso superior na FURB e também ao que possui parente (s) em primeiro grau estudando atualmente na ETEVI ou na FURB. A Resolução Nº. 135/2001 regulamenta a concessão deste benefício.

e) Auxílio Educação aos Servidores da FURB: Redução no valor das mensalidades concedida aos servidores ou dependentes de servidores da FURB/ETEVl. Para obter o auxílio o servidor deve preencher requerimento próprio na intranet.

f) Bolsa de trabalho interna: Redução de 16 a 20 créditos no valor das mensalidades em decorrência de 20 horas de trabalho como bolsista.

g) Bolsas de Convênio Empresa: Redução de 16 a 20 créditos no valor das mensalidades em decorrência de 20 horas de trabalho de estágio em empresas.

h) Bolsa de Estudo FIES e Convênios para estágio remunerados em Organizações, conforme quadro 10.

| Ano | FIES | Nº de Organizações |
|------|---------------|----------------------|
| | | Concedentes Estágios |
| 2006 | 523 contratos | 285 |
| 2007 | 685contratos | 516 |

Quadro 10 – Alunos beneficiados com financiamentos e estágios

Fonte: CAE

Quanto a outros apoios, observa-se que, na última avaliação, a CPA registrou que instituição mantinha atendimentos aos estudantes, realizados por

equipe técnica (Orientação Psicossocial, Trabalhos em Grupo e Oficinas). O quadro 11, retrata bem os números referentes a estes atendimentos neste último triênio.

| Ano | Psicóloga | Assistentes Sociais e Pedagogas | Em grupo | Em oficinas |
|-------------|------------------|--|-----------------|--------------------|
| 2005 | 165 alunos | 437 atendimentos | 25 alunos | 183 alunos |
| 2006 | 150 alunos | 161 atendimentos | 35 alunos | 54 alunos |
| 2007 | 38 alunos | 438 atendimentos | 46 alunos | 38 alunos |
| 2008 | 14 alunos | 54 atendimentos | -- | -- |

Quadro 11 – Atendimentos realizados pela equipe técnica (Orientação Psicossocial, Trabalhos em Grupo e Oficinas).

Fonte: CAE

Conforme descrição aqui apontada, é visível na FURB a prática de **concessão de bolsas e outros programas de apoio aos estudantes, e a existência de fontes de financiamento estudantil**, embora ainda não em nível pleno, o que conduziu a comunidade e a CPA durante os seminários a atribuir o valor 4 a estes dois indicadores.

3.4 POLÍTICA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E MEMÓRIA CULTURAL

Com relação à comunidade externa, o instituto de pesquisas Ambientais da Universidade Regional de Blumenau é um órgão destinado à coordenação e/ou execução de programas de pesquisas, extensão e prestação de serviços, objetivando conhecimentos para subsidiar os processos de desenvolvimento sustentável. Entre alguns projetos desenvolvidos por este órgão podem-se citar: O Projeto de Conservação Ambiental com objetivo de subsidiar tecnicamente a implantação de uma unidade de conservação, do tipo Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Projeto de Recuperação Ambiental na qual envolve atividades de desenvolvimento de técnicas para recuperação de ambientes fluviais, matas ciliares e atividades de educação ambiental. Entre as várias atividades de educação ambiental envolvidas temos:

- 1 – Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, visando o desenvolvimento do planejamento, execução e recuperação ambiental das áreas de macadame, nos municípios consorciados;
- 2 – Avaliação do regime hídrico do ribeirão da Velha até a tomada de água pela empresa – Lancaster Beneficiamento Têxteis Ltda.;
- 3 – Monitoramento das condições hidroclimatológica – Contrato de Prestação de serviço com o consórcio Salto Pilão e FURB, entre muitas outra atividades que Instituto realiza.

Na comunidade interna merece destaque o Programa de Sistemas de Gestão do Ambiente que envolve a gestão de resíduos sólidos, resíduos perigosos, de gestão de água e energia e de controle ambiental. Isto demonstra que a FURB tem uma forte atuação em **programas e ações para o desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental**, em vista dessa preocupação tanto na comunidade interna, quanto em promover assessoria técnico-científica na área para a comunidade externa, este indicador recebeu o valor 4.

Quanto ao indicador **desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região**, estas atividades estão sob a responsabilidade do Núcleo de Pesquisa e Extensão - NUPEX que tem por finalidade apoiar programas e projetos institucionais de inserção comunitária. Dentre várias ações culturais pode-se citar: Grupos artísticos, orquestra da FURB, coral da universidade, Grupo Teatral Phoenix, grupo de dança folclórica, festival universitário de teatro de Blumenau, exposições entre outros. Em função das várias ações citadas acima foi atribuído pela CPA o valor 4 a este indicador.

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3.1 Política de integração da FURB com o setor público, mercado de trabalho, instituições culturais e educativas de todos os níveis e movimentos sociais e comunitários. | | | | | | |
| 3.1.1 Programas e projetos de extensão para o desenvolvimento social da comunidade. | | | | | X | |
| 3.1.2 Programas e projetos de pesquisa para o desenvolvimento social da comunidade. | | | | | X | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3.1.3 Programas e projetos de ensino para o desenvolvimento social da comunidade. | | | | | X | |
| 3.1.4 Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão. | | | | | | X |
| 3.1.5 Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades dos centros acadêmicos. | | | X | | | |
| 3.1.6 Existência de convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento social. | | | | | X | |
| 3.1.7 Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais e a missão e finalidades da FURB. | | | | | | X |
| 3.1.8 Grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento sócio-ambiental. | | | | | X | |
| 3.1.9 Oferta de cursos para o atendimento às necessidades sociais e desenvolvimento regional. | | | | | | X |
| 3.1.10 Impacto das atividades da FURB, na área de responsabilidade social, tanto no ambiente interno como no ambiente externo. | | | | | | X |
| 3.1.11 Presença dos professores e ou técnico-administrativos em órgãos colegiados externos como representantes da FURB. | | | | | X | |
| 3.1.12 Políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade. | X | | | | | |
| 3.2 Política institucional de inclusão social | | | | | | |
| 3.2.1 Mecanismos de acesso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais. | | | | X | | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3.2.2 Mecanismos de acesso e permanência dos servidores portadores de necessidades especiais. | | | | | X | |
| 3.2.3 Acesso da comunidade externa à biblioteca. | | | | | | X |
| 3.3 Política de desenvolvimento econômico-social | | | | | | |
| 3.3.1 Concessão de bolsas e outros programas de apoio aos estudantes. | | | | | X | |
| 3.3.2 Existência de fontes de financiamento estudantil. | | | | | X | |
| 3.4 Política de defesa do meio ambiente e memória cultural | | | | | | |
| 3.4.1 Desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental. | | | | | X | |
| 3.4.2 Desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região. | | | | | X | |

Planilha Avaliativa 6 - Dimensão 3

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 3:

- Programas sociais coerentes com a missão e finalidades da FURB.
- Bons programas e projetos de extensão, pesquisa e ensino, para o desenvolvimento social da comunidade.
- Prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Coerência entre os objetivos dos projetos e programas sociais e a missão e finalidades da FURB.
- Grau de conhecimento da comunidade das ações da FURB voltadas para o desenvolvimento sócio-ambiental.
- Oferta de cursos para o atendimento às necessidades sociais e desenvolvimento regional.
- Impacto das atividades da FURB, na área de responsabilidade social, tanto no ambiente interno como no ambiente externo.
- Presença dos professores e ou técnico-administrativos em órgãos colegiados externos como representantes da FURB.
- Implantação de um Hospital Universitário.
- Implantação de programas de melhoria de qualidade de vida para os servidores.
- Benefício instrução aos servidores e seus dependentes.
- Acesso da comunidade externa à biblioteca.
- Concessão de bolsas e outros programas de apoio, bem como existência de fontes de financiamento aos estudantes.
- Existência de projetos e ações de gestão voltados para a educação ambiental e a preservação da memória e patrimônio cultural da região.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 3:

- Pouca prestação de serviços à comunidade, a partir de atividades dos centros acadêmicos.
- Ausência de políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela Universidade.
- Faltam ações (materiais didáticos especiais, treinamento de pessoal) para o atendimento de PNE, que garantam a sua permanência.
- Pouca divulgação interna e externa das ações da FURB pertinentes à responsabilidade social.
- Baixa captação de recursos (públicos e privados) para atendimento da responsabilidade social.

Recomendações da CPA:

- Utilizar-se dos meios de comunicação para melhor divulgação, interna e externa, das ações da FURB pertinentes à responsabilidade social.
- Investir na qualificação de profissionais na área de preservação da memória e patrimônio cultural da região para possibilitar a captação de recursos nesta área.
- Implantar um sistema de gerenciamento das ações de responsabilidade social desenvolvidas na FURB.
- Criar ações (materiais didáticos especiais, treinamento de pessoal para o atendimento de PNE) que garantam a permanência e o conforto do PNE.
- Envolver os centros acadêmicos nas ações institucionais de prestação de serviços à comunidade.
- Criar projetos para região metropolitana de Blumenau, que permitam orientar as políticas públicas da região.

COMENTÁRIOS:

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço crítico do Relatório de Autoavaliação 2001 -2005.

- Segundo a Instituição a DGDP tem Investido na qualificação dos servidores, para atualização e aperfeiçoamento de suas atividades.

- O Balanço Social passou a ser realizado periodicamente.
- Passaram a existir internamente, políticas de preservação ambiental (ex: não uso de defensivos agrícolas nos jardins internos, redução no uso de energia e telefones com a aquisição de sistemas de controle).
- Foi feita uma pesquisa de clima organizacional em 2008.

As recomendações da CPA não atendidas e que persistem nesta autoavaliação são as seguintes:

- Divulgação deficiente das ações sociais.
- Baixa captação de recursos para sustentar as mesmas.
- Ações para a inserção de pessoas portadoras de necessidades especiais.

CAPÍTULO 4 - COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A Comunicação da Instituição com a Sociedade é feita através de vários meios de comunicação, que na FURB é gerida principalmente pela Coordenadoria de Comunicação e Marketing (CCM). A Comissão Própria de Avaliação (CPA), através de consultas documentais, entrevistas, visitas *in loco*, questionários e seminários avaliativos, constatou que o processo se dá de forma mais ampla, não ficando totalmente centralizado na CCM. Entre os principais veículos de comunicação que foram identificados pode-se destacar a FURB TV, a FURB FM e o site da FURB (www.furb.br) que possui páginas interativas, diversas ferramentas de comunicação e divulgação, além dos *e-mails*.

A primeira categoria de análise desta dimensão são os sistemas de comunicação e informação da FURB com a comunidade interna e externa.

Além do rádio, da TV e da internet outros mecanismos de comunicação são utilizados pela instituição. A CCM trabalha com publicidade na mídia, assessoria de comunicação, folders, clipping, divulgação do vestibular nas escolas, patrocínios e equipes esportivas, Interação, etc. No site da FURB encontramos também diversas ferramentas de comunicação e divulgação, como as Revistas Online, o AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem e o SAP - Sistema de Atendimento ao Público. A FURB conta ainda com a ARI - Assessoria de Relações Internacionais. Para a divulgação exclusivamente interna da informação ou tomada de decisões, além dos mecanismos e órgãos mencionados, a Instituição também se comunica através da Intranet, do Portal Acadêmico, Clipping diário da imprensa, Jornal Em Dia e Ação Estratégica. Menos frequentes verificou-se os Jornais do DCE, dos diretórios acadêmicos, do SINSEPES, ASEF e APROF. Em relação à comunicação pessoal, a Instituição possui: CAE, DRA, Unidades Universitárias, Colegiados, Centros Acadêmicos, Programa Conexão (DGDP), Comunicados nas folhas de pagamento e relatórios diversos.

Pode-se, portanto, afirmar que a FURB possui um sistema de comunicação com a sociedade bem desenvolvida, com diversos meios digitais, eletrônicos, impressos, rádio FM e TV. As metas e finalidades da Instituição prevista em seu Estatuto bem como os objetivos previstos no seu e Planejamento

Estratégico (**ANEXO E**), mostram que as informações encontradas nestes meios estão adequadas a estes documentos. Os quadros demonstrativos abaixo, elaborados a partir dos dados coletados, mostram que a Instituição ultimamente tem se utilizado mais dos meios digitais do que os impressos – uma tendência mundial - para trabalhar suas informações. Observa-se, porém que a quantidade e qualidade das informações encontram-se iguais ou superiores aos da última avaliação Institucional.

4.1 SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO DA FURB COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA

Sobre a **existência de informações em meios digitais (página da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros)**, pode-se observar no quadro 12 que alguns dados passaram a ser disponibilizados somente em 2008. Nos demais percebe-se uma diminuição nos resultados, mas a causa pode estar com a sua coleta, com a perda dos mesmos, como indicado na observação da CCM, abaixo do quadro demonstrativo a seguir. A comunidade Universitária presente no seminário de autoavaliação considerou suficientes as informações disponíveis em meios digitais, atribuindo a este indicador o valor 5, com o que concordou a CPA.

| Indicadores | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|--|-------------|-------------------|-------------|-------------|
| Acessos à página da Universidade na Internet | ND | ND | ND | 2.817.737 |
| Serviços disponibilizados on-line | ND | ND | ND | 20 |
| Acessos ao Portal Acadêmico | ND | ND | ND | 615.932 |
| Acessos ao Ambiente Virtual de Aprendizagem | 2228921 | ND* | 1046559* | 1584100* |
| Consultas ao Serviço de Atendimento ao Público | 091 | 6339 | 4938 | 6035 |
| Acessos ao serviço de Intranet | ND | Não contabilizado | | |

| | | | | |
|---|----|-----|-----|-----|
| Serviços disponibilizados na Intranet | ND | ND | ND | 09 |
| Páginas criadas no site da FURB | | 40 | 43 | 37 |
| Notícias veiculadas no site da FURB | | 438 | 412 | 306 |
| Destaques veiculados no site da FURB | | 264 | 209 | 222 |
| (*) Os dados de 2006 foram perdidos e até a presente autoavaliação não foram recuperados – Os dados de 2007 e 2008 contabilizam apenas os acessos ao ambiente AVA, sem contabilizar os acessos as diversas disciplinas. Nos anos anteriores não havia como separar estes acessos. Isso explica a diminuição dos acessos em 2007 e 2008, já que os acessos as disciplinas não contaram nestes números (ND = Dados não disponibilizados). | | | | |

Quadro 12 - Existência de informações em meios digitais

Fonte: CCM

Em função da análise acima, em relação ao indicador **adequação das informações em meios digitais (página da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros) às metas, objetivos e finalidades da FURB**, pela dificuldade de acesso a algumas informações a CPA atribuiu o valor 4.

Sobre o indicador **existência de informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros)**, observou-se que na Universidade existem informações em meios impressos, como por exemplo, jornal em dia, ação estratégica, revista escolha certa, folders institucionais, calendário acadêmico, etc. Desta forma o seminário de autoavaliação e a CPA atribuíram este indicador o valor 4.

Quanto ao indicador, **adequação das informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros) às metas, objetivos e finalidades da FURB**, também foi atribuído o valor 4, em função que muitas informações impressas são encontradas atualmente em meio digital, estando mais adequadas à realidade atual inclusive sob aspecto ecológico.

Quanto ao indicador **existência de informações em mídia eletrônica**, a FURB possui uma emissora de rádio FM (FURB FM), um canal de TV aberto

(FURB/TV), além do site www.furb.br. Desta forma a CPA e a comunidade presente no seminário de autoavaliação, atribuíram a este indicador o valor 5.

Já no tocante ao indicador **adequação das informações da mídia eletrônica às metas, objetivos e finalidades da FURB**, percebe-se pelo conteúdo disponível que existe preocupação dos mesmos em divulgar o ensino, pesquisa e extensão, como por exemplo, Universo e Pesquisa, TV Empresa, Modos da Moda, Em dia com a Língua Portuguesa, Plug-in, O Mundo Fala, Batuque na Cozinha, Clássicos de Ontem e de Hoje, etc. O seminário de autoavaliação e a CPA acharam por bem atribuir o valor 4.

Quanto ao indicador **existência de meios de comunicação entre centros acadêmicos e alunos**, os dados quantitativos referente a este indicador (Quadro 13) confirmam que pouco se alterou. Existem ainda poucas iniciativas, por parte dos Centros Acadêmicos, em relação ao seu processo de comunicação com os alunos. A grande maioria do CAs, não possui jornal, apenas site e *mail-list*. Também foi observado que não existe (ou não é visível) nenhum processo de estímulo ou assessoramento por parte da instituição. A CPA manteve o indicador no nível 2, por entender que o processo não sofreu nenhuma evolução em relação à avaliação anterior.

| Indicadores | 2006 | 2007 | 2008 |
|---|----------------------------------|------|------|
| Centros Acadêmicos que publicam jornais/boletins para comunicação com os alunos | 4 | 3 | 4 |
| Centros Acadêmicos que utilizam meios digitais para comunicação com os alunos | 13 | 13 | 14 |
| Jornais/boletins/ <i>newsletters</i> editados pelo Diretório Central dos Estudantes | 2 Jornais 1 Manual 2 Sites | ND | ND |

Quadro 13 – Meios de comunicação entre centros acadêmicos e alunos
Fonte: DCE

Quanto ao indicador **existência de uma política de comunicação para a FURB**, a CPA não teve acesso a nenhum documento que evidencia esta política institucionalizada. Pode-se observar situações pontuais como o caso da Resolução Nº. 22/2007, que dispõe sobre os recursos de tecnologia da informação e comunicação da FURB. Constatou-se também que determinados setores de

comunicação (FURB/TV e FM) têm suas políticas próprias. Desta forma a CPA entende que o valor adequado ao indicador é 3.

No tocante ao indicador **adequação da política de comunicação às metas, objetivos e finalidades da FURB**, percebe-se que as políticas de comunicação setoriais estão adequadas às finalidades da Instituição (ensino, pesquisa e extensão), no entanto cabe ressaltar novamente a inexistência de uma política institucionalizada de comunicação. Baseado nesta situação a CPA manteve o indicador no nível 3.

Quanto ao indicador **adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões**, também se manteve a este indicador o valor 3, por se expressar ainda de forma incipiente, em decorrência da descontinuidade no fluxo da comunicação interna (duplicidades de conflitos e informações que redundam em ações inadequadas). Estes fatos já haviam sido citados no relatório 2001-2005.

4.2. IMAGEM PÚBLICA

Na categoria de análise que trata da Imagem Pública institucional, o indicador **representação da FURB em entidades públicas e privadas**, manteve-se o valor 4. O quadro 8, da dimensão 3, demonstra que a participação da FURB em entidades públicas e privadas é uma prática já institucionalizada.

Quanto ao indicador **intercâmbios e parcerias para o desenvolvimento de estágios, pesquisas, projetos, prestação de serviços e outros**, na dimensão 2.2 verificou-se a existência de práticas nesta direção (central de intercâmbio, FURB internacional, exigências em editais externos de fomento à pesquisa, liberações para cursar pós-graduação). Somados a isso, pode ser verificado Núcleo de Gestão de Estágios (PROEN), que existe uma quantidade considerável de convênio da FURB com empresas e instituições, de Santa Catarina e outros Estados Brasileiros, para desenvolvimento de estágios curriculares e não curriculares. Complementando, a FURB ainda mantém projetos de extensão e pesquisas, como exemplo: - o Projeto PIAVA (proteção da mata ciliar e gestão da bacia hidrográfica do Vale do Itajaí, financiado pela PETROBRAS e coordenado pelo Instituto de Pesquisas Ambientais da FURB) – contrato de prestação de serviços

assinado com a BUNGE Alimentos S/A que contempla dois programas ambientais distintos, de conservação ambiental e recuperação ambiental. Desta forma a CPA e a comunidade universitária mantiveram a este indicador o valor 4.

No tocante ao indicador **presença da FURB na mídia**, os dados quantitativos (**ANEXO C**), demonstram a presença da Universidade nos meios de comunicação em números. Na pesquisa aplicada pela CPA junto aos professores sobre este tema, aproximadamente 62% optaram entre bom e ótimo, 29% regular e 9% classificaram como ruim e péssimo. Entre funcionários técnicos administrativos o resultado foi o seguinte: aproximadamente 64% opinaram entre ótimo e bom, 34% regular e 2% ruim e péssimo. Quanto aos alunos, o posicionamento dos mesmos foi: perto de 73% disseram ser bom e ótimo, 22% regular e 5% ruim e péssimo. Considerando a opinião dos presentes no seminário e o resultado da pesquisa a CPA entende que indicador deva se elevar para o valor 5.

Em relação ao indicador **coerência entre a missão, os objetivos, finalidades da FURB e a imagem pública da instituição**, na pesquisa aplicada pela CPA junto aos alunos sobre este tema os resultados foram: 9,99% não se posicionaram; entre os que opinaram (90,01%), 62,98% consideraram ótimo e bom; 27,05% ponderarão como regular e 9,97%, ruim ou péssimo. Considerando que os resultados dos questionários aplicados aos alunos, maior da parcela da comunidade, foi muito bom, a CPA e a comunidade universitária concluiu que a imagem pública da instituição tem coerências com sua missão e finalidades, atribuindo o valor 4 para este indicador.

A seguir temos o quadro com os indicadores e, logo depois, temos as considerações sobre os pontos fracos, pontos fortes e recomendações.

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4.1 Sistemas de comunicação e informação da FURB com a comunidade interna e externa | | | | | | |
| 4.1.1 Existência de informações em meios digitais (página da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros). | | | | | | X |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4.1.2 Adequação das informações em meios digitais (página da FURB, dos cursos, portais, intranet, internet e outros) às metas, objetivos e finalidades da FURB. | | | | | X | |
| 4.1.3 Existência de informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros). | | | | | X | |
| 4.1.4 Adequação das informações em meios impressos (guias, jornais, murais, revistas, boletins, manuais, panfletos e outros) às metas, objetivos e finalidades da FURB. | | | | | X | |
| 4.1.5 Existência de informações em mídia eletrônica (FURB FM, FURB TV). | | | | | | X |
| 4.1.6 Adequação das informações da mídia eletrônica às metas, objetivos e finalidades da FURB. | | | | | X | |
| 4.1.7 Existência de meios de comunicação entre centros acadêmicos e alunos. | | | X | | | |
| 4.1.8. Existência de uma política de comunicação para a FURB. | | | | X | | |
| 4.1.9. Adequação da política de comunicação às metas, objetivos e finalidades da FURB. | | | | X | | |
| 4.1.10 Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões. | | | | X | | |
| 4.2 Imagem pública | | | | | | |
| 4.2.1. Representação da FURB em entidades públicas e privadas. | | | | | X | |
| 4.2.2. Intercâmbios e parcerias para o desenvolvimento de estágios, pesquisas, | | | | | X | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| projetos, prestação de serviços e outros. | | | | | | |
| 4.2.3. Presença da FURB na mídia. | | | | | | X |
| 4.2.4. Coerência entre a missão, os objetivos, finalidades da FURB e a imagem pública da instituição. | | | | | X | |

Planilha Avaliativa 7 - Dimensão 4

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte.

Pontos positivos que podem ser enfatizados nesta Dimensão:

- Existência e adequação de informações em meios digitais, em mídia eletrônica e em meios impressos.
- Representação da FURB em entidades públicas e privadas.
- Intercâmbios e parcerias para o desenvolvimento de estágios, pesquisas, projetos, prestação de serviços e outros.
- Presença da FURB na mídia.
- Coerência entre a missão, os objetivos, finalidades da FURB e a imagem pública da instituição.

Pontos frágeis que requerem melhoria:

- Ausência de meios de comunicação entre centros acadêmicos e alunos.
- A política formal de comunicação institucional não é clara ou é inexistente.
- A comunicação pouco evidencia os objetivos e finalidades da FURB.
- Inadequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões.

Recomendações da CPA:

- Maior interatividade nas informações divulgadas, principalmente envolvendo os acadêmicos, através seus centros e diretórios.

- Publicação e divulgação mais frequente das ações e finalidades da Instituição para maior visualização.
- Elaborar uma política formal de comunicação institucional.
- Agilizar o fluxo das informações racionalizando os trâmites entre os níveis da estrutura organizacional.

COMENTÁRIOS:

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço Crítico do Relatório de Autoavaliação 2001-2005.

- Com relação a pouca divulgação dos projetos e ações na mídia externa a Instituição teve a seguinte explicação: No que se relaciona a comunicação paga, existe limitação de orçamento. Porém na Assessoria de Imprensa muitas medidas já foram tomadas, e a exemplo do que ocorreu em 2007, o relatório da CCM sobre o ano de 2008 mostra o espaço utilizado ou cedido à Instituição na mídia gráfica. O Clipping diário de notícias também mostra o quanto a FURB está presente na mídia, seja pelos releases da CCM, seja por outros meios.
- Foi criado o Portal da Pesquisa e Extensão para maior visibilidade para os trabalhos científicos e o novo site da FURB deverá ser inaugurado em maio de 2009.

As recomendações da CPA não atendidas e que persistem nesta autoavaliação são as seguintes:

- Maior interatividade nas informações divulgadas, principalmente envolvendo os acadêmicos, através seus centros e diretórios.
- Definir e implantar uma política institucional de comunicação.
- Criar condições para melhorar o fluxo das informações para agilizar a comunicação interna e externa.

CAPÍTULO 5 - POLÍTICAS DE PESSOAL, CARREIRA DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

A gestão da política de pessoal, carreira do corpo docente e técnico administrativo é de responsabilidade da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP) que fundamentalmente planeja controla e gerencia as atividades de RH da FURB, promovendo concursos públicos para o provimento de vagas, gerenciando o sistema de folha de pagamento e prestando assistência social aos servidores Esta divisão está vinculada diretamente a Pró-Reitoria de Administração. O gerenciamento das atividades do corpo técnico-administrativo e docente é feito com base nas Resoluções Nº. 01/1996 e 47/2004 e alterações, que tratam do Plano de Carreira dos Servidores Técnicos Administrativos e do Plano de Carreira dos Professores. A administração atual (2006-2010) traz no Planejamento Estratégico, projeto 18 – Ser Humano, a preocupação com a política de pessoal, tendo como objetivo geral a criação de ações que potencializem os valores dos servidores, com vistas à qualificação da Instituição na consecução de sua missão.

5.1 PLANO DE CARREIRA DOS PROFESSORES

O Plano de Carreira dos Docentes, conforme já mostrado no ultimo relatório de autoavaliação (2001–2005), tem passado por contínuo processo de aperfeiçoamento devido às novas realidades que se apresentam para a instituição. Desta forma a Resolução Nº. 47/2004, que homologa o Plano de Carreira, sofreu neste período, pequenas alterações: a Resolução Nº. 70/2004 altera dispositivos que regulamenta a distribuição de horas atividades dos docentes. A Resolução Nº. 26/2007 estabelece critérios para definição de vagas de enquadramento de docentes nos Regimes de Trabalho de Tempo Integral – TI e de Tempo Parcial – 20 Horas Semanais – TP20 para o biênio 2007-2008. Outras Resoluções, Nº. 89/2004, Nº. 21/2005, Nº. 40/2006 e Nº. 05/2007, também geraram algumas alterações.

O cumprimento do plano de carreira pelos gestores pode ser observado a partir dos quadros 14, 15 e 16, que foram apresentados no relatório 2001–2005 e aqui atualizados. Neles tem-se a evolução do enquadramento nos regimes de

trabalho (relação entre professores de tempo integral e total de professores), titulação dos professores, nível de qualificação dos docentes bem como progressão dos docentes no Plano de Carreira. Estas informações demonstram que existe **coerência entre o plano de carreira dos professores e as políticas de gestão de pessoal**, pois se trata de uma política explícita em documento e traduzida em práticas difundidas e institucionalizadas, porém não consistentes em suas práticas e ainda não claras para as comunidades interna e externa. Dessa forma, a CPA, entende que o indicador deva permanecer com o valor 4.

| Regime de Trabalho dos Docentes | | | | | | | | | | | | |
|---------------------------------|---------------------|------------------|---------------|--------|--------|--------|------------|--------|--------|--------|-----------|-------|
| Ano | Efetivo | | | | | | Temporário | | | | Visitante | Total |
| | Dedicação Exclusiva | Tempo Integral * | Tempo Parcial | | | | 8-10h | 10-20h | 20-30h | 30-36h | | |
| | | | 8-10h | 10-20h | 20-30h | 30-36h | | | | | | |
| 2005 | 37 | 261 | 23 | 55 | 73 | 73 | 106 | 125 | 31 | 47 | 12 | 843 |
| 2006 | 42 | 273 | 28 | 53 | 64 | 45 | 92 | 123 | 60 | 41 | 10 | 831 |
| 2007 | 41 | 265 | 22 | 53 | 55 | 55 | 100 | 103 | 70 | 42 | 9 | 815 |
| 2008 | 39 | 267 | 22 | 45 | 56 | 46 | 108 | 107 | 56 | 50 | 8 | 804 |

Legenda:

Dedicação exclusiva: docente de tempo integral - 40 horas, sem outro vínculo empregatício

Tempo Integral: docente com 40 horas (* Incluir todos os docentes com 40 horas oficiais ou não)

Tempo Parcial: docente com carga horária variável

Temporário: docente contratado em caráter temporário com carga horária variável

Visitante: docente convidado (dedicação de 40 horas)

Quadro 14 - Docentes da FURB de acordo com os diferentes regimes de trabalho entre 2005-2008

Fonte: DGDP

| Ano | Graduação | | | Especialização | | | Mestrado | | | Doutorado | | | Total | | | |
|------|-----------|----|-------|----------------|-----|-------|----------|-----|-------|-----------|----|-------|-------|-----|-----|-----|
| | E | T | Total | E | T | Total | E | T | Total | E | T | Total | Gr | Esp | Msc | Dr |
| 2005 | 11 | 21 | 32 | 85 | 164 | 249 | 293 | 106 | 399 | 134 | 29 | 163 | 32 | 249 | 399 | 163 |
| 2006 | 9 | 21 | 30 | 75 | 165 | 240 | 277 | 110 | 387 | 144 | 30 | 174 | 30 | 240 | 387 | 174 |
| 2007 | 9 | 24 | 33 | 69 | 147 | 216 | 263 | 123 | 386 | 150 | 30 | 180 | 33 | 216 | 386 | 180 |
| 2008 | 8 | 33 | 41 | 64 | 138 | 202 | 241 | 127 | 368 | 162 | 31 | 193 | 41 | 202 | 368 | 193 |

Legenda: E: Efetivo; T: Temporário

Quadro 15 - Titulação do Corpo Docente da FURB entre 2005-2008

Fonte: DGDP

| Ano \ Referências | PQ01 | PQ02 | PQ03 | PQ04 | PQ05 | PQ06 | PQ07 | PQ08 | PQ09 | TOTAL |
|-------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| 2005 | 22 | 53 | 90 | 109 | 84 | 64 | 41 | 27 | 32 | 522 |
| 2006 | 17 | 49 | 76 | 112 | 88 | 50 | 49 | 25 | 39 | 505 |
| 2007 | 14 | 47 | 70 | 102 | 78 | 60 | 50 | 29 | 41 | 491 |
| 2008 | 11 | 50 | 53 | 86 | 88 | 65 | 46 | 31 | 45 | 475 |

Quadro 16 - Progressão dos docentes no Plano de Carreira da FURB entre 2005-2008.

Fonte: DGDP

A LDB - Lei 9.394/96 do MEC prevê que 1/3 do corpo docente da instituição esteja enquadrado em regime de tempo integral. Complementando esta lei, o parágrafo único do artigo 69 do Decreto 5.773/2006 prevê que: “O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho na mesma instituição, nele reservado o tempo de pelo menos 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação”. De acordo com a definição interna dada pela Resolução Nº. 47/2004, a Instituição atinge o percentual exigido pela Lei 9.394/96, porém, confrontando com a definição de tempo integral do Decreto 5.773/2006, a instituição não atinge o percentual, pois parte do corpo docente de tempo integral trabalha em regime de 32 horas exclusivas para o ensino. Sendo assim a CPA entende que a instituição está cumprindo, em parte com suas obrigações e definiu o valor 4 para o indicador que trata da **relação entre professores de tempo integral e total de professores**.

Quanto ao plano de carreira em relação aos **programas e ações voltadas para o acompanhamento e avaliação do trabalho dos professores** observa-se que a FURB possui dois instrumentos direcionados a esta finalidade:

- (a) Internamente a Universidade oficializou, inicialmente através da Resolução Nº. 116/2001, seu próprio processo de Avaliação Institucional coordenado pela Comissão de Avaliação Institucional - COMAVI, para avaliar os aspectos de ensino como: cumprimento dos planos de ensino, infraestrutura básica das salas de aula, desempenho e compromisso do docente e outros. Esta avaliação é realizada pelos alunos. Atualmente, de acordo com a Resolução Nº. 14/2005, a Avaliação Institucional está sob responsabilidade

da Comissão Própria de Avaliação, sendo assessorada pela COOPLAN – Coordenadoria de Planejamento.

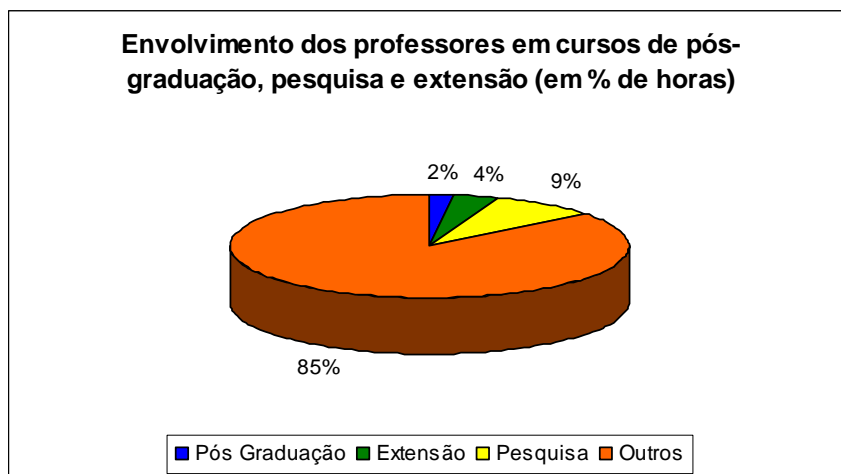
- (b) A Resolução Nº. 146/2000, da Universidade, também implementou a comissão de avaliação dos docentes em estágio probatório, para cumprimento da legislação referente à política de pessoal das instituições públicas. Esta avaliação é realizada pelas chefias imediatas.

Durante o seminário de autoavaliação entendeu-se que existem mecanismos, porém desvinculados do Plano de Carreira. Desta forma os presentes no seminário de autoavaliação reduziram o valor deste indicador para 3, o que a CPA entende como adequado.

Conforme já demonstrado na autoavaliação 2001–2005, a Resolução Nº. 49/2005 que “Normatiza o apoio institucional para a formação de docentes do Quadro da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB e dá outras providências” deixa claro que a universidade possui uma política já institucionalizada para o **apoio à capacitação dos professores**. Neste triênio esta Resolução foi revogada pela Resolução Nº. 14/2007 e atualmente a Resolução em vigor é a Nº. 52/2008, que “Aprova a normatização do apoio institucional para a formação de docentes do Quadro do Magistério Superior da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB”. Segundo relatos dos gestores no seminário de autoavaliação, em que este tema foi abordado, as mudanças na Resolução Nº. 49/2005 se fizeram necessárias em decorrência da nova realidade da instituição. Atualmente a universidade já conta com um corpo docente qualificado e os concursos realizados atualmente, exigem profissionais já qualificados. Apesar das mudanças realizadas no documento original o mesmo comprova a existência de uma política bem definida. Paralelo ao processo de qualificação *Stricto sensu* e *Lato sensu*, a universidade também instituiu um programa de formação continuada, que permite ao professor capacitar-se e ascender na carreira, segundo seu respectivo plano de carreira. Na pesquisa realizada pela CPA junto aos professores da FURB quanto à satisfação dos mesmos em relação ao incentivo para capacitação profissional, 97,99% dos mesmos se posicionaram em relação a este tema e os resultados foram os seguintes: 46,92% dos professores que responderam entenderam este incentivo como bom ou ótimo, 34,01% avaliaram este item como regular e 19,07% dos mesmos ponderaram como ruim e péssimo. O seminário de autoavaliação, em

função da comprovação dos programas existentes e do resultado do posicionamento dos docentes entendeu que a nota para este indicador deveria ser 4, mantendo a avaliação do período 2001 a 2005.

Quanto ao plano de carreira atualmente o **envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão** em número de horas apresenta-se de tal maneira: 85% das horas dos docentes referem-se a atividades administrativas e de graduação. Em função desses números, percebe-se que e a grande maioria dos professores não está envolvida em atividades de ensino na pós-graduação, pesquisa e extensão (conforme gráfico 21), o que justifica o índice 3 para este indicador.



*Outros: horas bolsa, horas na administração e na graduação.

Gráfico 21 – Envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão
Fonte: DGDP

Conforme explicitado anteriormente no relatório de autoavaliação 2001–2005, o caráter público da instituição exige a definição de **critérios para seleção e contratação de professores** os quais estão previstos internamente e até o presente momento nos seguintes documentos: 1) Resolução Nº. 47/2004, que instituiu o Plano de Carreira do Magistério Superior da Universidade Regional de Blumenau e suas posteriores atualizações Resolução Nº. 89/2004, Resolução Nº. 21/2005, Resolução Nº. 05/2007, Resolução Nº. 36/2007, e 2) Lei Municipal/PMB, Nº. 4.768 de 12 de dezembro de 1996 que dispõe sobre normas de ingresso de servidores e de trabalho temporário na FURB. Apesar de a comunidade universitária ter atribuído a este indicador, o valor 5, a CPA entende que devido ao fato da Universidade ter

um grande número de professores ainda em caráter temporário e/ou emergencial, o índice atribuído ao indicador deva ser mantido em 4.

| Ano | Graduação | | | Especialização | | | Mestrado | | | Doutorado | | | Total | | |
|-------------|-----------|----|-------|----------------|-----|-------|----------|-----|-------|-----------|----|-------|-------|-----|-------|
| | E | T | Total | E | T | Total | E | T | Total | E | T | Total | E | T | Total |
| 2005 | 11 | 21 | 32 | 85 | 164 | 249 | 293 | 106 | 399 | 134 | 29 | 163 | 523 | 320 | 843 |
| 2006 | 9 | 21 | 30 | 75 | 165 | 240 | 277 | 110 | 387 | 144 | 30 | 174 | 505 | 326 | 831 |
| 2007 | 9 | 24 | 33 | 69 | 147 | 216 | 263 | 123 | 386 | 150 | 30 | 180 | 491 | 324 | 815 |
| 2008 | 8 | 33 | 41 | 64 | 138 | 202 | 241 | 127 | 368 | 162 | 31 | 193 | 475 | 329 | 804 |

Legenda: E: Efetivo; T: Temporário

Quadro 17 - Quadro de Professores por categoria funcional período 2005-2008.

Fonte: DGDP

5.2 PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

Atualizando os dados quantitativos referentes aos servidores técnico-administrativos em relação ao último relatório de autoavaliação 2001–2005, o quadro de pessoal da FURB passou a ser constituído em 2008 por 511 servidores técnico-administrativos, correspondendo a 39% do quadro de pessoal da Universidade.

| Descrição | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Docentes | 875 | 843 | 859 | 804 |
| Tec. Adm. | 524 | 539 | 516 | 511 |
| Total | 1399 | 1382 | 1375 | 1315 |

Quadro 18 – Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da FURB (2005 – 2008)

Fonte: DGDP

Destaca-se que a Resolução Nº. 01/1996 instituiu o Plano de Carreira dos Servidores Técnico Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau e define o Quadro de Referências de Vencimentos e o Quadro de Carreira Geral dos Servidores. Este documento foi atualizado pelas Resoluções Nº. 126/99, Nº. 63/2000, Nº. 26/2002, Nº. 39/2004, e Nº. 08/2005, e encontra-se implementado em todas as suas ações, cabendo à Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas o acompanhamento do Plano de Carreira.

Apesar de a Instituição possuir um Plano de Carreira completamente implementado para os servidores técnico administrativos, com instrumentos e

procedimentos de avaliação bem definidos, e de ter seu processo de acompanhamento do Estágio Probatório, também regulamentado, fica demonstrado que esta prática não apresenta indicativos claros de gestão com visão de futuro, e por esta razão o indicador **coerência entre o plano de carreira dos servidores – técnico administrativos e as políticas de gestão de pessoal**, manteve o valor 4.

Conforme detectado já na última autoavaliação, a Instituição tem mantido funcionários contratados em caráter temporário pela CLT, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Observa-se que o percentual de funcionários temporários tem aumentado em relação ao total de servidores técnico-administrativos da Instituição. Em decorrência disso, no seminário, a comunidade universitária atribuiu para o indicador que trata da **relação entre servidores técnico-administrativos de tempo integral e total de técnico-administrativos**, o valor 4 da escala.

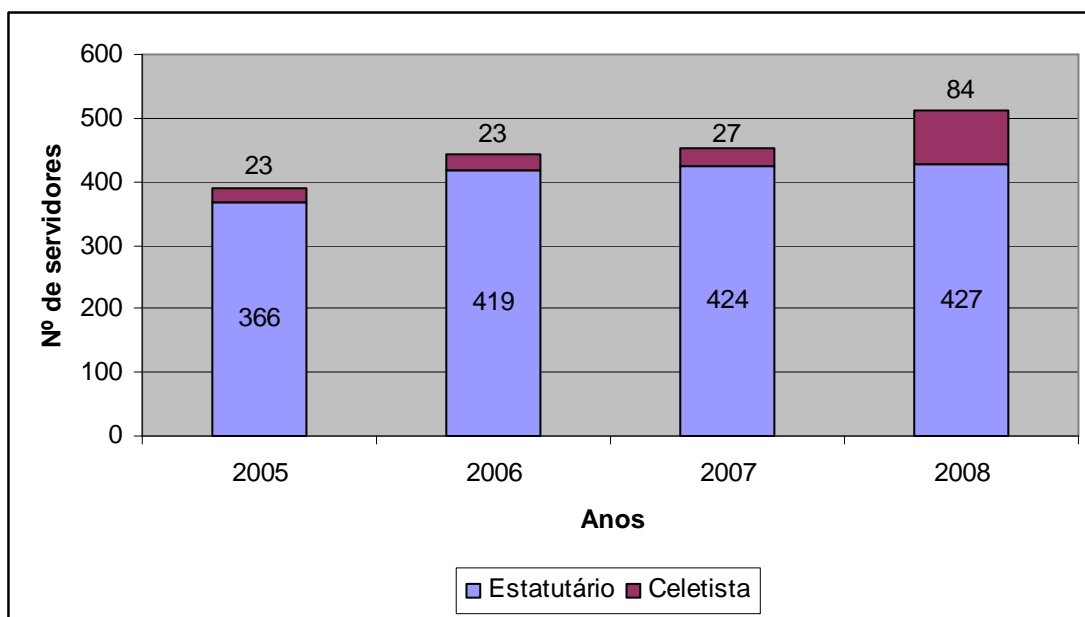


Gráfico 22 – Evolução de Servidores Técnico-Administrativos

Fonte: DGDP

O acompanhamento e a avaliação do desempenho dos servidores técnico-administrativos estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos da FURB e na Resolução Nº. 01/1996 que trata do Plano de Carreira dos Servidores Técnico Administrativos sem seu artigo 27, que trata da avaliação do desempenho do servidor técnico-administrativo no decorrer de sua carreira, e na Resolução Nº. 26/1997 que regulamenta o Estágio Probatório. Em contrapartida, a Instituição realizou uma Pesquisa de Clima Organizacional (**ANEXO I**), amplamente divulgada

e que aponta uma evolução no processo de acompanhamento dos servidores. Os questionários **(ANEXO D)** aplicados aos servidores técnico-administrativos demonstram que 63,4% dos respondentes afirmaram terem sido avaliados sobre seu desempenho. Desta forma, atribuiu-se ao indicador que trata dos **programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos** o valor 4 na escala avaliativa.

Observa-se que várias Resoluções regulamentam o apoio à capacitação profissional dos servidores. Entre essas Resoluções, podem ser citadas: Resolução Nº. 05/1994 que trata do abatimento de encargos educacionais; a Resolução Nº. 13/1997 que trata do abatimento de encargos educacionais – 2º curso de graduação e a Resolução Nº. 30/1997 que normaliza o Apoio Institucional para Técnico-Administrativos cursarem Pós-Graduação. Em relação à avaliação anterior, alguns avanços podem ser percebidos além das resoluções já citadas, como cursos de formação institucional e resoluções mais recentes, como a Resolução Nº. 17/2008 que concede Apoio Institucional para Servidores Técnico-Administrativos cursarem Pós-Graduação *Stricto sensu*; e a Resolução Nº. 26/2008 que dá Apoio Institucional para Capacitação Lingüística. O apoio é condicionado em alguns aspectos, como afinidade com a área de atuação e disponibilidade de horas, o que acaba inviabilizando a capacitação em algumas situações.

Questionários aplicados aos servidores técnico-administrativos demonstram que 53,13% destes, consideram o apoio ótimo ou bom. Diante do exposto, o indicador que trata do **apoio à capacitação dos servidores técnico-administrativos** recebe o valor 4 na escala.

Os **critérios para seleção e contratação dos servidores técnico-administrativos** encontram-se definidos nos seguintes documentos: 1) Estatuto dos Servidores Públicos e Resoluções Nº. 01/1996 atualizada pelas Resoluções Nº. 126/99, 63/2000, 26/2002, 39/2004, 08/2005 e editais específicos; 2) Na Lei Municipal/PMB, Nº. 4.768 de 12 de dezembro de 1996 que dispõe sobre normas de ingresso de servidores e de trabalho temporário na FURB. Neste caso, a comunidade universitária entende que apesar de existirem normas institucionais bem definidas, para os cargos efetivos, estas ainda não estão claramente definidas na opção de contratação temporária pelo regime da CLT, que fica a critério dos gestores. Por isso, atribuiu-se o valor 4 para este indicador na escala avaliativa.

5.3. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Referente à existência dos **programas de assistência e melhoria à qualidade de vida**, observa-se que a FURB oferece vários programas a todos os servidores da Universidade, dentre os quais se destacam: Vida em Equilíbrio, Ginástica Laboral, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, Programa de Rastreamento Mamográfico, Programa de Atenção Integral à Saúde Materno-Infantil, Encaminhamento para atendimentos especializados através do serviço de assistência social, Benefícios: Unimed, Uniodonto, Auxílio Creche, Prática Desportiva (natação, musculação, hidroterapia...). O questionário aplicado aos servidores técnico-administrativos mostra que 62,5% dos respondentes consideram que os benefícios oferecidos pela FURB contribuem para a melhoria da sua qualidade de vida. Em virtude disso, a comunidade universitária manteve o valor 4 para este indicador.

Quanto ao **nível de qualificação dos professores**, o gráfico 23 permite observar que tem havido uma evolução na qualificação dos professores da Instituição. Atualmente, a grande maioria (69.8%) dos docentes possui titulação de Mestre e Doutor. A comunidade entende ser bom este nível e conferiu o valor 4 a este indicador.

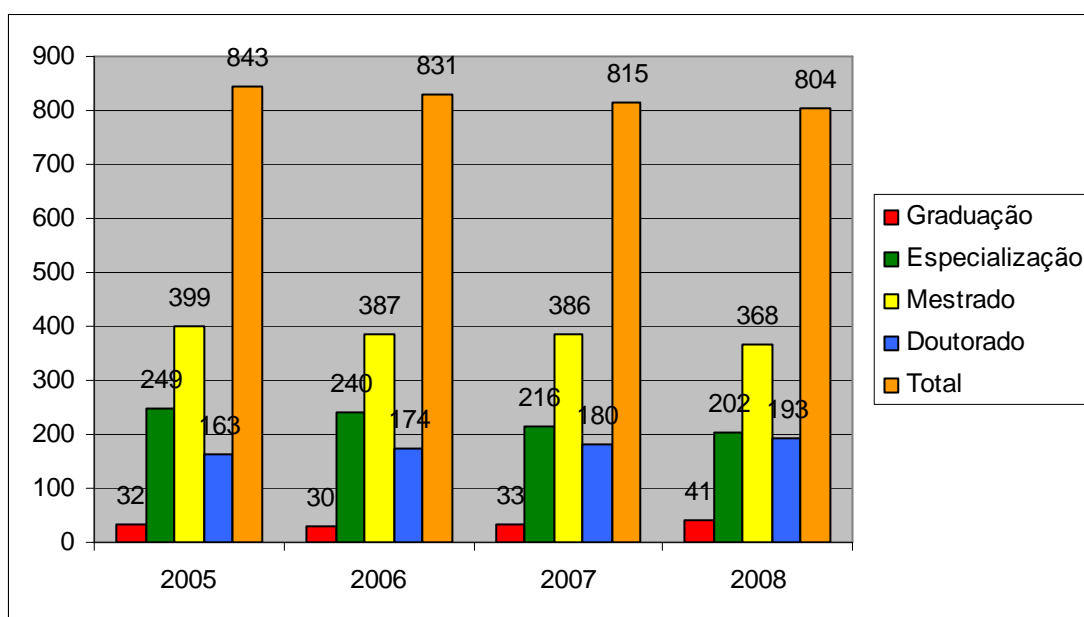


Gráfico 23 – Evolução da titulação docente

Fonte: DGDP

Quanto ao **nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos** detectou-se que essas informações continuam não sendo apuradas, pela falta um sistema de controle eficiente. Novos sistemas estão em desenvolvimento pelo setor responsável. Por este motivo, a este indicador, foi mantido o valor 3.

5.4. CLIMA INSTITUCIONAL

Quanto à **satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional**, 72,99% dos respondentes a consideraram boa/ótima, já a **satisfação dos professores em relação às condições de trabalho**, foi de 60,92% boa/ótima, mantendo-se o índice 4 para ambos os indicadores.

Para avaliar a **satisfação do técnico-administrativo em relação ao seu desenvolvimento profissional**, foram utilizados os resultados da Pesquisa de Clima Organizacional (**ANEXO I**), realizada pela Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. Apesar de serem favoráveis, os resultados apresentados abrangem tanto o universo técnico-administrativo (339 respondentes) quanto docente (335 respondentes), não representando fielmente o indicador. Não havendo comprovação do nível de satisfação, a comunidade universitária presente no seminário, optou por manter o valor 3 para este indicador.

Os questionamentos foram os seguintes, e as respostas foram:

- 34) Meu trabalho proporciona desafios e possibilidades para o meu desenvolvimento profissional e pessoal.
- 35) Sinto-me valorizado como servidor da FURB.
- 36) A FURB demonstra preocupação com a qualidade de vida de seus servidores.
- 37) Sou sempre estimulado a oferecer sugestões e contribuições na minha área de trabalho.

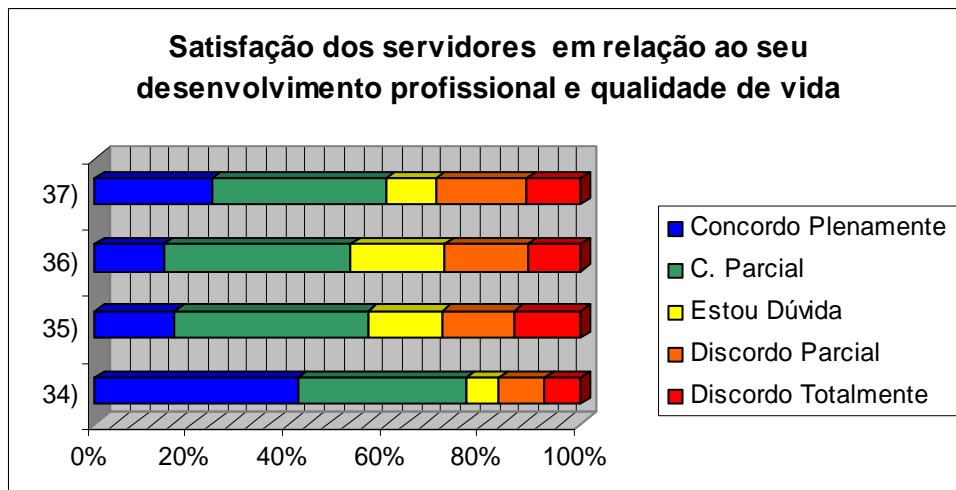


Gráfico 24 – Satisfação dos servidores em relação ao seu desenvolvimento profissional e qualidade de vida

Fonte: DGDP – Pesquisa de Clima, 2008.

Para avaliar a **satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho**, além da Pesquisa de Clima Organizacional, também foram utilizados resultados dos questionários utilizados pela pesquisa realizada pela CPA, direcionados a estes servidores, os quais permitiram uma maior clareza para definir este indicador, que recebeu o valor 4.

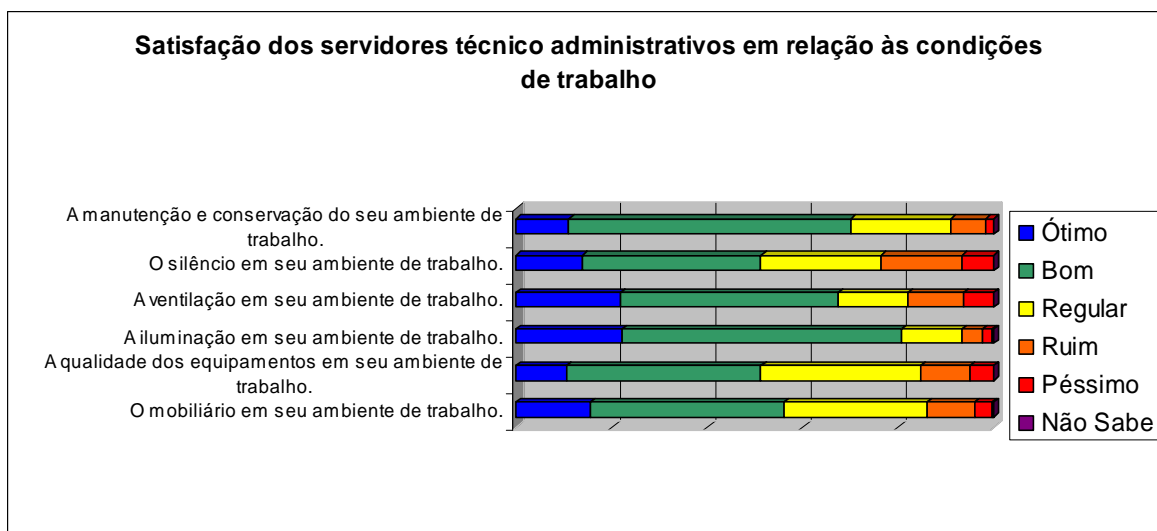


Gráfico 25 – Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho

Fonte: Pesquisa com os diversos segmentos, CPA

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5.1 Plano de carreira dos professores | | | | | | |
| 5.1.1 Coerência entre o plano de carreira dos professores e as políticas de gestão de pessoal. | | | | | X | |
| 5.1.2 Relação entre professores de tempo integral e total de professores. | | | | | X | |
| 5.1.3 Programas e ações voltados para acompanhamento e avaliação do trabalho dos professores. | | | | X | | |
| 5.1.4 Apoio à capacitação dos professores. | | | | | X | |
| 5.1.5 Envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão. | | | | X | | |
| 5.1.6 Critérios para seleção e contratação de professores. | | | | | X | |
| 5.2 Plano de carreira dos servidores técnico-administrativos | | | | | | |
| 5.2.1 Coerência entre o plano de carreira dos servidores técnico-administrativo e as políticas de gestão de pessoal. | | | | | X | |
| 5.2.2 Relação entre servidores técnico-administrativos de tempo integral e total de técnico-administrativos. | | | | | X | |
| 5.2.3 Programas e ações voltadas para acompanhamento e avaliação dos servidores técnico-administrativos. | | | | | X | |
| 5.2.4 Apoio à capacitação dos servidores técnico-administrativos. | | | | | X | |
| 5.2.5 Critérios para seleção e contratação dos servidores técnico-administrativos. | | | | | X | |
| 5.3 Qualificação profissional | | | | | | |
| 5.3.1 Programas de assistência e melhoria à qualidade de vida. | | | | | X | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5.3.2 Nível de qualificação dos professores. | | | | | X | |
| 5.3.3 Nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos. | | | | X | | |
| 5.4 Clima institucional | | | | | | |
| 5.4.1 Satisfação dos professores em relação ao seu desenvolvimento profissional. | | | | | X | |
| 5.4.2 Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional. | | | | X | | |
| 5.4.3 Satisfação dos professores em relação às condições de trabalho. | | | | | X | |
| 5.4.4 Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação às condições de trabalho. | | | | | X | |

Planilha Avaliativa 8 – Dimensão 5

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 5:

- Existência de Plano de carreira docente e Técnico-Administrativo regulamentado e totalmente implementado e coerente com as políticas de gestão de pessoal.
- Relação entre servidores técnico-administrativos de tempo integral e total de técnico-administrativos.
- Critérios para seleção e contratação de professores e servidores técnicos administrativos.
- Bom nível de qualificação dos professores.
- Satisfação dos professores e técnico-administrativos em relação às condições de trabalho.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 5:

- Poucos programas e ações voltados para acompanhamento e avaliação do trabalho dos professores.
- Pouco envolvimento dos professores em cursos de pós-graduação, pesquisa e extensão.
- Nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos.
- Satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional.

Recomendações da CPA:

- Melhorar as ações voltadas para acompanhamento e avaliação do trabalho dos professores.
- Criar ações que aumentem o envolvimento dos professores em cursos de pesquisa e extensão e principalmente pós-graduação.
- Criar ações ou programas que permitam aumentar o nível de satisfação dos servidores técnico-administrativos em relação ao seu desenvolvimento profissional.
- Implantar um sistema informatizado que centralize as informações sobre o nível de qualificação dos servidores técnico-administrativos.

COMENTÁRIOS:

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço crítico do Relatório de Autoavaliação 2001 -2005.

- Redução do número de técnico-administrativos sem concurso, atualmente é inferior a 10%.
- Em 2008 foi feita a avaliação sistemática do Clima Organizacional.
- O apoio financeiro aos servidores técnico-administrativo para frequentar cursos *stricto sensu* na sede foi previsto em resolução.
- Estão em revisão os processos de avaliação de desempenho dos servidores.
- O Plano de Carreira Docente foi atualizado.

As recomendações da CPA não atendidas e que persistem nesta autoavaliação são as seguintes:

- Priorizar a indicação de servidores concursados aos cargos comissionados.
- Agilizar a reformulação e/ou implantação dos Planos Departamentais para reduzir a contratação excessiva de docentes em caráter temporário.

CAPÍTULO 6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA FURB, FUNCIONAMENTO E REPRESENTATIVIDADE DOS COLEGIADOS, PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.

A estrutura organizacional da Universidade Regional de Blumenau – FURB apresentada no Organograma da Instituição, está definida no seu Estatuto, em vigor desde 27 de abril de 2001 e subsidiada também pelo Regimento Geral da Instituição, resoluções do Conselho Universitário e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão bem como no Estatuto da Fundação Regional de Blumenau que é a sua mantenedora. Observa-se que, nestes documentos, a gestão da universidade se dá em dois diferentes níveis. Um superior e outro setorial. O executivo superior é constituído pelo Conselho Universitário, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e Reitoria. As unidades universitárias, centros, departamentos de áreas afins ficam sobre a responsabilidade da administração setorial.

Por ser uma instituição pública comunitária, toda a estrutura organizacional, prevista nos documentos que norteiam a instituição, mostram que a gestão universitária é baseada em colegiados, constituída por unidades e organizadas de acordo com as diferentes áreas do conhecimento e seguindo princípios democráticos de gestão.

A Administração Superior se efetiva através de:

I - Órgãos Deliberativos Superiores:

- Conselho Universitário - CONSUNI;
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

II - Órgão Executivo Superior: Reitoria.

O CONSUNI é o órgão deliberativo, normativo e consultivo em assuntos de política administrativa e de planejamento universitário, funcionando também como última instância de recurso no âmbito da Universidade, sendo constituído pelos seguintes membros, eleitos ou nomeados a cada dois anos:

- Reitor, como Presidente;

- Vice-Reitor;
- Pró-Reitores;
- Diretores de Centros;
- Dois representantes docentes por Centro;
- Um representante estudantil por Centro;
- Dois representantes dos servidores administrativos;
- Diretores dos Órgãos Suplementares;
- Ex-Reitores da Universidade em atividade na Instituição;
- Seis representantes da comunidade regional.

O CEPE é o órgão deliberativo, normativo e consultivo da Universidade em matéria de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo constituído pelos seguintes membros, eleitos e nomeados a cada dois anos:

- Reitor como Presidente;
- Vice-Reitor;
- Pró-Reitor de Ensino de Graduação;
- Pró-Reitor de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação;
- Dois representantes docentes de cada Centro;
- Um representante discente por Centro.

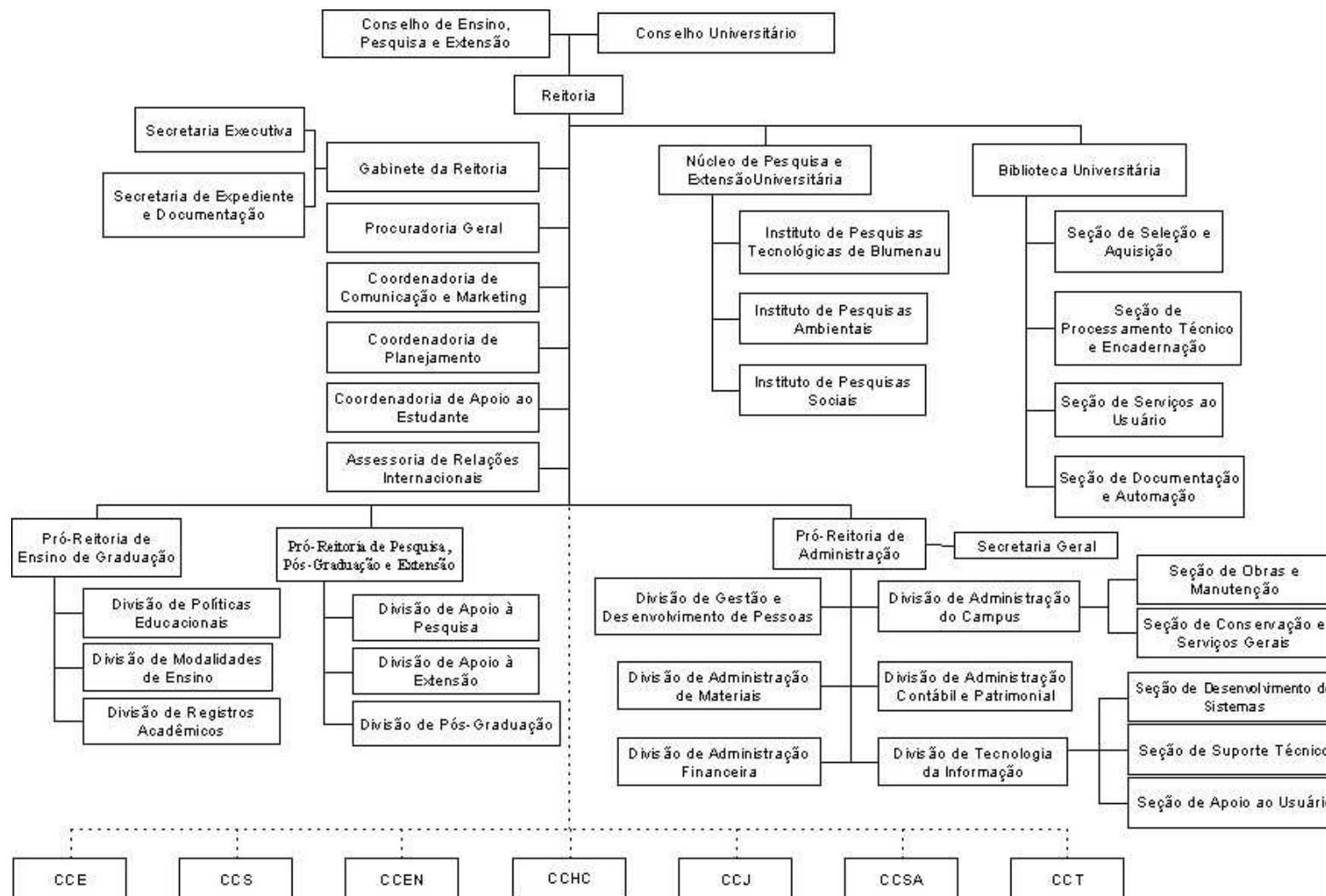
A Reitoria, órgão executivo e coordenador da Administração Superior da Universidade, e exercida pelo Reitor, escolhido pela comunidade acadêmica entre os professores do quadro, com mais de oito anos de atividade docente na Universidade, e nomeado pelo prefeito para um mandato de (04) anos, podendo ser reeleito por igual período. Na suas faltas e impedimentos, é substituído pelo Vice-Reitor. Compete à Reitoria planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar, em nível de Administração Superior, todas as atividades da Universidade.

A constituição, a organização e o funcionamento da Reitoria e das Unidades a ela subordinadas, pauta-se em resoluções e no Regimento Geral da Reitoria, que expressam toda a estrutura organizacional da Universidade.

A Administração Setorial é exercida pelos Diretores de Centros, Conselhos de Centros e Departamentos. Os Centros coordenam as atividades pedagógicas, científicas, culturais e administrativas dos Departamentos. Atuam de

forma colegiada e tem sua direção eleita diretamente pelos seus próprios pares, com mandato de (04) anos, podendo ser reeleito por igual período. O Departamento é a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos da organização administrativa, didático-científica e da distribuição do pessoal. Também atua de forma colegiada e tem sua direção eleita pelos professores, daquele departamento, para um período de (02) anos, podendo ser reeleito por igual período.

Assim sendo, a Universidade demonstra que há indicativos claros de organização e gestão apresentados políticas/objetivos explícitos em documentos e traduzidos em práticas consolidadas e institucionalizadas.



Quadro 19 - Organograma Geral da FURB 2006-2010

Fonte: Site da FURB

6.1 PLANOS DE GESTÃO, OBJETIVOS E METAS

Os planos de gestão, objetivos e metas da instituição estão definidos em seu Planejamento Estratégico referente ao período de 2008–2012. Neste documento os gestores definiram seis objetivos estratégicos onde foram estabelecidos os critérios que a instituição usará para balizar seu progresso. São eles: Desenvolvimento Socioeconômico, Econômico financeiro, Mercado e Imagem, Qualidade para o Cliente, Tecnologia e processos, Patrimônio Humano. A partir dos seis objetivos estratégicos foram definidas 15 metas, cujo andamento é medido por diversos indicadores. Por exemplo, a área de Desenvolvimento socioeconômico tem como meta de resultado: 1- Ampliar a inserção comunitária e 2 – Ampliar a representatividade e o relacionamento externo. Como indicador de desempenho foram utilizados: 1 – índice de desempenho junto aos órgãos externos 2 – número de atendimento a comunidade. Outras metas poderão ser observadas no documento do Planejamento Estratégico Institucional (**ANEXO E**). Com o objetivo de viabilizar as metas institucionais foram propostos 18 projetos estratégicos que atuam de forma transversal sobre as metas. A metodologia prevê o envolvimento do grupo gestor em todo o processo, acompanhamento mensal dos resultados com base nos indicadores de desempenho e definição clara de estrutura organizacional e responsáveis por todas as metas contratadas.

Confrontando-se os objetivos definidos no PE com as informações obtidas a partir dos resultados do acompanhamento mensal (AGM), com base nos indicadores de desempenho previstos no PE, constata-se que várias ações foram desenvolvidas.

Ações desenvolvidas pela FURB, no período previsto no Planejamento Estratégico (Dados cedidos pela COPLAN)

Objetivo estratégico

1 - Patrimônio Humano

- Pesquisa de Clima Organizacional
- Portal do servidor/Extrato social.
- Organização do “Café com Servidor” e da Promoção “Eu levo a FURB no Coração”.
- Programa de capacitação em língua estrangeira.

2 - Tecnologia e Processos

- Implantação do sistema ERP. (módulo de patrimônio)
- Gerenciamento eletrônico de documentos (e-FURB).
- Escritório de processos. (processo de atendimento com os alunos, contas a receber, projetos especiais, manutenção de ambientes de aprendizagem)
- Implantação Business Intelligence (BI) refere-se a tecnologias, aplicações e práticas para a coleta, integração, análise e apresentação de informações de negócios, visando a melhorar a tomada de decisão.

3 - Qualidade Acadêmica

- Novos cursos de tecnologia e dupla-diplomação.
- Implementação do novo PPP da graduação.
- Doutorado em Ciências Contábeis e Administração.
- Reorganização das formaturas (gratuitas)
- Reestruturação das semanas acadêmicas.
- Projeto Ambiente de Aprendizagem (FINEP).
- Atualização dos equipamentos de informática dos laboratórios de ensino. Climatização em boa parte das salas de aula.
- Internet wireless na maioria dos ambientes dos Campus 1, 2 e 3.
- Complexo hospitalar, Biotério e Hospital Veterinário no Campus 5.
- Duplicação da área do Campus 2 (casa e terreno Zadrozny)

4 - Inserção Comunitária

- Projeto FURB Federal

- Programa de Bolsas para Cursos de Formação de Professores e de Demanda Social.
- Consolidação dos programas institucionais de extensão.
- Nova programação da FURB TV, FURB FM e lançamento do TUB – canal universitário.

5 - Inserção Comunitária

- Projeto FURB Federal
- Programa de Bolsas para Cursos de Formação de Professores e de Demanda Social.
- Consolidação dos programas institucionais de extensão.
- Nova programação da FURB TV, FURB FM e lançamento do TUB – canal universitário.

6 - Mercado e Imagem

- Novos Mestrados em Engenharia Química
- Ampliação do número de alunos PG lato-sensu: 1.700 (2007) para 3.000 (2008).
- Lançamento de cursos de EAD (aprox. 1.000 alunos matriculados).
- Reformulação dos cursos sequenciais. (Plano Escola de Extensão – nome provisório)
- Novas turmas no período noturno (Fisioterapia, Psicologia, Ciências Biológicas e Telecom).
- Implantação do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT (contrato com 20 empresas para projetos de inovação e licenciamento de tecnologias).
- Boletim de notícias e nova home-page da FURB.
- Reestruturação da EDIFURB (50% mais publicações no período 2007/2008 em comparação com 2005/2006).
- Revistas acadêmicas em versões on-line.

Quando perguntado aos Gestores, através de questionário sobre a Coerência entre as ações desenvolvidas na FURB e as finalidades e objetivos

previstos no seu planejamento estratégico, 74,24% considerou ótima/bom, 19,35% considerou regular, 6,46% considerou ruim/péssimo (**ANEXO D**).

Apesar do documento “Planejamento Estratégico” ser de fácil acesso para toda a comunidade universitária, encontra-se em meio eletrônico (Intranet), com exceção dos gestores, o restante da comunidade presente no seminário de autoavaliação tinha pouco conhecimento do conteúdo deste documento. Como ponto positivo, temos que a atual gestão criou mecanismos para divulgar, junto à comunidade, os resultados alcançados decorrentes do Planejamento Estratégico. Como exemplo pode-se citar: Impressos “Em Dia”; “Ação Estratégica”, ambos de tiragem mensal, “Fale com o Reitor”, “Café com o Reitor”, onde foram criados momentos em que a comunidade pode discutir diretamente com a reitoria os resultados da sua gestão.

Pelas informações obtidas acima, pelos relatos dos gestores e aqueles obtidos através dos seminários junto a comunidade acadêmica a comissão entendeu que existe **coerência entre o Planejamento Estratégico e as ações desenvolvidas pela FURB**. Assim sendo, apesar do Planejamento Estratégico não ser de domínio de todos, a comissão entende que ele está sendo disponibilizado de uma forma aberta e que existem mecanismos que permitem divulgar seus resultados. Desta forma a CPA e a comunidade universitária, presente no seminário de autoavaliação considerou o valor 4, o mais adequado para este indicador.

O indicador, **adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB**, da mesma forma que na última autoavaliação (2001-2005), está sendo avaliado com base nas manifestações da comunidade acadêmica presente no seminário de autoavaliação e nos resultados dos questionários aplicados aos gestores (83,78% respondentes). Quanto à pesquisa, junto aos gestores, observou-se o seguinte: 61,29% considerou ótimo/bom, 36,62% regular/ruim/péssimo (**ANEXO D**). Na visão dos novos gestores a instituição melhorou embora não tenham ficado claro quais as adequações que ocorreram. Considerando que houve uma melhora nos índices de respondentes dos gestores e que a percepção dos gestores, em relação a este indicador melhorou, a CPA e a comunidade presente no seminário entendeu que o valor do indicador passasse a ser 4.

Informações adicionais, obtidos pela CPA mostram que, na atual gestão, foram criados alguns Arquivos/Sistemas que tem auxiliado a tomada de decisão. Como exemplos têm-se a criação de um arquivo universitário, vários sistemas desenvolvidos no Oracle (Registro acadêmico, materiais, licitações, etc.) e um sistema de gerenciamento eletrônico de documentos (e-FURB). Porém a comunidade presente, no seminário de autoavaliação institucional entendeu que ainda é uma prática incipiente ou pelo menos em via de institucionalização. Dessa forma o indicador **adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões**, foi mantido no valor 3.

Toda a legislação institucional da FURB é disponibilizada para a comunidade universitária em dois endereços na Intranet:

- 1 – DGDP - Legislações,
- 2- Gabinete da Reitoria - Resoluções e Portarias.

Considerando que toda a legislação não está mais concentrada em um só acesso, como acontecia anteriormente com o SISLEN (desativado desde 2005), o que dificulta a consulta da comunidade, a CPA entende-se que houve um retrocesso e considerou-se que o indicador **disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária**, passou a ter o valor 4.

Conforme já mencionado no relatório de autoavaliação (2001–2005) a natureza pública da instituição obriga que ela tenha certa organização da condução dos processos de tomadas de decisão. Isto fica visível através de resoluções, regulamentos, portarias, e outros documentos que norteiam as atividades no âmbito institucional. Somado a esta condição observou-se que a instituição tem procurado melhorar a condução de seus processos introduzindo outros mecanismos, entre eles podem-se citar:

- Implantação Business Intelligence (BI), refere-se a tecnologias, aplicações e práticas para a coleta, integração, análise e apresentação de informações de negócios, visando a melhorar a tomada de decisão.
- Sistemas do Oracle
- Planejamento estratégico com a estruturação das metas, indicadores e ações envolvidas.

- AGM – acompanhamento gerencial mensal. Reunião de monitoramento da execução do planejamento estratégico.

Percebe-se, desta forma que há **organização na condução dos processos de tomada de decisões**. O indicador revela que houve avanços, porém não deixa visível se estas práticas estão consolidadas e institucionalizadas, razão pela qual se atribuiu o valor 4 a este indicador.

O indicador **adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões** demonstra uma fragilidade da instituição. Conforme citado na avaliação institucional de 2001-2005 verifica-se que existe adequação, mas não de forma desejada. A última autoavaliação citou como ponto frágil, a descontinuidade no fluxo da comunicação interna (duplicidades de conflitos e informações que redundam em ações inadequadas). Como recomendação da CPA foi proposta a diminuição de um dos níveis de decisão. No Balanço Crítico da avaliação (2001-2005) os gestores da instituição propuseram extinguir departamentos e fundir o CONSUNI e CEPE. Além de se tornar uma tarefa internamente difícil, neste período, a instituição passou por um processo de adequação da legislação interna com a legislação do município, onde qualquer reforma estrutural ficou suspensa, não havendo muito progresso com relação a este indicador. Para melhorar o fluxo de comunicação entre os vários níveis da organização outras alternativas foram criadas. Entre elas podem ser citadas:

- AGM – acompanhamento gerencial mensal – participantes: colegiado da reitoria e os diretores de centro.
- Café com o Reitor.
- Participação da reitoria nos colegiados dos centros.

A CPA e a comunidade presente no seminário de autoavaliação entenderam que pouco foi feito para melhorar os resultados e manteve o valor 3 para este indicador, fazendo a mesma recomendação da última avaliação.

6.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS

A organização e o funcionamento dos vários órgãos colegiados, da administração superior e setorial da Instituição puderam ser observados no Estatuto da Universidade. Neste documento observa-se que existe uma **representatividade**

dos diversos segmentos bem como critérios para a composição dos órgãos colegiados. A comunidade interna, presente no seminário de autoavaliação, considerou que a universidade está atendendo totalmente estes indicadores e definiu valor 5 para ele.

Quanto à **existência de critérios para composição dos órgãos colegiados**, da mesma forma que o indicador anterior, uma consulta ao Estatuto da Universidade, deixa claro que estes critérios estão bem definidos. Desta forma a CPA também considerou que a instituição atende plenamente este indicador e considerou o valor 5 para o mesmo.

A análise do nível de **comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas** foi feita usando-se um questionário aplicado aos Coordenadores dos cursos onde se obteve a visão dos mesmos em relação aos docentes e aos discentes. O questionário foi respondido por 81,58% dos coordenadores e teve os seguintes resultados: Quanto aos docentes, 61,29% ótimo/bom e 38,71% regular/ruim/péssimo. Quanto ao comprometimento dos discentes: 64,51% ótima/boa, 35,49% regular/ruim/péssima (**ANEXO D**). Os relatos orais, dos presentes, nos seminários de autoavaliação, acompanhados da visão dos coordenadores, mostraram que os dois maiores segmentos da instituição (docentes e discentes) estão comprometidos com as decisões colegiadas, ou seja, indicador apresenta uma prática institucionalizada, passando a ser considerado valor 4.

A **regularidade do funcionamento dos órgãos colegiados** é inquestionável, recebendo o valor 5.

A Comissão observou que a **divulgação da legislação/decisões colegiadas para a comunidade universitária**, é feita através de várias formas. Entre eles podem-se citar:

- Impressos mensais: Ação estratégica, Em Dia (divulga ações do Planejamento Estratégico).
- Página principal da FURB: Destaques.
- Via e-mail: Fale com o Reitor.
- Intranet: documentação completa.
- Gerenciamento eletrônico de documentos (e-FURB).

Ao indicador foi atribuído nível 5, pois houve uma melhora em relação à avaliação 2001–2005 e existe consistência nestas práticas.

6.3 GESTÃO ESTRATÉGICA

O relatório de autoavaliação 2001–2005 considerou a gestão estratégica da universidade, altamente burocratizada, pouco competitiva em relação ao mercado concorrencial, comprometendo a participação da FURB no mercado.

Um dos pontos fracos da estrutura colegiada, que aparece é a dificuldade de execução da gestão estratégica financeira em função dos vários níveis de poder de decisão de custos e despesas e o não comprometimento nas políticas de captação de recursos.

Observa-se, através do balanço crítico, da última avaliação (2001-2005), que houve avanços em relação à gestão estratégica. Alguns pontos não foram solucionados, devido a uma reforma estrutural ainda em andamento. A racionalização dos níveis de decisões, bem como a definição do administrador das execuções financeiras da instituição, estão vinculados a esta reforma. Estão sendo propostas reformas do estatuto do servidor e de carreira para eliminar contradições entre várias decisões, porém não foram ainda efetuadas. Por outro lado observa-se que Departamentos e Colegiados de curso passaram a ter pouca gerência sobre carga horária de pesquisas e de extensão bem como administrativas e que foram eliminadas seções em diversos órgãos com a finalidade de diminuir a burocracia. O Posicionamento Estratégico da instituição está bem definido, “Melhor produto” assim como o plano de marketing. Em vista desses aspectos apontados, a comunidade Universitária presente no seminário de autoavaliação entendeu que houve melhoras e atribuiu-se o valor 4 ao indicador **coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais**.

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6.1 Planos de gestão, objetivos e metas | | | | | | |
| 6.1.1 Coerência entre o Planejamento Estratégico e as ações desenvolvidas pela FURB. | | | | | X | |
| 6.1.2 Adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da | | | | | X | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| FURB. | | | | | | |
| 6.1.3 Adequação dos registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisões. | | | | X | | |
| 6.1.4 Disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária. | | | | | X | |
| 6.1.5 Organização da condução dos processos de tomada de decisões. | | | | | X | |
| 6.1.6 Adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões. | | | | X | | |
| 6.2 Órgãos colegiados | | | | | | |
| 6.2.1 Representatividade dos diversos segmentos nos órgãos colegiados. | | | | | | X |
| 6.2.2 Existência de critérios para composição dos órgãos colegiados. | | | | | | X |
| 6.2.3 Comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas. | | | | | X | |
| 6.2.4 Regularidade do funcionamento dos órgãos colegiados. | | | | | | X |
| 6.2.5 Divulgação da legislação/decisões colegiadas para a comunidade universitária. | | | | | | X |
| 6.3 Gestão estratégica | | | | | | |
| 6.3.1 Coerência e pró-atividade da gestão estratégica com as finalidades e objetivos institucionais. | | | | | X | |

Planilha Avaliativa 9 – Dimensão 6

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 6:

- Existe boa coerência e adequação da estrutura organizacional à gestão dos planos, objetivos e metas da FURB.
- Disponibilização da legislação institucional à comunidade universitária.
- Organização da condução dos processos de tomada de decisões.
- Representatividade no funcionamento dos órgãos colegiados.
- Existência de critérios para composição dos órgãos colegiados.
- Comprometimento dos diversos segmentos com as decisões colegiadas.
- Regularidade no funcionamento dos órgãos colegiados.
- Disponibilização da legislação/decisões colegiadas para a comunidade universitária, mas não amplamente divulgadas.
- Existe um acompanhamento mensal dos resultados do Planejamento Estratégico.
- Existência de um sistema de informações pessoais on-line, sobre a situação funcional dos servidores (férias, licença prêmio...).

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 6:

- Deficiência de registros e arquivos para auxiliar na tomada de decisão.
- Pouca adequação do fluxo de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional para a tomada de decisões.
- Comprometimento na agilidade das decisões em função dos diversos níveis da estrutura administrativa.
- O Planejamento Estratégico não é de conhecimento de todos. Existem problemas a nível setorial.
- Falta de um sistema centralizado de consulta à legislação.
- Duplicidade na legislação interna e reformas nas resoluções sem nelas estarem referenciadas as alterações.
- A concepção do Planejamento Estratégico teve orientação e nomenclatura essencialmente mercadológica e não coerente com o propósito de uma instituição pública de ensino.

Recomendações da CPA:

- Ampliar iniciativas como o impresso “Ação Estratégica”, que permita melhor divulgar o Planejamento Estratégico e suas ações.
- Criar um sistema de informações através de registros e arquivos que permita auxiliar na tomada de decisão em todos os níveis da administração.
- Criar um sistema único de Legislação disponível para a comunidade universitária.
- Instituir um sistema (como no judiciário) afim de que qualquer pessoa interessada possa consultar qualquer resultado de processos dos órgãos colegiados.
- Sistematizar, revisar a legislação interna.
- Continuar diminuindo a burocracia e os níveis da estrutura administrativa.

COMENTÁRIOS:

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço Crítico do Relatório de Autoavaliação 2001-2005.

1 - Foi proposta uma reforma estrutural da Instituição em novembro de 2008, a ser aprovada pela Câmara de Vereadores do Município, adequando sua legislação interna com a da Prefeitura de Blumenau. Nesta reforma estava previsto:

- Resolver as antinomias na legislação interna. A Instituição se propôs a efetuar uma reforma no Estatuto do Servidor e do Plano de Carreira.
- Diminuir um dos níveis de decisão (Conselho de Centro, Colegiado de Curso ou Departamento).
- Transformar a Fundação Universidade Regional de Blumenau em administrador das execuções financeiras da Universidade.
- Estas decisões foram adiadas pelo atraso na aprovação da reforma estrutural.

2 – Foram eliminadas seções em diversos órgãos com objetivo de diminuir a burocracia.

3 – Foi definido o posicionamento estratégico da Universidade, “Melhor Produto”.

4 – O Planejamento Estratégico prevê um novo plano de marketing para a Instituição.

A maioria das recomendações feitas pela CPA foi incluída parcial ou totalmente na reforma administrativa da instituição. A demora na aprovação, da reforma, pela Câmara de Vereadores da Prefeitura de Blumenau impediu que Instituição atendesse os problemas apontados por esta Comissão.

CAPÍTULO 7 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

A estrutura organizacional da Universidade Regional de Blumenau (organograma que consta na Dimensão 6) mostra que a infraestrutura está organizada a partir de órgãos (divisões) ligados a Pró-Reitoria de Administração e com funções bem específicas. São elas:

- 1 – Divisão de Administração do Campus (DAC) que compete planejar, controlar, organizar e coordenar as atividades de construção civil, manutenção e conservação do patrimônio, exceto de equipamentos/instalações de informática, bem como supervisionar e manter os serviços de segurança patrimonial.
- 2 – Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), responsável pela administração dos recursos de informática necessários às atividades de ensino. Pesquisa, extensão e administração da Universidade com competência para elaborar políticas e diretrizes de informática, administrar os recursos de informática, prover suporte e treinamento de informática para os usuários da universidade e desenvolver e manter sistemas de informações.
- 3 – Divisão de Administração de Materiais (DAM), responsável pela contratação (por licitação ou compra direta) de bens de serviços, bem como por sua distribuição e controle.
- 4 – Setor de Audiovisuais que dá apoio logístico as atividades de ensino.

Esta última estrutura não está vinculada à Pró-Reitoria de Administração. Quanto à gestão da infraestrutura da instituição observa-se que existem indicativos claros de organização.

7.1 POLÍTICAS DE AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E SEGURANÇA DO ESPAÇO FÍSICO.

Quanto à política de ampliação, manutenção e segurança do espaço físico as decisões estão ligadas a gestão institucional. A Universidade continua a

não possuir um Plano Diretor do espaço físico e as necessidades surgem a partir de solicitações do vários níveis de colegiados. Resultados de pesquisas (questionários) realizadas com docentes e discentes, maiores representatividades nos colegiados, mostram que somente uma pequena parcela (aproximadamente 30%) considerou boa a participação e que mais de 10% desconhecia que a comunidade poderia participar destas decisões (**ANEXO D**). O Balanço Crítico da avaliação 2001–2005 mostra também que, foi recomendado a instituição melhorar este indicador. Apesar de ser um dos objetivos do Planejamento Estratégico da atual gestão a elaboração do Plano Diretor do espaço físico não foi colocado em prática. Desta forma o indicador, **participação da comunidade nas políticas de espaço físico**, foi mantido com escala 3, para retratar que este indicador encontra-se ainda em um processo de consolidação.

A instituição é constituída de vários campi, dentro do município de Blumenau. A evolução da sua área útil construída (quadro 20), no período de 2006–2008 demonstra uma estabilização no crescimento, em relação aos anos anteriores. Isto provavelmente se deve a diminuição do número de matrículas, a não oferta de novos cursos e uma maior racionalização dos espaços físicos.

| CAMPI | 2006 | | 2007 | | 2008 | |
|------------------------|-------|-----------|-------|-----------|-------|-----------|
| | Qtde. | Área Útil | Qtde. | Área Útil | Qtde. | Área Útil |
| CAMPUS I | 1.403 | 60.126,31 | 1.450 | 60.040,00 | 1.460 | 60.167,60 |
| Ensino * | 160 | 10.187,55 | 159 | 10.001,37 | 162 | 10.093,85 |
| Administrativo | 473 | 15.562,54 | 522 | 15.430,97 | 539 | 16.633,63 |
| Laboratórios ** | 197 | 17.797,14 | 204 | 18.231,89 | 211 | 18.130,94 |
| Outros *** | 72 | 2.397,51 | 72 | 2.397,51 | 72 | 2.397,51 |
| CAMPUS II | 421 | 13.286,58 | 414 | 14.153,67 | 447 | 14.972,05 |
| Ensino | 31 | 1.963,28 | 33 | 2.174,26 | 33 | 2.174,26 |
| Administrativo | 106 | 2.919,80 | 108 | 4.064,10 | 124 | 4.632,39 |
| Laboratórios | 91 | 5.263,04 | 83 | 4.709,34 | 87 | 4.800,03 |
| Outros | 52 | 366,21 | 54 | 354,59 | 67 | 513,99 |
| CAMPUS III | 214 | 9.020,04 | 220 | 9.073,71 | 224 | 9.073,71 |
| Ensino | 18 | 1.573,11 | 18 | 1.573,12 | 18 | 1.573,12 |
| Administrativo | 44 | 1.509,23 | 44 | 1.509,23 | 41 | 1.015,83 |
| Laboratórios | 52 | 3.372,58 | 52 | 3.372,58 | 58 | 3.825,58 |

| | | | | | | |
|-----------------------|-----|----------|-------|-----------|-------|-----------|
| Outros | 25 | 459,78 | 29 | 496,43 | 29 | 539,83 |
| CAMPUS IV (1) | 122 | 5.206,27 | 122 | 5.206,27 | 122 | 5.206,27 |
| Ensino | 19 | 1.329,73 | 19 | 1.329,73 | 19 | 1.329,73 |
| Administrativo | 54 | 1.109,53 | 51 | 1.109,53 | 51 | 1.109,53 |
| Laboratórios | 10 | 1.067,35 | 10 | 1.067,35 | 10 | 1.067,35 |
| Outros | 5 | 244,53 | 5 | 244,53 | 5 | 244,25 |
| CAMPUS V* | 202 | 2.862,89 | 222 | 3.307,84 | 326 | 4.781,87 |
| Ensino | 2 | 57,54 | 4 | 177,50 | 5 | 193,34 |
| Administrativo | 31 | 562,28 | 13 | 135,80 | 34 | 589,18 |
| Laboratórios | 60 | 942,82 | 26 | 707,19 | 66 | 1.126,22 |
| Hospital | | | 104 | 1.474,03 | 104 | 1.474,03 |
| Outros | 54 | 659,65 | 42 | 436,62 | 84 | 1.022,3 |
| CAMPUS VI | 4 | 601,60 | 4 | 601,60 | 4 | 601,60 |
| Administrativo | 4 | 601,60 | 4 | 601,60 | 4 | 601,60 |
| TOTAL | | | 2.432 | 92.383,09 | 2.583 | 94.803,10 |

Legenda:

* Ensino compreende: Sala de aula, Ambulatório Ginásios Campo de Futebol, biblioteca.

** Laboratórios compreende: Laboratórios, consultórios, clínicas.

*** Outros compreende: Depósitos, cantina, refeitórios, bancos, auditórios, marcenaria, viveiros, serpentários, canil, outros.

Observações:

- Não estão incluídos as circulações e banheiros

* Campus IV foi vendido na metade do ano 2008.

Quadro 20 - Evolução da área construída (em m²)

Fonte: DAC

Dados quantitativos (quadro 21) mostram que a Instituição teve uma diminuição do seu número de alunos regularmente matriculados na graduação de 12.238 em 2006 para 11.084 em 2007. Em contrapartida a pós-graduação (quadro 22) de uma forma geral, teve um incremento de 1990 em 2006 para 1593 em 2008.

| Ano/Semestre | Alunos | Docentes | Tec.Adm. | Alunos/Docente | Alunos/Tec.Adm. | |
|---------------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------------|------------------------|-------|
| 2006 | I | 12238 | 834 | 535 | 14,67 | 22,87 |
| | II | 11469 | 827 | 539 | 13,87 | 21,20 |
| 2007 | I | 11991 | 836 | 520 | 14,34 | 23,06 |
| | II | 11084 | 810 | 516 | 13,68 | 21,48 |

Quadro 21 – Número de alunos regularmente matriculados na graduação e a relação Alunos/Docente e Alunos/Tec.Adm.

Fonte: COPLAN

| Ano | Nº de Alunos | | | Nº de Técnico-administrativos | Nº de Alunos / Nº de Técnico-administrativos |
|-------------|--------------|----------------|----------|-------------------------------|--|
| | Graduação | Especialização | Mestrado | | |
| 2006 | 13.320 | 1643 | 347 | 545 | 28,09 |
| 2007 | 12.822 | 1557 | 367 | 516 | 28,58 |
| 2008 | 12.442 | 2190 | 393 | 551 | 27,27 |

Quadro 22 – Número de alunos regularmente matriculados na pós-graduação e a relação e Alunos/Tec. Adm.

Fonte: COPLAN / DGDP

As atividades de pesquisa representadas pelos projetos aprovados em editais externos, segundo dados da PROPEX, revelam um incremento significativo nos seus números, entre os anos de 2005 e 2008, porém os valores arrecadados mantiveram-se próximos demonstrando, não haver um aumento na contrapartida da instituição neste período (quadro 23).

| Ano | Número de projetos | Valor arrecadado |
|-------------|--------------------|------------------|
| 2005 | 5 | R\$ 1.910.390,00 |
| 2006 | 97 | R\$ 4.140.000,00 |
| 2007 | 68 | R\$ 919.000,00 |
| 2008 | 72 | R\$ 3.100.000,00 |

Quadro 23 - Número de projetos aprovados em editais externos no período de 2005 a 2008 e respectivos valores arrecadados para fomento.

Fonte: PROPEX

Quanto ao apoio a professores qualificados para a Pesquisa Científica (atribuição de carga horária), este número diminuiu no período, conforme o gráfico 26.

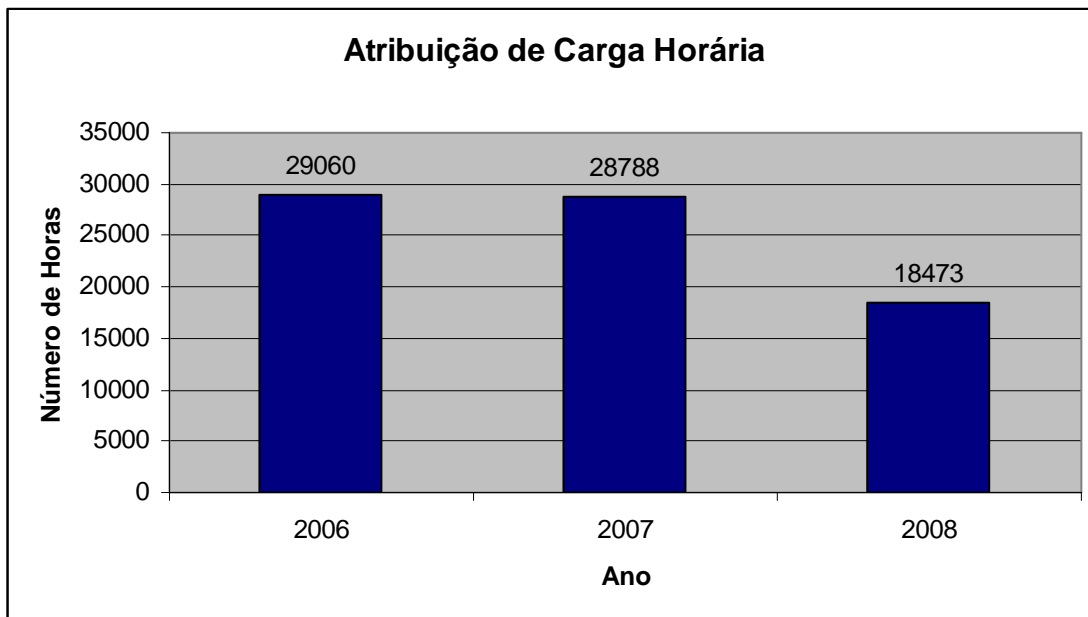


Gráfico 26 – Atribuição de Carga Horária
Fonte: PROPEX

Em relação ao apoio a professores qualificados para a Iniciação Científica (atribuição de carga horária) no período de 2006 para 2008 os valores também mantiveram-se sem incrementos (gráfico 27).

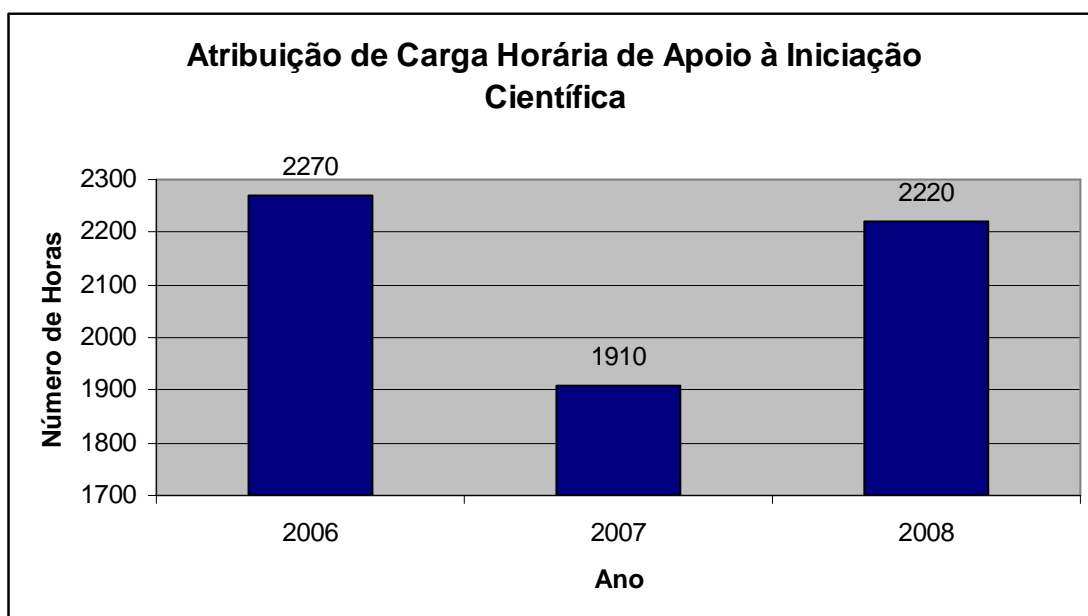


Gráfico 27 – Atribuição de Carga Horária
Fonte: PROPEX

Questionários aplicados pela CPA mostram que apenas 45%, em média dos professores e alunos consideraram o espaço para a pesquisa ótimo ou bom, e perto de 30% desconheciam estes ambientes.

A aprovação e certificação de projetos eventuais de extensão, que compreendem a análise do projeto, do relatório de execução e a respectiva certificação também não demonstraram um incremento considerável a ponto de exigir uma adequação do espaço físico. No período de 2005 a 2007 uma média de 98 projetos/ano tramitou pelo órgão institucional responsável pela extensão, conforme demonstrado no gráfico 28.

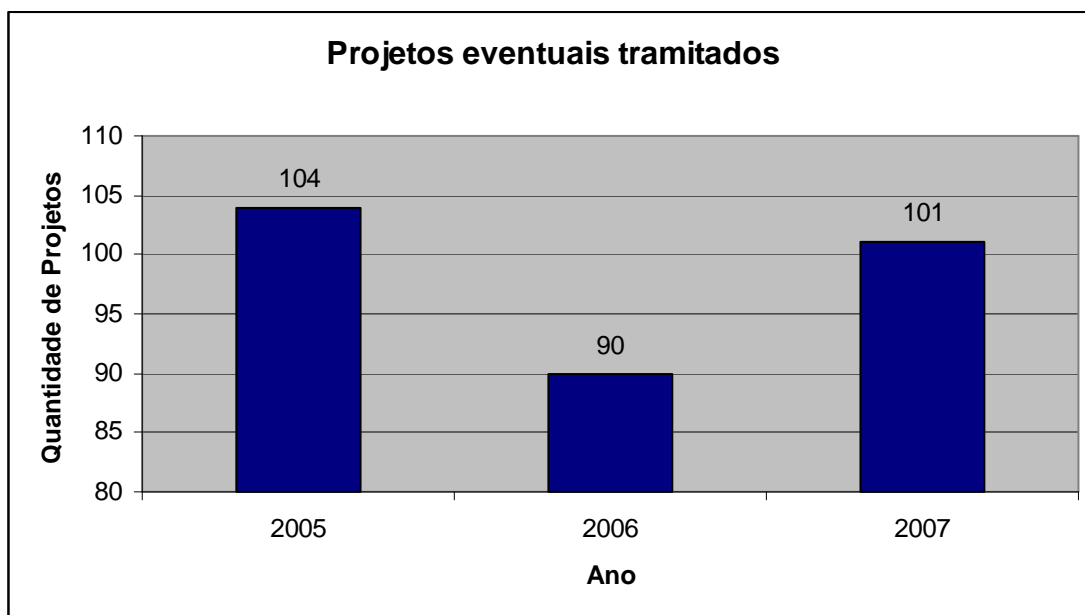


Gráfico 28 – Projetos Eventuais de Extensão Tramitados de 2005 até 2007
Fonte: PROPEX

Os questionários aplicados pela CPA também seguem os mesmos resultados da pesquisa onde em média 40%, dos professores e alunos consideram o espaço para a extensão ótimo ou bom, e perto de 25% desconheciam estes ambientes.

No segundo semestre de 2008 a Instituição permutou com o Governo do Estado de Santa Catarina o seu Campus IV, numa área total de 5.206,2 m². A transferência do curso de Ciências da Computação exigiu um espaço correspondente no Campus I e IV, demonstrando a existência de espaço físico ocioso.

Essas evidências foram observadas principalmente nas visitas *in loco*, pelos integrantes da CPA, através dos questionários dirigidos à comunidade acadêmica, relatórios anuais da instituição e relatórios do setor de Pesquisa e Avaliações Institucional. Os resultados mostram que, ao contrário da avaliação do período 2001–2005, não houve um incremento considerável para o ensino, pesquisa, extensão e a administração. Constatou-se que existem espaços físicos adequados para as atividades administrativas, bem como para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. A comissão entendeu que o número de alunos e professores, que nos questionários, indicaram que nada sabiam a respeito dos espaços para pesquisa e extensão, mostraram apenas que não tinham contato com estas atividades dentro da instituição. Estes resultados continuam expressando uma diretriz clara e definida, aspectos estes que conduziram a comunidade a manter o valor 4 aos indicadores: **Adequação do espaço físico às atividades de ensino; Adequação do espaço físico às atividades de extensão; Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa e Adequação do espaço físico às atividades administrativas.**

Já os **espaços físicos destinados às atividades docentes extraclasse**, como salas para pesquisadores, orientação de TCC e Estágios, continuam a revelar-se, de forma incipiente. Estes fatos foram observados em dados quantitativos cedidos pela Divisão de Administração do Campus (DAC), nos registros nos relatórios anuais, referente à infraestrutura onde não aparece nenhuma referência ou previsão destes espaços. Nos resultados dos questionários aplicados a docentes e alunos, pela CPA, 40%, em média consideraram que eles existem e são ótimos ou bons, porém, 20% dos alunos desconhecem estes ambientes. A comissão entendeu que não é uma prática institucionalizada, mantendo o valor 3, para o indicador, registrado na última autoavaliação.

A instituição possui uma Divisão de Administração do Campus (DAC) onde todo o processo de manutenção e conservação da estrutura física da universidade é feita através de seus funcionários ou através de empresas terceirizadas. Visita *in loco* comprovam a existência da qualidade destes serviços. Além disto questionários aplicados a professores e alunos, pela CPA, mostram que mais de 70% deles destacam como uma forte evidência a adequada manutenção e conservação dos espaços físicos nos diferentes campi, atribuindo-se o valor 5 ao indicador, **manutenção e conservação adequadas dos espaços físicos.**

Verifica-se que o Planejamento Estratégico possui objetivos gerais e específicos bem definidos para a infra-estrutura. Porém a execução destes objetivos não fica claro na administração do espaço físico no dia a dia. Não existe ainda um Plano Diretor do Espaço Físico, não é visível o projeto de qualificação do espaço físico atual e o diagnóstico do espaço físico atual. Desta forma entende-se que não existe uma **coerência entre ampliação do espaço físico com as metas do planejamento estratégico**. Apesar da percepção favorável da comunidade presente no seminário institucional, a CPA entendeu que este indicador deva ter o valor 3 por não ser uma prática consolidada.

Em relação à **existência e adequação de espaço de convívio da comunidade acadêmica**, a esse indicador foi atribuído novamente o valor 2 em função da constatação da falta de um auditório adequado e de centros de convivência nos diferentes campi, para atender as demandas acadêmicas.

Conforme já concluído no relatório de autoavaliação anterior, há evidências da existência de uma adequada sinalização para facilitar o deslocamento interno nos campi, atribuindo, assim o valor 4 ao indicador, **sinalização para facilitar o deslocamento interno**.

Já, ao indicador **sinalização para acessar aos diversos campi**, a comunidade universitária, presente no seminário de autoavaliação entendeu que não existe nenhuma sinalização, nas ruas da cidade, que permita localizar-se os vários *campi*. Atribuiu-se o valor 2, pois o pouco que existe não decorre de um processo institucional.

Conforme, já demonstrado na avaliação 2001–2005 existem estacionamentos em todos os campi, com a presença de seguranças em todos, e cancelas eletrônicas no caso dos estacionamentos dos servidores. Da mesma forma, a Instituição possui um plano de segurança com objetivos bem definidos para o estacionamento de veículos, sob a responsabilidade da Divisão da Administração do Campus (DAC). Considerando as visitas in loco, a análise documental, e o grau de satisfação dos presentes no seminário de autoavaliação a CPA entendeu ser boa a **disponibilidade de estacionamento com segurança**, e manteve o valor 4 para este indicador.

Em relação à segurança interna, observa-se que a Instituição ainda não possui um documento definindo a Política de Segurança interna da Universidade. Atualmente todo o processo de segurança patrimonial e de estacionamento é feito

através de licitação de empresas especializadas, sob a responsabilidade da DAC, com critérios bem definidos. Entre eles podem-se citar: atividades de guarda de bens e pessoas, através do controle de fluxo interno e externo, em corredores e portarias, assim como em locais externos; - controle de chaves e uso de ambientes; - prestar assistência e informações aos usuários; - serviços de recepção e informações de forma complementar as recepcionistas em horários alternativos. Sob a responsabilidade desta divisão existe ainda um plano de segurança do trabalho, cujas principais diretrizes já foram listados no relatório 2001–2005.

Em visita in loco, a CPA também observou que, os ambientes (salas de aulas, laboratórios e locais administrativos) são de fácil acesso, possuem luzes e sinalizações de emergência. O sistema de segurança interno possui ações adequadas em relação aos objetivos definidos para a área, porém manifestações da comunidade interna, nos seminários de autoavaliação, concluíram que isto se trata de um processo em implantação. Em vista disto, o indicador **presença de um sistema de segurança interno**, recebeu o valor 3.

7.2 POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO, MANUTENÇÃO, ATUALIZAÇÃO E SEGURANÇA DE EQUIPAMENTOS.

No que se refere aos indicadores **adequação dos equipamentos para desenvolvimento de atividades de administração, ensino, pesquisa e extensão**, observa-se que a Instituição possui um setor de Audiovisuais. Este setor tem a função de apoiar principalmente às atividades de ensino, porém atende também outras atividades. Outros dois setores auxiliam ao setor de audiovisuais: a Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) responsável pelos computadores e periféricos e a Divisão de Administração do Campus (DAC), responsável pelos demais equipamentos (retroprojetores, ar condicionados, etc.). O setor de audiovisuais possui ambientes em todos os *campi* da Instituição. Consulta aos docentes e alunos, presentes nos seminários de avaliação Institucional, demonstram que em termos de prestação de serviço o setor é adequado as atividades citadas acima. Por outro lado, dados quantitativos (**ANEXO C**) mostram que a universidade possui atualmente em torno de 220 salas de aula, 420 laboratórios compartilhados (ensino, pesquisa e extensão) e aproximadamente 250 ambientes administrativos. Quando comparados

com os equipamentos disponibilizados pelo setor de audiovisuais observa-se que as quantidades não são adequadas. Em 2008 o setor de audiovisuais possuía, sob sua responsabilidade apenas 120 retroprojetores, 100 multimídias, 15 projetores de slides e 28 televisores, quantidades estas bem inferiores a demanda existente.

Dados quantitativos mostram que a infraestrutura de informática é adequada em todas as atividades da instituição (1,2 docente/micro em 2007). Questionários aplicados aos alunos (**ANEXO D**) mostram que 55,15% deles consideram ótimo ou bom, os equipamentos usado para as atividades de ensino.

Assim sendo, a CPA considerou que existe uma diretriz clara para gestão dos equipamentos para as varias atividades da Instituição (ensino, pesquisa, extensão e administração), porém não considerou satisfatória a quantidade destes equipamentos. Desta forma, todos os indicadores listados acima, receberam o valor 4.

Conforme já explicado no relatório de autoavaliação anterior (2001–2005), quanto à **existência de critérios para a compra de equipamentos dos laboratórios e demais setores** (processo de licitação pública, definido pela Lei n. 8.666 (PMB) de 21/06/1993), a CPA entende que houve uma interpretação equivocada deste indicador na última avaliação, pois, trata-se de uma prática já consolidada e institucionalizada e considerou que o indicador deva ser 5.

Quanto à **existência de critérios para manutenção de equipamentos dos laboratórios e demais setores**, observa-se que no Planejamento Estratégico 2008-2012, não foram definidos estes critérios. Sendo assim, se eles existem, ocorrem ocasionalmente, demonstrando não ser uma prática institucional. Desta forma, a CPA mantém o valor 3 para este indicador.

Quanto ao indicador **manutenção e conservação adequadas dos equipamentos**, questionários aplicados pela CPA, indicam que 54,8% dos professores consideraram ótimo e bom a manutenção dos equipamentos audiovisuais e 51,34% dos servidores técnico-administrativos consideraram a qualidade dos equipamentos em seu ambiente de trabalho também ótima e boa. Apesar disto o indicador foi mantido no valor 3. Conforme já levantado na última avaliação, continua havendo falta de orçamento para a manutenção de televisores, projetores e material utilizados em salas de aula, e falta de uma política clara sobre a ampliação de oferta e conservação de equipamentos, coerente com as metas do

Planejamento Estratégico. Isto tem apresentado um impacto direto na manutenção e conservação dos equipamentos.

O Planejamento Estratégico 2008-2012 não apresenta metas, diretas, prevendo a ampliação e manutenção dos equipamentos. Para avaliar o indicador **coerência da ampliação e atualização dos equipamentos com as metas do planejamento estratégico**, a CPA aplicou questionários direcionados aos gestores, onde, observou-se que apenas 48,39%, dos respondentes consideraram ótima ou boa esta coerência. Os Relatórios de Atividades dos anos de 2006 e 2007 mostram que a Instituição tem investido em equipamentos e materiais permanentes, mas não fica claro que estes investimentos são coerentes com o Planejamento Estratégico. Assim sendo, a CPA manteve o valor 3 para este indicador.

7.3 POLÍTICAS DE INFORMATIZAÇÃO

A infraestrutura de informática destinada às atividades de ensino, pesquisa e extensão, foi considerada boa. Dados quantitativos, extraídos dos Relatórios de Atividades de 2006 e 2007, mostram que, no ensino, o número de aluno/micro diminuiu de 9,71 para 7,2 e que para a pesquisa, extensão e preparação para o ensino o número de docentes/micro diminuiu 1,4 para 1,2. Outros dados quantitativos (**ANEXO C**) mostram a evolução na adequação da infraestrutura de informática, neste período.

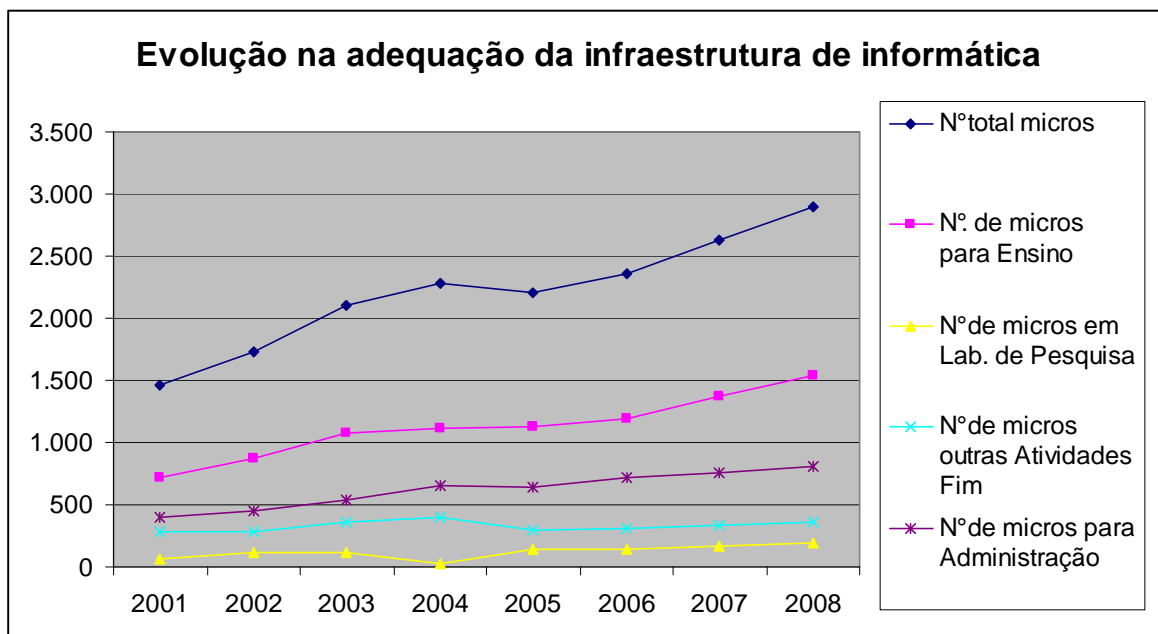


Gráfico 29 – Evolução na adequação da infraestrutura de informática
Fonte: DTI

Resultados obtidos através de questionários realizados com os docentes e discentes também mostram que mais de 50% dos docentes e discentes consideraram ótimo ou bom a infraestrutura de informática para o ensino. Quanto à pesquisa, os valores foram acima de 40% e na extensão os valores ficaram entre 30% e 40%. Apesar dos resultados dos questionários para e a extensão serem menores, observou-se que um percentual, entre 15% e 30%, desconhece esta adequação, provavelmente pelo fato de não terem contato com estas atividades. Desta forma, o indicador: **adequação da infraestrutura de informática para atividades de ensino, pesquisa e extensão**, foi considerado com valor 4, pois deixa claro que trata-se de uma prática institucionalizada e difundida.

Avaliando-se a **satisfação dos usuários em relação aos serviços e recursos disponibilizados** a comunidade universitária presente no seminário de autoavaliação considerou que houve uma melhora com relação última autoavaliação (2001-2005). Outras informações cruzadas obtidas a partir dos resultados da Pesquisa de Clima Organizacional, realizada em 2008 (**ANEXO I**), dão indicativos desta melhora. Desta forma a CPA atribuiu o valor 3 a este indicador.

7.4 BIBLIOTECAS

A avaliação atual da infraestrutura de Biblioteca na FURB mostra que a mesma continua a apresentar bons indicadores. Essa evidência pode ser confirmada na avaliação, através de questionários aplicados pela CPA, em consulta à comunidade (alunos e professores) que, em sua maioria, continuam a referenciar a ótima infraestrutura deste setor da Instituição (**ANEXO D**). As visitas *in loco* da comissão, e análise de documentos internos da biblioteca confirmaram a existência de critérios para a aquisição de livros, periódicos, etc., e embora não exista um documento definindo um programa, existe comprovação de que a biblioteca oferece cursos abertos a grupos e atendimentos individuais a alunos para normatização de trabalhos de monografias. Desta forma a CPA entende que os indicadores: **satisfação dos usuários da biblioteca em relação ao espaço físico para estudo e pesquisa; sistema informatizado para pesquisa (acervo, bases de dados, bibliotecas virtuais, etc.); adequação do espaço e o mobiliário para os estudos individuais e em grupo; segurança do ambiente interno (iluminação, ventilação, climatização, etc.); existência de critérios de aquisição de livros, periódicos e multimeios às necessidades dos projetos pedagógicos dos cursos; programas de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos**, deva ser de valor 5, pois continuam demonstrando ser uma prática consolidada e institucionalizada.

7.5 LABORATÓRIOS

Embora a CPA não tenha encontrado um documento formal definindo o número de aluno/laboratório, existe um critério acordado entre a DRA (Confecção dos horários) com coordenadores e chefes de departamento onde este número varia entre 15 e 20 alunos por laboratório, dependendo das características do laboratório. Como há evidências de uma boa relação entre o número de alunos e a capacidade dos laboratórios existentes, a comunidade universitária presente no seminário de autoavaliação considerou que existe **coerência entre o número de alunos e a capacidade de laboratórios existentes**, definindo o valor 4 para este indicador.

7.6 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

A consulta feita a todos os segmentos da universidade (alunos, professores, técnico-administrativos, gestores e coordenadores), através de questionários (**ANEXO D**), demonstrou que 60% em média, considerou ótima ou boa, a **adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias**, o que permitiu que este indicador mantivesse o valor 5. Quanto aos indicadores: **conservação e manutenção das instalações sanitárias; e materiais essenciais de higiene pessoal**, a mesma consulta demonstrou que os percentuais ficaram aproximadamente em 55%. A CPA e os presentes no seminário de autoavaliação decidiram que os valores dados a estes indicadores, na avaliação 2001-2005, foram equivocados, reduzindo a escala para 4, pois apesar dos indicadores serem bons eles ainda podem se melhorados.

7.7 ADAPTAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS.

Ao indicador **adequação dos espaços físicos aos portadores de necessidades especiais (rampas, elevadores, banheiros, estacionamento, etc.)**, foi atribuído o valor 4, na avaliação 2001-2005. Em consulta realizada, em 2008, com professores e alunos (**ANEXO D**) mostram que apenas 40%, em média consideram que esta adequação é ótima ou boa. Visitas *in loco*, mostraram que existe uma preocupação com esta adequação, em projetos novos. Porém apesar do Planejamento Estratégico (**ANEXO E**), projeto 16 – Espaço Físico e infraestrutura prever, entre outros objetivos, a elaboração do Plano Diretor do Espaço Físico, este documento não foi até este momento, concluído, demonstrando que este indicador não é uma prática institucionalizada. A comissão e os presentes no seminário de autoavaliação concluíram que o valor mais correto para este indicador seja 3.

Quanto à **adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais**, os resultados obtidos através de seminários e questionários aplicados aos docentes e discentes continuam demonstrando uma realidade apenas em parte pois não aparece como uma diretriz de ação. Estes questionários mostram que, 20%, em média, dos professores e alunos

desconhecem as condições de permanência dos portadores de necessidades na FURB. Esse indicador, portanto, permaneceu com o valor 2.

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 7.1 Políticas de ampliação, manutenção e segurança do espaço físico | | | | | | |
| 7.1.1 Participação da comunidade nas políticas de espaço físico. | | | | X | | |
| 7.1.2 Adequação do espaço físico às atividades de ensino. | | | | | X | |
| 7.1.3 Adequação do espaço físico às atividades de extensão. | | | | | X | |
| 7.1.4 Adequação do espaço físico às atividades de pesquisa. | | | | | X | |
| 7.1.5 Adequação do espaço físico às atividades docentes extra-classe. | | | | X | | |
| 7.1.6 Adequação do espaço físico às atividades administrativas. | | | | | X | |
| 7.1.7 Manutenção e conservação adequadas dos espaços físicos. | | | | | | X |
| 7.1.8 Coerência da ampliação do espaço físico com as metas do planejamento estratégico. | | | | X | | |
| 7.1.9 Existência e adequação de espaço de convívio da comunidade acadêmica. | | | X | | | |
| 7.1.10 Sinalização para facilitar o deslocamento interno. | | | | | X | |
| 7.1.11 Sinalização para acessar aos diversos Campi. | | | X | | | |
| 7.1.12 Disponibilidade de estacionamento com segurança. | | | | | X | |
| 7.1.13 Presença de um sistema de segurança interno. | | | | X | | |
| 7.2 Políticas de aquisição, manutenção, atualização e segurança de | | | | | | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| equipamentos | | | | | | |
| 7.2.1 Adequação dos equipamentos às atividades de ensino. | | | | | X | |
| 7.2.2 Adequação dos equipamentos às atividades de pesquisa. | | | | | X | |
| 7.2.3 Adequação dos equipamentos às atividades de extensão. | | | | | X | |
| 7.2.4 Adequação dos equipamentos às atividades administrativas. | | | | | X | |
| 7.2.5 Existência de critérios para compra de equipamentos dos laboratórios e demais setores. | | | | | | X |
| 7.2.6 Existência de critérios para manutenção de equipamentos dos laboratórios e demais setores. | | | | X | | |
| 7.2.7 Manutenção e conservação adequadas dos equipamentos. | | | | X | | |
| 7.2.8 Coerência da ampliação e atualização dos equipamentos com as metas do planejamento estratégico. | | | | X | | |
| 7.3 Políticas de informatização | | | | | | |
| 7.3.1 Adequação da infraestrutura de informática para atividades de ensino, pesquisa e extensão. | | | | | X | |
| 7.3.2 Satisfação dos usuários em relação ao serviço/recursos disponibilizados. | | | | X | | |
| 7.4 Bibliotecas | | | | | | |
| 7.4.1 Satisfação dos usuários da biblioteca em relação ao espaço físico para estudo e pesquisa. | | | | | | X |
| 7.4.2 Sistema informatizado para pesquisa | | | | | | X |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| (acervo, bases de dados, bibliotecas virtuais, etc.). | | | | | | |
| 7.4.3 Adequação do espaço e o mobiliário para os estudos individuais e em grupo. | | | | | | X |
| 7.4.4 Segurança do ambiente interno (iluminação, ventilação, climatização, etc.). | | | | | | X |
| 7.4.5 Existência de critérios de aquisição de livros, periódicos e multimeios às necessidades dos projetos pedagógicos dos cursos. | | | | | | X |
| 7.4.6 Programas de apoio aos alunos quanto à normalização dos trabalhos monográficos. | | | | | | X |
| 7.5 Laboratórios | | | | | | |
| 7.5.1 Coerência entre o número de alunos e a capacidade de laboratórios existentes. | | | | | X | |
| 7.6 Instalações sanitárias | | | | | | |
| 7.6.1 Adequação da localização e funcionalidade das instalações sanitárias. | | | | | | X |
| 7.6.2 Conservação e manutenção das instalações sanitárias. | | | | | X | |
| 7.6.3 Materiais essenciais de higiene pessoal. | | | | | X | |
| 7.7 Adaptação da estrutura física aos portadores de necessidades especiais. | | | | | | |
| 7.7.1 Adequação dos espaços físicos aos portadores de necessidades especiais (rampas, elevadores, banheiros, estacionamento, etc.). | | | | X | | |
| 7.7.2 Adequação dos equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais. | | | X | | | |

Planilha Avaliativa 10 - Dimensão 7

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 7:

- Adequação do espaço físico às atividades de ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas.
- Manutenção e conservação adequadas dos espaços físicos.
- Boa sinalização para facilitar o deslocamento interno.
- Disponibilidade de estacionamento com segurança para os servidores.
- Equipamentos adequados, para ensino e pesquisa, extensão e atividades administrativas.
- Existência de critérios para compra de equipamentos dos laboratórios e demais setores.
- Infraestrutura de informática para atividades de ensino, pesquisa e extensão, adequada.
- Uma boa estrutura da Biblioteca (espaço físico, sistemas informatizados, mobiliário, condições ambientais, critérios que satisfazem as necessidades dos projetos pedagógicos dos cursos e programas de apoio aos alunos).
- Coerência entre o número de alunos e a capacidade de laboratórios existentes.
- Instalações Sanitárias adequadas (quanto à localização, conservação e manutenção e materiais essenciais de higiene pessoal).

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 7:

- Pouca participação da comunidade nas políticas de espaço físico.
- Adequação do espaço físico às atividades docentes extra-classe.
- Falta de coerência da ampliação do espaço físico com as metas do planejamento estratégico.
- Inexistência de espaço de convívio para a comunidade acadêmica.
- Falta de sinalização para acessar aos diversos Campi.
- Ausência de um sistema de segurança interno.
- Manutenção de equipamentos dos laboratórios e demais setores.

- Previsões com ampliação e manutenção de equipamentos não previstos no Planejamento Estratégico.
- Adequação dos espaços físicos, equipamentos e mobiliário aos portadores de necessidades especiais.

Recomendações da CPA:

- Prever no Planejamento Estratégico uma política de espaço físico.
- Contemplar no plano de expansão física, a construção de um centro de convivência e de um auditório que atenda às necessidades da instituição, como formaturas e eventos acadêmicos de maior porte.
- Definir novos procedimentos para um sistema de segurança interno (instalação de monitoramento eletrônico, etc.).
- Fixar placas de sinalização, em conjunto com a prefeitura, nas principais vias da cidade sinalizando o acesso aos diversos Campi.
- Ampliar número de equipamentos de forma a agregar mais conforto e qualidade ao processo de ensino aprendizagem (multimídias, ar condicionado, etc.).
- Definir no Planejamento Estratégico a política de ampliação de equipamentos.
- Continuar adequando os balcões de atendimento, caixas eletrônicas, telefones públicos e outros equipamentos e mobiliários aos portadores de necessidades especiais.
- Instituir um programa que permita aumentar o comprometimento da comunidade para a conservação e manutenção do patrimônio.

COMENTÁRIOS:

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço Crítico do Relatório de Autoavaliação 2001-2005.

- Segundo a instituição o plano de expansão física da FURB está em estudo.
- O Plano Diretor Institucional está em elaboração na DAC.
- Estão sendo feitas reformas e climatização de salas de aula e equipamentos de TI comprados.

- Está sendo implantado um controle patrimonial no ERP.
- Estão sendo feitas otimizações de turmas que permitam transferências de turmas para o noturno.
- Os cursos estão sendo concentrados por unidade universitária.

As recomendações da CPA não atendidas e que persistem nesta autoavaliação, além das novas que foram listadas, são as seguintes:

- Ausência de um centro de convivência e de um auditório.
- Instituir um programa que permita aumentar o comprometimento da comunidade para a conservação e manutenção do patrimônio.

CAPÍTULO 8 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Na análise dos documentos internos ficou evidente que a FURB tem utilizado o planejamento e a avaliação como instrumentos indispensáveis para o processo de gestão em todos os níveis, embora a instituição ainda não apresente seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI formalizado. A ausência deste documento, instrumento do planejamento macro das Instituições superiores, no entanto, não inviabilizou as ações de gestão da FURB nem a condução e a conclusão do seu processo de autoavaliação, pois o PDI, em todos seus aspectos existe, de fato, mas ainda não como um documento.

Conforme já citado no relatório de autoavaliação 2001-2005, a FURB tem o Planejamento Estratégico como documento norteador de sua missão, metas e objetivos. A Universidade possui também seu estatuto que é o dispositivo orientador de suas finalidades e de sua estrutura organizacional e o PPP do Ensino da Graduação que é o definidor das diretrizes pedagógicas.

O Planejamento Estratégico da Universidade do período 2008-2012 é resultado do trabalho de uma equipe formada pela Administração Superior da Universidade, composta pelo Reitor, Vice-Reitor, Diretores de Centro e de Órgãos Suplementares, Assessores e alguns Consultores.

A FURB é baseada em gestão colegiada e princípios democráticos na indicação de seus gestores, manifestada por eleições para a maioria dos cargos em todos os níveis hierárquicos, como por exemplo: Reitor e vice-reitor, Diretores e vice diretores de Centro, Chefes de Departamentos, Coordenadores de Colegiados de Curso, membros para Conselhos de Centro, representantes dos Centros no CEPE, CONSUNI e CONSAD, Colegiados de curso, Comitês, Comissões e outros órgãos, o que legitima a participação desses gestores como representantes da comunidade universitária nas decisões e no planejamento da Instituição.

Na FURB, o órgão responsável pela construção e acompanhamento do Planejamento e pelo processo de avaliação institucional é a Coordenadoria de Planejamento - COPLAN, órgão de assessoria da reitoria da instituição. A COPLAN é responsável pela análise da evolução da universidade e pela proposição à reitoria, de políticas, diretrizes e metas para o desenvolvimento das ações no campo físico,

administrativo e econômico financeiro da instituição. Além disso, é responsável na coordenação da avaliação institucional.

A atual gestão da Universidade, sentindo necessidade de reflexão e redimensionamento das ações e prioridades institucionais, entendeu necessária a elaboração de um novo Planejamento Estratégico para a FURB. Assim, com a coordenação da COPLAN e assessoria de consultores e metodologia da Fundação Dom Cabral foi elaborado o Planejamento Estratégico da Instituição. Participaram da elaboração do Plano Estratégico: Reitor; Vice-Reitor; Chefia de Gabinete; Pró-Reitores(as); Direções de Centro; Direções da Administração Superior; Coordenações da Administração Superior; Procuradoria Geral e Chefias de Divisão

Para realizar o Planejamento Estratégico (PE) da FURB, como parte do Programa de Desenvolvimento de Dirigentes (PDD), o grupo de gestão fez uma primeira reunião em janeiro de 2007, com o objetivo de nivelar e ampliar os conhecimentos sobre o tema.

O grupo de gestão relacionou seis áreas para começar a pensar nos grandes desafios da FURB. Para identificação dos direcionadores da estratégia, elaboraram-se análises dos fatores críticos de sucesso, do ambiente externo e da cadeia de valores, que por sua vez resultaram em diversas intenções de melhorias e permitiram a definição de seis objetivos estratégicos, que são:

- Desenvolvimento Socioeconômico: visa atender demandas e intervir proativamente no ambiente externo por meio da ampliação do relacionamento, da representatividade e da inserção comunitária;
- Econômico-Financeiro: visa atingir a auto-sustentabilidade, através do crescimento da receita, da diversificação de suas fontes e da melhoria dos resultados operacionais;
- Mercado e Imagem: objetiva aumentar as vendas e a margem de contribuição, por meio de oferta de novos produtos, ampliação da abrangência geográfica e em novos segmentos, da melhoria da eficiência comercial e da imagem institucional;
- Qualidade para o cliente: ofertar produtos inovadores e de qualidade que proporcionem crescimento profissional, experiência internacional, integração à vida acadêmica e elevada satisfação do cliente;

- Tecnologia e Processos: visa melhorar a eficiência operacional e a agilidade dos processos, por meio de sistemas de tecnologia de informação e comunicação adequados.

O objetivo estratégico visa uma posição de liderança e estabelece o critério, que a organização usará para balizar seu progresso (indicador). Envolve um processo dinâmico que inclui a focalização da atenção da instituição na essência da conquista, a motivação do pessoal, a abertura de espaço para contribuições, a manutenção do entusiasmo e a utilização coerente de recursos. Enquanto o objetivo estratégico é claro com respeito aos fins, é flexível quanto aos meios.

Em paralelo, e com base no panorama geral resultante destas reflexões, formou-se um Grupo de Desenvolvimento Estratégico (GDE), reunindo um número menor de integrantes, responsáveis pela elaboração da ideologia, que compreende as propostas de Missão, Visão, Valores, Negócio e Posicionamento Estratégico.

Na etapa seguinte dos trabalhos, os gestores consolidaram o documento. A partir daí teve início uma nova fase: a elaboração das metas e indicadores para cada objetivo. A definição destes gerou o Contrato de Resultados Global, a grande peça do Planejamento Estratégico da FURB. Diferente de outras metodologias de planejamento, a proposta da Fundação Dom Cabral é mostrar à instituição “onde se está” e “aonde se quer chegar” em um determinado espaço de tempo. O contrato global desdobra-se em Contratos de Resultados Setoriais, para que cada setor identifique o seu papel e a sua contribuição no alcance das metas institucionais.

Os objetivos estratégicos e seus resultados são constantemente mensurados. Neste sentido, surge outro diferencial da metodologia: o acompanhamento dos indicadores através de um software “visual” de Painel de Bordo.

Ainda no âmbito do acompanhamento, a metodologia em uso prevê a realização de AGM's (Avaliações Gerenciais Mensais) envolvendo o GDE, onde se analisam os resultados parciais dos indicadores e identificam-se eventuais correções e melhorias (método Fato/Causa/Ação). Esta abordagem permite que se efetuem ajustes de rota a tempo de evitar maiores desalinhamentos.

Outro nível de planejamento na instituição é o realizado pelos Departamentos. O Plano Departamental é o documento que orienta as ações e os direcionamentos de um Departamento, tendo como objetivo ser um instrumento de gestão dos mesmos. A análise documental revelou que a construção dos Planos

Departamentais na FURB foi aprovada pelo CEPE em 1997, cujo modelo de elaboração veio sofrendo modificações, respondendo aos redirecionamentos das políticas da instituição.

A FURB implantou e começou a desenvolver o seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com base nos princípios e indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIURB. A proposta de Avaliação Institucional construída nesse ano foi conduzida pela Comissão de Avaliação Institucional - COMAVI, constituída por um grupo de professores de diferentes áreas do conhecimento, nomeados pelo então Reitor, conforme Portaria Nº. 59/95. Contudo, em função dos pressupostos de uma Avaliação Institucional abrangente e sistêmica não terem sido atingidos, pois na prática a avaliação ficou mais restrita ao ensino e aos serviços, em fevereiro de 2003, em decorrência das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, a Instituição resolveu integrar-se ao SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação, proposto pelo Ministério da Educação e Cultura, conforme Lei Nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, pois se percebeu que havia consonância quanto à concepção e objetivos do processo de autoavaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

Apesar de a instituição ter se alinhado ao programa do SINAES, algumas atividades avaliativas, previstas no seu programa interno (Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau – PAIURB), em vigor até então, e aprovado pela Resolução Nº. 116/2001, conduzidas pela COMAVI, no entanto, não foram absorvidas pela CPA e continuaram sendo desenvolvidas, atendendo alguns dispositivos da Resolução Nº. 146/2000 e da Resolução Nº. 47/2004.

A seguir demonstram-se as atividades sob responsabilidade da COMAVI:

- A) Coleta de informações e emissão de pareceres nos processos dos professores que se encontram ou estão concluindo o estágio Probatório;
- B) Avaliação do ensino nos cursos de graduação da FURB. Esta atividade resulta em relatórios para cada curso e em relatórios por disciplina.
- C) Realização da avaliação, tabulação dos dados e emissão de relatórios do Estágio Orientado de Prática Jurídica do Curso de Direito.

- D) Fornecimento de declarações e relatórios sobre o desempenho docente, fornecidos a todos os docentes interessados e a Comissão Permanente do Plano de Carreira do Magistério Superior - CPCMS, principalmente para processos de solicitação e renovação de tempo integral.
- E) Realização da pesquisa, tabulação dos dados e emissão de relatórios do Programa de Integração dos Calouros - PIC e dos formandos da FURB.

A seguir, estão relacionadas as atividades da CPA da FURB:

- A) Elaboração, análises e apresentação de pesquisa sobre temas inerentes ao processo de autoavaliação com professores, coordenadores, alunos, servidores técnico-administrativos e gestores da instituição;
- B) Coleta de dados quantitativos junto aos setores da FURB.
- C) Organização e coordenação do seminário de autoavaliação da instituição;
- D) Elaboração, apresentação e entrega do Relatório de Autoavaliação ao Colegiado da Reitoria.
- E) Encaminhamento do Relatório de Autoavaliação ao CEE/SC.
- F) Divulgação dos resultados da Autoavaliação Institucional.
- G) Elaboração e encaminhamento do Balanço Crítico.

Quanto ao projeto de Avaliação Institucional, a FURB tem uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), constituída e registrada no INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais). Ela contempla membros dos diversos segmentos da comunidade interna (7 docentes - um para cada centro, 2 representantes da reitoria, 2 representantes discentes – indicados pelo DCE) e 2 membros da sociedade civil organizada, observando-se normatizações da Lei Nº. 10.861/04 e da Portaria Nº. 2.051/04. O seu projeto de regulamento, Resolução Nº. 14/2005, alterada pela Resolução Nº. 20/2005 foi obtido através da participação da comunidade universitária, através de seminários organizados, reuniões dos órgãos e

colegiados constituídos. Seguindo a orientação SINAES, foram adotados os seguintes processos:

A etapa do desenvolvimento configurou-se como a operacionalização da proposta definida pela comunidade acadêmica. Foi o momento em que a Instituição, sob a coordenação da CPA realizou as seguintes atividades: 1 - Levantamento de dados e informações, mapeamento de dados e outros documentos da Instituição. Esta atividade envolveu todos os membros da CPA e outros docentes e servidores técnico-administrativos; 2 - Coleta de pareceres avaliativos na comunidade interna.

Na etapa consolidação, o processo de Avaliação Institucional atingiu realmente o seu ciclo, ou se consolidou, pois neste momento, houve a elaboração de relatórios, divulgação e análise dos resultados obtidos. O relatório final foi pautado em toda a série de documentos produzidos na instituição, detalhados nas planilhas avaliativas, bem como, nos resultados dos questionários preenchidos pelos discentes, docentes, técnico-administrativos, gestores e comunidade externa. O relatório final, além de ser encaminhado ao CEE/SC (Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina) e à CONAES (Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior), foi amplamente divulgado na comunidade interna.

Por último ocorreu o processo de divulgação e Balanço Crítico. Este momento possibilitou a Instituição obter elementos para planejar-se para o futuro com maior qualidade acadêmica e pertinência social. Atualmente a Instituição está na elaboração do seu segundo processo de autoavaliação (2006–2008).

8.1. PLANEJAMENTO GERAL

Em relação ao indicador **sintonia entre as políticas da FURB e o contexto sócio-econômico regional** constatou-se que na instituição há vários convênios, parcerias e projetos, desenvolvidos pela reitoria e pelos diversos órgãos e setores, conforme já detalhado na dimensão 3, que revela a política de integração da FURB no contexto socioeconômico e cultural da região do Médio Vale do Itajaí.

Na pesquisa realizada pela CPA (**ANEXO D**) junto aos gestores da FURB sobre a sintonia entre as políticas da FURB e o contexto sócio-econômico regional, o resultado foi o seguinte: 80,64% dos gestores que responderam avaliaram este item

do questionário como bom e ótimo. Na avaliação regular o percentual foi de 19,35% e nenhum gestor da instituição respondeu ruim ou péssimo.

A nota do seminário de autoavaliação para este indicador foi 4 sendo a mesma do processo de autoavaliação anterior. A CPA entende que, em função da realidade da FURB e da avaliação dos gestores, esta nota é apropriada.

Sobre o item **articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional**, compreende-se que a Universidade tem procurado orientar suas ações em função das políticas públicas regionais, principalmente em razão do envolvimento de representantes da instituição nos conselhos consultivos e deliberativos de organizações públicas regionais como, por exemplo: Conselhos municipais de desenvolvimento sócio-econômicos, da área da saúde, segurança, turismo, meio-ambiente dentre outros, além de instituições sociais como sindicatos, Associações industriais, comerciais e de serviços e associações de classe ou profissionais. Além disso, os Conselhos superiores da FURB (CONSUNI e CONSAD) possuem representantes da comunidade externa. Existe também, na instituição um programa de Mestrado em Desenvolvimento regional. Esse compromisso da FURB também está previsto no seu próprio Planejamento Estratégico, pois um dos seis objetivos estratégicos se retrata ao Desenvolvimento Socioeconômico. Assim, percebe-se que existe envolvimento e reciprocidade entre a universidade e os organismos externos quanto às políticas públicas de desenvolvimento regional.

Na pesquisa realizada pela CPA junto aos gestores da FURB sobre a articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional, os resultados foram: 67,74% dos gestores avaliaram este tópico do questionário como bom e ótimo e 32,26% regular, portanto uma avaliação muito boa. A nota do seminário de autoavaliação para este indicador foi 4, idêntica a avaliação de 2001 a 2005. A CPA entende que, em função dos motivos relatados e da avaliação auferida pelos gestores, a nota conferida pelo seminário é adequada.

Sobre o indicador **articulação entre os diferentes níveis de planejamento e o planejamento geral da Instituição** a nota do seminário de autoavaliação para este tema foi 3, portanto, as pessoas presentes entenderam que o cenário em relação a esta articulação piorou, pois no seminário anterior (2001-2005) a nota era 4. A CPA corrobora com esta avaliação e entende que esta nota reflete a realidade da FURB.

Essa queda de pontuação ocorreu pelo motivo da baixa articulação ou relativa dissociação entre o planejamento geral da instituição, definido pela administração superior e os planejamentos realizados pelas unidades, departamentos e colegiados de cursos da FURB.

Muitos departamentos não possuem seu Plano Departamental que é o principal instrumento de planejamento desta unidade universitária e alguns dos existentes foram construídos sem levar em conta o Planejamento Estratégico da instituição. A mesma realidade ocorre com os Planos-Político-Pedagógicos que são a principal ferramenta de planejamento dos colegiados dos cursos.

É notório que a atual administração da instituição tem se esforçado para que esta articulação ocorra com mais êxito, pois principalmente a reitoria, tem realizado várias reuniões com os diversos setores para discussão do planejamento da universidade, no entanto, a eficácia das mesmas, em razão da nota do seminário, é duvidosa.

No que se refere ao indicador **participação da comunidade universitária na elaboração do Planejamento Estratégico**, ficou demonstrado nas discussões do seminário de autoavaliação organizado pela CPA que, embora a maioria do plano estratégico seja definido pelos gestores da instituição, o mesmo é apresentado e discutido com toda a comunidade universitária, antes de ser aprovado, inclusive, em vários momentos, o próprio reitor da universidade promoveu encontros e reuniões com diversos setores da instituição.

Em função da realidade da FURB em relação a este assunto, o seminário de autoavaliação atribuiu nota 4 a este indicador. Ressalta-se que no processo de autoavaliação anterior a nota também foi 4. A CPA concluiu que esta avaliação retrata a participação da comunidade na elaboração do Planejamento Estratégico da FURB.

Sobre o **alcance das metas projetadas**, verificou-se durante o seminário de autoavaliação que, diferentemente de gestões anteriores, a administração atual da FURB fundamentou suas ações nas metas definidas no Planejamento Estratégico. As 15 metas deliberadas no Planejamento Estratégico da FURB foram formadas a partir dos seis objetivos estratégicos definidos e estão delineadas por áreas. As mesmas estão no quadro 24:

| Área de DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO | Metas de Resultados | |
|--|----------------------------|---|
| Atender demandas e intervir proativamente no ambiente externo por meio da ampliação do relacionamento, da representatividade e da inserção comunitária. | 1 | Aumentar a inserção comunitária |
| | 2 | Ampliar a representatividade e o relacionamento externo |
| Área do ECONÔMICO-FINANCEIRO | Metas de Resultados | |
| Atingir a auto-sustentabilidade, através do crescimento da receita, da diversificação de suas fontes e da melhoria dos resultados operacionais. | 3 | Crescimento e diversificação da receita |
| | 4 | Melhoria dos resultados operacionais |
| Área de MERCADO e IMAGEM | Metas de Resultados | |
| Aumentar as vendas e a margem de contribuição, por meio oferta de novos produtos, ampliação da abrangência geográfica e em novos segmentos, da melhoria da eficiência comercial e da imagem institucional. | 5 | Volume de vendas e margem de contribuição |
| | 6 | Abrangência geográfica |
| | 7 | Eficiência comercial |
| | 8 | Imagem Institucional |
| Área de QUALIDADE para o CLIENTE | Metas de Resultados | |
| Ofertar produtos inovadores e de qualidade que proporcionem crescimento profissional, experiência internacional, integração à vida acadêmica e elevada satisfação do cliente. | 9 | Inovação em produtos |
| | 10 | Qualificação de produtos |
| | 11 | Qualificar a infra-estrutura acadêmica |
| Área de TECNOLOGIA e PROCESSOS | Metas de Resultados | |
| Melhorar a eficiência operacional e a agilidade dos processos, por meio de sistemas de tecnologia de informação e comunicação adequados. | 12 | Agilização e eficiência dos processos |
| | 13 | Qualificar a infra-estrutura de TIC |
| Área de PATRIMÔNIO HUMANO | Metas de Resultados | |
| Aumentar o grau de comprometimento com a instituição, por meio da valorização e do desenvolvimento das pessoas. | 14 | Aumentar o grau de comprometimento com a instituição |
| | 15 | Promover a valorização e o desenvolvimento das pessoas |

Quadro 24 – Metas do Planejamento Estratégico
Fonte: COPLAN

No Planejamento Estratégico foram definidos também 18 projetos estratégicos. Estes projetos atuam de forma transversal sobre as metas. Para cada projeto estratégico foi definido um gestor responsável. As propostas de trabalho compreendem

Projeto Estratégico 1 - Inovação Acadêmica

- Objetivo Geral: Inovar os processos de ensinar e aprender, integrando ensino, pesquisa e extensão.
- Objetivos Específicos
 - Elaborar e implementar o PPPI
 - Ampliar o uso de tecnologias de comunicação e informação
 - Criar novas modalidades de cursos

Projeto Estratégico 2 - FURB Digital

- Objetivo Geral: Construir e implementar a política de educação à distância, visando ao desenvolvimento e à aplicação de tecnologias de informação e comunicação.
- Objetivos Específicos
 - Normatização da EaD
 - Formação para o trabalho na EaD
 - Desenvolvimento de materiais, métodos e tecnologia
 - Cursos e Parcerias
 - Divulgação

Projeto Estratégico 3 - FURB Qualis A

- Objetivo Geral: Consolidar a política de pesquisa e extensão, visando fortalecer os programas de pós-graduação e ampliar a produção do conhecimento e sua aplicação em benefício da comunidade.
- Objetivos Específicos
 - Elaborar a resolução da política de pesquisa
 - Revisar a política dos programas institucionais de extensão
 - Reformulação da pós-graduação lato sensu

Projeto Estratégico 4 - Relacionamento com o Estudante

- Objetivo Geral: Fortalecer a relação dos discentes com a universidade visando à

melhoria da sua qualidade de vida.

- **Objetivos Específicos**

- Desenvolver diagnóstico da realidade institucional
- Revisar os programas de apoio financeiro
- Desenvolver programa de ampliação de vagas de estágio, de trainee e de emprego
- Desenvolver Programa de Inclusão Universitária
- Implementar a Política de Educação Inclusiva
- Consolidar a Praça de Atendimento ao Estudante

Projeto Estratégico 5 - Colégio de Aplicação

- **Objetivo Geral:** Apresentar um estudo de viabilidade do Colégio de Aplicação da FURB, com Núcleos de educação infantil, ensino fundamental e ensino profissionalizante.

- **Objetivos Específicos**

- Núcleo de Educação Infantil
- Núcleo de Ensino Fundamental
- Núcleo de Ensino Técnico-Profissionalizante

Projeto Estratégico 6 - Internacionalização da Universidade

- **Objetivo Geral:** Tornar a universidade inserida internacionalmente, oferecendo programas de intercâmbio que contribuam para a mobilidade discente e docente, melhoria da qualidade do ensino, visando o aumento da empregabilidade dos egressos e melhoria da imagem institucional.

- **Objetivos Específicos**

- Estrutura das relações internacionais
- Promoção da cultura de internacionalização
- Cooperação interinstitucional com Universidades Brasileiras
- Cooperação com Instituições de Ensino e de Pesquisa Estrangeiras
- Grupo de estudos da cooperação FURB (países escandinavos)
- Criar o Conselho de Internacionalização

Projeto Estratégico 7 - Universidade Comunitária

- **Objetivo Geral:** Intensificar o vínculo da Universidade com a comunidade nos

diversos segmentos da sociedade.

- **Objetivos Específicos**

- Aumentar a visibilidade e convergência das ações e projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos na Universidade.

- Articular e fortalecer as representações nos Conselhos e Comissões Externas de acordo com a missão institucional da FURB.

- Intensificar a abertura da Universidade fomentando a participação da comunidade interna e externa.

- Programa Doador

Projeto Estratégico 8 - FURB Saúde

- **Objetivo Geral:** Qualificar a infra-estrutura para as atividades acadêmicas e proporcionar serviços e ações diferenciadas na área da saúde junto à comunidade.

- **Objetivos Específicos**

- Implantar o Hospital Universitário

- Implantar o Hospital Veterinário

- Implantar Farmácia Escola com Laboratório Produção de Medicamentos

- Implantar o Instituto de Ciências da Saúde (ICS)

Projeto Estratégico 9 - Inovação Tecnológica

- **Objetivo Geral:** Posicionar a Universidade como referência estratégica de inovação através da apropriação dos resultados da pesquisa pela sociedade.

- **Objetivos Específicos**

- Ações estruturantes para a Inovação Tecnológica

- NIT

- Institutos

- Programa Institucional de Incubação e Empreendedorismo

- Parque Tecnológico de Blumenau

Projeto Estratégico 10 - Medidas Estruturais

- **Objetivo Geral:** Revisar e simplificar a estrutura administrativa da FURB, tornando a administração mais ágil, funcional e menos burocrática, gerando resultado financeiro direto e indireto.

- **Objetivos Específicos**

- Revisar estrutura administrativa da FURB
- Realizar estudo jurídico detalhado sobre formas e alternativas para auto-sustentação dos institutos e do NRTV
- Revisão de Planos de Carreira
- Revisão das resoluções nº 47/2004 e nº 70/2004
- Revisão do Estatuto do Servidor

Projeto Estratégico 11 - Gestão Orçamentária

- Objetivo Geral: Obter o equilíbrio financeiro orçamentário, através de um acompanhamento permanente das rubricas de despesas e receitas, a fim de promover a auto-sustentabilidade da instituição.
- Objetivos Específicos
 - Analisar situação atual
 - Benchmarking
 - Propor e aprovar projeto
 - Desenvolvimento e implantação

Projeto Estratégico 12 - Tecnologia da Informação

- Objetivo Geral: Avaliar e implementar as tecnologias de informação e comunicação da FURB, proporcionando a infra-estrutura adequada, com o objetivo de inovar e integrar processos tornando-os ágeis, funcionais e menos burocráticos.
- Objetivos Específicos
 - Infraestrutura (senha forte, atualização, VoIP)
 - Sistema de ERP
 - Sistemas de informação gerenciais (BI)
 - Desenvolvimento próprio (vários sistemas)
 - Comunicação (e-mail, call center, messenger, móvel)
 - Sistemas colaborativos
 - Suporte aos demais projetos

Projeto Estratégico 13 - Qualidade de Processos

- Objetivo Geral: Planejar e implantar um Sistema de Gestão de Processos visando a melhoria da qualidade das rotinas, produtos e serviços no âmbito da FURB.
- Objetivos Específicos

- Definir escopo para o projeto
- Capacitar os gestores acadêmico-administrativos na gestão de processos
- Definir a metodologia para o Sistema de Gestão de Processos
- Contratar o sistema de automação para apoio na gestão de processos
- Elaborar o Sistema de Gestão de Processos

Projeto Estratégico 14 - Análise de Cursos e Demandas

- Objetivo Geral: Propor e acompanhar a implementação de ações para reverter a queda do número de alunos na graduação, atacando a baixa demanda no ingresso e a evasão durante o curso.
- Objetivos Específicos
 - Identificar tendências de demanda e evasão por curso
 - Buscar e compilar proposições dos cursos
 - Verificar demanda de outras IES nos mesmos cursos, cursos diferentes e em profissões
 - Verificar soluções encontradas por outras IES
 - Avaliação e proposição
 - Implantar Processo de Gestão de Demanda

Projeto Estratégico 15 - Marketing

- Objetivo Geral: Consolidar e gerenciar a marca da instituição e seus produtos para aumentar a eficiência comercial.
- Objetivos Específicos
 - Programa Interação
 - Posicionamento da marca
 - Revitalizar a Edifurb e as publicações da Universidade
 - Implantar uma política de comunicação integrada

Projeto Estratégico 16 - Espaço Físico e Infra-Estrutura

- Objetivo Geral: Planejar a qualificação do espaço físico atual e futuro da universidade, visando a qualidade de vida, o conforto dos usuários, a sustentabilidade ambiental e a eficiência do uso das instalações.
- Objetivos Específicos
 - Resgatar a memória do planejamento elaborado anteriormente

- Levantar infraestrutura existente
- Identificar projetos, obras e negociações em andamento
- Elaborar Diagnóstico do Espaço Físico
- Elaborar o Plano Diretor do espaço físico
- Elaborar projeto de qualificação do espaço físico atual
- Elaborar Sistema de Acompanhamento

Projeto Estratégico 17 - Formação Continuada

- Objetivo Geral: Desenvolver ações sistemáticas que visam o desenvolvimento profissional acadêmico e pessoal da comunidade institucional.
- Objetivos Específicos
 - Implementar sistema integrado
 - Política de formação continuada docente e TA
 - Núcleo Integrado de Formação

Projeto Estratégico 18 - Ser Humano

- Objetivo Geral: Definir e garantir ações para potencializar os valores dos servidores, promovendo sua valorização e seu desenvolvimento pessoal e profissional, com vistas à qualificação da FURB na consecução de sua missão.
- Objetivos Específicos
 - Realizar diagnóstico profissional/organizacional
 - Estabelecer ações/projetos com base no resultado do diagnóstico
 - Implantar programa de endomarketing
 - Aperfeiçoar a política de avaliação de desempenho (docente e técnico-administrativo)
 - Incrementar o programa de qualidade de vida

O atendimento das metas e projetos estratégicos da FURB foi parcial, pois evidentemente o Planejamento Estratégico está em curso e seus prazos são até final de 2012. No relatório de atividades de 2007, a administração superior prestou contas à sociedade relacionando os principais resultados atingidos. Vale notar que o relatório de atividades de 2008 não foi publicado até o término deste relatório de autoavaliação. O relato das principais ações, segundo a Reitoria, está a seguir:

“O ano de 2007 foi marcado por um grande número de ações previstas e/ou inseridas no primeiro ano da gestão 2006-2010, tanto voltadas para o plano interno quanto externo. No plano interno, as ações visaram principalmente ampliar o controle de despesas e retomar o equilíbrio orçamentário e implantar a nova estrutura da administração superior. No plano externo, as ações buscaram ampliar a inserção comunitária, a reafirmação do compromisso da FURB com a comunidade regional e a ampliação de receitas alternativas decorrentes de projetos da pesquisa e extensão”.

A elaboração do Planejamento Estratégico 2008-2012 e a realização do Programa de Desenvolvimento de Dirigentes – PDD foram as principais ações desenvolvidas no plano interno. O credenciamento na Universidade Aberta da Brasil – UAB, a formalização parceria da FURB TV com o Canal Futura e a implantação do Portal de Periódicos da FURB foram as principais ações no plano externo.

Além disso, merecem destaque:

- A implantação da reforma administração superior;
- A realização da auditoria das planilhas de horas docentes;
- A implantação do sistema de alocação de horas;
- As ações anti-trote;
- A execução do Programa de Capacitação de Gestores;
- A reestruturação da Edifurb;
- A implantação da nova política de comunicação e marketing;
- A reorganização do programa de esportes;
- A definição da política de afastamento para pós-doutorado;
- A revisão do processo do contrato de matrículas;
- A implantação do Programa de Formação Institucional;
- A conclusão e entrega do Complexo Aquático e do bloco I (Campus II);
- A operacionalização do mamógrafo junto ao Hospital Santo Antônio;
- A revisão dos convênios com hospitais;
- A revisão da legislação e edital do Crédito Educativo Municipal;
- A elaboração do projeto do doutorado;

- A negociação com o supermercado Giassi visando a permuta de terreno envolvendo o Bloco M;
- A negociação com o Governo Estadual visando a devolução compensada do Campus IV;
- A reestruturação das cerimônias de colação de grau;
- A distribuição de livros da Edifurb através do Programa “Partilha do Saber”;
- A implantação do Cine FURB;
- A Campanha dos 43 anos da FURB;
- Aprovação do Manual de Comunicação Escrita Oficial;
- A criação do Comitê Gestor de Documentação;
- A revisão dos processos de licitação e implantação do leilão presencial
- A aquisição do novo sistema ERP-Pública (sistemas corporativos);
- A implantação do sistema de Acesso Autorizado por Senha ao Sistema Telefônico;
- A aprovação da Política de Utilização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- A consolidação da Praça do Estudante;
- A consolidação de Convênios com universidade da Alemanha, Suécia e Portugal;

As demais ações realizadas em relação às metas definidas podem ser conferidas também no balanço crítico, no **ANEXO G**, deste relatório.

Na pesquisa realizada pela CPA junto à comunidade universitária, esse assunto foi avaliado por professores, servidores técnico-administrativos, gestores e coordenadores.

Dentre os professores que avaliaram a operacionalização, por parte da instituição, das metas previstas no seu Planejamento Estratégico, 20,11% não opinaram pois não sabiam do assunto. Dos professores que avaliaram (79,89%), o posicionamento dos mesmos foi: 51,08% avaliaram este tópico do questionário como bom e ótimo, 42,44% optaram pela opção regular e somente 6,48% avaliaram este item do questionário como ruim ou péssimo.

Entre os servidores técnico-administrativos, 17,41% dos mesmos não se posicionaram e dentre os que avaliaram, o resultado foi: somente 0,54% ponderaram este item como ótimo, 38,91% considerou bom o atingimento das metas, 44,33% ponderaram regular e 16,22% optaram por ruim ou péssimo.

Na pesquisa com os gestores, todos responderam a esta questão e o resultado foi o seguinte: 64,52% avaliaram este tópico do questionário como bom e ótimo, 29,03% optaram por regular e somente 6,46% avaliaram este item do questionário como ruim ou péssimo.

Entre os coordenadores de cursos da FURB, 9,68% dos mesmos não se posicionaram e dentre os que avaliaram, o resultado foi o seguinte: Nenhum deles considerou ótimo ou péssimo o atingimento das metas, e entre os demais, 42,86% consideraram bom, 42,86% ponderaram regular e 14,28% optaram pela opção ruim.

O seminário de autoavaliação, entendendo que o cenário em relação a este tema está melhor na instituição, auferiu a nota 4, ao indicador alcance das metas projetadas, pontuação maior que o seminário anterior que foi 3. Em função do avanço que ocorreu nos últimos anos e dos resultados da pesquisa, descritos anteriormente, a CPA entende que esta nota é apropriada e representa bem a situação da instituição em relação a este indicador.

Quanto ao indicador **sintonia do Planejamento Estratégico com o PPP da Graduação**, relaciona-se a seguir os princípios do PPP da FURB que norteiam as ações políticas e pedagógicas da instituição.

O PPP da Graduação sistematiza os princípios que orientam o ensino de graduação, por se constituírem de proposições diretoras que referenciam o trabalho educativo na Universidade, conforme apresenta-se a seguir:

- A) O compromisso da Universidade com os interesses coletivos;
 - Justiça, equidade e respeito às diferenças.
 - Inclusão social;
 - Democratização e socialização do conhecimento;
 - Responsabilidade social e ambiental;
 - Valorização de todas as formas de vida;
- B) A formação de um aluno crítico, com independência intelectual.
- C) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

Na pesquisa realizada pela CPA junto aos professores da FURB, sobre esse tema os resultados foram os seguintes: Dos professores pesquisados, 24,71% responderam que não sabiam sobre esta relação e, portanto, não responderam. Dos professores que avaliaram (75,29%) os números apresentaram: 49,23% analisaram este tema como ótimo ou bom, 40,45% afirmaram que a sintonia apresenta-se regular e 10,32% se posicionaram entre ruim e péssimo.

Entre os gestores da Universidade observa-se que 16,13% afirmaram desconhecer esse tema. Dos que avaliaram (83,87%) nenhum deles considerou a sintonia do Planejamento Estratégico com o PPP da Graduação como sendo ótima; 34,62% opinaram como sendo boa, 46,15% considerou regular e 19,23% analisou como ruim ou péssima.

A nota do seminário de autoavaliação para a sintonia do Planejamento Estratégico com o PPP da Graduação foi 4 sendo a mesma do relatório de 2001-2005. Em função dos princípios estabelecidos no PPP e das diretrizes do Planejamento Estratégico e dos resultados da pesquisa formulada com professores e gestores, a CPA entende que a nota do seminário para este indicador é adequada.

Sobre a **sintonia do Planejamento Estratégico com as políticas de extensão, de pesquisa e pós-graduação**, nota-se que o Planejamento Estratégico da FURB possui como projeto estratégico, o projeto FURB – Qualis A que possui como objetivo geral: Consolidar a política de pesquisa e extensão, visando fortalecer os programas de pós-graduação e ampliar a produção do conhecimento e sua aplicação em benefício da comunidade como objetivos específicos:

- A) Elaborar a resolução da política de pesquisa;
- B) Revisar a política dos programas institucionais de extensão;
- C) Reformulação da pós-graduação *lato sensu*.

Na pesquisa realizada pela CPA com os gestores da instituição sobre este tema, os resultados foram: Dos gestores pesquisados, 3,23% dos mesmos não opinaram por desconhecer o assunto. Entre os que se posicionaram sobre este indicador, 76,67% consideraram a situação da FURB como ótima ou boa. Na posição regular houve uma incidência de 20% e somente 3,33% dos gestores considerou péssima ou ruim.

Entendendo que o Planejamento Estratégico prevê esta sintonia com a pesquisa, extensão e pós-graduação, o seminário de autoavaliação e a CPA

atribuíram nota 4 pra este indicador mantendo assim, a nota da avaliação anterior (2001-2005).

Sobre o indicador **relação do Planejamento Estratégico com o PPP dos cursos**, o seminário de autoavaliação e a CPA entenderam que o PPP dos cursos segue o que está estabelecido no PPP da graduação. Como descrito no indicador anterior, há sintonia entre o Planejamento Estratégico e os PPPs dos cursos de graduação. Assim sendo, entende-se que esta relação está comprovada, portanto, a nota para este indicador foi 4, sendo a mesma do período 2001-2005.

8.2 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANEJAMENTO GERAL.

Em relação ao indicador **existência de programa de avaliação institucional anterior ao SINAES**, conforme descrito na introdução dessa dimensão, esta prática já vinha ocorrendo na FURB desde 1995, com a criação do PAIURB. Dessa forma a CPA atribui valor 5 a este indicador.

Quanto ao indicador **divulgação dos resultados dos relatórios da avaliação interna para a comunidade**, a FURB, após a instauração da CPA, e a publicação do relatório de autoavaliação 2001-2005 adotou um processo formal de divulgação dos resultados da autoavaliação institucional acessível a toda a comunidade através de um link específico em seu site eletrônico. Além disso, a CPA divulga os resultados da autoavaliação em todas as Unidades da Universidade em reuniões específicas para esta finalidade além de uma apresentação formal ao Colegiado da Reitoria.

Quanto às avaliações semestrais da COMAVI, o processo de divulgação ocorre da seguinte forma: as avaliações do ensino e os relatos dos alunos são encaminhados aos docentes individualmente, via e-mail. Os coordenadores de cursos de graduação e Diretores de Centro recebem, além destes resultados, a avaliação geral do curso no que diz respeito ao ensino e infraestrutura.

No questionário realizado pela CPA, esse assunto foi avaliado pelos professores e os resultados foram os seguintes: 10,34% dos docentes não avaliaram a questão. Dos que avaliaram (89,66%), 49,36% ponderaram como bom ou ótimo, 33,65% como regular e 16,99% como ruim ou péssimo.

Na avaliação dos coordenadores, somente 3,23% deles não avaliaram este tópico do questionário. Dos que avaliaram, nenhum atribuiu o conceito ótimo, 22,33% consideraram bom, 50,00% ponderou regular e 26,67% considerou a divulgação da avaliação como ruim ou péssima.

O seminário de autoavaliação e a CPA, em função da divulgação existente ser adequada e ter avançado em relação ao período anterior, atribuíram nota 4 para esse indicador.

Em relação ao indicador **ações e mudanças como resultado do processo de avaliação interna**, o seminário de autoavaliação atribuiu também o valor 4 a este indicador, sendo este, maior que a nota do relatório anterior (2001–2005) que foi 3.

No questionário realizado pela CPA junto aos professores, o resultado foi o seguinte: 18,97% dos docentes não souberam avaliar esta questão. Dos que avaliaram (81,03%), 36,87% ponderaram como bom ou ótimo, 42,91% como regular e 20,21% como ruim ou péssimo.

Entre os funcionários técnico-administrativos os resultados foram: 14,29% responderam que não sabiam avaliar este item do questionário. Entre os que avaliaram, 34,38% ponderou como ótimo ou bom, 40,11% avaliou como regular e 25,53% consideraram as mudanças como ruim ou péssimas.

No questionário aplicado pela CPA, entre os Gestores que avaliaram este tópico (96,77%), 46,67% responderam bom ou ótimo, 36,66% regular e 16,67% analisaram como ruim ou péssimo.

Entre os alunos, 6,68% dos mesmos não avaliaram este tema. Entre os que avaliaram (93,32%), 50,55% deles consideraram este indicador como bom ou ótimo, 31,75% classificaram como regular e 17,70% definiram os conceitos ruim e péssimo.

Levando em consideração a avaliação dos participantes do seminário de autoavaliação, e os resultados dos questionários realizados, principalmente referente aos discentes, a CPA concorda com o seminário e entende que a nota 4 é adequada a este indicador.

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 8.1 Planejamento geral | | | | | | |
| 8.1.1 Sintonia entre as políticas da FURB e o contexto socioeconômico regional. | | | | | X | |
| 8.1.2 Articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional. | | | | | X | |
| 8.1.3 Articulação entre os diferentes níveis de planejamento e o planejamento geral. | | | | X | | |
| 8.1.4 Participação da comunidade universitária na elaboração do Planejamento Estratégico. | | | | | X | |
| 8.1.5 Alcance das metas projetadas. | | | | | X | |
| 8.1.6 Sintonia do Planejamento Estratégico com o PPP da graduação. | | | | | X | |
| 8.1.7 Sintonia do Planejamento Estratégico com as políticas de extensão, de pesquisa e pós-graduação. | | | | | X | |
| 8.1.8 Relação do Planejamento Estratégico com o PPP dos cursos. | | | | | X | |
| 8.2 Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento geral | | | | | | |
| 8.2.1 Existência de programa de avaliação institucional anterior ao SINAES. | | | | | | X |
| 8.2.2 Divulgação dos resultados dos relatórios da avaliação interna para a comunidade. | | | | | X | |
| 8.2.3 Ações e mudanças como resultado do processo de avaliação interna. | | | | | X | |

Planilha Avaliativa 11 - Dimensão 8

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 8:

- Articulação entre as ações da FURB e as políticas públicas de desenvolvimento regional.
- Sintonia do Planejamento Estratégico com o PPP da graduação, e com as políticas de extensão, de pesquisa e pós-graduação.
- Existência de processo interno de avaliação institucional anterior ao SINAES.
- Divulgação dos resultados do relatório de autoavaliação interna realizado pela CPA para a comunidade.
- Ações e mudanças como resultados do processo de avaliação interna.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 8:

- Inexistência do PDI documental.
- Baixa articulação ou relativa dissociação entre o Planejamento Estratégico, definido pela administração superior e os diferentes níveis de Planejamento realizados pelas Unidades, Departamentos e Colegiados.
- Baixo comprometimento de alguns gestores para o alcance de algumas metas previstas no Planejamento Estratégico.
- Pouco envolvimento da comunidade universitária no seminário de autoavaliação institucional interno, apesar da intensa divulgação pela CPA.
- Falta de conhecimento e conscientização da comunidade universitária sobre os objetivos e competências da CPA.

Recomendações da CPA:

- Melhorar a articulação e associação dos planejamentos setoriais, principalmente planos departamentais e PPPs dos cursos com o Planejamento Estratégico da Instituição.
- Promover maior articulação entre os diversos níveis de planejamento e a avaliação institucional.
- Elaborar o PDI da FURB.
- Rever continuamente as metas previstas no Planejamento Estratégico e exigir responsabilidades.
- Aumentar o envolvimento da comunidade universitária nos diversos seminários de avaliação institucional internos, convocando principalmente os Diretores de Centro, Coordenadores de Cursos, Chefes de Departamentos e representantes do Diretório Central dos Estudantes.

COMENTÁRIOS:

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço Crítico do Relatório de Autoavaliação 2001-2005.

- Definição de uma política para a pesquisa e para a pós-graduação.
- Acompanhamento das metas do Planejamento Estratégico (AGMs).
- Efetuada pesquisa de clima em 2008 (Indicador do Planejamento Estratégico Anual).
- Indicadores definidos no Planejamento Estratégico foram repassados para a Avaliação Institucional.
- Definido o posicionamento estratégico da Universidade (“Melhor Produto”).

As recomendações da CPA não atendidas e que persistem nesta autoavaliação, além das novas que foram listadas, são as seguintes:

- Pouco envolvimento da comunidade universitária nos diversos seminários de avaliação institucional internos, apesar da intensa divulgação pela CPA.
- Definição clara de um plano de marketing.
- Ausência do PDI.

CAPÍTULO 9 - POLÍTICAS DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES E EGRESSOS

Esta dimensão tem por finalidade avaliar a política da Instituição no que se refere ao atendimento dos estudantes e egressos quanto às formas de acesso, permanência, participação nas atividades acadêmicas, acesso aos dados e informações do registro acadêmico e formas de acompanhamento aos egressos.

Esta avaliação observará as categorias e indicadores definidos coletivamente, confrontados com Relatórios da Divisão de Registros Acadêmicos - DRA, Editais de Matrícula, Central de Intercâmbio, Relatórios da Coordenadoria de Apoio ao Estudante - CAE, Convênios, Resoluções e Regulamentos internos e externos e com os dados dos questionários aplicados internamente e dos diversos seminários avaliativos abertos a toda a comunidade.

9.1 POLÍTICA DE ACESSO (FORMAS DE INGRESSO, ÍNDICES DE MATRÍCULA, REINGRESSO, TRANSFERÊNCIAS EXTERNAS)

A FURB faz a divulgação de seus cursos através de meios eletrônicos, digitais e impressos. Convém destacar também a divulgação realizada através da FURB FM e Outdoors. Além disso, há ações diretas nas escolas de Ensino Médio e organização de eventos específicos para esta finalidade como é o caso do Interação FURB.

A política de recepção dos calouros, nos dois períodos de ingresso semestral, possibilita que os novos alunos conheçam a realidade da Universidade. Nesta oportunidade a CAE realiza apresentações sobre seu trabalho e as formas de apoio aos estudantes existentes na FURB.

Os processos de ingresso na graduação são regulamentados por editais que, dentre os critérios para o ingresso exige, por parte do candidato, a conclusão de Ensino Médio ou equivalente. As vagas ofertadas são agrupadas em duas grandes áreas, em função de sua natureza:

- **Vagas novas**, abertas no referido semestre, para ingresso, principalmente de alunos ditos calouros.

- **Vagas remanescentes**, oriundas de afastamentos de alunos ou da não ocupação da totalidade das vagas ofertadas na turma. Estas vagas são destinadas à outra categoria de alunos, como: transferidos, reingressantes, especiais, diplomados, etc.

As vagas novas são estabelecidas no Projeto de implantação do Curso e a sua oferta semestral é definida pela PROEN em conjunto com a Direção dos Centros e os Colegiados dos Cursos.

As vagas remanescentes são calculadas semestralmente pela DRA e encaminhadas aos Coordenadores de Colegiado de Curso, para conhecimento e base na análise das solicitações. Nos editais também estão regulamentadas estas modalidades de ingresso.

Os processos seletivos para ocupação de novas vagas compreendem: vestibular ACADEMIA, ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e Processo Seletivo Especial.

Para o preenchimento de vagas remanescentes, existem os seguintes processos: Transferência Interna, Transferência Externa, Reingresso, Reingresso com Transferência Interna, Ingresso Diplomado, Complementação de habilitação e Reopção.

É possível também o aluno ingressar nos cursos da FURB como aluno especial. Este processo não ocupa vagas legais, dependendo apenas da existência de vagas nas turmas pretendidas.

Quanto à **relação entre o número de vagas/cursos oferecidos pela FURB e a demanda existente na região (relação candidato/vaga)**, verificando-se o relatório anterior, a demanda por vagas era crescente até 2003, a partir de quando deu-se início a uma queda na procura. No período analisado do presente relatório, 2006-2008, apesar da queda em comparação aos anos anteriores a relação candidato/vaga manteve-se relativamente estável (**quadro 25, ANEXO J**), o que atribuiu ao indicador o valor 4. A redução da procura tem como um dos fatores importantes a proliferação de instituições de ensino superior em Blumenau e região.

Os **critérios de seleção e matrícula** são estabelecidos em editais próprios amplamente divulgados na mídia, revelando, portanto, uma prática bem visível e conhecida pela comunidade. Desta forma, o indicador recebeu o valor máximo, 5.

Quanto à **relação entre matrículas e as vagas oferecidas pelos cursos (dados: número de matrículas, trancamento, reingresso, transferências, número médio de alunos por turma/curso)**, a este indicador foi atribuído o valor 4, tendo em vista que os cursos em geral têm mantido a sua previsão média de matrícula anual (**ANEXO K**).

| Centro | 2006 | 2007 | 2008 |
|--------------------|------------------------|-------------|-------------|
| | Relação candidato/vaga | | |
| CCE | 1,05 | 1,25 | 0,66 |
| CCEN | 1,54 | 1,43 | 0,80 |
| CCHC | 1,35 | 1,27 | 0,87 |
| CCJ | 1,44 | 1,91 | 1,44 |
| CCS | 3,29 | 3,94 | 3,31 |
| CCSA | 0,91 | 1,51 | 0,74 |
| CCT | 1,54 | 2,00 | 1,54 |
| MÉDIA GERAL | 1,59 | 1,90 | 1,33 |

Quadro 25 - Média por centros do número de candidatos por vaga nos anos de 2006, 2007 e 2008.

Fonte: DRA

9.2 POLÍTICA DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA FURB: FINANCIAMENTO E BOLSAS DE ESTUDOS, ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL E PEDAGÓGICO E DE REORIENTAÇÃO PROFISSIONAL.

Todo acompanhamento de permanência do estudante na FURB é feito através da Coordenadoria de Apoio ao Estudante (CAE) que abrange vários programas, projetos e benefícios, já descritos no relatório de autoavaliação 2001-2005. Estes vários programas podem ser acessados pelos acadêmicos. Para ter acesso à maioria destes programas os acadêmicos devem estar aprovados no cadastro socioeconômico. Conforme já citado no relatório de autoavaliação anterior, esse cadastro objetiva identificar os acadêmicos que apresentam maior dificuldade em se manterem na Universidade, visando priorizar sua inserção em programas de apoio financeiro para pagamento das mensalidades.

Como toda instituição de ensino superior, a FURB apresenta mecanismos de seleção para ingressos de alunos nos diferentes Cursos, destacando-se principalmente o vestibular. O surgimento de outras instituições de nível superior gerou uma maior oferta de vagas na região e a redução da concorrência entre os candidatos, facilitando o ingresso na Universidade. Se por um lado ficou mais acessível a entrada nos cursos, por outro lado a permanência acabou sendo prejudicada pela dificuldade no acompanhamento de algumas disciplinas, principalmente as relacionadas às áreas exatas, como, por exemplo, Cálculo. Desta forma, nos cursos de engenharia existe um programa relacionado à matemática. Entretanto, deve ser ressaltado que esta é uma situação específica do Centro de Ciências Tecnológicas, sendo ainda incipiente nos outros centros. Em função disso o indicador **existência de programas de nivelamento de conteúdos programáticos**, manteve o valor 3.

No que se refere à **previsão de metas da FURB para os programas de apoio aos estudantes**, a única referência encontrada pela CPA foi o Planejamento Estratégico, e, seu Projeto 4 que trata do Relacionamento com o Estudante, e que apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

- Fortalecer a relação dos discentes com a universidade visando à melhoria da sua qualidade de vida.

Objetivos Específicos

- Desenvolver diagnóstico da realidade institucional
- Revisar os programas de apoio financeiro
- Desenvolver programa de ampliação de vagas de estágio, de trainee e de emprego
- Desenvolver Programa de Inclusão Universitária
- Implementar a Política de Educação Inclusiva
- Consolidar a Praça de Atendimento ao Estudante

A comunidade presente nos seminários avaliativos manteve o valor 4 a este indicador, como no relatório anterior, apesar destas metas não terem sido claramente descritas pelos gestores responsáveis, durante este seminário e o próprio setor questionado, CAE.

O indicador **proporção entre alunos inscritos nos programas de apoio aos estudantes e alunos beneficiados** se manteve com o valor 4, revelando que a FURB concede benefícios à grande parte dos alunos inscritos (quadro 26). É importante observar que o número de bolsas que aparece na tabela refere-se ao número de bolsa mês.

| Ano | Estágios não-obrigatórios (nº de alunos) | Inscritos no cadastro sócio-econômico (nº de alunos) | Bolsas Art. 170 | Bolsas FFAE | Gratuidade | Bolsas de Extensão | Bolsas de Trabalho FURB | Bolsas de Convênio – Empresa |
|------|--|--|-----------------|-------------|------------|--------------------|-------------------------|------------------------------|
| | | | 30 a 70% | 30 a 70% | | 100% | 16 a 20 créditos | 16 a 20 créditos |
| 2003 | 1.355 | 3.393 | 15.115 | 2.300 | 09 | 340 | 3.140 | 90 |
| 2004 | 966 | 3.014 | 12.000 | 5.550 | 04 | 520 | 3.333 | 80 |
| 2005 | 1.974 | 3.250 | 12.000 | 5.550 | 04 | 950 | 3.170 | 204 |
| 2006 | 1.743 | 2.992 | 12.640 | 1.160 | 04 | 1.060 | 2.660 | 210 |
| 2007 | 1.866 | 3.110 | 12.684 | 1.140 | 05 | 470 | 3.440 | 150 |
| 2008 | 1.894 | 2.434 | 9.212 | 2.710 | 04 | 390 | 3.487 | 528 |

Quadro 26 - Programas de apoio financeiro gerenciados pela CAE

Fonte: CAE

Dados do Relatório de Atividades 2006 e 2007, demonstram a relação entre os alunos inscritos no cadastro socioeconômico (soma dos dois semestres) e os estudantes beneficiados com estágios e bolsas, que tem mantido índices adequados. Em 2006 para o universo de 5.623 inscritos no cadastro socioeconômico, 3.736 estudantes tiveram algum tipo de benefício (estágios, bolsas de trabalho, bolsas de estudo, bolsas de pesquisa e bolsas de extensão). Já em 2007 para o universo de 5.475 inscritos no cadastro socioeconômico, 3.470 estudantes tiveram os mesmos benefícios. O indicador **proporção entre alunos inscritos e recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes** manteve o valor 3, pois a comunidade julgou estes valores ainda insuficientes, e não demonstrados pela CAE.

Um dos aspectos de destaque da instituição são **critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes**, que estão claramente

definidos e publicados. Também é forte a preocupação da FURB no **cumprimento dos critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes**. Portanto, estes indicadores receberam o valor máximo, 5.

A respeito do **funcionamento de programas voltados ao acompanhamento psicossocial e pedagógico aos estudantes**, ficou claro uma queda no número de atendimentos (quadro 27), devido à ausência de profissionais na CAE para esse fim, como havia anteriormente. Apesar dos esforços da CAE, que passou a utilizar intensamente a comunicação virtual (AVA e e-mail) a partir de 2004, o vínculo com os estudantes e com seu entorno é ainda pouco adequado. Diante disto, a CPA, considera que pela importância estratégica da CAE, no sentido de apoiar o estudante, para que este realmente se sinta amparado pela instituição atribui o valor de 2, a este indicador, pois houve uma regressão neste tipo de atendimento.

Devido à ausência de um psicólogo na CAE ou da presença de um programa de orientação profissional, a comunidade reunida no seminário considerou o indicador **existência de programas de orientação e encaminhamento profissional**, frágil ou inexistente, e por esta razão atribuiu-lhe o valor 1.

| Ano | Psicóloga | Assistentes Sociais e Pedagogas | Em grupo | Em oficinas |
|------|------------|---------------------------------|-----------|-------------|
| 2003 | 06 alunos | 1.130 atendimentos | - | - |
| 2004 | 136 alunos | 254 atendimentos | 39 alunos | 160 alunos |
| 2005 | 165 alunos | 437 atendimentos | 25 alunos | 183 alunos |
| 2006 | 150 alunos | 161 atendimentos | 35 alunos | 54 alunos |
| 2007 | 38 alunos | 438 atendimentos | 46 alunos | 38 alunos |
| 2008 | 14 alunos | 54 atendimentos | -- | -- |

Quadro 27 - Atendimentos realizados pela equipe técnica (Orientação Psicossocial, Trabalhos em Grupo e Oficinas)

Fonte: CAE

Além dos programas já descritos, merecem destaque ainda os programas de Estágio Interno e Bolsa de Trabalho, Estágio Curricular Não-Obrigatório e Bolsa de Pesquisa, indicadores quantitativos destes programas podem ser visualizados na Dimensão 3.

9.3 PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NAS ATIVIDADES ACADÊMICAS (EVENTOS, INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INTERCÂMBIOS, EXTENSÃO E ÓRGÃOS COLEGIADOS)

A participação dos estudantes nas atividades acadêmicas se dá através de formas diferenciadas, como os fóruns científicos, de extensão e culturais. A universidade, segundo suas próprias características, tem contribuído para o enriquecimento destas atividades tanto na comunidade universitária como regional.

Uma das atividades que tem se destacado e que apresenta um envolvimento mais direto de discentes e docentes, desde a sua organização até a sua execução é a semana acadêmica. Esta atividade costuma acontecer anualmente com temas importantes relacionados ao Curso. Outras atividades importantes são as apresentações de pesquisa e extensão, relacionadas às respectivas bolsas. A partir do ano de 2007 foram agrupados na Mostra Integrada de Pesquisa e Extensão (MIPE) onde os discentes com o apoio da instituição, têm mostrado seus trabalhos. Esta atividade tem permitido que a comunidade acadêmica tenha contato através de painéis de inúmeros trabalhos, desta forma, fomentando o interesse científico. Além disso, são convidados pesquisadores renomados, os quais apresentam através de palestras, novidades científicas bem como resultados obtidos em seus laboratórios.

A promoção da Cultura dentro de seus campi é realizada em diferentes Espaços Culturais, conforme dados obtidos no relatório de atividades 2006 e 2007, Divisão de Promoções Culturais e Eventos (DPC). No contexto destas ações da DPC observam-se eventos de artes visuais, artes plásticas, música, exposições, lançamentos de livros, apresentação de grupos artísticos, entre outros. O Festival Universitário de Teatro de Blumenau é uma referência nacional e chegou, em 2008, na sua 22ª edição. Assim, em relação ao indicador: **realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos aos estudantes** atribuiu-se o valor 4 na escala, o que demonstra ser uma prática institucionalizada e com boa visibilidade na comunidade.

Em 1998 foi criada a Assessoria de Relações Internacionais (ARI), que passou a coordenar todas as ações de parceria, na forma de convênios com instituições estrangeiras. Atualmente, a universidade mantém convênios com instituições da Europa, das Américas, da África e Ásia. O quadro 28 mostra a

mobilização dos alunos em intercâmbios. Ao indicador **relação entre os convênios de intercâmbio existentes e as ações executadas (nº de estudantes em intercâmbio)**, a comunidade presente no seminário atribuiu o valor 4. Entretanto, apesar de no ano 2008 o total de alunos ter sido maior, em comparação ao ano de 2005, na média não há diferença significativa entre os valores médios da última avaliação com a atual avaliação. Portanto, a CPA mantém o valor 3, pois este indicador ainda não apresenta um desempenho forte, as ações encontram-se ainda em processo de crescimento, embora já institucionalizada.

| Indicadores | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Alunos enviados | 22 | 7 | 5 | 12 | 12 | 21 |
| Alunos recebidos | 7 | 14 | 12 | 6 | 9 | 16 |
| Total | 29 | 21 | 17 | 18 | 21 | 37 |

Quadro 28 - Tendência da mobilização dos alunos em intercâmbios

Fonte: ARI – Assessoria de Relações Internacionais

A FURB tem mantido e ampliado eventos científico-culturais no período avaliado. Como há mais eventos o número de alunos envolvidos diretamente, por exemplo, em bolsas de iniciação científica, ou em grupos de teatro, vem aumentando. Entretanto, não se tem registro formal da participação de alunos que, vem apreciar estes eventos, ou seja, não existem mecanismos para confirmar o número de estudantes presentes nas apresentações. Segundo a comunidade acadêmica presente no seminário o indicador **participação dos alunos nos eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos promovidos e organizados pela FURB (nº de alunos participantes e de eventos realizados)** o valor deve se manter em 3, pois constata-se que, em média é baixo o índice de alunos participantes nestes eventos.

É visível também na Instituição a **presença de espaços para representação dos alunos em órgãos da Universidade**. Analisando-se os documentos internos, o estatuto e o Regimento da Universidade, verificou-se que esta representatividade é garantida em todos os conselhos, departamentos, colegiados e, em geral na grande maioria das comissões. Por esta evidência, este indicador recebeu o valor 5.

9.4 ACOMPANHAMENTO AOS EGRESSOS

Todo o processo de acompanhamento aos egressos já foi exposto no relatório de autoavaliação 2001-2005. O relacionamento da Universidade com o seu egresso se dá através de um portal onde a instituição mantém um canal de comunicação permanente com os alunos egressos da graduação, oferecendo benefícios e vantagens para reatar ou manter o vínculo com a Universidade.

Entre os benefícios e as vantagens podem ser citados, o acesso ao acervo da Biblioteca Central, desconto para cursar especializações ofertadas pela FURB, desconto nas mensalidades dos cursos do Laboratório de Línguas da Universidade, desconto nos cursos seqüenciais da FURB, informativos. Todos os procedimentos necessários para realizar o cadastramento e receber o cartão de identificação do ex-aluno estão descritos no site www.furb.br/exalunos.

Em vista desse procedimento de contato contínuo com o ex-aluno a CPA atribuiu o valor 4 ao indicador, **disponibilidade de canais de comunicação sistemática com os egressos**.

É visível também na FURB, **a oferta de cursos e atividades voltados para a formação continuada dos egressos**. Um indicativo disso é o aumento no número de alunos nos cursos seqüenciais e de pós-graduação razão pela qual a este indicador foi atribuído o valor 4.

9.5 POLÍTICA DE ACESSO DOS ESTUDANTES AOS DADOS, ÀS INFORMAÇÕES E AOS REGISTROS ACADÊMICOS: GUIAS, AGENDAS, EDITAIS, CONVÊNIOS, E-MAIL, SITES, ALOJAMENTOS, LEGISLAÇÃO ACADÊMICA, ETC

Conforme já citado também no último relatório de autoavaliação, a FURB disponibiliza, junto ao site institucional, o Portal Acadêmico onde o estudante acessa à informações como: Apoio ao Estudante, Guia Acadêmico, Ambiente Virtual de Aprendizagem, Serviços On-line, Bibliotecas, Formados e Formandos e Classificados. Em Serviços On-line o acadêmico poderá consultar notas, histórico, situação financeira, impressões, etc. Além disso, o referido site (www.furb.br) possibilita acesso a editais, convênios e legislação acadêmica.

Na Praça de Atendimento, localizada no Bloco A do Campus I, o estudante poderá obter documentos impressos relacionados à sua vida acadêmica e a Divisão de Registro Acadêmico (DRA), que gerencia as informações da graduação, presta esclarecimentos adicionais sobre sua área de atuação, através do e-mail dra@furb.br.

Pelas razões expostas, os indicadores, **oferta de serviços de informação específica ao aluno: estágios, alojamentos, transporte, informações acadêmicas, biblioteca, senhas para acesso a sites e e-mail, editais e outros;** e **disponibilidade de informações sobre legislação acadêmica,** receberam o valor máximo, 5.

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9.1 Política de acesso (formas de ingresso, índices de matrícula, reingresso, transferências externas). | | | | | | |
| 9.1.1 Relação entre o número de vagas/cursos oferecidos pela FURB e a demanda existente na região (relação candidato/vaga). | | | | | X | |
| 9.1.2 Critérios de seleção e matrícula. | | | | | | X |
| 9.1.3 Relação entre matrículas e as vagas oferecidas pelos cursos (dados: número de matrículas, trancamento, reingresso, transferências, número médio de alunos por turma/curso). | | | | | X | |
| 9.2 Política de permanência dos estudantes na FURB: financiamento e bolsas de estudos, acompanhamento psicossocial e pedagógico. | | | | | | |
| 9.2.1 Existência de programas de nivelamento de conteúdos programáticos. | | | | X | | |
| 9.2.2 Previsão de metas da FURB para os programas de apoio aos estudantes. | | | | | X | |
| 9.2.3 Proporção entre alunos inscritos nos programas de apoio aos estudantes e alunos beneficiados. | | | | | X | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9.2.4 Proporção entre alunos inscritos e recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes. | | | | X | | |
| 9.2.5 Critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes. | | | | | | X |
| 9.2.6 Cumprimento dos critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes. | | | | | | X |
| 9.2.7 Funcionamento de programas voltados ao acompanhamento psicossocial e pedagógico aos estudantes. | | | X | | | |
| 9.2.8 Existência de programas de orientação e encaminhamento profissional. | | X | | | | |
| 9.3 Participação dos estudantes nas atividades acadêmicas (eventos, iniciação científica, intercâmbios, estágios, extensão e órgãos colegiado). | | | | | | |
| 9.3.1 Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos aos estudantes. | | | | | X | |
| 9.3.2 Relação entre os convênios de intercâmbio existentes e as ações executadas (nº de estudantes em intercâmbio). | | | | X | | |
| 9.3.3 Participação dos alunos nos eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos promovidos e organizados pela FURB (nº de alunos participantes e de eventos realizados). | | | | X | | |
| 9.3.4 Presença de espaço para representação dos alunos em órgãos da Universidade. | | | | | | X |
| 9.4 Acompanhamento aos egressos. | | | | | | |
| 9.4.1 Disponibilidade de canais de comunicação sistemática com os egressos. | | | | | X | |
| 9.4.2 Oferta de cursos e atividades voltados para a formação continuada dos egressos. | | | | | X | |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|---|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9.5 Política de acesso aos dados, às informações e aos registros acadêmicos. | | | | | | |
| 9.5.1 Oferta de serviços de informação específica ao aluno: estágios, alojamentos, transporte, informações acadêmicas, biblioteca, senhas para acesso a sites e e-mail, editais e outros. | | | | | | X |
| 9.5.2 Disponibilidade de informações sobre legislação acadêmica. | | | | | | X |

Planilha Avaliativa 12 – Dimensão 9

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 9:

- Critérios de seleção e matrícula.
- Oferta em alguns cursos, nas áreas tecnológicas, de programas de nivelamento de conteúdos programáticos, principalmente no que se refere a cálculo.
- Previsão de metas e presença de mecanismos para os programas de apoio aos estudantes (cadastro sócio-econômico, editais, critérios para concessão de bolsas, atendimento através do AVA...).
- Cumprimento dos critérios para a seleção dos inscritos em programas de apoio aos estudantes.
- Realização de eventos científicos, culturais, técnicos e artísticos aos estudantes.
- Presença de espaço para representação dos alunos em órgãos da Universidade.
- Disponibilização através do site da FURB de informações para alunos e ex- alunos em todas as instâncias, desde legislação até banco de dados para pesquisa.
- Manutenção do número de alunos beneficiados nos programas de apoio aos estudantes.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 9:

- Ausência de programas de nivelamento de conteúdos programáticos.
- Proporção entre alunos inscritos e recursos disponíveis nos programas de apoio aos estudantes.
- Faltam profissionais para atendimento psicológico, e orientação e encaminhamento profissional aos alunos e programas de orientação profissional, além de assistentes sociais.
- Apesar de já instituída a Assessoria de Relações Internacionais ainda é pequeno o número de alunos em intercâmbio.
- Faltam mecanismos para verificar a participação de alunos em eventos científico-culturais.
- Falta de dados de forma organizada, relacionados ao montante destinado para cada tipo de bolsa.

Recomendações da CPA:

- Ampliar os programas de permanência do estudante na Universidade.
- Intensificar a divulgação dos eventos científico-culturais.
- Sensibilizar os estudantes na participação mais significativa nos conselhos e comissões.
- Propiciar maior interação com os egressos.
- Promover maior divulgação, esclarecer a Coordenadoria dos Cursos, bem como disponibilizar meios para que os alunos possam buscar um intercâmbio com instituições internacionais.
- Deixar transparente aos Coordenadores de Cursos, a justificativa relacionada à questão financeira, para que o mesmo possa contribuir e evitar a evasão escolar.

COMENTÁRIOS:

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço Crítico do Relatório de Autoavaliação 2001-2005.

- Elaboração de propostas de programas para auxílio ao estudante para diminuir a evasão escolar.
- Elaboração de um programa para as Licenciaturas, com o objetivo de resolver a baixa relação matrícula x vaga.
- Presença de um programa encaminhamento e acompanhamento de estágios não obrigatórios.

As recomendações da CPA não atendidas e que persistem nesta autoavaliação, além das novas que foram listadas, são as seguintes:

- Ausência de clareza em relação às definições, atribuições e planejamento da CAE pela Universidade.
- Falta definir uma política de apoio ao estudante.
- Ampliar os programas de permanência do estudante além das questão econômicas.
- Sensibilizar os estudantes na participação mais significativa nos conselhos e comissões.

- Propiciar uma maior interação com os egressos.

CAPÍTULO 10 - SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A avaliação desta dimensão no período 2006 a 2008 evidencia que a FURB possui uma adequada política e estrutura orçamentária de administração financeira e contábil e apresentou uma condição financeira que pode ser considerada sustentável, pois a maioria dos indicadores obtiveram avaliações altas no seminário de autoavaliação (Nível 4 e 5), e os dados financeiros – em sua maioria - demonstram a solidez da Universidade, apesar de a Instituição ter grandes desafios nesta área.

10.1. POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA

A FURB é uma instituição de caráter público (municipal) assim sendo, é obrigada a se adequar à legislação inerente à Contabilidade pública e é controlada pelo Tribunal de conta do Estado de Santa Catarina.

Em relação ao indicador **compatibilidade entre diretriz orçamentária e planejamento estratégico**, a avaliação no seminário passou do valor 2, para o valor 4, em função de que nos períodos anteriores o orçamento não levava em conta o Planejamento Estratégico da Instituição. A atual gestão realizou um novo Planejamento e a partir desse, as diretrizes orçamentárias são definidas juntamente com o Planejamento Estratégico. Segundo observações no seminário de autoavaliação, o desafio da instituição é realizar, inclusive, os orçamentos da Administração setorial em função do Planejamento Estratégico, que atualmente – na maioria dos casos - não é feito.

Sobre a **compatibilidade entre diretriz orçamentária e orçamento**, os presentes no seminário de autoavaliação elevaram a nota deste indicador para 5, e a CPA concorda com este valor, pois sendo uma Instituição pública, a FURB é obrigada, por lei, a realizar todos os anos um plano de diretrizes orçamentária de dois anos que deve ser encaminhado à Câmara de vereadores após a aprovação nos conselhos superiores da Instituição. O orçamento é realizado totalmente em função das diretrizes orçamentárias pré-estabelecidas nas diretrizes orçamentárias.

Em relação ao **equilíbrio entre previsão orçamentária e ações realizadas, o seminário de autoavaliação manteve o valor deste indicador em 4.** A CPA entende que esta nota se justifica em função do nível de acerto e ou pequeno desvio do orçamento realizado em relação ao orçamento projetado, como pode ser analisado no quadro 29.

| Ano | Orçamento realizado | Orçamento projetado | Total de orçamentos realizados / Total de orçamentos projetados |
|------|---------------------|---------------------|---|
| 2006 | 116.397.520 | 107.867.467 | 1,079 |
| 2007 | 112.973.507 | 113.757.574 | 0,993 |
| 2008 | 117.124.109 | 116.456.313 | 1,005 |

Quadro 29 – Despesas: Orçamento realizado / Orçamento projetado
Fonte: COPLAN

A FURB conseguiu nesse período uma realização orçamentária razoável das despesas – que remuneram as ações realizadas – em função da previsão orçamentária (orçamento projetado). Em 2006, o que a Instituição gastou além do projetado foi de 7,9%, o que pode ser considerado uma diferença alta, considerando-se um orçamento de uma instituição pública, porém, em 2007 e 2008 o desvio não chegou a 1%, o que pode ser considerado um resultado excelente, num orçamento de mais de 110 milhões de reais.

A peça orçamentária da FURB de um modo geral e na totalidade orçamentária é construída em função das perspectivas econômicas e de inflação, da análise de cenários realizada pela Coordenadoria de Planejamento - COPLAN e do Planejamento Estratégico da Instituição. A partir dessa definição geral, o orçamento é definido pelas Unidades Universitárias (Centros) e pelos Departamentos dos cursos de graduação. Depois dessa deliberação das Unidades Universitárias, o orçamento é discutido nas Unidades de Gestão da Universidade que estão ligadas às Pró-Reitorias. O mesmo é finalizado pela Reitoria da FURB e pela COPLAN. Antes de ser concluído o tramite, o orçamento deve ser aprovado pelo Conselho de Administração - CONSAD, que é composto por representantes dos professores, funcionários Técnico-administrativos, alunos e comunidade externa.

Quanto à **participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento**, como descrito anteriormente, várias pessoas participam do processo,

seja na elaboração ou na aprovação da peça orçamentária no CONSAD. Desta forma a CPA entende que este processo já é uma prática institucionalizada e definiu o valor 4 para este indicador.

10.2. POLÍTICA DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS.

Em relação à **previsão orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão** o quadro 30 demonstra as contas relacionadas a estas áreas, entendendo, que na FURB, cultura está inserida na rubrica Extensão.

| Ano | Orçamento projetado para ensino | % para ensino | Orçamento projetado para pesquisa | % para pesquisa | Orçamento projetado para extensão | % para extensão | Orçamento projetado para gestão | % para gestão | Orçamento projetado |
|------|---------------------------------|---------------|-----------------------------------|-----------------|-----------------------------------|-----------------|---------------------------------|---------------|---------------------|
| 2001 | 23.739.640 | 35,94 | 2.508.758 | 3,80 | 2.039.353 | 3,09 | 37.773.224 | 57,18 | 66.060.975 |
| 2002 | 24.778.495 | 28,37 | 2.538.416 | 2,91 | 2.454.811 | 2,81 | 57.575.517 | 65,92 | 87.347.239 |
| 2003 | 37.590.456 | 39,03 | 3.419.946 | 3,55 | 3.412.520 | 3,54 | 51.887.732 | 53,88 | 96.310.654 |
| 2004 | 40.756.606 | 41,01 | 3.506.821 | 3,53 | 3.690.645 | 3,71 | 51.433.078 | 51,75 | 99.387.150 |
| 2005 | 43.099.746 | 43,76 | 3.005.993 | 3,05 | 2.572.460 | 2,61 | 49.808.245 | 50,57 | 98.486.444 |
| 2006 | 46.422.313 | 43,04 | 3.305.664 | 3,06 | 2.782.246 | 2,58 | 55.357.244 | 51,32 | 107.867.467 |
| 2007 | 51.254.873 | 45,06 | 3.132.190 | 2,75 | 2.785.759 | 2,45 | 56.584.752 | 49,74 | 113.757.574 |
| 2008 | 51.537.902 | 44,26 | 5.272.021 | 4,53 | 3.319.334 | 2,85 | 56.327.056 | 48,37 | 116.456.31 |

Quadro 30 – Orçamentos projetados para Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão.

Fonte: COPLAN

Percebe-se pelos números relativos apresentados no quadro acima, que as previsões orçamentárias para o ensino aumentaram sucessiva e consideravelmente, provavelmente influenciadas pela maior participação da folha salarial dos docentes. As previsões para pesquisa, extensão e cultura pouco tem se alterado e o aumento das previsões para o ensino são compensadas pela previsão de queda no orçamento para a gestão.

O valor do seminário de autoavaliação para este indicador se manteve em 5, mostrando que os participantes do referido evento consideram que esta política na FURB é excelente, o que a CPA concorda.

Quanto ao indicador **diversificação das fontes de captação de recursos**, o quadro 31 demonstra as receitas com mensalidades dos alunos (receita oriunda dos alunos de graduação, pós-graduação, ensino médio e outras) e as demais receitas da Instituição.

| Anos | Receitas com mensalidades | % receitas com Mensalidades | Outras fontes de receitas | % fontes de outras receitas | Total das receitas |
|-------------|----------------------------------|------------------------------------|----------------------------------|------------------------------------|---------------------------|
| 2001 | 46.154.810 | 65,92 | 23.861.060 | 34,08 | 70.015.870 |
| 2002 | 53.032.845 | 53,53 | 46.038.093 | 46,47 | 99.070.938 |
| 2003 | 59.513.647 | 62,51 | 35.687.545 | 37,49 | 95.201.192 |
| 2004 | 66.089.897 | 70,09 | 28.208.133 | 29,91 | 94.298.030 |
| 2005 | 71.215.764 | 68,84 | 32.232.887 | 31,16 | 103.448.651 |
| 2006 | 75.093.758 | 67,74 | 35.758.262 | 32,26 | 110.852.020 |
| 2007 | 77.466.405 | 73,74 | 27.586.841 | 26,26 | 105.053.246 |
| 2008 | 81.507.662 | 67,39 | 39.439.896 | 32,61 | 120.947.558 |

Quadro 31 – Fontes de captação de recursos.

Fonte: COPLAN

Observando os dados, percebe-se que em 2008, a atual gestão conseguiu reduzir significativamente o percentual das receitas com mensalidades (de 73,74% para 67,39%) em relação ao total das receitas, no entanto se for considerado a média dos períodos, fica perceptível uma piora neste cenário. Nos anos de 2001 a 2005 a média das receitas com mensalidades era de 64,17% ao ano, enquanto que de 2006 a 2008 esta média anual subiu para 69,62% do total das receitas da FURB, portanto um acréscimo médio anual de mais de 5%.

Além disso, observa-se uma informação preocupante para a Instituição em função desta predominância da receita com as mensalidades dos alunos de graduação. O número médio de alunos por curso teve significativa redução sendo que de 2006 a 2008 a queda representou 7,14%. Neste período, não houve a abertura de novos cursos.

| Ano | Nº de Alunos / Graduação | Nº de Cursos / Graduação | Nº de Alunos / Nº de Cursos |
|------|-----------------------------|-----------------------------|--------------------------------|
| 2006 | 13.320 | 37 | 360 |
| 2007 | 12.822 | 37 | 347 |
| 2008 | 12.442 | 37 | 336 |

Obs.: Desconsiderou-se os cursos seqüenciais e os ministrados por outras Instituições

Quadro 32 - Nº médio de alunos matriculados na graduação

Fonte: COPLAN

Na realidade, este cenário piorou, pois os dados demonstram um alto grau de dependência da receita em relação às mensalidades dos alunos, o que pode ser considerado como elemento crítico, principalmente tendo em vista que esta dependência aumentou em relação ao período avaliado entre 2001 e 2005. O seminário de autoavaliação manteve o valor deste indicador em 2, demonstrando que esta situação está ruim e sem melhoria em relação à avaliação anterior.

Sobre a **distribuição de recursos entre as diversas rubricas orçamentárias**, as informações da Instituição estão relacionadas nos quadros 33 e 34.

| ESPECIFICAÇÃO | 2006 | % 2006 | 2007 | % 2007 | 2008 | % 2008 |
|---|---------------|-----------|---------------|-----------|---------------|-----------|
| Pessoal e Encargos Sociais | 68.648.510,49 | 58,98 | 70.689.787,41 | 62,57 | 73.119.118,02 | 62,43 |
| Juros e Enc. da Dívida | 3.696.299,85 | 3,18 | 2.847.797,00 | 2,52 | 2.695.367,15 | 2,30 |
| Bolsas de Estudo | 8.673.072,93 | 7,45 | 7.726.321,33 | 6,84 | 8.049.859,76 | 6,87 |
| Material de Consumo | 2.198.459,21 | 1,89 | 1.988.694,91 | 1,76 | 2.083.123,58 | 1,78 |
| Passagens e Despesas Locomoção | 1.161.986,53 | 1,00 | 842.897,31 | 0,75 | 885.339,14 | 0,76 |
| Outros Serv. Terc. Pessoa Física | 2.414.986,99 | 2,07 | 2.123.376,24 | 1,88 | 2.341.635,69 | 2,00 |
| Outros Serv. | 15.790.602,70 | 13,57 | 16.327.122,51 | 14,45 | 17.606.269,21 | 15,03 |

| | | | | | | |
|--------------------------------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|-----------------------|---------------|
| Terc.Pes. Jurídicas | | | | | | |
| Outras Desp. Correntes | 1.147.376,13 | 0,99 | 754.609,34 | 0,67 | 1.203.273,24 | 1,03 |
| Obras e Instalações | 7.464.234,70 | 6,41 | 3.630.969,82 | 3,21 | 2.854.287,92 | 2,44 |
| Equipamento e Mat. Permanente | 1.819.999,78 | 1,56 | 2.087.842,74 | 1,85 | 2.563.328,05 | 2,19 |
| Aquisição de Imóveis | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização de Dívidas | 3.381.991,51 | 2,91 | 3.954.089,14 | 3,50 | 3.722.508,05 | 3,18 |
| TOTAL | 116.397.520,82 | 100,00 | 112.973.507,75 | 100,00 | 117.124.109,81 | 100,00 |

Quadro 33 - Despesas realizadas por natureza

Fonte: COPLAN

| Ano | Investimento realizado | Investimento orçado | Realizado/Orçado |
|--------------|-------------------------------|----------------------------|-------------------------|
| 2006 | 714.473 | 799.999 | 0,89 |
| 2007 | 585.278 | 799.999 | 0,73 |
| 2008 | 469.091 | 600.000 | 0,78 |
| Total | 1.768.842 | 2.199.998 | 0,80 |

Quadro 34 - Gastos com aquisição de material bibliográfico

Fonte: COPLAN

Os dados apresentados no período 2006 a 2008 demonstram algumas tendências que se afirmam na FURB, como: a instituição está aumentando seus gastos em pessoal, pois se for somado às contas: pessoal e encargos sociais e outros serviços terceiros pessoas físicas, há um aumento de 61% para 64,4% do total dos recursos o que representa, R\$ 4.397.256,23 em valores absolutos.

Os gastos com a manutenção da Universidade também possuem a tendência de aumento, pois somando as contas: material de consumo, Passagens e despesas de locomoção e Outros serviços pessoa jurídica que se relaciona ao pagamento de empresas de segurança, limpeza, telefone, energia, hospedagem e outros, o total aumentou de 16,46% para 17,57% do somatório das despesas, representando um aumento de R\$ 1.423.683,49.

Os investimentos apresentaram queda significativa no período, pois se for adicionado as contas Obras e instalações e equipamentos e material permanente observa-se uma diminuição de 7,97% para 4,63% do total das despesas o que representa R\$ 3.866.618,51. Observa-se também que nestes anos não houve aquisição de imóveis.

Outra tendência é a redução das transferências em relação à dívida da FURB, pois o percentual caiu de 6,09% para 5,48% se for considerado as contas Juros e encargos da dívida e amortização de dívidas.

Quanto ao investimento realizado em aquisição de material bibliográfico, observa-se uma diminuição considerável dos recursos direcionados para essa conta. De 2006 a 2008 a queda foi de R\$ 245.382,00, o que em termos relativos representa diminuição de 65% do total investido em 2006.

No entendimento do seminário de auto-avaliação e da CPA, a distribuição de recursos entre as diversas rubricas orçamentárias na FURB está bem distribuída, assim sendo, a avaliação se manteve em 4.

10.3. POLÍTICA DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Em relação ao indicador **execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão**, os dados da FURB estão no quadro 35.

| Ano | Orçamento realizado para ensino | % orçamento para o ensino | Orçamento realizado para pesquisa | % orçamento para pesquisa | Orçamento realizado para extensão | % orçamento para extensão | Orçamento para a gestão | % Orçamento para Gestão |
|------|---------------------------------|---------------------------|-----------------------------------|---------------------------|-----------------------------------|---------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 2001 | 28.413.445 | 41,90 | 1.764.837 | 2,60 | 1.763.488 | 2,60 | 35.864.232 | 52,89 |
| 2002 | 36.821.519 | 44,61 | 2.675.825 | 3,24 | 2.434.081 | 2,95 | 40.615.334 | 49,20 |
| 2003 | 39.387.854 | 43,49 | 2.401.707 | 2,65 | 2.769.415 | 3,06 | 46.010.034 | 50,80 |
| 2004 | 42.682.888 | 44,50 | 3.096.391 | 3,23 | 2.644.103 | 2,76 | 47.490.584 | 49,51 |
| 2005 | 46.035.894 | 45,00 | 3.604.916 | 3,52 | 2.419.212 | 2,36 | 50.242.521 | 49,11 |
| 2006 | 52.081.201 | 44,74 | 3.477.217 | 2,99 | 2.749.743 | 2,36 | 58.089.359 | 49,91 |
| 2007 | 53.059.201 | 46,97 | 3.992.698 | 3,53 | 2.587.457 | 2,29 | 53.334.151 | 47,21 |
| 2008 | 55.556.148 | 47,43 | 4.317.158 | 3,69 | 3.062.653 | 2,61 | 54.188.150 | 46,27 |

Quadro 35 - Execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão e gestão

Fonte: COPLAN

O valor atribuído ao indicador execução orçamentária para as áreas institucionais de ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão no Seminário de autoavaliação foi mantido em 4.

Assim como no quadro das previsões orçamentárias, nota-se pelos números relativos apresentados no quadro 35 que as execuções orçamentárias para o ensino aumentaram sucessiva e consideravelmente. No período desta avaliação o aumento foi de 2,69% o que representa aproximadamente R\$ 3,5 milhões. As despesas relacionadas à Pesquisa aumentaram – entre 2006 e 2008 – em 0,7% o que contabiliza um aumento de aproximadamente R\$ 800 mil e para a extensão que engloba também a cultura houve pequena elevação de 0,25% que representou elevação de quase R\$300 mil.

Analisando os dados, percebe-se claramente que entre 2006 e 2008 a FURB aumentou os recursos destinados à sua atividade fim, que é ensino, pesquisa e extensão, representando no total um aumento de 3,64% o que representa um acréscimo absoluto de quase R\$ 3,5 milhões para estas áreas.

Evidentemente, este aumento para as atividades fins foram possíveis em função da diminuição do percentual (3,64%) das despesas direcionadas à gestão da Universidade (atividades meio).

Quanto ao indicador **adequação entre as necessidades do ensino, pesquisa e extensão e a manutenção e conservação do espaço físico** a nota do seminário de autoavaliação para o período 2006-2008 se manteve em 4, portanto, adequada no entender dos mesmos.

Na pesquisa que a CPA realizou com os alunos da FURB sobre a adequação do espaço físico às atividades de ensino, dos que se posicionaram (97,56%), 58,48% afirmaram que a situação está ótima ou boa, 28,88% consideraram regular e 12,54% ponderaram entre ruim e péssima.

Na avaliação dos alunos quanto à adequação do espaço físico às atividades de extensão, 22,2% dos mesmos responderam que não sabiam ou desconheciam essa realidade. Evidentemente esse número se dá em função de que os mesmos não participam destas atividades. Entre os que avaliaram, 56,76% afirmaram que a situação está ótima ou boa, 32,34% consideraram regular e 10,71% ponderaram entre ruim e péssima.

Quanto à adequação do espaço físico às atividades de pesquisa, 20,22% dos alunos não avaliaram esta questão. Dentre os que avaliaram, 60,87% afirmaram que a situação está ótima ou boa, 28,69% consideraram regular e 10,44% ponderaram entre ruim e péssima.

Quanto à manutenção e conservação do espaço físico, objeto principal deste item de avaliação, os alunos que se posicionaram (98,08%) se manifestaram da seguinte forma: 65,34% afirmaram que a situação está ótima ou boa, 25% consideraram regular e 9,66% ponderaram entre ruim e péssima.

Na pesquisa que a CPA realizou com os professores da FURB sobre a adequação do espaço físico às atividades de ensino, 66,96% dos mesmos afirmaram que em relação a esta questão, a realidade da FURB está ótima ou boa, 26,16% consideraram regular e 6,9% ponderaram entre ruim e péssima.

Quanto à adequação do espaço físico às atividades de pesquisa, 18,39% dos professores não avaliaram esta questão, provavelmente por não realizarem atividades de pesquisa. Dentre os que avaliaram, 52,11% afirmaram que a situação está ótima ou boa, 33,09% consideraram regular e 14,8% ponderaram entre ruim e péssima.

Na avaliação dos professores quanto à adequação do espaço físico às atividades de extensão, 27,3%, ou seja, quase um terço dos mesmos respondeu que não sabiam ou desconheciam essa realidade evidenciando que os mesmos não participam destas atividades na Universidade. Entre os que avaliaram, 56,13% afirmaram que a situação está ótima ou boa, 31,62% consideraram regular e 12,25% ponderaram entre ruim e péssima.

Quanto à manutenção e conservação do espaço físico, tema principal deste item de avaliação, os professores da FURB que responderam (100%) se posicionaram da seguinte maneira: 77,59% afirmaram que a situação está entre ótima ou boa. Para 19,25% dos mesmos a avaliação foi regular e somente 3,16% ponderaram entre ruim e péssima.

Sendo assim, se for considerado os números obtidos entre os alunos e professores que avaliaram este indicador, a aprovação – ótimo ou bom – está entre 60 e 70% o que a CPA entende ser um bom índice, portanto, o valor 4 é adequado.

Em relação ao indicador **investimentos na ampliação do espaço físico de acordo com as demandas projetadas no planejamento estratégico** a nota do seminário de auto-avaliação e da CPA entre 2006 e 2008 foi 4, sendo igual à nota do

período de 2001 a 2005, sendo, portanto boa no entender dos participantes do evento.

Em gastos com obras e instalações, o total investido entre 2006 a 2008 completou R\$13.949.490,00, que corresponde a 71,16% acima do orçamento previsto para o período que era de R\$ 8.150.001,00.

O valor médio anual em Gastos com Obras e Instalações contabilizou R\$ 4.649.830,00 que representa 4,14% da média da receita anual do período, no entanto, percebe-se que de 2006 a 2008 houve grande diminuição nestes gastos. De 2006 para 2007 a queda foi de 51,35% e de 2007 a 2008 a diminuição foi de 21,4%.

| Ano | Investimento realizado | Investimento orçado | Realizado/Orçado |
|--------------|-------------------------------|----------------------------|-------------------------|
| 2006 | 7.464.234 | 3.200.000 | 2,33 |
| 2007 | 3.630.969 | 3.050.001 | 1,19 |
| 2008 | 2.854.287 | 1.900.000 | 1,50 |
| Total | 13.949.490 | 8.150.001 | 1,71 |

Quadro 36 - Gastos com obras e instalações

Fonte: COPLAN

Na pesquisa que a CPA fez com os gestores da FURB sobre a ampliação do espaço físico articulado com as metas do Planejamento estratégico somente 3,23% dos entrevistados não opinaram sobre este tema. Dos que responderam (96,77%), 40% dos mesmos afirmaram que em relação a este ponto, a realidade da FURB está ótima ou boa. Para 46,66% dos gestores, os investimentos em espaço físico são regulares e 13,33% consideraram os investimentos ruins ou péssimos.

Portanto, se forem considerados os números obtidos entre os gestores que avaliaram a ampliação do espaço físico articulado com as metas do planejamento estratégico, a avaliação ruim e péssima não chega a 15%, sendo assim, a CPA entende que o valor 4 atribuído a este indicador no seminário é adequado.

10.4. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS: DESENVOLVIMENTO, CAPACITAÇÃO, SALÁRIOS, CARREIRA, BENEFÍCIOS E OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Quanto ao indicador **cumprimento das obrigações trabalhistas**, o valor do seminário de auto-avaliação foi mantido em 5. As informações sobre este tema estão no quadro 37:

| Anos | Multas trabalhistas | Total da folha | Multas trabalhistas/ |
|------|---------------------|----------------|-----------------------------|
| | | | Total da folha de pagamento |
| 2001 | 0 | 37.195.363,00 | 0 |
| 2002 | 0 | 50.789.554,00 | 0 |
| 2003 | 0 | 51.267.245,00 | 0 |
| 2004 | 0 | 57.007.407,00 | 0 |
| 2005 | 0 | 62.020.363,00 | 0 |
| 2006 | 0 | 68.648.510,00 | 0 |
| 2007 | 0 | 70.689.787,00 | 0 |
| 2008 | 0 | 73.119.118,00 | 0 |

Quadro 37 - Multas trabalhistas / Total da folha

Fonte: DGDP

Como no período de 2001 a 2005 a FURB, apesar do orçamento e do número de servidores, entre 2006 e 2008 também não teve nenhuma multa trabalhista, portanto, a CPA entende que a avaliação do seminário (5) está adequada.

Em relação ao indicador **pontualidade no pagamento de salários nos últimos seis meses**, a nota do seminário de auto-avaliação realizado pela CPA na FURB foi 5, idêntica a avaliação do seminário de 2001 a 2005. Os indicadores referentes a este tema estão no quadro 38:

| Anos | Dias de atraso | Total da folha |
|------|----------------|----------------|
| 2001 | 0 | 37.195.363,00 |
| 2002 | 0 | 50.789.554,00 |
| 2003 | 0 | 51.267.245,00 |
| 2004 | 0 | 57.007.407,00 |
| 2005 | 0 | 62.020.363,00 |
| 2006 | 0 | 68.648.510,00 |
| 2007 | 0 | 70.689.787,00 |
| 2008 | 0 | 73.119.118,00 |

Quadro 38 - Dias de atraso do pagamento salarial / 5º dia útil

Fonte: DGDP

A exemplo das multas trabalhistas que não aconteceram, na FURB, no período avaliado também não ocorreram atrasos de salários, o que sustenta a avaliação máxima do seminário de autoavaliação.

Quanto ao indicador **comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente**, a CPA entende que o valor para este indicador deva ser 3. Sobre esse assunto, os dados da FURB estão no quadro 39:

| Anos | Despesas com pessoal e encargos sociais | Receitas correntes | Despesas com pessoal / Receitas correntes |
|------|---|--------------------|---|
| 2001 | 37.195.363 | 67.582.714 | 0,550 |
| 2002 | 50.789.554 | 96.242.365 | 0,528 |
| 2003 | 51.267.245 | 89.637.832 | 0,572 |
| 2004 | 57.007.407 | 94.298.030 | 0,605 |
| 2005 | 62.020.363 | 99.765.918 | 0,622 |
| 2006 | 68.648.510 | 107.621.162 | 0,637 |
| 2007 | 70.689.787 | 105.053.246 | 0,672 |
| 2008 | 73.119.118 | 115.864.274 | 0,631 |

Quadro 39 - Despesas com pessoal / Receitas correntes

Fonte: COPLAN

Como pode ser percebido pelos números apresentados no quadro 39 que define a razão entre as despesas com pessoal e receitas correntes, os índices da FURB normalmente não ultrapassam a barreira de 65%, à exceção do ano de 2007, quando alcançou 67,2%.

Embora não ultrapasse o limite definido, a CPA entende que a situação da FURB em relação a este tema é delicada. O ponto preocupante está na relação entre despesas com pessoal, pelo regime de competência, e as receitas. No período considerado, a participação dos custos com pessoal, obteve uma média de 64,67% em relação às receitas correntes. Este alto índice compromete as possibilidades de custeio e de investimentos da instituição. Um dado positivo foi a queda relativa das despesas com pessoal de 2007 para 2008 de 67,3% para 63,1% das receitas correntes, muito embora o valor absoluto tenha aumentado de R\$ 70.689.787 para R\$ 73.119.118.

O valor médio de 2006 a 2008 (64,67%) foi pior que o do período de 2001 a 2005 (57,54%), havendo, portanto um incremento de 7,13% nas despesas com pessoal em relação às receitas correntes.

Provavelmente, um dos fatores que ocasionaram esse alto índice de despesas com pessoal é o elevado número de servidores técnicos administrativos e alta relação deste com o número de alunos (28,58 em 2007). No ano de 2008 houve um aumento de 35 servidores técnico-administrativos em relação ao ano anterior, mas devido ao aumento de alunos na pós-graduação, a relação alunos/funcionários caiu para 27,27. No período analisado, houve diminuição dos alunos de graduação, no entanto, aumentou consideravelmente os alunos da pós-graduação. Estes dados podem ser observados no quadro 40:

| Ano | Nº de Alunos | | | Nº de Técnico-administrativos | Nº de Alunos / Nº de Técnico-administrativos |
|-------------|--------------|----------------|----------|-------------------------------|--|
| | Graduação | Especialização | Mestrado | | |
| 2006 | 13.320 | 1643 | 347 | 545 | 28,09 |
| 2007 | 12.822 | 1557 | 367 | 516 | 28,58 |
| 2008 | 12.442 | 2190 | 393 | 551 | 27,27 |

Quadro 40 – Nº de alunos/ Nº de técnico-administrativos
Fonte: COPLAN / DGDP

O número de professores em relação ao número de alunos praticamente permaneceu estável durante o período, como se observa no quadro 41. Embora esta relação (média de 17,5 alunos por professor) tenha melhorado se comparada com a avaliação de 2001 a 2005 quando a média foi de 16,3 alunos por professor.

| Ano | Nº de Alunos | | | Nº de Professores | Nº de Alunos / Nº de Professores |
|------|--------------|----------------|----------|-------------------|----------------------------------|
| | Graduação | Especialização | Mestrado | | |
| 2006 | 13.320 | 1643 | 347 | 870 | 17,60 |
| 2007 | 12.822 | 1557 | 367 | 859 | 17,17 |
| 2008 | 12.442 | 2190 | 393 | 850 | 17,68 |

Quadro 41 - Nº de alunos / Nº de professores

Fonte: COPLAN / DGDP

O quadro 42 demonstra que o número relativo de servidores técnicos administrativos aumentou em relação ao número de professores, passando de 60% em 2007 para quase 65% em 2008. Percebe-se claramente que a instituição fez um esforço para diminuir o número de professores – diminuição de 870 para 850 - o que não aconteceu em relação aos servidores técnico-administrativos, onde houve aumento.

| Ano | Nº Técnico-administrativo | Nº Docentes | Nº Técnico-adm / Nº Docentes |
|------|---------------------------|-------------|------------------------------|
| 2006 | 545 | 870 | 0,626 |
| 2007 | 516 | 859 | 0,601 |
| 2008 | 551 | 850 | 0,648 |

Quadro 42 - Nº técnico-administrativos / Nº professores

Fonte: DGDP

Em função das informações apresentadas, a CPA entende que como a realidade em relação a este assunto piorou da avaliação anterior para a atual e está muito próxima do limite máximo definido, a avaliação adequada para este indicador deva ser reduzido para 3 e não 4, como no relatório anterior.

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10.1 Política orçamentária | | | | | | |
| 10.1.1 Compatibilidade entre diretriz orçamentária e planejamento estratégico. | | | | | X | |
| 10.1.2 Compatibilidade entre diretriz orçamentária e orçamento. | | | | | | X |
| 10.1.3 Equilíbrio entre previsão orçamentária e ações realizadas. | | | | | X | |
| 10.1.4 Participação da comunidade universitária na elaboração do orçamento. | | | | | X | |
| 10.2 Política de alocação de recursos | | | | | | |
| 10.2.1 Previsão orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão. | | | | | | X |
| 10.2.2 Diversificação das fontes de captação de recursos. | | | X | | | |
| 10.2.3 Distribuição de recursos entre as diversas rubricas orçamentárias. | | | | | X | |
| 10.3 Política de aplicação de recursos | | | | | | |
| 10.3.1 Execução orçamentária para as áreas institucionais: ensino, pesquisa, extensão, cultura e gestão. | | | | | X | |
| 10.3.2 Adequação entre as necessidades do ensino, pesquisa e extensão e a manutenção e conservação do espaço físico. | | | | | X | |
| 10.3.3 Investimento na ampliação do espaço físico de acordo com as demandas projetadas no planejamento estratégico. | | | | | X | |
| 10.4 Política de recursos humanos: desenvolvimento, capacitação, salários, carreira, benefícios e obrigações trabalhistas | | | | | | |
| 10.4.1 Cumprimento das obrigações trabalhistas. | | | | | | X |

| GRUPO DE INDICADORES | ESCALA | | | | | |
|--|--------|---|---|---|---|---|
| | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10.4.2 Pontualidade no pagamento de salários nos últimos seis meses. | | | | | | X |
| 10.4.3 Comprometimento da folha de pagamento (salários + encargos) em índices compatíveis (54 a 65%) com a receita corrente. | | | | X | | |

Planilha Avaliativa 13 – Dimensão 10

Escala:

Nível 1 e 2: Pouca evidência: situação ou desempenhos fracos;

Nível 3: Evidência parcial: situação ou desempenho satisfatório;

Nível 4 e 5: Evidência completa: situação ou desempenho forte

Pontos positivos que podem ser enfatizados sobre a Dimensão 10:

- Grande compatibilidade entre diretriz orçamentária e planejamento estratégico e entre diretriz orçamentária e orçamento.
- Diminuição dos gastos com gestão (atividade meio) e consequente aumento dos gastos com atividades fins (ensino, pesquisa e extensão).
- Boa adequação entre as necessidades do ensino, pesquisa e extensão e a manutenção e conservação do espaço físico
- A Instituição cumpre com todas as suas obrigações trabalhistas e é pontual no pagamento de salários.

Pontos frágeis que requerem melhoria na Dimensão 10:

- Captação de recursos financeiros muito dependentes das mensalidades dos alunos de graduação.
- Aumento e alta participação dos gastos com pessoal.
- Diminuição dos alunos na graduação e queda dos alunos por curso.
- Os gastos com gestão (atividades meio) diminuíram, mas ainda são muito altos, pois perfazem aproximadamente 47% do total das despesas.

Recomendações da CPA:

- Diversificar as formas de captação de recursos para que a arrecadação financeira não dependa tanto do pagamento das mensalidades dos alunos.
- Intensificar ações para melhorar a relação alunos por cursos.
- Reduzir a participação das despesas com pessoal em relação aos gastos totais.
- Diminuir os gastos com a gestão da Universidade, que estão próximos de 47% dos custos totais.
- Intensificar ações para aumentar o número de alunos de graduação e melhorar a relação alunos por cursos.

COMENTÁRIOS:

Resultados alcançados (total ou parcialmente) segundo o Balanço Crítico do Relatório de Autoavaliação 2001-2005.

- Foi feito controle de horas docente, redução de horas-extras, suspensão de concursos e interrupção dos anuênios por dois anos, com objetivo de reduzir a participação da folha salarial na arrecadação total.

As recomendações da CPA não atendidas e que persistem nesta autoavaliação, além das novas que foram listadas, são as seguintes:

- A captação de recursos continua limitada ao ensino de graduação e pós-graduação *lato sensu*.
- Insuficiência de recursos em determinadas rubricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações da CPA e os resultados do processo avaliativo do período 2006-2008 foram norteados pelas concepções, metodologias e objetivos já mencionados na introdução deste relatório.

O processo autoavaliativo, visto sob uma perspectiva dinâmica e emancipatória, nunca chega ao fim, pois é algo abrangente e contínuo. Ao término do relatório anterior (2001-2005) iniciaram-se os procedimentos para a avaliação seguinte, esta que agora se apresenta sob a forma de seu Relatório de Autoavaliação 2006-2008.

Muitas etapas foram vencidas desde então, e a todo o momento, houve apoio do grupo gestor da Universidade. A CPA, depois de elaborar o Balanço Crítico, ao longo de 2009, realizou uma pesquisa, tabulando e analisando os resultados da mesma (**ANEXO D**), aplicada aos diversos segmentos da comunidade acadêmica.

Os dados quantitativos obtidos por intermédio dessa pesquisa, no entanto, não abarcaram a totalidade das questões previstas, ou seja, os indicadores de que tratam o presente relatório. Por essa razão, várias informações tiveram que ser buscadas por outros meios, junto a setores específicos a cada uma das dez dimensões descritas anteriormente. Essas informações, de ordem qualitativa, também apoiaram a elaboração do presente Relatório.

A esse sujeito é imperativo destacar os percalços enfrentados pelos membros da Comissão, diante de informações fragmentadas ou inexistentes. Nesse sentido, uma das principais recomendações atuais da CPA, refere-se à necessidade de centralização de dados atinentes ao processo avaliativo. Uma maior sistematização das informações facilitará e fortalecerá, em muito, os futuros processos de avaliação da instituição. Cabe ainda salientar que tais deficiências são recorrentes, pois já haviam sido apontadas no relatório anterior.

Na elaboração do presente Relatório de Autoavaliação foram considerados, além dos questionários e das entrevistas informais, os debates travados no Seminário Avaliativo, em setembro de 2009, momento em que os diversos segmentos da comunidade acadêmica, apresentados aos resultados das

enquetes e pesquisas de opinião, puderam se manifestar, a fim de esclarecer e complementar eventuais lacunas deixadas pelos instrumentos de pesquisa. As discussões daquele encontro, em muito contribuíram para a reflexão sobre uma Universidade melhor. Ressalte-se que, se tais discussões foram consideradas pela CPA, isto não implica na total aquiescência das conclusões daquele momento. A CPA, enquanto Comissão autônoma entende que deve atuar em total e absoluta imparcialidade, e reserva-se a prerrogativa de atribuir valores aos indicadores, embasada em evidências comprobatórias, e isso, mesmo que em dissonância com a percepção oral da comunidade presente aos seminários.

De posse dos valores atribuídos aos indicadores, como na avaliação anterior, a CPA levantou os pontos positivos, as fragilidades da instituição e listou as recomendações que se fazem necessárias. De forma inédita, foram analisadas as ações da Instituição em relação às recomendações sugeridas no relatório anterior, demonstrando o cumprimento das mesmas e sua situação atual.

Assim, o processo de avaliação vivenciado pela CPA resultou não somente em um “documento diagnóstico”, mas também em um “documento estratégico” que ora se apresenta, mostrando a realidade interna e externa da Universidade, bem como seus desafios. Desta feita, pretende-se que esse documento possa superar a ótica diagnóstica para quiçá, “orientar as decisões políticas, pedagógicas e administrativas que visam o aperfeiçoamento institucional, a superação das deficiências e o pleno atendimento de suas funções sociais”, tornando-se assim uma ferramenta ativa na complexa vivência da avaliação.

Algumas dificuldades apontadas no relatório anterior foram suplantadas, como “a falta de apropriação do sentido e da importância da avaliação; o pioneirismo”, pois hoje, um número sensivelmente superior de ‘atores pedagógicos’ é ciente da importância de ações e práticas avaliativas. No entanto, outras dificuldades de então ainda persistem, como “a rotatividade e substituição de pessoas na Comissão de avaliação; o excesso de trabalho conciliado com outras atividades paralelas”.

É fato que, ao longo dessa mais recente empreitada avaliativa institucional, a CPA conheceu muitas dificuldades. Além da habitual sobrecarga de trabalho de muitos de seus membros, que chegou a impedir alguns de participarem de forma mais continuada dessa ação, a rotatividade entre novos membros da Comissão, foi um dos obstáculos que se somou às dificuldades encontradas para

responder a certos indicadores previstos pelo MEC, e cujas respostas não se encontravam nas fontes consultadas, como questionários, Pesquisa de Clima, Resoluções e documentos da instituição, etc.

No entanto, apesar das dificuldades, em nenhum momento a Comissão interrompeu seus trabalhos, pois pôde sempre contar com a intensa e efetiva participação de seus membros, que muito se engrandeceram com a tarefa. O envolvimento com o procedimento avaliativo propiciou-lhes entrar em contato com os bastidores da Instituição, conhecer os meandros e complexidades de sua estrutura e perceber a Instituição sob novos e ampliados aspectos.

A avaliação é também a ocasião para a Instituição repensar sua conduta, seus procedimentos e resultados. A verdadeira e efetiva avaliação deve auxiliar na tomada de decisões tanto dos gestores, como docentes, servidores técnico-administrativos e discentes. A CPA espera com esse documento, acrescentar a construção de uma FURB melhor.

Neste sentido, a Comissão Própria de Avaliação da Universidade Regional de Blumenau submete, ao conhecimento da comunidade universitária e encaminha ao Conselho Estadual de Educação - CEE/SC este Relatório de Autoavaliação.

A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA/FURB

ABRIL, 2010.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS INTERNOS

FURB - UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Parecer n. 179/2006.

_____. _____. Parecer n. 185/2005

_____. _____. Parecer n. 242/2003.

_____. Portaria n. 059/1995. *Designa Comissão de Avaliação Institucional*, de 04 de maio de 1995.

_____. Portaria n. 415/2004. *Designa os integrantes da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Regional de Blumenau*, de 14 de julho de 2004.

_____. Relatório de Atividades 2006. Blumenau: A Universidade, 2007.

_____. Relatório de Atividades 2007. Blumenau: A Universidade, 2008.

_____. Relatório de Auto-Avaliação da Universidade Regional de Blumenau: 2001-2005. Blumenau: A Universidade, 2007.

_____. Resolução n. 001/96. *Cria o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, institui o Quadro de Referências de Vencimentos e o Quadro de Carreira Geral dos Servidores*, de 29 de janeiro de 1996.

_____. Resolução n. 005/1994. *Concede abatimento sobre o pagamento de encargos educacionais a serem pagos por professores e funcionários, seus cônjuges e filhos, e monitores da FURB e dá outras providências*, de 03 de maio de 1994.

_____. Resolução n. 005/2007. *Altera os arts. 34 e 35 da Resolução nº 47/2004, de 27 de agosto de 2004, que "homologa do Plano de Carreira do Magistério Superior da Universidade Regional de Blumenau..."*, de 22 de fevereiro de 2007.

_____. Resolução n. 006/1995. *Disciplina a coordenação de cursos de pós-graduação "lato sensu"*, de 31 de maio de 1995.

_____. Resolução n. 006/2005. *Aprova as normas gerais para o funcionamento dos cursos de pós-graduação, em nível de especialização, na forma dos Anexos I, II e III*, de 8 de abril de 2005.

_____. Resolução n. 007/1993. *Aprova a política de funcionamento dos cursos de pós-graduação da FURB*, de 11 de fevereiro de 1993.

_____. Resolução n. 008/2005. *Altera os Anexos II, IV, V e VI da Resolução nº 01/96, de 29 de janeiro de 1996, que "cria o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, institui o Quadro de Referências de Vencimentos e o Quadro de Carreira Geral dos Servidores"*, de 20 de abril de 2005.

_____. Resolução n. 013/1997. *Altera dispositivos da Resolução nº 05/94, de três de maio de mil novecentos e noventa e quatro (03-05-94)*, de 29 de maio de 1997.

_____. Resolução n. 014/2005. *Reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB, na forma do Anexo*, de 6 de maio de 2005.

_____. Resolução n. 014/2007. *Normatiza o apoio institucional para a formação de docentes do Quadro da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB*, de 20 de abril de 2007.

_____. Resolução n. 017/2001. *Homologa o Estatuto da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo*, de 7 de maio de 2001.

_____. Resolução n. 017/2008. *Dispõe sobre a regulamentação de benefício institucional para servidores Técnico-Administrativos cursarem pós-graduação stricto sensu nos Programas da Universidade Regional de Blumenau*, de 11 de março de 2008.

_____. Resolução n. 020/2005. *Altera dispositivos da Resolução nº 14/2005, de 6 de maio de 2005, que reformula o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau – PAIURB*, de 14 de junho de 2005.

_____. Resolução n. 021/2005. *Altera dispositivos da Resolução nº 47/2004, de 27 de agosto de 2004, que trata do Plano de Carreira do Magistério Superior da Universidade Regional de Blumenau*, de 14 de junho de 2005.

_____. Resolução n. 022/1998. *Normatiza a pós-graduação na FURB e dá outras providências*, de 1º de junho de 1998.

_____. Resolução n. 022/2003. *Altera o Regimento Geral da Reitoria da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo*, de 25 de abril de 2003.

_____. Resolução n. 024/2004. *Institui e Regulamenta a Política de Extensão da Universidade Regional de Blumenau, na forma do ANEXO*, de 21 de maio de 2004.

_____. Resolução n. 026/1995. *Aprova o Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau*, de 21 de dezembro de 1995.

_____. Resolução n. 026/1997. *Aprova o “Regulamento do Estágio Probatório” e a “Ficha de Acompanhamento do Estágio Probatório” para o Servidor Público Técnico-Administrativo da Fundação Universidade Regional de Blumenau, na forma dos ANEXOS I e II, e dá outras providências*, de 09 de julho de 1997.

_____. Resolução n. 026/2002. *Altera os Anexos II, IV, V, VII e VIII da Resolução nº 01/96, de 29 de janeiro de 1996, que “cria o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, institui o Quadro de Referências de Vencimentos e o Quadro de Carreira Geral dos Servidores”*, de 9 de maio de 2002.

_____. Resolução n. 026/2007. *Estabelece critérios para definição de vagas de enquadramento de docentes nos Regimes de Trabalho de Tempo Integral – TI e de Tempo Parcial – 20 Horas Semanais – TP20 para o biênio 2007-2008*, de 07 de agosto de 2007.

_____. Resolução n. 026/2008. *Aprova o Regulamento do Projeto de Capacitação Lingüística para Servidores da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB*, de 15 de abril de 2008.

_____. Resolução n. 030/1997. *Fixa novas condições de afastamento de Servidores Técnico-Administrativos para cursar Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado -, e dá outras providências*, de 17 de julho de 1997.

_____. Resolução n. 035/2002. *Aprova o Regimento do Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos na Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo*, de 13 de junho de 2002.

_____. Resolução n. 036/2007. *Dá nova redação à Resolução que “Aprova as normas para Concurso Público de provimento de cargos docentes na Universidade Regional de Blumenau, na forma dos Anexos I, II e III, e dá outras providências”*, de 17 de outubro de 2007.

_____. Resolução n. 039/2004. *Altera a Resolução nº 26/2002, de 9 de maio de 2002, em seus Anexos II, IV, VII e VIII, tendo em vista a criação do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, de 28 de julho de 2004.*

_____. Resolução n. 040/2006. *Suprime e altera dispositivos da Resolução nº 47/2004, de 27 de agosto de 2004, que “homologa o Plano de Carreira do Magistério Superior da Universidade Regional de Blumenau...”, de 09 de agosto de 2006.*

_____. Resolução n. 046/2003. *Aprova o Regimento da Comissão de Avaliação de Projetos e Relatórios de Pesquisa - CAP da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo, de 11 de agosto de 2003.*

_____. Resolução n. 047/2004. *Homologa o Plano de Carreira do Magistério Superior da Universidade Regional de Blumenau, na forma dos Anexos I, II, III e IV, de 27 de agosto de 2004.*

_____. Resolução n. 049/2005. *Normatiza o apoio institucional para a formação de docentes do Quadro da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB e dá outras providências, de 5 de outubro de 2005.*

_____. Resolução n. 052/2002. *Aprova o Regimento do Comitê de Ética na Experimentação com Animais na Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo, de 1º de agosto de 2002.*

_____. Resolução n. 052/2008. *Aprova a normatização do apoio institucional para a formação de docentes do Quadro do Magistério Superior da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, de 09 de julho de 2008.*

_____. Resolução n. 054/2005. *Estabelece normas e critérios para a implantação de cursos sequenciais na Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo, de 19 de outubro de 2005.*

_____. Resolução n. 059/2006. *Altera o Regimento Geral da Reitoria da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo, de 27 de outubro de 2006.*

_____. Resolução n. 063/2000. *Altera dispositivos da Resolução nº 01/96, de 29 de janeiro de 1996, que “Cria o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, institui o Quadro de Referências de Vencimentos e o Quadro de Carreira Geral dos Servidores”, de 3 de maio de 2000.*

_____. Resolução n. 070/2004. *Regulamenta a distribuição de horas-atividade para os docentes da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, na forma do Anexo, de 11 de novembro de 2004.*

_____. Resolução n. 084/2005. *Regulamenta o Programa de Concessão de Bonificação Semestral para cursos elencados e estabelece nova sistemática de cálculo do valor da primeira parcela da semestralidade de todos os cursos da FURB, de 19 de dezembro de 2005.*

_____. Resolução n. 089/2004. *Altera o Capítulo XII – Disposições Gerais e Transitórias - da Resolução nº 47/2004, de 27 de agosto de 2004, que trata do Plano de Carreira do Magistério Superior da Universidade Regional de Blumenau, de 16 de dezembro de 2004.*

_____. Resolução n. 116/2001. *Dispõe sobre a criação e regulamentação do Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau - PAIURB, na forma do Anexo, de 6 de dezembro de 2001.*

_____. Resolução n. 126/1999. *Altera os Anexos II, IV e VII da Resolução nº 01/96, de 29 de janeiro de 1996, que “cria o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos da Fundação Universidade Regional de Blumenau, institui o Quadro de Referências de Vencimentos e o Quadro de Carreira Geral dos Servidores”, de 14 de setembro de 1999.*

_____. Resolução n. 129/2001. *Homologa o Regimento Geral da Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo, de 20 de dezembro de 2001.*

_____. Resolução n. 135/2001. *Cria o Programa de Fidelidade entre a FURB e seus alunos*, de 21 de dezembro de 2001.

_____. Resolução n. 136/2001. *Cria o Fundo Financeiro de Assistência ao Estudante – FFAE para a concessão de bolsas de estudo para alunos carentes*, de 21 de dezembro de 2001.

_____. Resolução n. 146/2000. *Regulamenta o Estágio Probatório para os docentes da Fundação Universidade Regional de Blumenau-FURB, na forma do ANEXO, e dá outras providências*, de 21 de setembro de 2000.

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. Central de Ex-Alunos. Disponível em: <www.furb.br/exalunos> Acesso em 11 jan. 2010.

DOCUMENTOS EXTERNOS

BRASIL. CONAES – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. *Acordo de cooperação técnica que entre si celebram a união, representada pelo ministério da educação, por intermédio da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e o Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), objetivando a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)*, DOU., Brasília, 12 mai. 2005.

BRASIL. Decreto n. 5.773. *Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino*, DOU., Brasília, 10 de maio de 2006.

_____. MEC – Ministério da Educação. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. *Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências*. DOU., Brasília, 14 abr. 2004.

_____. _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. DOU., Brasília, 23 dez. 1996.

_____. _____. Portaria n. 2.051 de 09 de julho de 2004. *Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004*. DOU., Brasília, 12 jul. 2004.

_____. _____. Portaria n. 458 de 10 de abril de 2008. *Reconhecimento dos programas de pós-graduação stricto sensu (Mestrado e Doutorado), recomendados pelo Conselho Técnico e Científico – CTC da CAPES*. DOU. Brasília, 11 abr. 2008.

SANTA CATARINA. Decreto Estadual n. 5.494 de 06 de agosto de 2002.

_____. Decreto Estadual n. 4.513, de 29 de junho de 2006.

_____. Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. Resolução n. 088. *Fixa normas para a avaliação das Instituições de Educação Superior e de seus Cursos e Programas, no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina e adota outras providências*, de 20 de dezembro de 2005.

_____. _____. Resolução n. 038. *Reconhece o Programa de Mestrado em Ciências Contábeis, oferecido na Universidade Regional de Blumenau – FURB, mantida pela Fundação Universidade Regional de Blumenau, com sede no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina*, de 29 de junho de 2004. (dimensão 2.4)

_____. Lei Complementar n. 281, *Regulamenta o art. 170, os arts. 46 a 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual e estabelece outras providências*, de 20 de janeiro de 2005.

_____. Lei Complementar n. 296, *Dá nova redação ao art. 2º, da Lei Complementar nº 281, de 2005*, de 25 de julho de 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. Lei Complementar Municipal n. 080, de 21 de março de 1995.

_____. Lei Municipal n. 1.557, de 14 de dezembro de 1968.

_____. Lei Municipal n. 4.768 de 12, de dezembro de 1996

_____. Lei Municipal n. 8.666 de 21, de junho de 1993.